

VILMA MARIA AZEVEDO

OS DESAFIOS PARA O EMPODERAMENTO DA MULHER AGRICULTORA A  
PARTIR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: O CASO DE  
BARBACENA-MG

Dissertação apresentada à Universidade Federal  
de Viçosa, como parte das exigências do  
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural,  
para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2012

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

A994d  
2012

Azevedo, Vilma Maria, 1959-

Os desafios para o empoderamento da mulher agricultora a partir do Programa de Aquisição de Alimentos : o caso de Barbacena-MG / Vilma Maria Azevedo. – Viçosa, MG, 2012. xv, 177f. : il. (algumas color.) ; 29cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Ana Louise de Carvalho Fiúza

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 153-161

1. Mulheres na agricultura. 2. Gênero. 3. Política pública. 4. Agricultura familiar. 5. Patriarcado. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. II. Título.

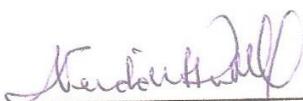
CDD 22. ed. 305.4363

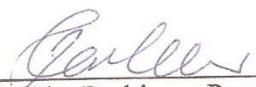
VILMA MARIA AZEVEDO

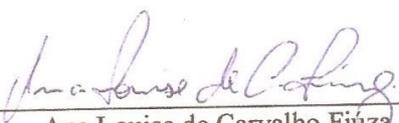
**OS DESAFIOS PARA O EMPODERAMENTO DA MULHER  
AGRICULTORA A PARTIR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE  
ALIMENTOS: O CASO DE BARBACENA-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 05 de dezembro de 2012.

  
\_\_\_\_\_  
Neide Maria de Almeida Pinto  
(Coorientadora)

  
\_\_\_\_\_  
Helder Rodrigues Pereira

  
\_\_\_\_\_  
Ana Louise de Carvalho Fiúza  
(Orientadora)  
(Orientadora)

*Dedico este trabalho a todos que comigo caminharam nesta importante etapa de minha existência: meus queridos familiares, amigos e em especial aos docentes e aos técnicos-administrativos da UFV e IF Sudeste-MG.*

## AGRADECIMENTOS

Ao Pai, criador, pelo dom da vida, pela minha saúde, pela minha coragem, força e por me manter incansável no que tange a alcançar meus objetivos, sempre, confiante e com fé, tornando possível superar as dificuldades com alegria, bravura e leveza.

A meus entes queridos, Nelson da Luz Azevedo e Sebastiana Maria de Jesus Azevedo, meus pais e Solange Maria Azevedo Silva, minha querida irmã, que não se encontram mais neste plano, mas presentes para sempre em minha memória e história.

Aos meus queridos familiares: Helena e Maria, minhas irmãs, pela rica convivência diária, apoio constante, por fazerem parte do meu dia a dia; meus queridos sobrinhos Guilherme, Rômulo e Júlia pelo amplo apoio, carinho ao longo do estudo; meus queridos sobrinhos-netos, Giovana, Manuelle, Gustavo, Luís Otávio e Marcela por eles sinalizarem a esperança, os novos tempos e a continuidade da vida em família; meus queridos sobrinhos Gisele e Ricardo, Nathácia, Fernanda, Daniela e Felipe e Natália por estes serem tão importantes para mim; meus irmãos e cunhado(as), Fátima e Valter, Sérgio e Rosali e Fernando e Eugênia, especiais por fazerem parte de minha família.

À minha amiga Tutuca e amigo Helder, pessoas tão especiais, pelas importantes contribuições, apoio e desprendimento, muito colaboraram para o brilhantismo e sucesso deste estudo.

À minha queridíssima orientadora profa. Ana Louise de Carvalho Fiúza, um potencial como docente e como pessoa humana, me estendeu a mão nos momentos felizes, nas dificuldades e com boa vontade, competência, determinação e capacidade de entrega, caminhou junto a mim, fomentou o meu crescimento e sucesso nesta etapa, com comprometimento, lealdade, disponibilidade, carinho, rigor. Ana Louise, a você a minha admiração, o meu respeito, minha gratidão, por me proporcionar esta importante experiência, uma grande oportunidade de crescimento pessoal, acadêmico e profissional, muito obrigada!

Aos meus coorientadores Professora Neide Maria de Almeida Pinto e Professor Douglas Mansur Silva pelas ricas contribuições.

Ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa e corpo de docentes, em especial professores: José Norberto Muniz, Douglas Mansur Silva, Sheila Maria Doula e France Maria Gontijo Coelho.

À CAPES pelo apoio financeiro ao projeto MINTER.

Agradeço imensamente aos gestores do IF Sudeste Campus Barbacena, prezado Diretor Geral, prof. José Roberto Ribeiro Lima; Diretor Administrativo, Wander Ricardo Mendes e Diretor de Ensino, Prof. Luiz Carlos Gomes Júnior, pelo compromisso com o desenvolvimento profissional e pessoal dos servidores da Instituição.

Agradeço imensamente a dedicação e empenho do prof. Carlos Miranda do IF Sudeste Campus Rio Pomba, coordenador institucional do MINTER.

Agradeço ao Reitor do IF Sudeste-MG e a equipe em especial a profa. Elisabeth.

À prof.<sup>a</sup> Coordenadora do Departamento de Extensão Rural da UFV, Dra. Ana Louise de Carvalho Fiúza, que acolheu com carinho e responsabilidade profissional toda a equipe de servidores participantes do MINTER, em todas as etapas, sempre acreditando em nosso potencial para a pesquisa, além do desprendimento e presteza em nos ajudar sempre nas diversas etapas do MINTER Muito grata!

Ao grupo de pesquisa GERAR (Grupo de Estudos Rurais, Agriculturas e Ruralidades) que muito contribuiu para meu amadurecimento acadêmico.

Aos colegas da turma do MINTER 2010, o meu carinho pelos bons momentos vividos, com leveza, alegria, companheirismo, momentos inesquecíveis.

Aos colegas do MINTER – Barbacena, Júlio, Margareth, Ellen e Valéria, o meu apreço por tudo, lágrimas, gargalhadas, tantas emoções compartilhadas.

O meu carinho aos colegas Elson e Leila pelos bons momentos compartilhados, amizade e companheirismo ao longo das idas e vindas a Viçosa, dentre outros adoráveis momentos.

O meu carinho a todos os colegas com que compartilhei bons momentos e amizade ao longo do Curso e em especial à Maria Simone, Érica, Aline, Ralfh, Patrícia e equipe do GERAR.

Agradeço à Prof.<sup>a</sup> Cida, do Departamento de Letras da UFV que, com alegria e competência, ministrou as inesquecíveis aulas de inglês.

Aos funcionários da Secretaria do DER, Carminha, Romildo e Anísia, pelo carinho, competência e disponibilidade e em especial à Helena, Tedinha e Elenir. Obrigada!

Ao meu amigo Marinho Bortolucci e amigas: Telma, Elaine, Zezé e Vanessa, pelo apoio, compreensão, incentivo que me permitiram afastar do trabalho para realizar a qualificação. Muito grata!

Agradeço aos amigos do UFSJ profa. Dra. Marise Santana da Rocha, prof. Dr Écio Portes e a técnico-administrativa Dra. Joana Filadelphio pelo apoio durante a elaboração

do pré-projeto e em especial a minha amiga e irmã profa. Marilena Zanzoni Monteiro, pelo apoio e incentivo.

Agradeço à equipe do EAD-Barbacena, em especial à Cristiane, ao Ronie e ao Vicente pelo amplo apoio de sempre.

Agradeço aos colegas do IF Sudeste, Marli Braga, Carol, prof. José Alcir e prof. Marcelo Milagres, pelo apoio na etapa da seleção do mestrado; as profas. Márcia Carvalho e Dorinha, pelo carinho em Viçosa; Rita Casagrande, Maurício Renault, Wander, Luciana, Marlene e Josefina, por todo tipo de ajuda com presteza e boa vontade; Ivone e Maria Antônia, pelo apoio e torcida; aos motoristas pelo carinho e companheirismo na condução dos veículos a Viçosa e a Rio Pomba.

Agradeço à equipe da Secretaria da Agricultura do Município de Barbacena em especial aos extensionistas Tutuca, Marisa, Dulcinéia e Luciano pelo apoio ao longo dos trabalhos e em especial ao Júnior, que gentilmente me acompanhou nas diversas idas e vinda da pesquisa de campo.

Agradeço ao Márcio, presidente do SINTER região Barbacena, pela contribuição.

Agradeço aos agricultores e agricultoras das comunidades rurais barbacenenses pesquisadas, pessoas tão especiais, que com humildade e gentileza me acolheram e contribuíram com suas valorosas vivências, experiências e histórias de vida, que montaram e remontaram os cenários do debate deste estudo. Muito grata!

A todos que participaram direta ou indiretamente desta importante etapa de minha vida. MUITO GRATA! VALEU!

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>ix</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS .....</b>	<b>xi</b>
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....</b>	<b>xii</b>
<b>LISTA DE QUADROS E ESQUEMA.....</b>	<b>xiii</b>
<b>LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS .....</b>	<b>xiv</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>xv</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>xvi</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2. PERSPECTIVAS TEÓRICAS: GÊNERO, EMPODERAMENTO E RELAÇÕES DE PODER .....</b>	<b>9</b>
2.1 O termo empoderamento em debate .....	9
2.1.1 <i>A perspectiva relativa ao poder conquistado pelo indivíduo</i> .....	11
2.1.2 <i>A perspectiva do empoderamento coletivizado</i> .....	17
2.2. Operacionalização do Conceito de Empoderamento .....	19
2.3 As Relações de gênero enquanto relações de poder .....	21
2.4 A dimensão pública e privada nas relações de gênero .....	27
2.5 As relações de gênero na agricultura no Brasil .....	33
<b>3. A REDEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>37</b>
3.1 As raízes das desigualdades sociais e a construção da cidadania no Brasil: perspectivas históricas e políticas .....	38
3.2 O Processo de redemocratização política brasileira .....	39
3.2.1 <i>A multiplicidade do termo cidadania no processo de redemocratização política</i> .....	40
3.2.1.1 <i>A nova cidadania no processo de redemocratização política brasileiro..</i>	44
3.2.2 <i>Os movimentos sociais no processo de redemocratização política brasileira</i> .....	45

3.2.3 <i>Os movimentos sociais contemporâneos no processo de mudanças relacionadas a gênero e políticas públicas</i> .....	49
3.2.4 <i>Democracia e capital social</i> .....	51
3.2.5 <i>Cidadania de gênero, capital social e o empoderamento das mulheres, no processo de redemocratização política brasileira</i> .....	54
3.2.6 <i>Democracia contemporânea no Brasil: panorama dos aspectos positivos, negativos e conflitantes na cultura política</i> .....	56
3.2.7 <i>A participação e ação coletiva</i> .....	62
3.2.8 <i>Gênero, equidade social e política pública no Brasil contemporâneo</i> .....	66
3.2.9 <i>As Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo</i> .....	67
3.2.10 <i>O PAA no Brasil contemporâneo</i> .....	72
<b>4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>74</b>
4.1 <i>Definição da amostragem</i> .....	80
4.2 <i>Processamento dos dados da pesquisa</i> .....	83
<b>5. AS POSSIBILIDADES DE EMPODERAMENTO DA MULHER NO CAMPO</b> .....	<b>86</b>
5.1 <i>O Empoderamento Privado</i> .....	86
5.1.1 <i>A condição de vida das agricultoras barbacenenses</i> .....	87
5.1.2 <i>Tomada de decisões junto à família em âmbito geral e poder de decisão na educação dos filhos</i> .....	95
5.1.3 <i>Controle contraceptivo</i> .....	98
5.1.4 <i>Nível de violência doméstica</i> .....	101
5.1.5 <i>A percepção acerca da contribuição da mulher na família e na comunidade.</i>	104
5.1.6 <i>A dimensão econômica do empoderamento</i> .....	109
5.1.7 <i>Acesso a bens móveis</i> .....	113
5.1.8 <i>Acesso a bens imóveis</i> .....	114
5.1.9 <i>Recebimento de benefícios sociais e benefícios previdenciários</i> .....	116
5.1.9.1 <i>O PAA e as mulheres das comunidades rurais de Barbacena</i> .....	116
5.1.9.2 <i>O Bolsa Família</i> .....	119
5.1.9.3 <i>O acesso à aposentadoria rural por parte da mulher</i> .....	120
5.2 <i>O empoderamento público</i> .....	122

<i>5.2.1 A percepção acerca da participação da mulher nos sindicatos rurais em Barbacena</i> .....	132
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>148</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>153</b>
<b>8. APÊNDICE</b> .....	<b>162</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Agricultores(as) homologados em 2010 a participarem do PAA	81
Tabela 2	Caracterização do modo de vida das mulheres na comunidade (Q I)	87
Tabela 3	Quem trabalha nas atividades de plantio	88
Tabela 4	Quem trabalha nas atividades da colheita	88
Tabela 5	Quem trabalha nas atividades da venda	88
Tabela 6	Quem trabalha nas atividades da gestão	89
Tabela 7	Caracterização do modo de vida das mulheres na comunidade (Q II)	90
Tabela 8	Agricultores solteiros (Q II)	91
Tabela 9	Fatores importantes para a vida das agricultoras	93
Tabela 10	Tomada de decisões junto à família em âmbito geral	96
Tabela 11	Fator que possibilita que a mulher decida a sua própria vida	97
Tabela 12	Quando a mulher precisa se ausentar que cuida dos filhos	97
Tabela 13	Poder de decisão na educação dos filhos	98
Tabela 14	Planejamento familiar, questão 26 questionário feminino	100
Tabela 15	Violência doméstica, questão 28	102
Tabela 16	Violência doméstica	102
Tabela 17	A contribuição da mulher na vida em família	106
Tabela 18	A contribuição da mulher na comunidade	108
Tabela 19	Decisão no uso dos recursos	109
Tabela 20	Renda pessoal dos pesquisados. Salário mínimo vigente: R\$ 622,00	110
Tabela 21	Renda familiar das(os) agricultoras(es)	112
Tabela 22	Como é usada a renda familiar das(os) agricultoras(es) pesquisados	112
Tabela 23	Bens móveis das(os) agricultoras(es)	113
Tabela 24	Bens imóveis das(os) agricultoras(es)	114
Tabela 25	Acesso à política pública por modalidade pelas agricultoras e agricultores	117
Tabela 26	Perfil Agricultoras e Agricultores (es) participantes do PAA- 2010	117

Tabela 27	Recebimento de benefício previdenciário pelas(os) agricultoras(es)	121
Tabela 28	A percepção sobre as políticas públicas pelas agricultoras e agricultores	126
Tabela 29	A percepção acerca da participação feminina em sindicatos pelos pesquisados	133
Tabela 30	A participação das entrevistadas em sindicatos	133
Tabela 31	Motivação da participação feminina em sindicatos e para obtenham apoio na participação	135
Tabela 32	Motivação das entrevistadas para não participarem dos sindicatos	136
Tabela 33	A percepção acerca da participação feminina em sindicatos ponto vista dos homens	136
Tabela 34	A percepção acerca da participação feminina em associações	137
Tabela 35	A participação feminina das entrevistadas em associações	138
Tabela 36	Motivação da participação das mulheres nas associações	139
Tabela 37	Razões das entrevistadas para não participarem das associações e cooperativas rurais	140
Tabela 38	A percepção acerca da participação da mulher em partidos políticos	140
Tabela 39	A participação das entrevistadas em partido político	141
Tabela 40	A participação das entrevistadas em partido político	142
Tabela 41	A percepção acerca da participação feminina em cargos do governo	142
Tabela 42	Espaços públicos de maior participação das pesquisadas e esposas dos pesquisados	145

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1	Caracterização do modo de vida das mulheres na comunidade (Q I).	88
Gráfico 2	Níveis de escolaridade, valores relativos.	95
Gráfico 3	Planejamento familiar-uso de método contraceptivo, valor em percentual.	99
Gráfico 4	Renda pessoal dos pesquisados.	111
Gráfico 5	Renda familiar das(os) agricultoras(es).	112
Gráfico 6	Bens móveis das famílias das(os) agricultoras(es).	114
Gráfico 7	Bens imóveis da família das(os) agricultoras(es).	115
Gráfico 8	Perfil das(os) Agricultoras(es) participantes do PAA 2010, valores relativos.	118
Gráfico 9	Recebimento de benefício previdenciário pelas(os) agricultoras(es).	121
Gráfico 10	Motivação da participação da mulher nas associações rurais e/ou comunitárias.	139
Gráfico 11	Razões das entrevistadas para não participarem de cargo do governo.	143
Gráfico 12	Percepção da participação de homens e mulheres no âmbito público nas comunidades analisadas.	144
Gráfico 13	Percepção acerca dos espaços públicos preferenciais de participação das agricultoras.	144
Gráfico 14	Espaços públicos de maior participação dos agricultores.	146

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1	Mapa do Brasil, Minas Gerais e em destaque o município de Barbacena – MG, 2012	3
Figura 2	Mapa do Brasil referente à localização de Barbacena e as capitais Belo Horizonte (169 km), Rio de Janeiro (272 km), São Paulo (532 km) e Brasília (884 km)	3
Figura 3	Mapa do município de Barbacena – MG, 2012	4
Figura 4	Cultivo de olerícolas, inhames, laranjas, cebolinha, etc. em propriedades barbacenenses	4
Figura 5	Foto da Igreja Matriz NSra. da Piedade do município de Barbacena – MG, 2012	5
Figura 6	Foto do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, campus Barbacena – MG, 2012	8
Figura 7	Foto da cozinha da residência de agricultoras entrevistadas na pesquisa	91

**LISTA DE QUADROS E ESQUEMA**

Quadro 01	Dimensões do empoderamento nas perspectivas analisadas na pesquisa	18
Quadro 02	Variáveis utilizadas para analisar o empoderamento das agricultoras	73
Quadro 03	As possibilidades e os limites percebidos no processo de <i>empoderamento</i> das agricultoras barbacenenses, das comunidades rurais estudadas que participam do PAA	121
Esquema 01	Tipos de <i>empoderamento</i> e suas respectivas dimensões	17

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDS	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBDA	-Confederação Brasileira de Desporto Aquático
CONAB	-Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DAP	- Declaração de Aptidão ao Pronaf
DAPPAA	- Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos
FAPE	- Fundação Diaulas Abreu
FETAEMG	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais.
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	- Instituto Nacional de Seguridade Social
IF Sudeste-MG	-Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAPA	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Planejamento
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MG	-Minas Gerais
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMC	-Movimento das Mulheres Camponesas
SINTER	-Sindicato dos Trabalhadores Rurais
ONGS	-Organizações não governamentais
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PNAE	-Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UFOP	-Universidade Federal de Ouro Preto
PROVAP	- Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
UFV	-Universidade Federal de Viçosa

## RESUMO

AZEVEDO, Vilma Maria, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2012. **Os desafios para o empoderamento da mulher agricultora a partir do Programa de Aquisição de Alimentos: o caso de Barbacena-MG.** Orientadora: Ana Louise de Carvalho Fiúza. Coorientadores: Neide Maria de Almeida Pinto e Douglas Mansur da Silva.

O debate do empoderamento na perspectiva do gênero emergiu como um tema relevante no campo das políticas públicas. A presente dissertação teve como objetivo analisar as dimensões do empoderamento alcançadas pelas mulheres das comunidades rurais do município de Barbacena-MG, a partir da participação na política pública do governo federal, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). A problemática empreendida nesta pesquisa relacionou o reconhecimento pelo PAA da condição de mulher agricultora, cadastrada, com as práticas mercantis instituídas por esta política pública, para com isto, investigar se o PAA favorece o empoderamento da mulher no âmbito público e privado, além de refletir e analisar a contribuição desta política pública nos processos de mudança nas relações entre mulheres e homens das comunidades rurais, quais as dimensões destas mudanças, sem perder de vistas as peculiaridades do citado município, com sua origem histórica fundada no período do Brasil império, cujo legado patriarcal marca até os tempos atuais as relações sociais, reforçando as desigualdades de gênero. A pesquisa partiu de duas hipóteses: H 1 – A participação da mulher socializada em uma sociedade rural, marcada por uma cultura política com poder de mando centralizado, traria como consequência a lenta transformação da sua postura de submissão e passividade, mesmo mediante a sua participação em atividades de negociação e reconhecimento público da sua condição de produtora e a H 2 - As possibilidades de empoderamento da mulher agricultora estariam relacionadas às oportunidades sociais, como serviços de educação, saúde, e participação econômica. Assim, o PAA se constituiria em uma forma de empoderamento público e privado para as mulheres que dele participavam, em virtude da ampliação da sua autonomia econômica e do maior domínio da sua condição de cidadã. A pesquisa foi realizada através de um *survey*, com entrevistas semiestruturadas, com questões abertas e fechadas, sendo os questionários: Q I destinado a 67 agricultoras; Q II destinado a 32 agricultores e Q III destinado a 5 extensionistas. Os dados pesquisados foram submetidos a tratamento estatístico via *software Statistical Package for Social Sciences (SPSS)*. A hipótese I desta dissertação foi comprovada, uma vez que foi identificada a resistência da cultura patriarcal, no trabalho das agricultoras pesquisadas vistos como ajuda e não trabalho, além de estas não possuírem nenhum controle ou mesmo acesso aos recursos financeiros, oriundos da comercialização dos seus produtos. A hipótese II foi refutada uma vez que as análises das perspectivas do empoderamento público apontaram que este não foi alcançado, pelas agricultoras barbacenenses pesquisadas.

## ABSTRACT

AZEVEDO, Vilma Maria. M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, Dezembro 2012. **The challenges for the empowerment of women farmers from Acquisition Food Program: the case of Barbacena-MG.** Advisor: Ana Louise de Carvalho Fiúza: Co-advisors: Neide Maria de Almeida Pinto and Douglas Mansur da Silva.

The debate on empowerment of gender perspective has emerged as an important issue in the field of public policy. This thesis aims to analyze the dimensions of empowerment achieved by women in rural communities in the municipality of Barbacena-MG, from participation in public policy from the federal government, Program Food Acquisition (PAA). The issue in this research undertaken by PAA related recognition of the condition of women farmers, registered with the commercial practices established by this policy, for with it, investigate whether the PAA promotes the empowerment of women in the public and private sectors, and reflect and analyze the contribution of public policy in the processes of change in the relations between women and men in rural communities, where the dimensions of these changes without losing considering the peculiarities of that city, with its historical origin founded during the empire of Brazil, whose legacy patriarchal brand till today social relations, reinforcing gender inequalities. The research came from two hypotheses: H 1 - Participation of women socialized in a rural society, marked by a political culture with centralized command power, would result in the slow transformation of his posture of submission and passivity, even through their participation in trading activities and public recognition of its status as a producer and H 2 - The possibilities of empowering women farmers would be related to social opportunities such as business education, health, and economic participation. Thus, the PAA would constitute a form of public and private empowerment for women who participated in it, due to the expansion of their economic autonomy and greater control of their citizenship status. The research was conducted through a survey with semi-structured interviews with open and closed questions, and questionnaires: IQ for the 67 farmers; Q II for the 32 farmers and Q III for a 5 extension. The surveyed data were analyzed statistically via software Statistical Package for Social Sciences (SPSS). The hypothesis of this dissertation I was proven, once we identified the strength of patriarchal culture, the work of farmers surveyed viewed as aid and not work, and they do not have any control or access to funds, from the sale of its products. The hypothesis was refuted II since the analysis of the prospects of public empowerment showed that this was not achieved by the farmers surveyed barbacenenses.

## 1 INTRODUÇÃO

A ampliação dos estudos e pesquisas sobre a relação da mulher que vive no campo com as políticas públicas a ela destinadas se configura como um tema emergente no meio acadêmico. O presente trabalho de dissertação busca trazer, como tema central de seu debate, reflexões que abordam os desafios para o *empoderamento* da mulher que vive nas comunidades rurais a respeito da política pública do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), porquanto a relação da mulher com o espaço público e as políticas que nele se constroem suscita polêmicas, por estar circunscrita a um tecido social marcado por relações históricas de desigualdade de gênero, raça e classe.

As pesquisas e os estudos científicos sobre gênero na sociedade rural brasileira demonstram as desigualdades sociais, econômicas e políticas vividas pela mulher agricultora. Segundo Brumer (2004), as mulheres nas localidades rurais continuam a ocupar um plano secundário quando analisamos a sua participação em transações econômicas, na gestão de conta bancária, no recebimento de herança, na capacitação tecnológica, na participação em associações e cooperativas de produtores, etc.

A motivação para a delimitação geográfica da presente pesquisa encontra-se relacionada a duas questões, uma delas vincula-se à atuação profissional da pesquisadora junto às mulheres de localidades rurais de um município do interior de Minas Gerais - Barbacena. A outra motivação deve-se à origem histórica desse município que remete ao período do Brasil Império e cujo legado patriarcal é atualmente ainda observável nas relações sociais, principalmente no campo, reforçando as desigualdades de gênero. Nesta pesquisa buscou-se estudar de que forma este tecido social tradicional, de cultura coronelística, é impactado pelas políticas públicas modernas, como o PAA. De forma crescente, as políticas públicas pós-Constituição de 1988 vêm fortalecendo práticas participativas e democráticas, inclusive no meio rural.

Interessa a esta pesquisa analisar particularmente as possibilidades de empoderamento das mulheres envolvidas em uma política pública de comercialização de produtos agrícolas, em localidades rurais de um município marcado por práticas culturais de caráter paternalista e patrimonialista que, tradicionalmente, delimitam o campo de ação das mulheres, circunscrevendo-o ao âmbito doméstico. Nossa pesquisa procurou examinar as possibilidades de implementação do novo *habitus*<sup>1</sup> relativo às

---

<sup>1</sup> Caria (2003), professor e pesquisador da Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Portugal, ao analisar a obra de Bourdieu (2002), conceituou o *habitus* como um conjunto de esquemas pré-reflexivos, ou seja, disposições, de percepção, apreciação e antecipação que foram produzidos no agente social. Estes

relações de gênero face à configuração de práticas mercantis instituídas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal, desde 2003. Este programa oportuniza às mulheres o seu cadastramento como produtoras rurais e a comercialização de seus produtos. Nesse contexto, procura-se analisar se o PAA tem possibilitado a implementação do novo *habitus de gênero*, oportunizando o empoderamento da mulher no âmbito público e privado.

O objetivo principal deste estudo é, pois, analisar as possibilidades de empoderamento das mulheres que participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Para responder a esta questão problematizada, duas hipóteses foram elaboradas. A primeira hipótese repousa sobre a perspectiva de que a participação da mulher socializada em uma sociedade rural, marcada por uma cultura política com poder de mando centralizado, traria como consequência a lenta transformação da sua postura de submissão e passividade, mediante a sua participação em atividades de negociação e reconhecimento público da sua condição de produtora. Já a segunda hipótese, afirmando que as possibilidades de empoderamento da mulher agricultora estariam relacionadas à ampliação da sua autonomia econômica e maior domínio da sua condição de cidadã via as oportunidades sociais, como serviços de educação, saúde, e participação econômica.

A pesquisa ora apresentada teve um caráter descritivo, ao tentar caracterizar as atitudes e os comportamentos das mulheres que participavam do PAA, e também um caráter explicativo, ao tentar analisar se esta participação em um Programa que permite a experiência da participação associativa para a venda de alimentos através da intermediação do Estado repercutia em empoderamento para elas. A pesquisa foi realizada através de um *survey*<sup>2</sup>. O universo empírico desta pesquisa foi delimitado por cinco comunidades rurais, homologadas no ano de 2010 para participarem da Política Pública do PAA-Barbacena<sup>3</sup>.

Duas características da cidade de Barbacena influenciaram na escolha que dela fizemos como *locus* de nosso estudo: o primeiro, já destacado anteriormente, está relacionado às raízes coronelísticas deste município, tornando-o um campo fértil para os

---

esquemas são o resultado de um trabalho de inculcação pela prática em que o agente social interioriza, de modo sistemático e coerente, as estruturas das relações de poder, a partir do lugar e da posição que nelas ocupa, e exterioriza em práticas as disposições, os esquemas pré-reflexivos estruturados, que antes interiorizou. (...) O *habitus*, ao ser aprendido por incorporação é transparente à consciência e à sua transformação voluntária (BOURDIEU, 2002 *apud* CARIA, 2003, p. 05-06).

<sup>2</sup> As pesquisas de *survey* empregam técnicas específicas e peculiares a este método, podendo se encaixar nas normas gerais da investigação científica (BABIE, 2005, p.35).

<sup>3</sup> Campestre, Costas da Mantiqueira, Pombal, Palmital dos Carvalhos e Senhora das Dores.

debates sobre as questões de gênero e democracia participativa; o segundo diz respeito ao tipo de produção agrícola característica do citado município, expressivo pelo cultivo de flores, olerícolas e frutas, considerados como mais adequados às supostas peculiaridades da mão de obra feminina<sup>4</sup>.

Barbacena fica localizada na mesorregião do Campo das Vertentes. Possui uma área de abrangência de 788,001 km<sup>2</sup>, densidade demográfica de 158 hab/m<sup>2</sup>, IDH de 0,798 (IBGE 2000) e a população de 126.284 habitantes (IBGE, 2009). Trata-se de um município situado no bioma Mata Atlântica, localizado no planalto da Serra da Mantiqueira, numa altitude de 1.160m, com clima tropical mesotérmico, caracterizado por baixas temperaturas. Barbacena se destaca por ter um comércio diversificado. Na perspectiva da educação, a cidade sedia a Superintendência Regional de Ensino<sup>5</sup>, que abarca 19 escolas, a Secretaria Municipal de Educação<sup>6</sup>, responsável por 31 escolas e 11 creches e duas escolas da rede federal: Escola Preparatória de Cadetes do Ar e o Instituto Federal do Sudeste-MG; Faculdade de Medicina da Fundação Presidente Antônio Carlos, dentre outras, Universidade Estadual de Minas Gerais. Sedia o Batalhão Regional da Polícia Militar e atualmente dispõe de uma rede variada de hospitais, inclusive o regional. Os setores agrícolas e pecuários são de relevância nas atividades econômicas do município. Trata-se de uma cidade com potencial turístico tradicional uma vez que sua localização encontra-se na Estrada Real, destaque para a Festa das Rosas, Exposição Agropecuária e Festas Religiosas. Barbacena é o maior centro urbano, na perspectiva populacional, da mesorregião segundo IBGE (2011), e exerce um papel fundamental na dinâmica de todo seu entorno, além de ser privilegiado por uma malha rodoviária, formada pelo triângulo Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, conforme dados apresentados na Figura 2, deste estudo.

Apresenta-se, a seguir, a divisão territorial de Barbacena, datada de 2003<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> Collin (1991) aponta que as mulheres são consideradas melhores trabalhadoras em certas funções devido às suas características biológicas e, inclusive, devido à sua natureza frágil. Branco e Veinscher (2001), em pesquisa realizada no Vale São Francisco, apontaram para o fato da mão obra feminina ser vista como adequada ao contexto do seu emprego na produção de frutas e hortaliças.

<sup>5</sup> Pesquisa realizada junto à Superintendência Regional de Ensino, em novembro de 2012.

<sup>6</sup> Pesquisa realizada junto à Secretaria Municipal de Barbacena, em novembro de 2012.

<sup>7</sup> O município de Barbacena é constituído por 13 (treze) distritos: Barbacena, Colônia Rodrigo Silva, Correia de Almeida, Costas da Mantiqueira, Faria, Padre Brito, Galego, Mantiqueira do Palmital, Senhora das Dores, Pinheiro Grosso, Ponte do Cosme, Ponte Chique do Martelo, São Sebastião dos Torres.



Figura 1 - Mapa do Brasil, Minas Gerais e, em destaque, o município de Barbacena - MG, 2012.

Fonte:

<http://www.barbacena.mg.gov.br/dados.pdf>.



Figura 2 - Mapa do Brasil referente à localização de Barbacena e as capitais Belo Horizonte (169 km), Rio de Janeiro (272 km), São Paulo (532 km) e Brasília (884 Km).

Fonte:

<http://www.barbacena.mg.gov.br/dados.pdf>.



Figura 3 - Mapa do município de Barbacena - MG, 2012.

Fonte: Secretaria Municipal de Obras de Barbacena.



Figura 4 - Cultivo de olerícolas, inhames, laranjas, cebolinha, etc. em propriedades barbacenenses.

Fonte: Acervo de fotos da pesquisa de campo, 2012.

Segundo Canêdo (2011), Barbacena desenvolveu-se e povoou-se rapidamente no século XVIII, pois era etapa obrigatória na ligação comercial da região das minas de ouro com o Rio de Janeiro, então capital da colônia. No início do século XIX, Barbacena era uma importante cidade comercial. Barbacena se desenvolveu como um município marcado fortemente por influências patriarcais e estas, até os tempos atuais, influenciam as relações políticas e sociais que afetam sobremaneira a população que vive no campo, fortemente marcada por práticas clientelísticas e assistencialistas.



Figura 5 - Foto da Igreja Matriz N. Sra. da Piedade do município de Barbacena - MG, 2012.

Fonte: <http://www.barbacena.mg.gov.br>.

Na história de Barbacena destaca-se a existência de duas famílias tradicionais: a família Andrada, originária do irmão do patriarca José Bonifácio Andrada, Martim Francisco Ribeiro Andrada, que chegou a Barbacena em 1881, em busca de um clima favorável para a sua esposa doente se tratar e a família Bias Fortes, originária do coronel Oliveira Fortes, pai do primeiro político de destaque da família, Crispim Jaques Bias Fortes, nascido em 1880 (MASSENA, 1985, p.42). As famílias tradicionais de Barbacena, ao longo da história mineira, destacam-se por fazer parte da composição de cargos de relevância no poder público, via eleição ou mediante “alianças políticas”<sup>8</sup>.

Nos tempos atuais se acentua a presença do Estado na sociedade, através da prestação de serviços e da implementação de políticas públicas de âmbito federal, as quais afrouxam, sobremaneira, a dependência da população do poder dos coronéis municipais. Programas como o PAA<sup>9</sup>, o PRONAF<sup>10</sup>, o PNAE<sup>11</sup>, o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, a ampliação de instituições públicas de ensino e a política de cotas na educação, podem ser tomadas como exemplos deste estreitamento dos vínculos entre o cidadão e o Estado. Juntamente com estas políticas e programas, novas práticas representativas e colegiadas que abrem a oportunidade de participação dos cidadãos são implementadas nos municípios através de instituições como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável<sup>12</sup>, o Conselho Municipal de Habitação, o Conselho Municipal de Saúde e o Conselho Municipal de Educação, dentre outros. Esses diferentes Conselhos, embora ainda apresentem as suas fragilidades, sinalizam as

---

<sup>8</sup> Dentre os cargos ocupados pelas citadas famílias tradicionais, destacamos os cargos federais, estaduais e municipais: Governo de Minas Gerais, Prefeitura, Deputado Federal e Estadual, Vereador, além de cargos de confiança em diversas instituições, inclusive da Gestão do Governo de Minas Gerais. Atualmente a prefeita de Barbacena é da família Bias Fortes e o prefeito da gestão anterior foi da família Andrada.

<sup>9</sup> O PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 5.873, de 15 de agosto de 2006. Trata-se de um programa gestado por um grupo composto por representantes de cinco ministérios: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS; Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Planejamento/MAPA, Ministério do Orçamento e da Gestão e Ministério da Fazenda.

<sup>10</sup> O PRONAF foi desenvolvido a partir do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), criado no governo Itamar Franco, em 1994, que atendia os agricultores familiares e operava com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O PRONAF, em 1996, foi institucionalizado pelo decreto Presidencial nº. 1.946, datado de 28 de julho. (MATTEI, 2006, p. 15).

<sup>11</sup> Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) foi instituído no Brasil em 1940, como Merenda Escolar, sob as novas perspectivas, por meio da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, em seu art. 2 e § V prevê o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

<sup>12</sup> O município de Barbacena, por meio da Portaria 14.089 instituiu o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, buscando assegurar à efetiva e legítima participação das comunidades rurais na discussão e elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

possibilidades do desenvolvimento de práticas representativas mais transparentes, entre o poder público e o cidadão<sup>13</sup>.

O panorama de mudanças estabelecido entre sociedade civil e organização político-administrativa estatal, pós-anos 90, disseminaram o estabelecimento de mudanças de práticas e estas, podem se estender até aos representantes políticos das seculares famílias patriarcais e a população dos municípios e, com isto, tais mudanças podem alcançar aqueles que vivem no meio rural, permitindo que estes passem a experienciar novas práticas, que mesmo envoltas em uma cultura assistencialista, podem apresentar um caráter menos personalista<sup>14</sup>.

Nos tempos atuais em Barbacena, os seguintes movimentos sociais atuam ativamente em rede: Movimento da Economia Solidária; Movimento da Segurança Alimentar; Movimento Social para Inclusão de Pessoas em Sofrimento Mental, Movimento Social dos Trabalhadores em Saúde Mental, Movimento da Igualdade Racial, dentre outros de menor expressão local. O município conta com o ativismo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Sinter) e do Sindicato do Produtor Rural. Além disto, conta com a presença de uma instituição de ensino de caráter federal: o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais/*campus* Barbacena<sup>15</sup> que, em parceria com a

---

<sup>13</sup> Segundo Gohn (2004), pós-anos 90 a sociedade civil se amplia e passa a atuar juntamente com a sociedade política, desenvolvendo um novo espaço público não estatal no qual encontramos os conselhos, os fóruns, as redes e as articulações entre a sociedade civil e os representantes do poder público, que juntos coadunam na gestão de parcelas da coisa pública e tentativa de atender as demandas sociais.

<sup>14</sup> Segundo Mattei (2010), o processo de democratização do Brasil, após a promulgação da Constituição de 1988, promoveu um reordenamento do Estado brasileiro, por meio da descentralização das ações governamentais, ampliando o acesso aos recursos públicos, democratizando as próprias políticas, estabelecendo uma nova forma de gestão pública. Sendo assim, a relação tradicional entre Estado e sociedade começa a se alterar à medida que os atores sociais elevam sua participação. E assim, passa a ocorrer a participação das esferas subnacionais, estados e municípios, como contraponto à significativa centralização que marcou a gestão pública durante os governos militares. O autor ressalta que a administração pública brasileira ainda é fortemente marcada pelo caráter patrimonialista, que favorece a prática da corrupção, fortalece a configuração de uma administração incompetente, sempre capaz de interferir a favor de interesses oligárquicos em detrimento dos interesses dos segmentos sociais historicamente excluídos e, por esta razão, o processo de descentralização é lento, uma vez que romper com a cultura política que se reverte de práticas clientelistas, corporativistas e autoritárias, significa transformar as administrações estaduais e locais em espaços de representação de diversos interesses, criando novas regras e novas formas de convivência política, estimulando um processo de construção social de *baixo para cima*.

<sup>15</sup> O Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - campus Barbacena, antiga Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG foi instituído em 1910, como Aprendizado Agrícola de Barbacena subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Com o passar dos anos ocorreram transformações estruturais e em 1993, passou a ser uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação e Desporto e hoje está vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, com uma área que abrange 479 hectares e uma área construída de 27.079,80 m<sup>2</sup> e atende demandas local, regional e nacional, com diversos cursos de nível técnico, tecnológico e licenciatura. Atualmente possui dentre diversos Cursos de Ensino Técnico e Superior os Cursos Técnicos em Agropecuária (na modalidade ensino presencial e ensino a distância) e Curso Superior em Agronomia.

Fundação Diaulas Abreu<sup>16</sup>, desenvolve diversos projetos junto às comunidades rurais e periurbanas.



Figura 6 - Foto do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, campus Barbacena - MG, 2012.

Fonte: <http://www.barbacena.mg.gov.br>.

Esta dissertação está desenvolvida em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo apresenta as perspectivas teóricas que sustentaram esta pesquisa, evidenciando as opções conceituais acerca de *empoderamento*, que se constituiu no foco analítico desta pesquisa. O segundo capítulo aborda as políticas públicas e o processo de redemocratização do Brasil, a partir das mudanças instauradas no pós-governo militar e os reflexos destas para as políticas públicas direcionadas para o campo, destacando as ações em prol do incentivo da participação da mulher nas políticas públicas e na esfera do mercado. O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados: a definição do cálculo da amostragem dos entrevistados, bem como os métodos de coleta e de análise dos dados. No quarto capítulo estabeleceu-se um diálogo entre as teorias e conceitos trazidos nos capítulos 1 e 2 face aos dados coletados. Conclui-se o presente trabalho com a apresentação das considerações finais acerca do estudo realizado.

---

<sup>16</sup> A Fundação Diaulas Abreu (FAPE) vinculada ao IF Sudeste MG, *campus* Barbacena, antiga Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG foi instituída em 2000. Desde então vem atuando em diversas atividades e projetos, promovendo a inclusão social, capacitações socioprofissionais. Destacamos dentre os Projetos: Projeto Social de Natação, que atende quinhentas crianças e jovens das escolas públicas em uma ação desportiva aquática, educativa, com orientações alimentares (lanche), socialização e higiene; este projeto é financiado pela Empresa Brasileira de Correios e Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA). Projeto Barbacena Cidade Digital que integra as escolas municipais, estaduais e órgãos públicos via rede de dados *wifi* (rede sem fios), inclusive escolas da zona periurbana e rural. Também neste houve doação de *nets* para estudantes de algumas escolas e implantação de vários laboratórios de inclusão digital, com treinamento para docentes e equipe técnica das citadas instituições. Este projeto foi fomentado pelo Ministério das Telecomunicações e Fundação Educativa de Rádio e Televisão de Ouro Preto/UFOP e participam dele um professor do IF Sudeste como coordenador e uma equipe de seis alunos dos Cursos Técnicos e Superior de Informática do IF Sudeste-Barbacena.

## **2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS: GÊNERO, EMPODERAMENTO E RELAÇÕES DE PODER**

As pesquisas e os estudos acadêmicos sobre gênero e políticas públicas são uma tendência crescente no Brasil após o fim da Ditadura Militar. Sendo assim, o presente trabalho de dissertação busca debater os citados temas destacados, juntamente com a categoria de análise empoderamento, considerando que esta traz em seu bojo aspectos relevantes para o entendimento dos processos de mudanças, advindos do processo de redemocratização brasileiro. A efervescência do processo trouxe mudanças que viabilizaram a instituição de ações estratégicas voltadas para o combate à pobreza e às desigualdades sociais, buscando incluir grupos, indivíduos, organizações e comunidades, anteriormente vistas como dominadas e excluídas por comporem estratos de menor condição socioeconômica, passando estes a buscar a equidade e a redução das desigualdades via cidadania, poder e direitos.

Com isto, abre-se a possibilidade de ampliação da inserção feminina em diversas perspectivas da vida em sociedade, tais como: no mercado de trabalho; nas esferas da formação profissional e intelectual e nos fóruns representativos, em que se percebe uma crescente presença das mulheres. Neste capítulo, busca-se olhar para a desigualdade feminina, enfatizando os espaços sociais das comunidades rurais e debater o empoderamento da mulher: uma ferramenta relevante no combate às desigualdades de gênero.

O debate do empoderamento se dá em duas perspectivas: a individualizada, relacionada ao âmbito privado nas dimensões privada e econômica e a coletivista relacionada ao âmbito público, nas dimensões política e social. Prossegue-se com a discussão acerca das questões de gênero nas seguintes relações: do poder; na dimensão pública e privada; na agricultura no Brasil.

### **2.1 O termo empoderamento em debate**

A literatura nos aponta que o termo *empoderamento* surgiu nos Estados Unidos, com os direitos civis nos anos 70. O movimento negro “o utiliza como uma forma de expressar a autoavaliação da raça e a conquista da cidadania plena” (COSTA, 2011, p. 7). Na mesma década e no mesmo país, o movimento feminista utiliza o termo

*empoderamento* no âmbito da “alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres. Concebe-se que as mulheres tornam-se *empoderadas*, através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais” (COSTA, 2011, p. 7). As pesquisadoras e ativistas feministas, Gita Sen (1985) e Caren Grown (1985), utilizaram o citado conceito na Terceira Conferência sobre a Mulher da Organização das Nações Unidas, em Nairobi, no ano de 1985, com o sentido de “uma estratégia conquistada por mulheres do Terceiro Mundo, para mudar as próprias vidas” (apud DEERE & LÉON, 2002, p. 53).

Dentre vários pesquisadores da língua inglesa, John Friedmann (1996) se destaca com sua obra *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, trazendo importantes contribuições para o debate científico. O autor considera que o termo *empoderamento* “é todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania” (FRIEDMANN, 1996 apud LISBOA, 2008, p. 3).

No Brasil e países de língua portuguesa, o citado termo chegou com o novo milênio e este se constituiu como categoria analítica e empírica de diversas disciplinas e áreas de conhecimento, além de se tornar uma importante ferramenta para os governos, organizações da sociedade civil e agências de desenvolvimento que buscam, em princípio, transformar a vida de pessoas e comunidades (GOHN, 2004).

Nas sociedades brasileira e latino-americana seus traços culturais, sistema educacional, sistema religioso, legislações e modos de vida social foram marcados por ideologias que fortaleceram as desigualdades de gênero, dispondo homens e mulheres de formas opostas, exaltando a supremacia masculina diante da feminina, aflorando relações de domínio e subjugação. Neste embate, estratégias desenvolvimentistas e projetos de intervenção passaram a ser elaborados com ênfase em atuar na redução das práticas que oprimem e exploram as mulheres, especificamente as mulheres pobres. Nas citadas estratégias, o conceito de empoderamento emerge, passando a ser utilizado pelo movimento de mulheres na redução das disparidades de gênero (COSTA, 2011).

Os estudos de Deere e Léon (2002) sobre a desigualdade de gênero e propriedade da terra na América Latina trazem para o debate o termo *empoderamento* relacionado ao conceito de poder, em uma perspectiva na qual o poder condiciona a experiência da mulher em um duplo sentido: “ele é fonte de sua opressão quando objeto de abuso e uma fonte de emancipação em seu uso [...] um mecanismo de resistência ou tomada de poder, sobre as formas existentes do mesmo”. Para elas são quatro aspectos: *poder sobre, poder para, poder com e poder de dentro*. O *poder sobre*, na concepção

das autoras, é aquele sem caráter de mudança, um poder negativo que promove o aumento do poder de alguém, em detrimento da perda de poder de outrem. As demais formas de poder: *poder para*, *poder com* e o *poder de dentro* são, para elas, o poder com caráter positivo e aditivo, por aumentar o poder de um indivíduo e também o aumento do poder de todos (DEERE e LÉON, 2002).

As autoras evidenciaram o fato de o *poder sobre* ter dominado as relações na sociedade latino-americana, razão pela qual esta abordagem ter sido evitada nas discussões feministas, uma vez que esta reforça o lado negativo do poder relacionado às mulheres. Esta perspectiva evidencia uma visão enfraquecida da mulher, por sugerir a sua vitimização e a sua falta de poder. O desigual acesso feminino às oportunidades econômicas e sociais favorece e fortalece o predomínio de mulheres entre os pobres. Sendo assim, o Fórum Econômico Mundial elaborou o documento *Empoderamento das Mulheres - avaliação das disparidades globais de gênero* (FEM, 2005), definindo cinco dimensões importantes para o *empoderamento* e oportunidade das mulheres: participação econômica; oportunidade econômica; empoderamento político; conquistas educacionais; saúde e bem-estar (LISBOA, 2008).

No presente trabalho buscou-se investigar, nas pesquisas e nos estudos, a relação do poder, abordada em duas correntes teóricas distintas, uma que relaciona o *poder conquistado pelo indivíduo* e a outra, o *empoderamento coletivizado* para, em ambas, investigarmos a relação da mulher que vive nas comunidades rurais e as políticas públicas direcionadas para o campo.

### 2.1.1 A perspectiva relativa ao poder conquistado pelo indivíduo

Nesta perspectiva, buscou-se amparar a discussão sobre as dimensões do poder aos estudos desenvolvidos pelo economista Amartya Sen (2004) em sua obra *Desenvolvimento como Liberdade*. Tal estudo apresenta a expansão das liberdades e a condição de agente do indivíduo como fatores necessários para que ocorra desenvolvimento, por promoverem um processo que possibilita a remoção ou redução das fontes de privação do indivíduo, como a pobreza e a tirania; a carência de oportunidades econômicas; a negligência dos serviços públicos e, enfim, outros fatores que redundam em ausência de direitos.

Na condição de agente do indivíduo reside o combate às privações, às fomes, à violação de liberdades básicas e políticas, o desinteresse na condição de agente das

mulheres e os múltiplos fatores que ameaçam o meio ambiente e a sustentabilidade da vida econômica social (SEN, 2004).

A liberdade individual é um comprometimento social, enquanto que a liberdade econômica e política ficam vinculadas às oportunidades sociais, do tipo educação e saúde. As oportunidades sociais complementam as oportunidades individuais de participação econômica e política, promovendo iniciativas capazes de vencer as privações, por meio do estabelecimento da condição de agente do indivíduo. Tal condição funciona como uma ferramenta que viabiliza a eliminação das privações, ainda que, esta ocorra de forma peculiar a cada indivíduo, considerando que as oportunidades sociais, políticas e econômicas são ofertadas de maneira peculiar, a cada indivíduo (SEN, 2004).

A superação das privações reside na centralidade do processo de desenvolvimento, a partir do reconhecimento das diversas formas de liberdade como dispositivo de combate aos males que afligem tanto os países ricos quanto os pobres. A complementaridade da condição de agente individual e as disposições sociais influenciam a liberdade individual, expandindo-a e tornando-a um fim e um meio do processo de desenvolvimento, promovendo a eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem sua condição de agente (SEN, 2004).

A condição de agente relacionada de forma interativa com instituições como o Estado, o mercado, o sistema legal, os partidos políticos, a mídia, os grupos de interesse público e os foros de discussão pública são investigados a partir de sua contribuição, para expansão e garantia das liberdades substantivas dos indivíduos, vistos como agentes de mudança e não como recebedores passivos de benefícios (SEN, 2004).

As disposições sociais, econômicas e os direitos civis tornam-se fatores condicionantes das liberdades e influenciam na redução das principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência de serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2004).

No centro do processo de desenvolvimento, a liberdade é observada sob duas perspectivas, uma pautada em uma razão avaliatória do progresso, relacionada ao aumento da liberdade das pessoas e a outra perspectiva refere-se à eficácia do desenvolvimento, vinculada à livre condição de agente das pessoas, não só como um componente do desenvolvimento, mas também como elemento que o fortalece, juntamente com os outros tipos de condições de agentes livres, por meio de

oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas (SEN, 2004).

As oportunidades acima exercem influências no exercício das liberdades das pessoas, mediadas pela liberdade de participar da escolha social e da tomada de decisões públicas. Sen (2004) nos aponta, com base no pensamento de Adam Smith, que a liberdade de troca é um componente essencial das liberdades básicas valorizadas pelas pessoas e também um fator que o autor considera muito importante para o desenvolvimento, *a priori*, a liberdade de troca: de palavras, bens e presentes e, *a posteriori*, o mercado, são ferramentas relevantes na promoção da liberdade de troca e transação (SEN, 2004).

O processo de desenvolvimento integrado às considerações econômicas, sociais e políticas evidencia muitas instituições diferentes, dentre elas o mercado e as organizações, relacionando-os ao próprio mercado, governos e autoridades locais, partidos políticos e debates abertos, incluindo o papel da mídia e dos meios de comunicação (SEN, 2004).

Tais debates abertos fundamentam um novo olhar sobre os valores sociais e costumes prevaletentes, uma vez que estes podem influenciar as liberdades que as pessoas desfrutam e prezam. Nos valores prevaletentes e costumes sociais podemos identificar a existência ou não de corrupção e o real papel da confiança, que influenciam as liberdades de participação, originadas dos processos de discussões públicas e sociais. Também neles podemos identificar as características sociais como igualdade de gênero entre sexos, o cuidado dispensado aos filhos, padrões de fecundidade, o tamanho das famílias, o cuidado com o meio ambiente e diversos outros (SEN, 2004).

A liberdade, vista sob uma perspectiva instrumental, classifica-se em cinco tipos distintos de direitos e oportunidades que podem promover a capacidade geral de uma pessoa: liberdades políticas; facilidades econômicas; oportunidades sociais; garantias de transparência e segurança protetora. A liberdade ressalta o papel das políticas públicas como ferramenta capaz de aumentar as capacidades humanas e as liberdades substantivas, bem como promover o funcionamento de liberdades distintas interrelacionadas com o modo de vida das pessoas e o que elas valorizam. Na visão do autor Sen (2004), as liberdades instrumentais atuam como um elo que liga outras liberdades, contribuindo com o aumento da liberdade humana em geral e a compreensão mais plena do papel da liberdade, enquanto instrumento (SEN, 2004).

Para o autor, as liberdades estão nos meios e nos fins primordiais do desenvolvimento. A importância avaliatória da liberdade deve entender as relações que vinculam as diferentes liberdades. A liberdade política pautada nas eleições livres e a liberdade de expressão promovem a segurança econômica. As oportunidades sociais do tipo serviços de educação e saúde favorecem a participação econômica. As facilidades econômicas, oriundas das oportunidades de participação no comércio e na produção, produzem os recursos públicos para os serviços sociais e a abundância individual; enfim diferentes tipos de liberdades que se fortalecem entre si.

Nas prioridades valorativas, a distinção entre *agente* e *paciente* à luz dos conceitos da economia e processo de desenvolvimento encontra-se a liberdade na centralidade, orientando para uma visão que enfatiza o agente, que, em meio às oportunidades sociais adequadas a cada indivíduo, pode moldar seu próprio destino e ajudar os outros. Que sejam reconhecidos, num papel positivo da condição de agente livre e sustentável e não como beneficiários passivos de programas de desenvolvimento, que necessitam de recursos governamentais integrados para seu sustento (SEN, 2004).

O autor em questão enfatiza no debate a condição de agente das mulheres e a mudança social, partindo do enfoque *welfarista* com excessiva concentração nos aspectos do bem-estar das mulheres, que estes aspectos evoluíram e se ampliaram para enfatizar o papel ativo da condição de agente das mulheres.

Já não mais receptoras de auxílio para melhorar seu bem-estar e sim sendo vistas tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativos de mudanças, promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens (SEN, 2004, p. 220 e 221).

A compreensão do papel da condição de agente é essencial para o reconhecimento dos indivíduos como pessoas, com capacidade de ação, de assumir responsabilidades por fazer ou não fazer algo. Os movimentos feministas, ao mudarem o enfoque da descabida concentração de bem-estar das mulheres ou seu mal-estar, enfoque julgado inadequado na visão do citado movimento, por dificultar o desenvolvimento pessoal das mulheres, para dar lugar a mudanças e com elas à necessidade de justiça social para as mulheres tratadas como menos iguais, culturalmente negligenciadas em todo o mundo. A condição de agente das mulheres traz um enfoque que possibilita a remoção das iniquidades que restringem o bem-estar feminino.

Estudos empíricos acerca de gênero, elaborados por diversos autores dentre eles destacamos Sen (2004), Deere e León (2002), Siliprandi e Cintrão (2011), Brumer

(2004), as variáveis como renda ou emprego na esfera pública, direitos à propriedade, educação, participação nas decisões, dentro e fora da família, são elementos que dão voz ativa às mulheres, promovem sua condição de agente, sua independência e ganho de poder. As mulheres, ao contribuir na prosperidade da família por meio do emprego fora de casa, enfrentam diferentes desafios do mundo privado, sofrem efeitos educativos que ampliam a sua eficácia na condição de agente.

A questão da instrução torna a mulher mais informada e qualificada e a propriedade de bens são componentes que ampliam seus poderes nas decisões familiares. O reconhecimento do aumento de poder das mulheres, originados da sua independência e emancipação social, podem modificar os princípios organizadores que regem as divisões nas famílias e sociedade e com isto, influenciar nos preceitos pré-estabelecidos legados às mulheres e baseados nos costumes e tradições (SEN, 2004).

As tomadas de decisão em família envolvem cotidianamente homens e mulheres. Esta abordagem da vida familiar é regida por interesses às vezes congruentes ou conflitantes, mas, segundo Sen (2004), se elas forem regidas de forma cooperativa, por meio de consenso via *conflito cooperativo*, assim então ocorrerá um equilíbrio nas relações grupais e ganho de poder por parte da mulher, numa relação onde os dois opinam.

O autor aponta para o fato de muitas vezes a mulher, além de não participar das decisões familiares, nem mesmo reconhece a *parte* que lhe cabe nestas. Ela “sofre privação e nem sequer é capaz de avaliar claramente o seu grau de privação relativa” (SEN, 2004, p. 224).

Em âmbito geral, Sen (2004) ressalta o fato de o ganho de poder das mulheres na família ser capaz de reduzir significativamente a mortalidade infantil. A voz ativa das mulheres, adquiridas via instrução e emprego, influenciaria o debate público sobre temas sociais, como taxa de fecundidade e prioridades para o meio-ambiente. Também a divisão, dentro da família, dos alimentos, cuidados com a saúde e outros, dependem do modo como são geridos os recursos econômicos da família e se atendem aos interesses dos diversos moradores da casa: mulheres, homens, meninas e meninos; crianças e adultos; velhos e jovens.

O autor ressalta a questão da desigualdade contínua na divisão de alimentos e talvez o cuidado com a saúde, atentando para o fato de que, em sociedades mais pobres, a desigualdade entre sexos e o viés antifeminino são fatores que podem ser reduzidos com o ganho de poder por parte das mulheres e, com isso, estas passam a produzir mudanças nos valores da comunidade. A contribuição da mulher para a prosperidade da

família é mais visível quando ela trabalha fora, recebe uma remuneração e este fator afeta a condição das meninas na família. A liberdade de poder trabalhar fora de casa contribui para não sofrer fome, doença e privação relativa (SEN, 2004).

A condição de agente das mulheres está relacionada ao fato da importância que as mães dão ao bem-estar dos filhos e tal fator influencia no direcionamento da família (SEN, 2004).

A posição mais elevada e a independência feminina podem favorecer a redução das desigualdades contra o sexo feminino nas tomadas de decisões familiares, influenciando para a mudança social em geral. No debate, o autor aponta também para o fato de respostas positivas no que tange às experiências de oportunidade de microcrédito concedida às mulheres, fortalecendo a sua condição de agente, por possibilitar, por meio do envolvimento em assuntos sociais e econômicos, maior recurso para o planejamento familiar (SEN, 2004, p. 234)

Nas questões relacionadas ao meio-ambiente, o papel feminino direcionou para a conservação dos recursos naturais e estes ficam vinculados às oportunidades de participação econômica em atividades agrícolas relacionadas à propriedade de terra (SEN, 2004).

Nas mudanças de poder do indivíduo, destacamos o papel da condição de agente das mulheres influenciando diretamente o bem-estar feminino, em uma perspectiva ampla, a qual beneficia diversos fatores vinculados ao desenvolvimento geral, como a melhoria da sobrevivência das crianças e a contribuição para a redução das taxas de fecundidade. Sendo assim, a condição de agente das mulheres é de suma importância para a economia política do desenvolvimento, por nesta residir a participação e a liderança política, econômica e social das mulheres, fator que, segundo o autor, necessita de reconhecimento e que se ampliem os estudos, por se tratar de um aspecto crucial do *desenvolvimento como liberdade* (SEN, 2004).

Nas perspectivas apresentadas pelo autor, a liberdade é determinante para a iniciativa individual e para a eficácia social, uma vez que ela melhora o potencial da pessoa para cuidar de si mesma e para influenciar o mundo, ao participar efetivamente dos destinos de sua comunidade como *agentes*, ao invés de *pacientes*. Assim, para além de seu aspecto político, as liberdades substantivas implicam direitos que garantam a qualidade de vida, tais como segurança econômica e física, proteção contra fomes e

doenças tratáveis, mecanismos de combate a diversas formas de discriminação e transparência nas relações sociais.

### 2.1.2 *A perspectiva do empoderamento coletivizado*

A segunda corrente apresenta uma concepção mais coletivista do empoderamento. Nesta vertente, o termo se vincula ao processo de crescimento dos indivíduos e dos grupos, na busca por autonomia. A autora Gohn (2004) pode ser inserida nesta vertente, tendo em vista que, para ela, o termo *empoderamento* assume um caráter de desenvolvimento das capacidades geradoras dos indivíduos e dos grupos, fundamentais na organização e no desenvolvimento de seus projetos e dos projetos da comunidade. Os pesquisadores Horochoviski e Meirelles (2007) consideram-no um polo de resistência e transformação da contemporaneidade, pela sua perspectiva emancipatória, por desencadear um processo político, pautado em ações articuladas e reivindicatórias dos sujeitos, organizações e movimentos de amplitude global; em uma relação na qual ocorre uma sinergia entre indivíduos e grupos, fato que se aproxima da noção de ação social. Segundo eles:

[...] empoderar é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão [...] sujeitos terem poder de agenda nos temas que afetam suas vidas (HOROCHOVISKI e MEIRELLES, 2007, p. 486).

Para Macedo Filho e Regino (2007), o citado termo se estabelece por meio do diálogo com as mais diversas formas de aquisição de poder e estas agem sobre os recursos necessários ao desenvolvimento de uma determinada região ou espaço. O fato de as mulheres estarem assumindo o papel de provedoras e de chefes de família, com a obtenção de recursos e a contribuição para o orçamento doméstico, amplia a possibilidade do empoderamento destas no âmbito doméstico e possibilita que este se estenda e se consolide na esfera pública. Os citados pesquisadores realizaram a sua pesquisa com as associações de sisaleiras, na cidade de Valente-BA. Para estes autores, o processo de dar poder às mulheres deriva de uma reformulação e desconstrução dos atuais esquemas políticos e sociais, por meio da participação ativa em movimentos, atuação nas instâncias governamentais e, também, com a criação de organizações da sociedade civil (associações). Esses aspectos possibilitam alternativas de sobrevivência de várias mulheres e suas famílias, sobretudo as de baixa renda, pois levam demandas

do âmbito privado para os espaços públicos, influenciando nos processos de tomadas de decisões.

Para Antunes e Romano (2002), o debate do citado termo deve vir relacionado ao campo ideológico do desenvolvimento, adicionado à discussão de capital social e capacidades individuais ou coletivas. O empoderamento dos pobres e das comunidades deve ocorrer pela conquista plena dos direitos de cidadania, balizados pela capacidade de um ator, individual ou coletivo, usar seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais, para atuar com responsabilidade no espaço público na defesa de seus direitos, influenciando as ações do Estado na distribuição dos serviços e recursos públicos.

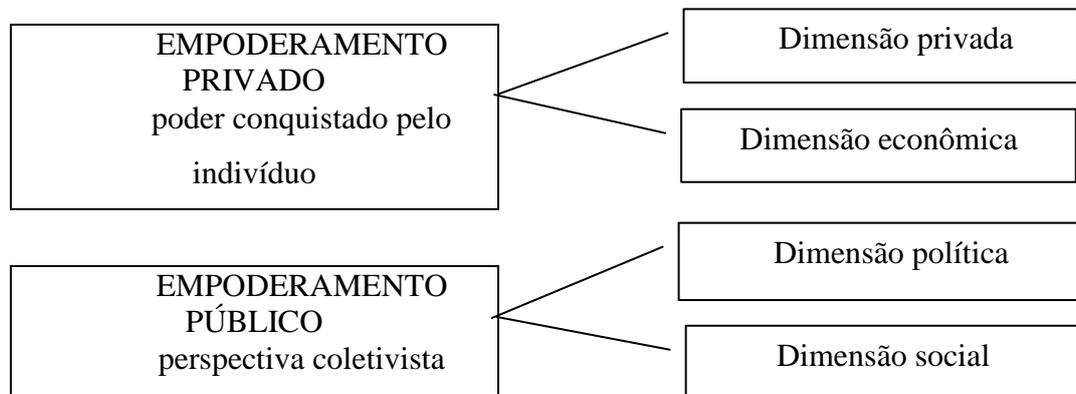
Yannoulas (2001) relaciona o termo em debate ao desenvolvimento de potencialidades, ao acesso a informações, o aprimoramento de percepções via troca de ideias, redundando em fortalecimento das capacidades, habilidades e disposições das mulheres para o exercício legítimo do poder, enfim práticas capazes de desencadear o empoderamento, por meio de ações que podem ser desenvolvidas com grupos de mulheres, como: análise de experiências, reconstrução de histórias de vida, análise de experiências pessoais, a adoção de técnicas cooperativas e interativas entre elas, enfim o desenvolvimento de programas de formação baseado em metodologias participativas.

O citado termo, na acepção de Patricia Fernández e Alejandra Barrientos (2000), se dá pela base, e elas o denominaram de *empoderamento cidadão*. Trata-se de uma perspectiva que conceitua o termo via as dimensões da cidadania, incluindo nesta dimensão a associatividade, o exercício de direitos e as obrigações individuais e coletivas, o acesso a decisões políticas, a voz pública pelos direitos das mulheres e pelo controle cidadão nas políticas públicas, fomentado assim, a prática participativa. Na extensão do debate do empoderamento pela base, Jussara Prá (2001) o relaciona a uma abordagem na qual este possa funcionar como um aditivo, na geração de capital social e exercício da cidadania substantiva, possibilitando a ampliação da participação das mulheres na esfera pública.

Diante da discussão desenvolvida sobre o empoderamento, apresentada sob estas duas perspectivas, a opção teórico-metodológica deste trabalho é por debater as duas correntes: *o empoderamento individualizado* e *o empoderamento coletivizado*, por considerarmos que nas duas perspectivas repousam concepções voltadas para a percepção das possibilidades de organização do indivíduo ou dos indivíduos na realização de ações.

## 2.2 Operacionalização do Conceito de Empoderamento

Uma vez identificadas às perspectivas do *empoderamento*, dividiu-se as mesmas em quatro dimensões que orientaram a análise e o debate neste capítulo, sendo o *empoderamento privado* circunscrito às dimensões privada e econômica e o *empoderamento público* relacionado às dimensões social e política.



Esquema 1 - Tipos de *empoderamento* e suas respectivas dimensões.  
Elaborado pela autora.

Abaixo, elencamos as respectivas dimensões e variáveis a ela correlatas de interesse deste estudo, sendo elas: *a dimensão privada*, estabelecida nos espaços domésticos, ou seja, no âmbito familiar, analisadas à luz das variáveis: estado civil, níveis de escolaridade, tomada de decisões junto à família, poder de decisão na educação dos filhos, controle contraceptivo, violência doméstica, valorização da mulher pela família; *a dimensão econômica* observada nas variáveis: poder de decisão no uso de recursos, renda própria, renda familiar, bens móveis, bens imóveis, recebimento de aposentadoria, recebimento de benefícios previdenciários (licença maternidade e licença saúde), recebimento de benefícios sociais (Bolsa Família e outros); *a dimensão política* relativa às variáveis: participação em instituições de representação coletiva, tipo de organizações em que se participa e níveis de participação e *a dimensão social* vinculada às variáveis: acesso às políticas públicas, em especial às direcionadas para o campo. Portanto, o esquema orientou para a elaboração de um quadro demonstrativo com os indicadores de empoderamento relacionados aos seus espaços de abrangência, às respectivas dimensões e as variáveis apresentadas no debate teórico deste estudo.

Quadro 1 - Dimensões do empoderamento nas perspectivas analisadas na pesquisa

<b>INDICATIVOS DE EMPODERAMENTO</b>		
<b>ESPAÇOS DE ABRANGÊNCIA DO EMPODERAMENTO</b>	<b>DIMENSÕES DO EMPODERAMENTO</b>	<b>VARIÁVEIS</b>
Empoderamento Privado	Dimensão Privada (âmbito familiar)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estado civil</li> <li>- Níveis de escolaridade</li> <li>- Tomada de decisões junto à família</li> <li>- Poder de decisão na educação dos filhos</li> <li>- Controle contraceptivo</li> <li>- Violência doméstica</li> <li>- A contribuição da mulher na família e na comunidade</li> </ul>
	Dimensão Econômica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Poder de decisão no uso de recursos financeiros</li> <li>- Renda própria</li> <li>- Renda familiar</li> <li>- Bens móveis</li> <li>- Bens imóveis</li> <li>- Recebimento de benefícios previdenciários (aposentadoria, licença-maternidade, auxílio-doença e outros)</li> <li>- Recebimento de benefícios sociais (Bolsa Família)</li> </ul>
Empoderamento Público	Dimensão Social e Política	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação em instituições de representação coletiva</li> <li>- Tipo de organizações em que se participa</li> <li>- Níveis de participação</li> </ul>

Fonte: As dimensões de empoderamento (Sen, 2004; Deere e León, 2005; Romano e Antunes, 2002; Horochovski e Meirelles, 2007; Gohn, 2004; Macedo Filho e Regino, 2011; Yannoulas (2001) Fernández e Barrientos, 2000; Jussara Prá, 2001).

### 2.3 As Relações de gênero enquanto relações de poder

Para Scott (1995), os estudos da categoria gênero se encontram em uma perspectiva histórica, com identificação de caráter biológico, mas com significado fundado nas diferenças de sexo, relacionadas aos modos de vida em sociedade, determinando a construção social das diferenças entre homem e mulher.

A autora, ao elaborar *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, buscou explorar o termo *gênero* a partir dos estudos elaborados por diversos pesquisadores e ressaltou que, para ela, mais recentemente “as feministas começaram a utilizar a palavra *gênero* mais seriamente, num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre sexos” (SCOTT, 1995, p. 72).

Para Scott (1995), a preocupação teórica com gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX e esta esteve ausente das principais abordagens de teoria social formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. As pesquisadoras feministas apontaram desde o início, que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas também um reexame crítico do trabalho científico existente. Já as historiadoras feministas enfatizaram que o fato de se acrescentar as mulheres na história implicou na redefinição e alargamento das noções tradicionais, incluindo tanto a experiência profissional e subjetiva das mulheres, quanto suas atividades públicas e políticas, à medida que o gênero pode ser desenvolvido como uma categoria de análise. Portanto, “o uso do termo *gênero* constitui um dos aspectos daquilo que poderia chamar de busca da legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80” (SCOTT, 1995, p. 75).

Scott (1995) para definir gênero o fez em duas proposições. Na primeira parte da definição, a autora designou quatro elementos, a classe, a raça, a etnicidade e qualquer processo social, que são para ela aspectos interdependentes, que não operam simultaneamente, como se um fosse o reflexo do outro. O propósito da autora foi clarificar e especificar como se deve pensar o efeito do gênero nas relações sociais e institucionais. Na segunda proposição, a autora teorizou o gênero como uma forma primária de dar significados às relações de poder, ou seja, o gênero é um campo primário no interior ou meio do qual o poder é articulado. A autora ressalta que o gênero não é o único campo, mas este foi persistente e recorrente no que tange a possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas.

Scott (1986) prosseguiu apresentando diversas teorias e estudos<sup>17</sup> em Pierre Bourdieu que ressaltou a *divisão do mundo* a partir das *diferenças biológicas* influenciando a divisão do trabalho de procriação e de reprodução, onde os conceitos do termo foram estruturados via percepção e organização concreta e simbólica de toda a vida social; Natalie Davis (1975), sobre o conceito de masculino e feminino relacionados à aceitação e ao questionamento das regras da ordem social, no primeiro período da França moderna; Caroline Bynum (1985) trazendo conceitos do masculino e feminino e o comportamento religioso a partir das novas concepções sobre espiritualidade medieval, nas implicações sociais das representações literais dos homens e das mulheres elaboradas pelos/as historiadores/as da arte.

Para Scott (1986), a política é uma das áreas na qual o gênero pode ser utilizado para análise histórica. A autora resalta ser a política uma das áreas mais resistentes à inclusão de questões sobre mulheres e gênero e deu sequência a apresentação com estudos de diversos pesquisadores relacionados a gênero e política até chegar às relações de poder construídas na história moderna e discorrer sobre política e gênero nos regimes democráticos do século XX e como foram construídas suas ideologias políticas a partir de conceitos generificados, traduzidos em políticas concretas, como a do estado do bem-estar, que demonstrou seu paternalismo protetor por meio de leis dirigidas às mulheres e crianças.

Scott (1986) prosseguiu apresentando conexões explícitas entre gênero e poder, enquanto forma primária de dar significação às relações de poder, ainda que, a atenção dada ao gênero não seja explícita, mas se constitui uma parte crucial da organização da igualdade e desigualdade. A autora resalta que as relações naturais entre homem e mulher para serem compreendidas dependem das estruturas hierárquicas. No século XIX o conceito de classe dependia do gênero para sua articulação, codificando como femininos os subordinados e como posição masculina os líderes. Na abordagem do tema guerra, da diplomacia e alta política, as relações de poder entre nações e a posição dos sujeitos coloniais eram compreendidas em termos da relação homem e mulher, na crença dos viris que defendiam as mulheres e as crianças, em uma associação à masculinidade e ao poderio nacional. Para a autora, a alta política trata-se de um conceito generificado, que estabeleceu sua importância, seu poder público e a sua

---

<sup>17</sup> Nota de Scott (1995) detalhando sobre as obras analisadas: Pierre Bourdieu, *Le Sens Pratique* (Paris: Les Editions de Minuit, 1980); Natalie Zemon Davis, “Woman on Top” em *Society and Culture in Early Modern France* (Stanford: Stanford University Press, 1975); Caroline Walker Bynum, *Fast, Feast, and Flesh: The Religious Significance of Food to Medieval Women* (Berkeley: university of Califórnia Press, 1985);

autoridade superior às custas da exclusão das mulheres do seu funcionamento. “O gênero é uma das referências pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana” (SCOTT, 1986, p. 92).

A autora deu sequência às abordagens estudadas indagando se as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, como coisas que mudam? E ela responde que as mudanças podem ser iniciadas em muitos lugares, lançando velhas questões e com isto surgindo novas e dentre estas o gênero na sua busca de novas formas e legitimação.

Para Scott (1986) escrever a história do processo de reconhecimento do *homem* e *mulher* é reconhecer que estas, ao mesmo tempo, que são categorias vazias são transbordantes. E a autora prosseguiu com vários questionamentos: Qual a relação que há entre as leis, as mulheres e o Estado? Por que e desde quando as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos? O gênero legitimou a emergência de carreiras profissionais? E a autora conclui apontando que o debate das diversas questões de gênero faz emergir uma história que oferecerá novas perspectivas sobre velhas questões e, com isto, emerge reflexões sobre a imposição do poder político, considerações sobre a família e a sexualidade, sobre atuais estratégias políticas feministas e o futuro. Para a autora o gênero deve ser redefinido e reestruturado em uma visão de igualdade política e social, que não inclua não somente o sexo, mas também classe e raça.

Segundo Prá (2001), os estudos de *gênero* determinam valorativamente o masculino e o feminino na sociedade, condicionando-os a uma valorização assimétrica no que tange ao homem e à mulher e como se dá a relação de poder estabelecida entre eles. E com base em Scott (1995), a autora ressaltou que a compreensão das relações de poder em uma sociedade, sob a ótica feminista toma por base os pressupostos de ordem cultural, econômica, social ou política, buscando nestas identificar as desigualdades entre homens e mulheres e daí desdobram-se os debates que englobam a situação das mulheres em termos da equidade de gênero e outras perspectivas, e estas passam a ser referência na elaboração de diagnósticos e processos de ampliação da cidadania feminina, ainda também tais dados orientam a elaboração de políticas públicas, com recorte de gênero.

Para ampliar o debate e melhor compreendermos as concepções que abarcam as relações de poder e as desigualdades de gênero nos âmbitos públicos e privados da vida social, buscou-se apresentar os conceitos e teorias de Weber e Bourdieu, dentre outros.

As teorias de Max Weber, mostradas em *Economia e Sociedade*, apresentam conceitos relevantes que possibilitam a compreensão da dominação, as tipologias de dominação, como elas se estabelecem e se legitimam nas relações do indivíduo na vida social. Para Weber (1991 “b”), a *dominação*, como conceito, é um dos elementos mais importantes da ação social, embora ela nem sempre implique em dominação. A *dominação*, segundo Weber, é a probabilidade de se encontrar a obediência, desde o hábito inconsciente, até as considerações puramente racionais, tendo como pressuposto básico a existência da vontade de se obedecer. A dominação tem raízes no costume, como uma relação entre dominantes e dominados, que se estabelece para além dos interesses materiais e racionais, calcada na crença da legitimidade. Uma legitimação que se aproxima do sentido de propriedade, ainda que na citada relação exista a crença ou interesse por parte do dominado, na ação de dominação, “a legitimidade de uma dominação – já que guarda relações bem definidas para com a legitimidade da propriedade – tem um alcance que, de modo algum, é puramente ideal” (WEBER, 1991 “b”, p. 140).

Na citação o autor ressalta que, nesta modalidade de dominação, o dominante toma o dominado como um objeto, tipo uma propriedade, peça de ouro valorosa e não como um indivíduo. Esta modalidade de dominação estabelece “a autoridade do chefe da comunidade doméstica, a posição autoritária pessoal deste tem em comum com a dominação burocrática, que está a serviço de finalidades objetivas, a continuidade de sua existência, o caráter cotidiano” (WEBER, 1999, p.234).

Outra modalidade de dominação apresentada por Weber (1991 “b”), em seu parágrafo segundo, trata-se da dominação pelo costume caracterizada por seu caráter tradicional e esta se estabelece e se legitima pela crença na tradição vigente, tomando como fato “o desde sempre ter sido assim”, portanto, a obediência à pessoa do senhor é nomeada pela tradição e trata-se de uma dominação patriarcal, que se destaca como o mais importante dos princípios estruturais pré-burocráticos, pois sua base não reside no dever de servir a uma *finalidade* objetiva e impessoal e sim na obediência às normas abstratas,

[...] na dominação patriarcal a obediência se fundamenta na ‘tradição’, na crença da inviolabilidade daquilo que foi assim desde sempre [...] a submissão pessoal ao senhor, garante a legitimidade das regras e os limites do poder de mando, ainda que não sejam normas estatuídas, mas sejam normas sagradas pela tradição (WEBER, 1999, p.234)

Weber (1999) no debate das teorias da dominação destacou a autoridade doméstica, a conveniência específica e íntima, pessoal, duradoura tanto no lar, como na comunidade, esfera interna e externa:

[...] a mulher é submetida à autoridade doméstica, a superioridade normal da energia física e psíquica do homem; para a criança, sua necessidade objetiva de apoio; para o filho adulto, o hábito, a influência persistente da educação e lembranças arraigadas da juventude; para o servo, a falta de proteção fora da esfera do poder de seu amo, a cuja autoridade os fatos da vida lhe ensinaram a submeter-se desde pequeno [...] o poder doméstico sob o aspecto de propriedade: os filhos de todas as mulheres submetidas ao poder doméstico de um homem, seja esposa, seja escrava, [...] são considerados como seu gado os animais nascido de seu rebanho (WEBER, 1999, p.234-235).

Para Weber (1999), na dominação doméstica em vários âmbitos, há um custo social na manutenção desta forma de dominação patriarcal, na qual a crença é seu principal atributo e não há relação de reciprocidade. Os deveres, de ambas as partes, na reciprocidade, há interdependência entre o dominador e o dominado. Esta forma de dominação “não serve para adquirir dinheiro, mas sim para satisfazer as necessidades próprias do senhor”.

A perspectiva de Bourdieu (2010 “a”), apresentada em *A Dominação Masculina*, um trabalho etnográfico desenvolvido pelo autor em uma sociedade camponesa dos Cabilas, na África, próximo ao Mediterrâneo, no qual o autor ressalta no universo desta sociedade, as diferenças sexuais imersas num conjunto de oposições, que se organizavam em todo convívio social, nele o corpo e o sexo são revertidos de significação social e as diferenças se *naturalizam* e se inscrevem num sistema de diferenças.

Segundo Bourdieu (2010 “a”), a sociedade Cabila circunscreve uma ordem física e social inteiramente organizada, segundo os princípios de divisão androcêntrica, com princípios que exercem uma pressão, que favorece a ordem masculina, inscrevendo-se nos corpos, estabelecendo táticas implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados, impondo às mulheres sua exclusão dos espaços masculinos, excluindo as mulheres das tarefas mais nobres, legando a elas lugares inferiores:

[...] ensinando-lhes a postura correta do corpo (por exemplo, curvadas com os braços fechados sobre o peito diante dos homens respeitáveis), atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas (são elas que carregam o estrume, e na colheita de azeitona são elas que as juntam no chão, com as crianças, enquanto os homens manejam as vara para fazê-las cair das árvores), enfim [...] as

diferenças biológicas que parecem estar assim à base das diferenças sociais (BORDIEU, 2010 “a”, p.34).

Uma transcendência histórica e universalmente partilhada rege as relações de poder entre homens e mulheres e, nestas, os homens são favorecidos por reunir todos os fatores para o pleno exercício da dominação, pois a eles destina-se a melhor parte nos esquemas de atividades produtivas e reprodutivas, promovendo uma divisão sexual do trabalho de produção e reprodução, com base em ordens biológicas e sociais. Estas são:

[...] produto de um trabalho incessante (e como tal histórico) de reprodução para o qual contribuem alguns agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado (BORDIEU, 2010 “a”, p.45, 46).

O estudo na sociedade Cabila, elaborado por Bourdieu, apontou características de organização física e social que se aproxima das organizações sociais evidenciadas na pesquisa comparativa de diversos trabalhos etnográficos, organizados por Durkheim e Mauss (2001) em *As formas primitivas de classificação*. Tal aproximação deve-se ao fato de os aspectos de vida em sociedade nas tribos primitivas, tal como na sociedade Cabila, serem bem peculiares e circunscritas nos modos de vida e costumes das citadas tribos, onde uma hierarquia é estabelecida e esta funciona como um código de regras, que relaciona os dominados e os dominantes no cotidiano e nos rituais coletivos ou privados tribais, estabelecidos por regras instituídas pelo costume e a tradição.

O ensaio de Durkheim e Mauss (2001) inicia referenciando a multiplicidade de elementos, operações mentais complexas que desenvolvem um mecanismo que propicia a construção e nossa projeção no exterior, onde nos localizamos no espaço de nossas representações do mundo sensível e no decurso da história e, segundo eles, “os homens aprenderam a servir-se cada vez melhor destas diversas funções”. Eles destacam a função classificadora do indivíduo que “classifica seres, os acontecimentos, os fatos do mundo em gêneros e espécies, em subordina-los uns aos outros, em determinar as relações de inclusão e exclusão”. Os autores na citada obra, evidenciam as funções localizadas do pensamento coletivo, além de ressaltar que nas tribos primitivas havia classificação das coisas e dos homens e estas já eram divididas em machos e fêmeas e para os indivíduos das tribos “tudo na natureza reparte-se, entre as duas patrias”, sendo a classificação bipartida, com a mesma organização de ideias, uma classificação que se estende a todos os fatos da vida na tribo, seguindo, de certa forma, um código de conduta,

[...] classificar, não é apenas constituir grupos é dispor segundo relações muito especiais. Nós os representamos como coordenados ou subordinados uns aos outros [...], há os que dominam, outros que são dominados, outros que são independentes entre si. Toda classificação implica em uma ordem hierárquica da qual nem o mundo sensível e nem nossa consciência nos oferecem modelo (DURKHEIM e MAUSS, 2001, p. 403).

Segundo Souza (2011), em seus estudos apresentados com base nas obras de Bourdieu, a dominação de gênero está no centro da economia das trocas simbólicas, a partir da constatação de que esta prática está corporificada, fazendo vítimas tanto mulheres quanto homens. O corpo é, portanto, o lugar onde se inscrevem as disputas pelo poder, é nele que o nosso capital cultural está inscrito, é ele a nossa primeira forma de identificação, desde que nascemos – somos homens ou mulheres. Por conseguinte, o nosso sexo define se seremos dominados ou dominadores. O corpo é a materialização da dominação, é o *locus* do exercício do poder.

Segundo Bourdieu (2010 “a”), o desaparecimento progressivo da dominação masculina ao longo dos anos está condicionado à existência de uma ação política que leve em conta os efeitos da dominação, objetivados nas estruturas incorporadas, tanto entre mulheres quanto entre homens. Para o citado autor, a dominação masculina foi instituída e é reforçada nas estruturas das grandes instituições como o Estado, a Escola, a Igreja e a Família, por meio da unidade doméstica, que produzem e reproduzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social.

Os avanços atuais do âmbito das políticas públicas preconizam que elas não podem ser discriminatórias com as mulheres. Apesar de algumas conquistas legais, as mulheres sabem que precisam continuar organizadas a fim de garantir a efetivação das políticas transformando-as ou não em direitos.

#### **2.4 A dimensão pública e privada nas relações de gênero**

Para um melhor entendimento dos conceitos acerca do *público* e do *privado*, a pesquisadora buscou nos estudos desenvolvidos por Okin (2008) algumas configurações históricas da dicotomia público/privado analisadas a partir de seus significados na perspectiva de gênero. Segundo Okin (2008), desde o século XVII os conceitos de esfera pública e privada têm sido centrais no pensamento político do Ocidente e, em algumas perspectivas, eles têm sua origem no pensamento grego clássico e numa grande parte da corrente predominante da teoria política hoje. Em contraste com a teoria

feminista, usam esses conceitos como se não fossem problemáticos e os argumentos importantes nos debates contemporâneos dependem da suposição de que questões públicas, que podem ser facilmente diferenciadas de questões privadas, separando-se o pessoal do político, perpetuando a ideia de que essas esferas são suficientemente separadas e diferentes, a ponto de o público ou o político poder ser discutido de maneira isolada em relação ao privado ou o pessoal.

Segundo a autora, o renascimento da teoria política normativa ocorreu contemporaneamente com o renascimento do feminismo e, com eles, enormes mudanças na família e nas suas relações na vida em sociedade, porém, a nova teoria política não prestou atenção à família e nem tampouco deu importância, em seus debates centrais, aos desafios do feminismo recente. A distinção entre o público e o privado tem um papel central e especial na teoria liberal, na qual o privado é usado para definir as esferas da vida social, relacionadas às interferências ligadas à liberdade e o público usado para referir-se às esferas vistas ou justificadas como acessíveis. Na teoria política, os termos “público e privado são usados com pouca preocupação em relação à sua clareza e sem definição precisa, como se todos soubessem o que querem dizer, independente dos contextos que os teóricos os utilizam” (OKIN, 2008, p. 306).

Já nos estudos e debates feministas, o *público* e o *privado* são considerados, de forma clara, como conceitos ambíguos. A primeira ambiguidade relacionada pela autora vincula-se ao uso da terminologia para indicar as distinções conceituais em duas variações nas quais em cada uma delas, o *público* e o *privado* são usados, tanto para referir-se à distinção entre o Estado e a sociedade, ou seja, à propriedade pública e a privada, quanto para distinguir a vida não doméstica da vida doméstica. Nestas duas dicotomias, o modelo público representa o Estado e o modelo privado representa a família, a vida íntima doméstica. Dentre os vários estudiosos, a autora destacou Weinstein (1971) que desenvolveu conceitos fazendo uma analogia entre a publicidade e privacidade e as camadas de uma cebola, “assim como uma camada que está do lado de fora de outra camada estará também dentro de uma outra, algo que é público em relação a uma esfera da vida pode ser privado em relação a uma a outra” (WEINSTEIN, 1971 *apud* OKIN, 2008, p. 307).

Para Weinstein (1971) a distinção tem uma multiplicidade de significados e não somente um significado dual. Os significados ligados às dicotomias Estado/sociedade e não-doméstico/doméstico são justamente aqueles utilizados com mais frequência na teoria política, onde ambos têm papéis centrais.

Segundo Okin (2008), o significado vinculado à permanência da dicotomia público/doméstico favoreceu que os teóricos ignorassem a natureza política da família, a relevância da justiça na vida pessoal e, conseqüentemente, uma parte central das desigualdades de gênero. No interior da dicotomia público/doméstico, permanece uma ambigüidade advinda dos comportamentos sociais patriarcais do passado, que tem sérias conseqüências práticas, especialmente para as mulheres. A divisão do trabalho entre os sexos fundamentou essa dicotomia, desde seus princípios teóricos, sendo os homens vistos e ligados às ocupações da esfera da vida econômica e política, responsáveis por elas, enquanto que as mulheres, vistas como responsáveis pelas ocupações da esfera privada, da domesticidade e reprodução e favorecendo a visão delas como naturalmente inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família. Esses fatores produziram um efeito de grande alcance na estrutura da dicotomia público e privado e suas respectivas esferas.

Conforme revelam os estudos feministas, desde os princípios do liberalismo no século XVII, os direitos políticos e os direitos ligados à concepção moderna liberal do privado e da privacidade, foram tomados como direitos dos indivíduos e esses foram supostamente definidos como adultos chefes de família, masculinos e ainda, nos direitos desses indivíduos, não havia intrusão por parte do Estado, ou da Igreja, ou da vigilância curiosa de vizinhos e tais direitos eram exercidos sobre os outros membros da sua esfera de vida privada, vistos como legitimamente controlados por eles, dependentes ou por idade, ou sexo, ou condição de servidão, sendo que a estes membros subordinados das famílias era legada uma existência limitada à sua esfera de privacidade, não havendo qualquer noção de que esses membros deveriam ter seus próprios direitos à privacidade. O citado legado teórico e jurídico se estabeleceu como uma negligência do gênero e uma perpetuação da ausência de reflexão sobre a dicotomia público/doméstico.

Prosseguindo com o debate, Okin (2008) ressalta que, no passado, muitos teóricos políticos discutiam separadamente as esferas pública e privada, preconizando que elas eram separadas e operavam a partir de princípios diferenciados. A autora destaca os teóricos clássicos: Loke que definiu o poder político, distinguindo-o das relações de poder que operam dentro dos limites domésticos; Rousseau e Hegel, que no contexto, contraditório da família abnegada e particularista diante do caráter imparcial da esfera do Estado, esses teóricos citam esta contradição para legitimar poder masculino na esfera doméstica, por meio de argumentos claros, por eles elaborados, sobre a família e alguns relacionados à natureza da mulher. A autora faz alusão ao fato de grande parte dos teóricos políticos contemporâneos terem dado continuidade à

tradição das esferas separadas, uma vez que ignoraram a família e suas particularidades, como a divisão do trabalho familiar, as formas de dependência econômica a ela relacionadas e a estrutura de poder e, com isto, o julgamento de que a família é *não política*, implicando na ausência de discussão da mesma, pela grande maioria dos trabalhos elaborados na teoria política contemporânea.

Okin (2008), ainda no debate da família e público e privado, faz alusão a dois autores: Rawls (1971), que ao elaborar sua teoria da justiça, não discutiu a justiça interna da família, ainda que o mesmo tenha incluído a família na estrutura básica dos componentes relacionados aos princípios de justiça e sua aplicação, preconizando uma família adequada para sua concepção de desenvolvimento moral; Fishkin (1983) e seu livro recente denominado *Justice, Equal Opportunity and the Family*, que não contemplou nenhuma discussão sobre a divisão do trabalho entre os sexos ou sobre a justiça no interior das famílias. E a autora destaca os teóricos que são raras exceções na elaboração de trabalhos recentes na teoria política com argumentos focados na distinção entre público e privado: Walzer (1983) e Green (1985), com seus argumentos diferenciados, enfatizando a vida familiar como um modelo do *privado* e a preocupação com sua justiça interna; Bloom (1987), orientado pela perspectiva teórica de Rousseau, apresentou a família natural e inevitavelmente injusta e Sandel (1982), cujo argumento apontou uma visão ideal de família, operando com mais honradez do que a justiça.

Para Okin (2008), os pressupostos típicos e a negligência em relação à vida familiar, fenômenos por ela denominados *falsa neutralidade de gênero*, no passado ficou relacionado aos autores que usavam como termos de referência o masculino *ele* e *homem* e em tempos mais recentes, meados dos anos 70, grande parte dos teóricos, na tentativa de evitar o uso genérico dos termos masculinos, como referência, passaram a utilizar *alguém*, *ele ou ela*, *homens e mulheres*, dentre outros, e assim os termos neutros eram usados sem atentar realmente para o fato das questões de gênero, obscurecendo a experiência real das pessoas, devido a elas viverem em uma sociedade estruturada por relações de gênero, onde os fatos se vinculam a definição de qual é seu sexo e a vida familiar então foi suprimida do debate e a divisão do trabalho entre os sexos, não sendo considerada uma questão de justiça social. Ainda, na discussão da linguagem neutra, a autora apontou MacIntyre que em resposta à crítica feminista às teorias de Aristóteles, cuja visão social era da subordinação das mulheres, tal autor não mencionou a visão de Platão, das mulheres-guardiãs à sociedade, por ela não lhe parecer uma solução razoável a um cristão agostiniano e a perspectiva também se ancorar na abolição da família e, com isto, esse teórico evidencia que as tradições para as quais ele se volta, apontando

caminhos morais e políticos, que possam ser adaptadas para incluir as mulheres. A autora conclui esta etapa do debate apontando que as falhas, por parte do pensamento político contemporâneo, no que tange considerar a família e o uso de linguagem neutra em relação ao gênero resultaram em uma contínua negligência por parte dos teóricos das correntes hegemônicas, em relação ao tema profundamente político do gênero e a linguagem por eles empregada faz pouca diferença literal no que eles fazem é escrever sobre homens e sobre aquelas mulheres que romperam a estrutura de gênero da sociedade na qual vivem e adotaram certos padrões de vida, que se desenvolveram adaptados aos homens. A autora enfatiza ainda, que os atores autônomos que povoam as teorias políticas sugerem implicitamente famílias generificadas atuando fora do âmbito das teorias políticas e, em larga medida, a teoria contemporânea ainda traz nas entrelinhas de seu pensamento um contexto do passado, um mundo de homens que têm suas esposas em casa.

Para Okin (2008), ao feminismo deve-se a politização do pessoal, obtida por meio de pressão exercida pelos argumentos persuasivos de uma geração de pesquisadoras feministas, sendo elas originárias das radicais, liberais ou socialistas, que se consolidaram na Nova Esquerda dos anos 60, que tinham como uma das principais metas a redução da negligência em relação ao gênero existente nas principais correntes da teoria política. Nas feministas dos anos 60, a autora destaca Scott (1986), que explicou por meio de um artigo recente e de relevância, o termo *gênero*, usado por aquelas que lutaram em defesa de, na área acadêmica, os estudos sobre mulheres para *transformar os paradigmas disciplinares*, não somente como um novo tópico temático, mas como uma nova maneira de reexaminar criticamente as premissas e padrões dos trabalhos acadêmicos existentes. As análises e descobertas sobre gênero são de importância crucial para a teoria política e afetam em particular sua contínua sustentação sobre a dicotomia público/doméstico. A autora prossegue apontando que a legitimidade do gênero é uma categoria importante da análise política e social, com foco no gênero, como uma construção social que precisa *ser explicada*. Sendo assim, as estudiosas feministas apontaram numerosas falhas na referida dicotomia e nos modos como ela continua a ser usada nas correntes hegemônicas da teoria política. As teóricas feministas, focando o gênero e argumentando que poder e práticas políticas econômicas são estreitamente relacionados às estruturas e práticas da esfera doméstica, expuseram o quanto a dicotomia entre público e doméstico servem de funções ideológicas reificadas exageradamente pela teoria liberal e ressaltam o slogan feminista correspondente “o pessoal é político”.

A autora ressalta que *o pessoal é político*, uma vez que este está na raiz das críticas feministas na convencional dicotomia liberal público/doméstico. Segundo a autora, grande parte das feministas do século XIX e do início do XX, não questionou o papel especial da mulher no interior da família e sim se preocupavam principalmente em defender os direitos e oportunidades das mulheres, como a acesso à educação ou ao sufrágio e, com isto, as feministas tinham como meta fazer das mulheres esposas e mães melhores que, ao receberem uma capacitação, poderiam expandir sua sensibilidade moral especial, desenvolvida no âmbito doméstico para o mundo da política e, conseqüentemente, fortalecer a luta contra a subordinação jurídica das esposas, exigindo direitos iguais para as mulheres na esfera pública e uma associação estreita com a esfera doméstica.

Para Okin (2008) a ausência de reflexão sobre o gênero em duas perspectivas, sendo, em uma delas, a negligência à realidade política das relações familiares e, na outra, a linguagem neutra, por parte de muitos teóricos do passado e do presente, tem levado à reafirmação da dicotomia público/privado, sem levar em conta sua natureza patriarcal. Para a autora, os domínios da vida doméstica na esfera pessoal e os da vida não-doméstica na esfera pública não podem ser interpretados isoladamente; sendo assim, seria necessária uma revisão profunda nos fundamentos de uma significativa parte da teoria política liberal, abordando problemas relevantes como o valor da privacidade.

O estudo de Okin (2008) apontou fatos de interesse deste estudo, no que tange à elucidação acerca do *público* e do *privado*, relacionando-os às questões do gênero e das práticas e teorias patriarcais do passado, que fortalecem as desigualdades entre sexos, legando graves conseqüências às mulheres. O público e o privado, debatido simplesmente como uma dicotomia, sem levar em conta a realidade política das relações familiares, além de fortalecer a divisão do trabalho entre os sexos, possibilita a continuidade da visão dos homens nas ocupações da esfera da vida econômica e política, responsáveis por elas, enquanto que as mulheres, vistas como responsáveis pelas ocupações da esfera privada, da domesticidade e da reprodução, experimentariam a continuidade a uma visão permanente da mulher como naturalmente inadequada à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família.

Okin (2008), conclui apontando que as instituições e práticas de gênero terão de ser muito alteradas, para que ocorram oportunidades iguais entre mulheres e homens, seja para participarem das esferas não-domésticas do trabalho, do mercado e da política, seja para se beneficiarem das vantagens que a privacidade tem a oferecer. Será

necessária uma sociedade em que homens e mulheres dividem como iguais, a criação dos filhos e outras tarefas domésticas, viabilizando mudanças no pensamento político hegemônico, que continua implicitamente a presumir, por meio de seu silêncio sobre as questões de gênero e sobre a família, serem naturalmente pertencentes à mulher. Nos tempos atuais já vem acontecendo, em algum grau, na perspectiva da preparação dos alimentos, o cuidado com as crianças e com a saúde, atividades que antes se localizavam na esfera doméstica passaram a ser realizadas fora dela. “A ligação entre as duas esferas, nunca tão distintas de fato quanto na teoria, continuará a flutuar” (OKIN, 2008, p. 328).

## 2.5 As relações de gênero na agricultura no Brasil

No meio rural brasileiro, como em toda formação histórica do Brasil, a dominação masculina foi estruturada no princípio singular das relações de dominação/submissão, favorecendo a supremacia masculina sobre a feminina, e beneficiando os homens de formas múltiplas no espaço social dos agentes envolvidos, estabelecendo diferenças, muito visíveis e, às vezes, quase imperceptíveis, e essas diferenças se revelam nos universos sociais dos homens e das mulheres, como uma linha tênue, uma *demarcação mística*<sup>18</sup> que rege a interação e as relações de poder entre estes.

Segundo Hernández (2006), a categoria de gênero é definida por diversos autores e autoras como uma construção cultural, social e histórica que permite que sejam identificados e visualizados aspectos culturais e relações de poder entre homens e mulheres e o quanto estas são relevantes e repercutem nas ações políticas (LAMAS, 1996; SCOTT, 1996). Mas Bourdieu (1989), nas suas interpretações sobre estruturas simbólicas (*habitus*), fundamenta as construções subjetivas das relações de gênero. Para muitos estudiosos, os parâmetros de debate ideológico e simbólico acerca da preferência pelo masculino, funcionam como uma forma de inculcação, uma imposição de superioridade, que podem ser de precedência religiosa e estas categorizaram as mulheres como indivíduos inferiores nas esferas jurídicas, políticas e econômicas.

O meio rural brasileiro, devido ao seu tipo de colonização e ao sistema patriarcal, instituiu-se por muito tempo como uma estrutura de divisão sexual do trabalho, que fortaleceu a invisibilidade do trabalho da mulher e alimentou a

---

<sup>18</sup> O termo agente foi utilizado por Bourdieu (2010 “a”) em *A Dominação Masculina* e, em seguida, o mesmo autor, na mesma obra, cita *a linha de marcação mística*, segundo ele, um termo de autoria de Virgínia Woolf.

desigualdade de gênero. As marcas deixadas pelo patriarcalismo legou às mulheres uma servidão imposta e, às vezes, reproduzidas por elas mesmas, ainda que não percebam tal fator na maioria dos casos. Sendo assim, papéis hierarquizados passaram a ser reproduzidos, inclusive por muitas mulheres que não se dão conta do quanto reproduzem tais papéis e, nas relações de gênero, este fator redundava em desvantagem para o sexo feminino, dificultando que as mulheres se vejam e se construam como sujeitos sociais.

A naturalização da inferioridade feminina foi construída culturalmente e trouxe como consequência o fato das diferenças, passarem a ser vistas como defeitos das mulheres, fortalecendo assim a perpetuação das desigualdades entre sexos (CONTE e FERNANDES, 2010, p. 89).

Significativas diferenças entre o trabalho do homem e o da mulher na agricultura familiar possibilitam as desigualdades de gênero. O trabalho dos homens destinados aos trabalhos *fora do lar* e de caráter monetário e o das mulheres vinculado às tarefas do cuidado do lar e da família, acrescido das atividades agrícolas do entorno da casa, com tarefas vinculadas à alimentação e ao consumo familiar, sem vinculação de caráter monetário, atividades consideradas uma extensão das tarefas domésticas e não contabilizadas monetariamente (HERÉDIA e CINTRÃO, 2006).

Outra forma de subordinação se dá quando as tarefas destinadas à comercialização são contabilizadas como um esforço coletivo, sendo tidas como *ajuda*, quando realizada pelas mulheres. Assim, a invisibilidade do trabalho delas é fortalecida, prejudicando o contato com o mundo exterior (extensionistas, bancos, sindicatos), pois os homens consideravam as mulheres inaptas para esse trabalho, relegando a elas atividades relacionadas à limpeza da terra, colheita, seleção e embalagem de produtos, o processamento dos produtos agrícolas, dentre outros, além de responderem por todo trabalho doméstico, podendo contar, às vezes, somente com auxílio das filhas. O trabalho feminino no campo, considerado uma extensão do trabalho no lar, produz um fator negativo que é a falta da proteção social e outros direitos garantidos aos trabalhadores formais (HERÉDIA e CINTRÃO, 2006). A organização do trabalho na sociedade humana tem suas origens nos tempos remotos e se dá pela divisão natural do trabalho, nas relações sociais, econômicas e políticas, conforme relatos de Clodomir Santos de Morais (1997):

[...] quando o homem vivia em tribos, o trabalho se dividia da seguinte forma: o trabalho mais pesado (a guerra, a caça de animais de grande porte, etc.) era tarefa dos homens adultos, enquanto o trabalho mais leve cabia à mulher, aos anciãos e às crianças. É

necessário esclarecer que a primeira divisão do trabalho da história humana, não detinha características de divisão profissional. No período econômico baseado na coleta de frutos e raízes, a mulher permanecia no lar cuidando dos afazeres domésticos e teve ao longo de milhares de anos a oportunidade de observar as consequências das sementes e dos restos de alimentos jogados no quintal de suas casas. Não é por acaso que alguns teóricos apontam que o surgimento da agricultura fora iniciado pela mulher. A sementeira, portanto deu-se através dessas observações, pois tinha habilidades e noções de plantio, noções do tempo propício, enfim, conhecia os detalhes necessários para se obter bons resultados. Concomitantemente ao processo da sementeira e cultivo dos jardins, a mulher também passou a domesticar animais. A mulher foi domesticando a galinha, o porco, a vaca, o cavalo e outros animais que encontravam nas sobras de alimentação do homem, mais facilidades de obter comida sem arriscar sua vida com as feras dos bosques (MORAIS, 1997 *apud* SOUZA *et al*, 2008, p.2).

No campesinato brasileiro, a mulher agricultora foi importante desde o abastecimento das primeiras cidades. Sendo os agricultores e as agricultoras, em sua maioria, independentes e possuidores de ideário de aldeia livre, estabelecidos em relações comunitárias e em rede, com suas trocas e produtores de seus alimentos, não sujeitos aos ditames do mercado, do controle do capital e das regras do Estado, tal fator possibilitou um olhar incomodado por parte de tais instituições, tão cidadinas e cidades tão burocráticas, favorecendo, com isto, a exclusão destes das políticas públicas por longos anos (CARVALHO, 2005; PLOEG, 2008; SPYER, 1983 *apud* CONTE e FERNANDES, 2011).

As agricultoras, apesar de sua invisibilidade ao longo da história, foram elementares para o campesinato, por assumirem a responsabilidade de cerca de 60 a 80% da alimentação das pessoas. No regime de colonato no Brasil, com as famílias imigrantes, as mulheres agricultoras se destacam no trabalho agrícola, por desenvolver, junto a este, outras atividades que favoreciam a sobrevivência do grupo, além do trabalho na produção de excedentes, que eram comercializados (CARVALHO, 2003; SILVA, 2004 *apud* CONTE e FERNANDES, 2010, p. 86).

A mulher na agricultura, ao longo da história brasileira, assumiu uma grande sobrecarga de trabalho e muitas responsabilidades sobre elas, além de não serem amparadas por políticas públicas educacionais, que somente chegaram ao campo na década de 40. No que tange à saúde, até os tempos atuais é precária e ineficiente. Priore (2004) descreve que, no período colonial, “as mulheres e suas doenças moviam-se num território de saberes, transmitidos oralmente, e o mundo vegetal estava cheio de signos das práticas que as ligavam ao quintal, à horta, às plantas” (*apud* CONTE E FERNANDES, 2010, p. 87).

Até os dias atuais, a mulher agricultora, muitas vezes necessita continuar com suas práticas na área da saúde alternativa, ligadas à alimentação saudável e à utilização de plantas medicinais e também como transmissoras destes saberes e práticas ao longo dos anos. Nos lugares remotos, as parteiras, as curandeiras e benzedadeiras atuaram e atuam em detrimento da falta de hospitais e do difícil acesso às políticas públicas de saúde para homens e mulheres que vivem no campo. Nos tempos atuais, o Programa de Saúde da Família busca integrar, por meio de estratégias às instituições e às organizações sociais, para o desenvolvimento de parcerias na área da saúde, abrindo possibilidade de neste espaço se construir cidadania<sup>19</sup>. O uso de plantas medicinais e sementes crioulas se multiplicam pelos saberes e práticas populares milenares, funcionando como forma de autonomia das mulheres agricultoras. As escolas das comunidades rurais também são referências para o entorno de quem as habita. Elas têm uma função simbólica e educativa entre os sujeitos daquele local, devida à materialização das relações sociais que ali acontecem (CONTE E FERNANDES, 2010).

Considere-se as questões desenvolvidas no debate deste capítulo acerca das perspectivas teóricas: gênero, empoderamento e relações de poder. Iniciou-se conceituando o empoderamento, para em seguida caracterizá-lo em duas perspectivas, sendo uma a individualizada e a outra coletivista, sendo estas as opções deste estudo. Deu-se prosseguimento com a operacionalização do conceito empoderamento privado, nas dimensões privada e econômica, e empoderamento público nas dimensões política e social; com a discussão de diversas perspectivas relacionadas a gênero e ao poder. Encerra-se esta etapa do estudo com a abordagem das questões do gênero na sociedade brasileira relacionada ao legado patriarcal e o tipo de colonização brasileira, fatores estes que influenciaram profundamente as questões do gênero em nossa sociedade até os tempos atuais. Apontamos ainda que, embora a discussão tenha apresentado perspectivas que nos remetem à relevância da mulher agricultora e o seu real papel no meio rural brasileiro, ela trouxe também para o debate a questão da injustiça social contra a mulher, a disparidade entre sexos, a exclusão das mulheres do âmbito público, a invisibilidade histórica do trabalho da mulher e as alternativas alcançadas pelas agricultoras na área da saúde e da alimentação saudável. Com isto, o capítulo foi encerrado, para dar lugar ao debate acerca do processo de redemocratização política do Brasil e as políticas públicas contemporâneas direcionadas para o campo,

---

<sup>19</sup> Portaria nº 648, de 28 de março de 2006, que se propõe a revisar a organização da Atenção Básica no país. O Cap. II trata das estratégias do Programa de Saúde da Família (CONTE E FERNANDES, 2010, p. 88).

principalmente o Programa de Aquisição de Alimentos e como este se relaciona com a mulher das comunidades rurais, podendo atuar nas raízes das desigualdades entre sexos apresentadas neste capítulo e com isto favorecer o acesso das mulheres às diferentes oportunidades de participação e fortalecendo assim sua busca por autonomia e cidadania plena.

### **3 A REDEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

As políticas públicas modernas, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, podem, eventualmente, possibilitar a valorização do trabalho feminino, a redução das desigualdades de gênero, dentre outras desigualdades sociais existentes no Brasil nos tempos atuais. Sendo assim, concebe-se que as políticas públicas podem atuar como mecanismos que promovem a autonomia econômica e política de mulheres e homens, o fortalecimento das unidades familiares e dos grupos, bem como o exercício de cidadania, por meio, da ampliação da oferta de iguais oportunidades de participação entre sexos, e também a oferta de igualdade de direitos; enfim, elementos estruturantes no processo de mudanças com ênfase na redução das desigualdades sociais, dentre elas, as de *gênero*.

Com isso, busca-se neste capítulo, discutir primeiramente, as raízes da desigualdade social, em seguida, a multiplicidade do conceito *cidadania* relacionada aos conceitos participação, cidadania de gênero, capital social, empoderamento e as políticas públicas. Busca-se também discutir, à luz do processo de redemocratização brasileiro, a contribuição dos movimentos sociais nos processos de mudança, principalmente sem perder de vista a luta empreendida para instituição, nas pautas governamentais, de políticas públicas, que promovam condições de igualdade de direitos e oportunidades para ambos os sexos. E, finalizando este capítulo, debates acerca da democracia contemporânea no Brasil, a partir do olhar de vários autores, buscando assim, apresentar os aspectos positivos, negativos e conflitantes, ao longo do processo de mudança e da instituição do processo de democratização política do Brasil. E, ainda neste capítulo, foi estabelecida uma discussão sobre a relação da equidade social, no contexto de gênero e políticas públicas governamentais, enfatizando a política pública direcionada para o campo, o PAA.

### 3.1 As raízes das desigualdades sociais e a construção da cidadania no Brasil: perspectivas históricas e políticas

No capítulo anterior, discutiu-se a desigualdade de gênero associada ao legado patriarcal e suas marcas na matriz social brasileira. Neste, busca-se dar-lhe sequência, abordando os estudos elaborados por Teresa Sales (1994), acerca das raízes da desigualdade social na cultura política brasileira e sua relação com a construção da cidadania brasileira. A autora inicia com o conceito denominado por ela *cidadania concedida* e os parâmetros que a instituiu na cultura política brasileira, partindo do sistema escravocrata e associando-o ao conceito da cultura da dádiva e à relação dos senhores de terras com os homens livres e pobres, que sobreviviam nos domínios das fazendas e engenhos coloniais, pós-período escravocrata. A perspectiva apresentada por Sales (1994) nos aponta que o compromisso coronelístico se estende até os tempos atuais, em uma relação ancorada no mando e na subserviência, *bem se manda ou bem se pede*, um fator que reforçou a desigualdade social brasileira, uma vez que este substituiu os direitos básicos de cidadania, pela dádiva.

A cidadania concedida, que está na gênese da constituição da nossa cidadania, está vinculada contraditoriamente à não- cidadania do homem livre e pobre, o qual dependia de favores do senhor territorial, que detinha o monopólio privado do mando, para poder usufruir dos direitos elementares de cidadania (SALES, 1994, p. 27).

A *cidadania concedida*, caminhando junto à cultura política da dádiva, instituiu uma cidadania brasileira do passado e do presente com origens no latifúndio escravocrata monocultor, que sufocou a diversidade social brasileira. O poderio dos senhores rurais os colocava, ao mesmo tempo, na base do poder privado e também no controle da justiça, dos delegados e das corporações municipais. Com isso, a eles era garantido o controle dos indivíduos pobres, no que tange ao acesso a direitos civis, necessários à liberdade individual. Sendo assim, o acesso a direitos assumia, então, um caráter de dádiva do senhor para com o indivíduo pobre, suscitando um modo de vida contraditório, uma vez que este não era escravo, mas também não era cidadão (VIANA, 1987; FREYRE, 1973 *apud* SALES, 1994).

Com o passar do tempo, as relações do mando foram acrescidas da violência legitimada e regulamentada na tradição e no costume, instituídos pelo senhor rural e esta se estende até os dias de hoje, nos conflitos de terra pelo Brasil afora (PALMEIRA, 1977 *apud* SALES, 1994). A troca de favores entre políticos e coronéis prosseguiu-se, na Primeira República, como as secundárias do sistema coronelístico: o mandonismo e o filhotismo<sup>20</sup>; o falseamento de votos; os currais eleitorais, enfim, o compromisso coronelístico com os chefes locais (NUNES LEAL, 1975 *apud* SALES, 1994). Sales (1994) busca, nos estudos desenvolvidos por Elisa Reis (1988), abordar a burocracia estatal dos programas de governo, já em tempos mais recentes, e nos aponta que os sucessores dos antigos coronéis são os novos mediadores do poder local, os políticos locais, os técnicos extensionistas, os líderes sindicais, as associações comunitárias, as Organizações não governamentais (ONGs), dentre outros.

Esses novos mediadores, ao se apropriarem de antigas práticas, asseguram e reforçam o seu poder de mando e, muitas vezes, estas práticas se estendem aos processos eleitorais, re-significados nos mecanismos da cidadania concedida, uma herança de uma cultura política que vem dos tempos do monopólio do mando (SALES, 1994). O processo de construção da cidadania pela ótica da sociedade evidencia que o Estado, num só tempo, reabilita a cultura da dádiva na relação estabelecida entre seus programas e os beneficiários deles, bem como às vezes destaca a imagem do *favor* em detrimento da do *direito*. E, na visão da autora acima, “a outorga de direitos é o passo imprescindível para o indivíduo perceber-se como cidadão e poder, a partir daí, lutar por outros direitos além do que lhe é outorgado” (SALES, 1994, p. 49). E citamos a autora em questão, “a cidadania concedida é o avesso da cidadania e o conceito de Marshall (1967) a cidadania é algo que não nasce acabado e sim que se constrói, adicionando sempre novos direitos aos já existentes” (*apud* SALES, 1994, p.29).

### 3.2 O Processo de redemocratização política brasileira

O processo de redemocratização política brasileira abarca diversos temas que se completam ao longo do seu entendimento. Portanto, nesta etapa da dissertação, o debate se dá em torno de múltiplas perspectivas à luz dos estudos e pesquisas de vários

---

<sup>20</sup> O mandonismo e o filhotismo são conceitos relacionados às práticas pautadas no excessivo poder dos coronéis, acordos eram executados indiferentes à lei, nestas relações o governo conferia poder local aos coronéis, em troca de favores, permitindo ou sendo indiferente à aplicação de duras perseguições aos adversários, havendo também formação de milícia particular (AGUIAR, 2009, p. 416).

autores. A abordagem inicial é o conceito de *cidadania* com foco principal nos acontecimentos a partir dos anos 80, período em que o termo passou a assumir e incorporar novos sentidos e novas intenções em seu arcabouço. E seguirá com outros termos e conceitos de relevância para o entendimento do processo de redemocratização política brasileiro e a instituição da democracia participativa.

### 3.2.1 *A multiplicidade do termo cidadania no processo de redemocratização política*

Gohn (2005), em seus estudos, apresentou vários conceitos utilizados por diversos intelectuais em torno da *cidadania*. Dentre eles destacamos as considerações de Pinsky (2003), que toma a *cidadania* como um conceito histórico, com sentido que varia no tempo e no espaço e sua prática sofre alterações ao longo dos últimos trezentos anos, motivada pela abertura maior ou menor do estatuto do cidadão, para sua população. E também os conceitos desenvolvidos por Marshall (1967), em uma teoria sociológica, na qual a tipologia do citado conceito o relaciona aos direitos civis, políticos e sociais, ficando nesta perspectiva os direitos civis relacionados às liberdades individuais, circunscritos aos direitos à vida, à liberdade, à propriedade, e à igualdade perante a lei; os direitos políticos relacionados ao direito de votar e ser votado. Para esse autor os direitos civis e políticos são os chamados direitos de primeira geração e os direitos sociais, chamados de direitos modernos, são aqueles circunscritos aos direitos trabalhistas, greves, à educação pública universal, a um salário que assegure uma renda real; à habitação, à previdência, dentre outros e segundo o autor estes direitos sociais deveriam ser assegurados pelo Estado.

Ainda em Gohn (2005), destacamos o termo *cidadania coletiva* como um deslocamento do conceito tradicional, centralizado no indivíduo e seus direitos civis ou políticos. Para a cidadania de grupos coletivos em situação similar do ponto de vista da forma como estes são incluídos ou excluídos, em uma dada realidade social, quer sejam por motivos socioeconômicos (pobreza, desemprego), quer por razões identitárias/culturais (raça, etnia, sexo, etc.), a cidadania coletiva une coletivos sociais da sociedade civil e pressiona o Estado pela regulamentação, implementação e vigilância da aplicabilidade de direitos de inúmeras ordens, sendo que a cidadania coletiva se choca com a lógica do capital, porque questiona um dos pilares do sistema capitalista, que é a propriedade privada e propõe propriedades coletivas.

A autora conclui suas abordagens sobre *cidadania*, ressaltando que este é um termo com atributos de ordem jurídica, extensão dada pelas leis e jurisdição da ordem socioeconômica, política e cultural. A autora resalta também que o termo tem atributos de ordem normativa, quando o citado termo se refere ao comportamento dos cidadãos e atributos construídos pelas ciências sociais, tanto na Sociologia como na Ciência Política, os quais relacionam cidadania, para além do debate dos direitos e as obrigações (ou deveres), entrando no campo da discussão sobre desigualdade/igualdade, universal/particular, público/privado, etc. O conjunto dessas categorias possibilita o desdobramento do conceito de cidadania, para cidadania ativa e passiva, em uma perspectiva processual e não atribuída, dada *a priori*, naturalizada pelos códigos legislativos. A citada autora define, ainda, o termo como um processo no qual as redes de relações dos indivíduos e dos grupos com o Estado podem atuar na esfera pública estatal, assegurando seus direitos, a promulgação e garantia de acesso e as sanções cabíveis pelo descumprimento dos direitos já normatizados e institucionalizados.

A literatura nos aponta que, a partir dos anos 80, nas transformações oriundas do processo de redemocratização brasileiro, vários conceitos passaram a assumir novo caráter para, com isso, expressar as inovações necessárias às citadas mudanças. Segundo Dagnino (1994), a expressão *cidadania* pós-anos 80 assume sentidos que evidenciam intenções diferentes, tornando-se algo inovador, o que justifica que alguns pesquisadores e estudiosos passem a usar a nomenclatura *nova cidadania*. Com isto, o termo cidadania passou a trazer em seu sentido e caráter, enquanto estratégia política, a expressão de um conjunto de interesses e aspirações de uma parte significativa da sociedade. A autora alude também ao fato de as diversas formas de apropriações e a crescente banalização do termo cidadania, uma vez que este passa a abrigar projetos diferentes na sociedade, podendo também abrigar o esvaziamento do sentido original e inovador do termo.

A expressão cidadania, ligada à experiência concreta dos movimentos sociais (de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos, etc.), que buscam *a luta por direitos, tanto o direito à igualdade, como o direito à diferença*, constituem a base da emergência de uma nova noção de cidadania. Tal experiência enfatizou a *construção da democracia em sua extensão e no seu aprofundamento*, com o termo expressando um novo estatuto teórico e político, em consonância com as questões da democracia em todo o mundo, emergido a partir da crise do socialismo real (DAGNINO, 1994). O termo cidadania, sob a ótica de duas dimensões, constituiu um terceiro elemento em sua noção, oriundo da estratégia de construção democrática e da transformação social,

afirmada em um vínculo constitutivo entre as dimensões da cultura e da política, incorporando às características da sociedade contemporânea o papel das subjetividades e a emergência de novos sujeitos sociais. Conseqüentemente, novos direitos, a ampliação dos espaços políticos, em uma estratégia que reconhece e enfatiza o constitutivo da transformação cultural na construção da democracia.

No Brasil e na América Latina a questão da cultura democrática assumiu um papel importante, um desafio fundamental para a democratização da sociedade por buscar romper com o autoritarismo social e seus critérios de classe, raça e gênero, um ordenamento social presidido por organização hierárquica desigual, formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão, com práticas sociais que reproduzem a desigualdade em todos os níveis das relações sociais, disposta com *lugares sociais*: “Essa noção de lugares sociais constitui um código estrito, que a casa e a rua, a sociedade e o Estado [...] é o elevador de serviço, a cozinha que é o lugar da mulher, etc.” (DAGNINO, 1994, p. 104).

A autora em questão, por meio de estudos sobre Cultura Democrática e Cidadania, desenvolveu com homens e mulheres de entidades como movimentos sociais, partidos políticos e outros, uma pesquisa de campo, no período de junho de 1993, em Campinas-SP e os instrumentos de coletas de dados foram questionários e entrevistas, com um público de experiência associativa e identificou-se que a percepção da hierarquização das relações sociais, foi maior que a percepção da desigualdade econômica ou a inexistência de liberdade de expressão, de organização sindical e partidária e esta foi tomada como um sério obstáculo à construção democrática, uma percepção mais aguçada nos movimentos sociais em decorrência da experiência destes estar vinculada a nova noção de cidadania.

Segundo Dagnino (1994), a ideia de cidadania enquanto estratégia política está vinculada ao seu caráter de construção histórica, definida por interesses e práticas concretas de luta pela transformação. Os conceitos de cidadania, em seu conteúdo e significado, devem ser definidos pela luta política, uma vez que não são universais e nem são definidos ou delimitados previamente e sim são produzidos na dinâmica dos conflitos reais da vida em sociedade, em um dado momento histórico. A nova cidadania dos anos 90 se distingue da cidadania de visão liberal do século XVIII por desempenhar funções diferentes. A distinção é política e teórica e, embora haja semelhança de vocabulário quanto à questão da democracia e à noção de direitos, ela tem sua centralidade em duas modalidades de cidadania e o que as difere é o momento histórico.

A perspectiva da nova cidadania redefine a ideia de direitos com a concepção de *um direito a ter direitos*, com as conquistas legais e acesso a direitos, além da criação de novos direitos em resposta à luta e práticas concretas. Tais direitos partem da *fixação do significado de direito e pela sua afirmação*, ou seja, o direito sob a autonomia sobre o seu próprio corpo, o direito à moradia, os direitos ambientais, dentre outros, reiterando o direito à igualdade e também o direito à diferença. A nova cidadania é antagônica à cidadania da concepção liberal no *direito a ter direitos* a partir do fato de ela não se vincular a estratégias das classes dominantes e do Estado, para incorporação política progressiva dos setores excluídos e sim requerer sujeitos sociais ativos que sejam capazes de definir e reconhecer seus direitos e lutar por eles, tornando-se uma estratégia dos excluídos, *uma cidadania de baixo para cima*. Enfim, o termo enfatiza um processo de constituição de sujeitos que se *torna cidadão* por meio da *cultura de direitos* retomada na questão da cultura democrática, pautada em *novas formas de sociabilidade* propondo um desenho mais igualitário das relações sociais em todos os níveis, promovendo a conquista dos direitos civis, políticos e sociais (DAGNINO, 1994).

A nova cidadania transcende o foco privilegiado da relação com o Estado, ou entre Estado e indivíduo, para incluir uma relação com a sociedade civil, transformando as práticas enraizadas na sociedade brasileira, por meio de um processo de aprendizado social de construção de novas formas de relação e um aprendizado de convivência com os *cidadãos emergentes* que recusam a ficar nos lugares antes a eles definidos, cultural e socialmente, e tal fato vem ao encontro de uma *reforma intelectual e moral*, termo gramsciano, segundo a autora.

A nova cidadania traz em seu bojo reivindicações de acesso, de inclusão, *memberschip*, de *pertencimento (belonging)* ao sistema político, promovendo o direito de participação ampla, *a invenção de uma nova sociedade*, implicando em modificações radicais na sociedade brasileira e na estrutura das relações de poder que a caracterizam, abrindo possibilidade de setores populares participarem efetivamente na gestão das políticas públicas (DAGNINO, 1994).

Para Dagnino (1994), a *nova cidadania* traz mudanças devido à sua complexidade e abertura, por ela atender à diversidade das questões emergentes, na sociedade latino-americana, pautada na redefinição da ideia de direitos, por incluir a invenção ou criação de novos direitos, como a igualdade à diferença, mas também o direito à diferença, à saúde, ao racismo, ao meio-ambiente, dentre outros, abarcando em suas perspectivas as noções de igualdade, como as da diferença.

### 3.2.1.1 A *nova cidadania* no processo de redemocratização política brasileiro

Segundo Dagnino (1994), as experiências de intervenção popular no Estado, via Fórum de Orçamento Participativo, Conselhos Populares, Plenárias Regionais, são experiências que sinalizam uma nova fase dos movimentos sociais, que se esforçam para adequar-se à institucionalidade democrática. Elas sinalizam um *salto de qualidade* e apontam para a relevância da sociedade civil, no processo de transformação cultural, bem como nos espaços de luta política, espaços de construção da cidadania e redefinição de modos de tomada de decisão no interior do Estado. Com isso, sujeitos-cidadãos e uma cultura de direitos, incluindo o direito de participação na gestão do espaço público emergem nas novas relações, estabelecidas entre Estado e sociedade, favorecendo um cenário, no qual o conflito torna-se necessário e legítimo e o debate sempre reaberto.

Portanto, os movimentos populares em sua longa história de luta foram responsáveis pela construção institucional de associações, bem como pela construção de estruturas de representação democrática, que atuam na cogestão dos serviços que irão atender os direitos sociais do povo. Assim, os movimentos sociais como redes, com maior ou menor visibilidade, mas com uma relativa permanência, atuam como sujeitos políticos, coletivos, múltiplos, heterogêneos, que compartilham alguns princípios básicos sobre a participação popular, a cidadania e a construção democrática e que podem ser vistos, desde as associações até as organizações não governamentais, setores partidários, setores do Estado, especialmente nas esferas estaduais e municipais, atuando na cogestão dos serviços públicos, como elementos centrais na construção democrática.

Segundo Dagnino (1994), a visão crítica da teoria feminista, principalmente das pesquisadoras Young, Frase e Dietz, trazem uma concepção de cidadania que se estende a um espaço público, que possibilita a construção de direitos, regidos pelas noções de racionalidade, universalidade e imparcialidade. O conteúdo da cidadania enquanto estratégia é sempre definido pela luta política, sendo capaz de incorporar dimensões da subjetividade, que passa a ser o interesse das pessoas e estes se generalizam no interesse coletivo e assim se institui em *direitos* (DAGNINO, 1994). Daí a necessidade de se entender o real caráter da diferença: se para os movimentos da direita a diferença emerge como uma afirmação do privilégio, para os movimentos da esquerda, no campo da cidadania, a diferença emerge como uma reivindicação, à medida que determina a desigualdade.

A afirmação da diferença está sempre ligada à reivindicação expressa pelo direito e, quando vivida, que não seja como consequência de tratamento desigual, como a discriminação. Sendo assim, para Dagnino (1994), o campo político é sempre um campo de disputas pela fixação de significados, fazem parte da luta política, como mecanismos de apropriação e desapropriação de significados. Portanto a diferença *positiva* é afirmada na defesa do privilégio e a diferença *negativa* é aquela que serve de base à discriminação e à desigualdade. A nova cidadania traz uma possibilidade de respostas aos desafios deixados pelo fracasso, tanto das concepções teóricas, como das estratégias políticas que não foram capazes de articular a multiplicidade de dimensões, que possibilitariam uma vida melhor em sociedade. O futuro da nova cidadania no Brasil, enquanto estratégia política vincula-se à capacidade de articulação dos múltiplos campos, que lutam e buscam a construção da democracia e o seu aprofundamento (DAGNINO, 1994).

### 3.2.2 *Os movimentos sociais<sup>21</sup> no processo de redemocratização política brasileira*

As mulheres brasileiras, até alguns anos atrás, se encontravam integradas a diversos segmentos sociais excluídos e sem perspectivas de direitos. Nos tempos atuais, as bandeiras de luta dos Movimentos Feminista e de Mulheres têm avançado no âmbito das reivindicações, nas quais destacamos as de igualdade de gênero, emancipação social, participação nas políticas públicas e outros direitos constitutivos de cidadania. O Movimento das Mulheres Camponesas se destaca pela sua atuação em âmbito desde 2004, até os tempos atuais, com relevância no campo de reivindicações. Ele teve suas origens na Organização das Mulheres da Roça, em 1983, no Rio Grande do Sul, em lutas organizadas em favor das mulheres agricultoras e, “no combate das concepções de que o campo é um lugar inferior, e por consequência, os sujeitos deste universo, também são estereotipados(as), e até algumas décadas sequer existiam políticas públicas e projetos para o campo” (CONTE e FERNANDES, 2010, p. 82).

Buscou-se apresentar nesta etapa do trabalho, para melhor apreensão da relação da mulher agricultora com os movimentos sociais, historicizar a atuação do Movimento

---

<sup>21</sup> Para Gohn (2010) os *Movimentos Sociais* são compostos por sujeitos sociais participantes e enquanto sujeitos sociais coletivos devem ser pensados em um contexto histórico e conjuntural. Eles expressam uma forte presença nos tempos atuais, lutando para construir ou preservar princípios e identidades construídas, ainda que estas sejam móveis, múltiplas, combinadas e intercambiáveis, podendo variar de acordo com a conjuntura.

de Mulheres e o Movimento Feminista no processo de redemocratização do país. Os estudos feministas antecedem o século XIX, embora seja neste século que o feminismo emergiu como força ideológica e política, principalmente no compromisso de dar fim aos problemas da desigualdade sexual e obter a emancipação das mulheres oprimidas. O Feminismo dividiu-se em duas gerações: “a *primeira geração* que vai dos anos de 1860 até 1920, representada basicamente pela igualdade dos direitos e movimentos reformistas; e a *segunda geração*, que teve maior força no final da década de 1960” (HERNÁNDEZ, 2006, p. 2).

A primeira geração do Movimento Feminista seguiu duas concepções: uma enfatizando a busca pela igualdade dos direitos e a eliminação da subordinação e discriminação contra as mulheres, nas esferas privadas e públicas; e a outra buscando uma mudança social radical para as mulheres, por meio da sua emancipação e participação política (HERNÁNDEZ, 2006). A segunda geração do feminismo desenvolveu diversas pesquisas sobre movimentos de mulheres, baseadas em ações coletivas<sup>22</sup>, ou seja, resultados de propostas, recursos e limites orientando e propondo a construção de um sistema de oportunidades e limitações, pelos meios e vínculos sociais que apontam a amplitude das atividades políticas nas quais então ele se vincula (MOLINEUX, 1996; VARGAS, 2002 *apud* HERNÁNDEZ, 2006).

Segundo Hernández (2006), os movimentos de mulheres vêm atuando em polos de reivindicações e resistência. Já os movimentos feministas, estratégicos nas questões das desigualdades de gênero, atuando nas diversas ações, que são refletidas nas agendas das políticas públicas, principalmente as voltadas para a agricultura familiar. As reivindicações do movimento feminista na América Latina, desde a década de 70, se deram por meio de conferências, eventos<sup>23</sup> que enfatizavam o fim da discriminação contra a mulher por meio da redução da desigualdade entre homens e mulheres e a incorporação das mulheres, nos planos de desenvolvimento.

A redemocratização política brasileira possibilitou as mulheres agricultoras irem à luta, buscando participar ativamente das organizações populares, tornado-as sujeitos de sua história, assumindo o papel de liderança, até então privilégio dos homens, devido à estrutura social brasileira construída e pensada majoritariamente por homens e para homens. Com isso, o Movimento Feminista passou a atuar com firmeza,

---

<sup>22</sup> Uma ação coletiva é um movimento social, cuja orientação mostra solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade da ação ao qual se refere (MELUCCI, 2001, *apud* HERNÁNDEZ, 2006).

<sup>23</sup> As *Conferências Mundiais das Nações Unidas*, em 1975 e *Década da Mulher* em 1979, baseadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, confirmaram a convenção internacional sobre a abolição de todas as formas de discriminação contra as mulheres (HERNÁNDEZ, 2012).

buscando romper com tal estrutura e tornou-se uma expressão no Brasil do século XX (MURARO, 2002). O Movimento Feminista foi impactante e iniciou a luta com pautas relativas aos direitos trabalhistas. Houve a participação de mulheres da classe média, no campo de luta social, bem como no geral da sociedade. O feminismo não foi bem visto e foi duramente combatido por grande parte das igrejas e outros setores conservadores, com a acusação de ser um movimento destruidor da paz nos lares, uma vez que as mulheres já não queriam mais aceitar a submissão com normalidade (CONTE e FERNANDES, 2010).

Segundo Giulane (2004), o período da redemocratização foi propício, para o surgimento e ressurgimento dos partidos de esquerda, sindicatos e outras organizações, que antes atuavam clandestinamente e, nestes, algumas mulheres engajaram suas lutas, mas em âmbitos prioritariamente de serviços e ligados à Igreja e no âmbito dos sindicatos poucas mulheres vieram a fazer parte das direções da entidade, participar de momentos de negociações, tampouco representar à categoria para além de seu âmbito, mesmo tendo maior escolarização que os dirigentes masculinos, evidenciando um investimento mínimo na formação delas para atuarem na gestão dos sindicatos e as responsabilidades, consideradas importantes eram distribuídas de acordo com o sexo.

As mulheres cidadinas ou rurais, que ainda sofrem preconceito no cotidiano de suas vivências, quando se organizam com objetivos de lutas por seus interesses, como por creches, emancipação da mulher e, na maioria das vezes, são boicotadas em suas ações e sua participação fica condicionada ao fato de ela ser explorada, permitida ou não por outrem (CONTE e FERNANDES, 2010). Somente na década de 80, as mulheres agricultoras se organizaram por meio dos movimentos, lutando, por direitos e acesso às políticas públicas e com a esperança de nestes alcançar a superação das crenças legadas da cultura patriarcal. Muitas caravanas foram organizadas rumo a Brasília, enfrentando desafios, falando com políticos, utilizando de diversas formas de pressão, fazendo-se ouvidas, apesar da humildade (CONTE e FERNANDES, 2010).

Os avanços atuais do campo das políticas públicas sinalizam que elas não podem ser discriminatórias com as mulheres. Apesar de algumas conquistas legais, as mulheres sabem que precisam continuar organizadas, a fim de garantirem a efetivação das políticas, transformando-as ou não em direitos. O Movimento das Mulheres Camponesas foi incansável na luta e nas mobilizações nos municípios, regiões e em âmbito estadual e federal, com reivindicações por políticas públicas e atuaram junto a setores e gabinetes de governos estaduais e federais, reivindicando direitos diversos: o acesso a terra e a produção de alimentos; educação do campo de qualidade; garantia de

previdência pública universal e solidária e a condição de seguradas especiais; acesso à saúde pública integral; subsídio público para investimento na agricultura camponesa; garantia de políticas de documentação; saneamento, luz e estradas para facilitar as condições de vida no campo; investimento público na pesquisa, ciência e tecnologias a serviço da vida; garantia de políticas públicas de combate à violência e proteção de mulheres e crianças; política de comercialização e aquisição direta de alimentos e produtos da agricultura camponesa, para os trabalhadores da cidade e entidades públicas (MMC, 2007 *apud* CONTE e FERNANDES, 2010).

A mobilização e articulação pelo povo empobrecido e pelas mulheres devem ser contínuas, para que com isto favoreça a inclusão nas pautas governamentais de questões relativas àquilo que é necessário e relevante, para que tenham uma vida melhor. As mulheres do Movimento das Mulheres Camponesas, de modo especial, sabem e acreditam que, se não fosse a organização, suas condições de sobrevivência no campo seriam muito pior. De acordo com Paludo (2009), as mulheres do citado movimento apresentam exigências para além de políticas públicas pontuais e de programas. Elas buscavam transformações sociais, desde o campo da cultura e da luta de classes, a partir do feminismo camponês. As reivindicações por políticas públicas são um primeiro passo para a garantia de direitos mínimos das pessoas. No entanto, percebe-se que há necessidade de o povo se manter mobilizado em vista de suas efetivações. Parece estar evidente que há retrocesso no âmbito das políticas públicas, quando o povo se desmobiliza, por outro lado, somente a luta por elas não basta quando a sociedade desigual aprofunda as contradições entre os ricos e a camada empobrecida.

Segundo Lisboa (2008), as feministas, desde meados dos anos 80, questionam as estratégias de desenvolvimento e as intervenções de projetos que não atacavam os fatores estruturais que perpetuam a opressão e exploração das mulheres, em especial das mulheres pobres e é nesta perspectiva que o Movimento de Mulheres passa a utilizar o conceito de *empoderamento*, como alternativa e estratégia contra a desigualdade de gênero. Enfim, as mulheres brasileiras, que até alguns anos atrás se encontravam integradas aos diversos segmentos sociais excluídos e sem perspectivas de direitos, nos tempos atuais, ancoradas pelas bandeiras de luta dos Movimentos Feminista e de Mulheres, têm avançado no âmbito das reivindicações como a busca pela igualdade de gênero, emancipação social, participação nas políticas públicas e outros direitos constitutivos de cidadania.

### 3.2.3 *Os movimentos sociais contemporâneos no processo de mudanças relacionadas a gênero e políticas públicas*

A cultura política brasileira ao longo dos anos foi marcada por várias perspectivas e dentre elas, neste trabalho, destacamos as condições da desigualdade feminina no processo de redemocratização do país pós-1980. A vida em sociedade no Brasil traz até os tempos atuais as marcas do legado patriarcal e da ética católica, fatores que corroboraram para o enraizamento da discriminação contra as mulheres e prejuízos que as vitimizam. Tais prejuízos abarcam restrições na vida social das mulheres, nas esferas pública e privada; no mundo do trabalho; no âmbito dos direitos políticos e trabalhistas; no direito à propriedade; na escolarização; na saúde e outros, enfim, direitos constitutivos para a construção da cidadania e da emancipação das mulheres.

Soma-se às desigualdades de gênero no meio rural brasileiro um conjunto de desigualdades sociais, que se refletem nas péssimas condições de vida das mulheres, reforçadas nas dificuldades de acesso às políticas públicas. Também prejudicou as mulheres rurais o fato de os direitos trabalhistas terem atingido muito tardiamente a massa dos trabalhadores rurais, enquanto a legislação trabalhista urbana data dos meados de 1940, apenas em meados de 1960 foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural (HERÉDIA e CINTRÃO, 2006). Transformações sociais no campo brasileiro foram institucionalizadas a partir dos anos 90, fruto das articulações dos movimentos sociais conjuntamente com a diversificação econômica. Com isto, novas formas de sociabilidade vêm se estabelecendo no campo, em decorrência da ampliação no âmbito da participação nos espaços de discussão e articulação abertos, também para as mulheres rurais.

No âmbito das políticas públicas é relevante o papel dos movimentos sociais no Brasil, que atuam amplamente nas mudanças dos programas e nas políticas públicas direcionadas para o campo. Touraine (1997), num trabalho de análise dos Movimentos Sociais no Brasil, nos aponta que, a partir dos anos 70, as novas organizações camponesas, apoiadas pelo *sindicalismo combativo*, atuavam com poder e pressão direta por reivindicações e na obtenção de direitos sociais e políticos. Novos movimentos surgiram neste contexto e o autor destaca a relevância do Movimento de Barragens no nordeste a partir de 1976, do Movimento dos Sem Terra, a partir de 1979 e do Movimento de Mulheres Agricultoras, a partir de 1981, como movimentos caracterizados pelas novas formas de organização no campo, valorizadas na participação ampliada das bases e suas conexões, buscando mudanças e alargamento de

fronteiras na vida social e na esfera pública e privada (TOURAINÉ, 1997 *apud* SCHERER-WARREN, 2005).

Os novos movimentos sociais trouxeram em suas concepções novos elementos étnicos e de cultura política interconectados, além das novas relações entre o movimento social e o Estado em face à modernização e à participação dos cidadãos nas esferas governamentais, por meio do diálogo da sociedade civil e sociedade política. Os movimentos populares e seus mediadores passaram por transformações ao longo dos últimos anos, que vão da valorização das organizações de base (*grassroots*), para o recente e crescente reconhecimento da importância de tais articulações, na formação das redes temáticas e organizacionais (*networks*). Portanto, para integrar a diversidade, a *rede de movimentos* tornou-se multifacetária, articulando o local e o global, o particular e o universal, o comunitário e a dimensão supranacional, fatores que se complementam, num encontro micro e macro, universal, pluralizado pelo social e cultural, construído na intercomunicação das diversidades (SCHERER-WARREN 2005).

Com os movimentos sociais contemporâneos no Brasil, próximo à chegada do novo milênio, novíssimos<sup>24</sup> sujeitos sociopolíticos e culturais surgiram, caracterizados por grupos e movimentos sociais organizados, articulados em redes e criaram fóruns. As citadas redes passam a atuar no campo de temas e problemas sociais amplos, no universo da cultura, da economia, das relações sociais e políticas, dos valores morais e religiosos, dentre outros, fatos que alteram as formas e as estruturas do associativismo da sociedade civil e suas relações com o Estado. Sendo assim, a sociedade civil passa a orientar suas ações coletivas e associações por outros eixos focados nos vínculos sociais comunitários organizados, segundo critérios de cor, raça, idade, gênero, habilidades e capacidades humanas. Surgem as redes sociais e temáticas organizadas por gênero, faixas etárias, raciais, religiosas, etc., além dos fóruns, conselhos, câmaras e outros, que compõem o novo quadro do associativismo brasileiro por meio de associações civis, associações comunitárias, fóruns, conselhos, câmaras, assembleias e outros (GOHN, 2010).

---

<sup>24</sup> Segundo Gohn (2010) são os segmentos sociais excluídos: mulheres, afrodescendentes, índios, geracionais (jovens e idosos), pessoas com necessidade especiais, grupos de imigrantes sob a perspectiva de direitos culturais e de pertencimento identitário coletivo; movimentos e organizações de luta por melhores condições de vida e trabalho, no urbano e no rural que demandam acesso a terra, moradia, alimentação, etc. Os movimentos sociais globais ou globalizantes atuam em redes sociopolíticas e culturais, via fóruns, plenárias, conselhos e a autora destaca o Fórum Mundial Social, dentre outros. Essas lutas são também responsáveis pela articulação e globalização de muitos movimentos sociais locais, regionais, nacionais ou transnacionais.

Os movimentos da atualidade contribuem para organizar e conscientizar a sociedade e apresentam um conjunto de demandas via práticas de pressão/mobilização na busca por emancipação social, inclusão social, reconhecimento social, *empoderamento* da comunidade e outros. A *Rede Social* passa a se configurar com um papel importante, por ela atuar em diferentes sentidos, o que a torna relevante na análise e compreensão das relações sociais de um dado território ou comunidade. O termo *rede* permite a leitura e a tradução da diversidade sociocultural e política estabelecidas nas relações, que devem ser analisadas e compreendidas no contexto das categorias, do tempo histórico e da localidade. Os espaços geográfico-espacial, ou espaço-virtual, ou sócio-cultural tornam-se indicadores fundamentais para a compreensão dos sujeitos coletivos em ação a partir de suas experiências históricas (GOHN, 2010).

Nos tempos atuais, a mobilização é um *associacionismo* moderno, criado num cenário de políticas globalizadas, de cidadãos participantes nas políticas públicas, em que o termo *movimento* aparece como resultado de uma ação e não como sujeito principal da mesma. O uso das redes e estruturas associativistas existentes na sociedade civil são importantes para democratizar a gestão da coisa pública, a partir do controle social e invertendo as prioridades das administrações, no sentido de as políticas atenderem não somente questões emergenciais, mas questões que contemplem o crescimento econômico, com o desenvolvimento autossustentável das comunidades atendidas e os respeitem como cidadãos (GOHN, 2010).

Enfim, no processo de mudanças o *Movimento Feminista* passa a atuar e interferir nas políticas públicas de âmbito feminista; passa a participar das coordenadorias das políticas sociais, lutar por ideais e pelo exercício pleno da democracia à medida que tem a questão de igualdade e da liberdade como horizontes da ação coletiva. O governo federal, visando atender as reivindicações da sociedade civil vem implantando estratégias para promover o desenvolvimento e universalizar programas e políticas, por meio das ações integradas entre a esfera federal, os estados e os municípios.

### 3.2.4 Democracia e capital social

Na contemporaneidade vem ocorrendo, nos países latinos, a emergência de se resgatar o conceito de cidadania, enfatizando a construção de culturas políticas, caracterizadas por uma igualdade mínima entre os cidadãos. Talvez o sentimento de

descrença, indiferença, hostilidade acerca da política e das eleições, que ora operam nos cidadãos, sejam um produto das dimensões políticas. Na dimensão jurídica, os líderes dirigentes da sociedade proclamam uma inutilidade da lei, devido à convivência destes com instituições que não as aplicam ou, se as aplicam é de forma precária e distorcida. Sendo assim, neste processo torna-se necessário que se promova nos cidadãos o desenvolvimento de atitudes e crenças consistentes com a democracia, as lideranças políticas e as classes dominantes buscando, neste processo, estimular a criação de mecanismos que gerem credibilidade e legitimidade, em detrimento da imagem da arbitrariedade e impunidade prevalentes (BAQUERO, 2001 “a”).

Com isto, o resgate do cidadão para a esfera pública torna-se o desafio da democratização e pode ser obtido por meio da institucionalização de identidades coletivas horizontais, fortes e duradouras, originárias da capacidade associativa dos cidadãos. E é nesta perspectiva que o conceito de *capital social* torna-se uma ferramenta que pode viabilizar uma maior participação da sociedade no processo político, com vistas a reduzir as práticas políticas primitivas ainda existentes, mudando os valores e as atitudes da população por meio do trabalho em equipe, realizado seguindo normas convencionais (BAQUERO, 2001 “a”).

O capital social é um conceito que funciona como uma ponte que existe entre o mundo real e o teórico, ele se encontra em um conjunto de recursos inerentes às relações sociais e funciona como um dispositivo que possibilita alcançar certos objetivos. Ele se institucionaliza no vocabulário do discurso social e explica problemas sociais contemporâneos, ainda que este não seja um conceito novo (BAQUERO, 2001 “a”). O conceito de *capital social* tem sido amplamente debatido por vários autores da literatura sociológica como Bourdieu, Coleman, Putnam, Fukuyama, passando a ser identificado em duas perspectivas. A primeira relaciona o conceito à capacidade de uma comunidade de se articular coletivamente, minimizando custos da ação coletiva em defesa de seus próprios interesses, sendo o citado conceito útil na compreensão da ação coletiva. Na segunda perspectiva, o termo *capital social* assume uma definição culturalista, passando a ser identificado como práticas institucionalizadas de cultura cívica, com ênfase nas três tradições: individualista, normativo-associativista e interacionista, perspectivas confluentes no fato de todas elas produzirem capital social de natureza coletiva.

O termo *capital social* na tradição individualista atingiu grande destaque na formulação elaborada por Bordieu e este teve suas origens nas redes de relações sociais, onde a participação em rede se traduz num recurso potencial de poder, possibilitando

acesso diferenciado aos recursos existentes nas redes, para realização de interesses pessoais. Já na tradição normativo-associativista, o termo ficou relacionado ao conceito de cultura política, com Fukuyama por um lado e Putnam por outro. Nesta perspectiva o termo envolveu valores e normas que influenciam as atitudes voltadas para o interesse coletivo, para a *coisa pública*, minimizando custos da ação coletiva ou associativismo, impulsionando os indivíduos de dentro para fora, por meio da internalização de valores típicos de uma cultura cívica, numa ação coletiva. Na tradição interacionista, o conceito foi desenvolvido por Coleman, e, nesta perspectiva, ele foi enfatizado nas relações sociais e foi utilizado para explicar a capacidade de um grupo ou comunidade produzir ação social com eficácia (PRATES et al., 2007).

Segundo Putnam (2000), o conceito de *capital social* teria sido inventado pelo menos seis vezes no século XX, sempre relacionado à necessidade de tornar a vida das pessoas mais produtivas, pelo fortalecimento dos laços sociais, baseados na confiança como um dinamizador da vida social, na qual a reciprocidade generalizada é mais eficiente que uma sociedade desconfiada. Tal conceito incorporou a noção de interação recíproca na comunidade, a partir das relações sociais entre pessoas, numa interação benéfica, tanto para as pessoas, quanto para a comunidade (PUTNAM, 2000 *apud* BAQUERO, 2001 “b”).

Os autores Coleman, Putnam e Fukuyama, mais ou menos recentemente, na década de 90, desenvolveram o conceito capital social como explicação para existência de determinados padrões de comportamento e a obtenção de diferentes resultados por estruturas institucionais semelhantes, em um dado tempo e espaço, rompendo com as limitações de uma cultura política analisada não baseada nos fatores históricos (GONZÁLEZ, 2001).

Putnam (1996), baseado em sua pesquisa, ressaltou, mudando-se as instituições formais pode se mudar a prática política e aludiu que nas regiões de menor tradição cívica, o déficit de *capital social* pode ocorrer de forma mais imediata que nas regiões mais tradicionais.

Segundo González (2001) o conceito de capital social tem um relevo especial na quebra da dicotomia entre o público e o privado, separados de forma absoluta e nas relações de confiança estabelecidas no âmbito privado fortalecem a capacidade participação cívica, uma vez que havendo desenvolvimento na comunidade, a partir de ações comuns, tal fator pode suscitar a geração de mais capital social.

Baquero (2001 “b”) ressaltou que ainda não existe consenso no que tange a indicadores adequados para auferir o *capital social* num contexto macrossistêmico, mas

na esfera local, nas associações e nas redes locais este vem assumindo uma dimensão positiva e impactando positivamente no bem-estar dos moradores e no desenvolvimento local.

### 3.2.5 *Cidadania de gênero, capital social e o empoderamento das mulheres, no processo de redemocratização política brasileira*

A cidadania de gênero requer que se atente para os efeitos da expansão do capitalismo e às rápidas mudanças oriundas deste, dificultando a interpretação da realidade. Sendo assim, ao analisar o citado tema, se faz necessário, um olhar a partir dos estudos feministas, analisando as tensões e exclusões que impactam a participação feminina nas perspectivas da promoção de direitos humanos às mulheres e a equidade de gênero (PRÁ, 2001).

Segundo Prá (2001) os estudos feministas apontaram para o fato da participação das mulheres ter obtido e sustentado suas maiores conquistas cidadãs, uma vez que a presença das mulheres na esfera pública vem ampliando sua capacidade de participar dos processos de decisões políticas. E a autora cita alguns pesquisadores: Garcia e Gomáriz (2000) chamam a atenção para um fato relacionado ao exercício dos direitos por parte das mulheres que, embora elas possam ter cidadania formal (garantida por lei), mas, às vezes, não as tem de forma substantiva, ou seja, uma coisa é ter capacidade e outra é se valer dela (*apud* PRÁ, 2001). Silvia Yannoulas (2001) denuncia em sua pesquisa, baseada em dados das Nações Unidas, o fenômeno da *feminização* da pobreza e nos aponta que, em um bilhão de pessoas em condição de pobreza, 70% são mulheres (*apud* PRÁ, 2001).

Nas considerações acerca do exercício da cidadania substantiva, Prá (2001), ressaltou que se faz necessário e constitui um recurso vital para a promoção, afirmação e manutenção da igualdade social, tomar na dimensão e relevância dos estudos de gênero, o debate de conceitos de *capital social* e *empoderamento* da mulher. O debate da *equidade de gênero*, juntamente com os conceitos *desigualdade* e *exclusão social*, fazem emergir reflexões e questionamentos de como são pensadas e desenhadas as políticas públicas e como sugerir formas alternativas de vida em sociedade. Nesta perspectiva, o conceito de *capital social*, passa a destacar as ideias de identidade coletiva, cooperação e reciprocidade, elementos essenciais, na obtenção do desenvolvimento sustentável. Para Bernado Kliksberg (2000), “o desenvolvimento social fortalece o capital humano, potencializa o capital social e gera instabilidade

política, bases essenciais para o crescimento são e sustentado” (KLISKSBERG, 2000 *apud* PRÁ, 2001, p. 174).

O *capital social* nos discursos sobre desenvolvimento sustentável possibilitou uma posição privilegiada aos teóricos da economia, uma vez que este aborda a equidade e o progresso social, enquanto fatores que podem ampliar o desenvolvimento humano. O *capital social*, estudado à luz das Ciências Sociais e Ciências Políticas, possibilita que ocorra a integração da dimensão do desenvolvimento humano e o econômico, a partir da relação direta entre as esferas econômica, política e social.

Segundo Arizpe e Kliskberg (2000), a lógica utilizada pelos defensores do *capital social* baseou-se na defesa da afirmação da identidade cultural de um povo; suas particularidades, autoestima, transmissão de valores, dentre outras. Sendo necessário o reconhecimento de elementos como confiança, cooperação, identidade comum, respeito, enfim, elementos constitutivos do tecido social, nos quais política e economia devem se basear (*apud* PRÁ, 2001).

O *capital social*, visto como um fenômeno subjetivo traz em sua noção normas, valores, atitude que podem refletir nas relações entre pessoas de uma comunidade ou de uma sociedade, promovendo a autoestima, a confiança mútua e a solidariedade, possibilitando a formação de redes sociais horizontais, sustentadas por princípios de reciprocidade, confiança e normas de ação, que podem impactar de maneira positiva, levando o governo à equidade social (PRÁ, 2001). Enfim, o *capital social* nas perspectivas dos estudos de Putnam, Kliskberg e Abu-El-Haj, é uma potencialidade para a reafirmação de práticas de participação cidadã e ele oferece a possibilidade de interpelar democraticamente nos quadro de exclusão social e revertê-los.

Prá (2001), objetivando um melhor esclarecimento acerca da abordagem da cidadania de gênero relacionada ao conceito de *empoderamento* das mulheres, destacou o estudo de alguns pesquisadores como Silvia Yannoulas (2001), com a concepção do desenvolvimento de potencialidades com a ampliação do acesso a informações e melhoria da percepção, por meio da troca de ideias, que poderá favorecer o fortalecimento das capacidades e habilidades, bem como a disposição das mulheres para o exercício do seu legítimo poder. Várias ações e práticas podem desencadear o *empoderamento* de mulheres, como os programas de formação, as trocas de experiências pessoais, o desenvolvimento de grupo de mulheres, dentre outros. Delaine Costa (1998) nos aponta que o *empoderamento* da mulher pode se dar por meio do acesso destas às instâncias de decisão, por meio da redistribuição do poder. Patrícia Fernández e Alexandra Barrientos (2000) trabalham em seus estudos as perspectivas do

*empoderamento* pela base, denominado por elas como *empoderamento cidadão*. Neste âmbito, a cidadania assume dimensões relativas à associatividade, aos exercícios de direitos e obrigações individuais e coletivas, voz às mulheres, e as mulheres acessando decisões políticas e públicas. Terezinha Lima (1999) propõe o desafio de se redimensionar as transformações econômicas, oriundas do capitalismo e como isso, buscar uma organização social mais humanizada, que possibilite o rompimento com a subordinação alimentada pelo processo de globalização.

Segundo Prá (2001), avanços e tensões têm demarcado a participação das mulheres na esfera pública da sociedade brasileira. No encontro entre o Estado e a sociedade, por meio do debate democrático e do controle cidadão, existe um ponto de convergência, entre as noções de capital social e de empoderamento, sendo possível sustentar que o empoderamento pela base pode funcionar como uma ferramenta que viabiliza a geração de capital social e o exercício da cidadania substantiva, cabendo às políticas públicas a função de captação deste processo e retroalimentá-lo.

### *3.2.6 Democracia contemporânea no Brasil: panorama dos aspectos positivos, negativos e conflitantes na cultura política*

A democracia contemporânea no Brasil trata de uma temática ampla com entraves, retrocessos e avanços e, nesta etapa do presente trabalho, apresentaremos o olhar de diversos autores, buscando evidenciar os aspectos de maior relevância. Baquero (2001 “c”), a partir da ótica de diversos autores nos aponta que o Brasil é um país que teve as suas matrizes estruturais de sociabilidade, influenciadas pelo patriarcalismo e favorecendo a desmobilização e a falta da participação cidadã, a instituição de um Estado com estruturas tradicionais e sem condições de reestruturação, gerando um descompasso entre o desenvolvimento econômico e uma estagnação do desenvolvimento político. Estas razões possibilitaram a ausência de cidadania organizada e eficiente, somada de uma mediação deficitária entre o Estado, a sociedade e os partidos políticos. O autor questiona até que ponto o neoliberalismo não tem conseguido eliminar traços tradicionais da política brasileira (BAQUERO, 2001).

Para Baquero (2001) a pouca participação dos brasileiros na política vai além do simples ato de votar, uma vez que os déficits de capital social alimentam uma cultura política desafeta à participação. A ausência de capital social se estabelece na falta de confiança interpessoal, além da falta de confiança nas instituições, favorecendo a manutenção de um sistema democrático permanentemente instável. A democracia

contemporânea brasileira, na entrada do novo século, depara-se com poucos espaços de participação do cidadão, diante dos moldes das nações chamadas modernas, o que evidenciou um déficit na participação popular e a necessidade de se pensar formas ou ações estratégicas para trazer de volta o cidadão, a sociedade civil, enfim, a sociedade no todo, para participarem na fiscalização da coisa pública.

Segundo Baquero (2001 “c”), no projeto neoliberal ocorreu um distanciamento entre as instituições que deveriam cuidar das dimensões sociais mínimas, educação, trabalho e moradia, dos membros das camadas mais pobres da população, colocando a participação popular na política, em plano secundário. A sugestão do autor é o aumento de *capital social*, o caminho para se potencializar a capacidade participativa da sociedade.

Para Dagnino (2004), a implantação do projeto neoliberal em âmbito global e na reestruturação do Estado e da economia das sociedades latino-americanas deixou marcas e impactos sobre a cultura política dos citados países. No Brasil, tal processo sugere a existência de uma *confluência perversa* entre o projeto político democratizante participativo e o projeto neoliberal, como pontos marcantes no cenário de luta pelo aprofundamento da democracia na sociedade brasileira. Três noções: sociedade civil, participação e cidadania são os pontos centrais da confluência analisada sob as perspectivas político-cultural e perspectivas dos deslocamentos de sentido.

A *confluência perversa* encontra-se entre os dois projetos, o democratizante participativo e o neoliberal, sendo que o primeiro trata do alargamento da democracia, com a criação de espaços físicos e ampliação da participação da sociedade civil nos debates e nas tomadas de decisões relacionadas às suas questões e políticas públicas. O processo democratizante participativo, dos anos 90, ocorreu o restabelecimento das eleições livres e reorganização partidária, configurando novas relações entre poder de Estado e a sociedade, favorecendo um maior trânsito entre Estado e sociedade civil e, como característica distinta deste projeto, a participação da sociedade (DAGNINO, 2004).

O projeto neoliberal como parte de uma estratégia do Estado para implementação do ajuste neoliberal e do projeto Estado mínimo, foi caracterizado por adequar a sociedade ao modelo neoliberal global, que prevê que os governos não garantam os direitos dos cidadãos e, com isto, há o encolhimento das responsabilidades sociais governamentais, transferindo estes para a sociedade civil. A *confluência perversa* ocorre no fato de os dois projetos serem antagônicos, tendo em vista que eles

apontam para direções opostas, mas ambos os projetos requerem uma sociedade civil propositiva (DAGNINO, 2004).

A disputa política entre os dois projetos ocorreu no âmbito dos significados aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania e democracia. A tensão se deu no campo político democrático, de maneira que os deslocamentos de sentido e semântica conduziam o sujeito de um projeto a outro, constituindo o perigo na prática política e a perversidade se instaurou na dinâmica do avanço democrático brasileiro. Resultou como saldo positivo das décadas de luta pela democratização, a formação dos espaços públicos, previstos pela Constituição de 1988 e ponto fundante na implementação destes espaços de participação da sociedade civil na gestão da sociedade.

A ampliação dos espaços de participação da sociedade civil sobrecarregou-a com as transferências das responsabilidades do Estado, conferindo a esta experiência uma *dimensão perversa*. Tal perversidade torna-se um dilema percebido e avaliado pelos movimentos sociais até o momento daquele período, suscitando questionamentos acerca do próprio papel político que desempenhavam (DAGNINO, 2004). A *confluência perversa* fez emergir reflexões sobre o processo de construção democrática brasileira e a dinâmica de funcionamento do Estado e sociedade civil, relacionados à problemática de constituição dos espaços públicos, ressaltando uma dimensão esquecida, que é a complexidade do citado processo. O termo *projeto político* usado pela autora se aproxima da visão gramsciana,

[...] para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do deve ser a vida em sociedade, que orientam às ações políticas dos diferentes sujeitos. A virtude específica dessa abordagem [...] está no vínculo indissolúvel que estabelece entre a cultura e a política [...] a noção de projetos políticos é que eles não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam e veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais amplas (DAGNINO, 2004, p. 98).

A noção de projetos políticos traz em seu bojo contribuições que visam superar a visão homogeneizadora, tanto do Estado, quanto da sociedade civil, possibilitando o reconhecimento da diversidade interna, como base de se repensar as relações. Favoreceu a análise dos sentidos e deslocamentos da sociedade civil, participação e cidadania e suas implicações para o significado da política e democracia e como estes se expressam e se configuram numa disputa política, na qual sejam explicitados os distintos projetos e os devidos sentidos que se escondem e se revelam (DAGNINO, 2004). A *confluência perversa* rompeu momentaneamente com a unidade da sociedade civil construída em

torno do restabelecimento do Estado de Direito e das instituições democráticas. Ela estabeleceu naquela oportunidade, um debate acerca das várias concepções de democracia, expressando a diversidade que sucedeu àquela unidade, suscitando olhares dos intelectuais e das políticas do país.

O avanço da estratégia neoliberal suscitou um desvio da cultura política no Brasil e na América Latina, tornando a citada estratégia pouco discutida, porém, no Brasil, o confronto entre o projeto neoliberal e o projeto político democratizante participativo ocorreu em um momento amadurecido, devido à resistência empreendida na luta contra o regime militar, que fundou uma ampliação da cidadania e uma maior participação da sociedade civil, inspirando em vários setores da sociedade civil na criação de novas instituições, como os conselhos gestores e orçamento participativo, dentre outros, constituindo um campo ético-político que fundamentou a transição democrática (ALVAREZ, DAGNINO e ESCOBAR, 1998; DOIMO, 1995; BAIERLE, 1998 *apud* DAGNINO, 2004).

No Brasil, o projeto neoliberal se depara com um campo de disputa que o torna um pouco diferente do projeto liberal global e por esta razão passa a ocorrer um diálogo com o campo adversário, numa interlocução que se dá no interior dos espaços públicos de participação do Estado e sociedade civil, defrontando-se assim face a face os dois projetos. Nos anos 90 mudanças passaram a ocorrer na relação entre o Estado e os setores da sociedade civil, devido ao vínculo destes com o projeto político democratizante. Na interlocução, o projeto neoliberal passa a ocupar majoritariamente o aparato do Estado e com isto, o projeto participativo passa a atuar no Estado, por meio do engajamento dos setores da sociedade civil.

As *coincidências* no nível do discurso e referências comuns, nos citados projetos políticos antagônicos, escondem distinções e divergências fundamentais, sendo que a *confluência perversa* obscurece as distinções e as divergências, uma vez que o vocabulário é comum e os procedimentos e mecanismos institucionais guardam uma semelhança significativa. As noções de sociedade civil, participação e cidadania estão relacionadas entre si e trazem entre si elementos centrais do deslocamento de sentidos, que constitui o mecanismo privilegiado na disputa política no início do processo de redemocratização brasileiro. A citada confluência marcou o desenho democrático da sociedade brasileira. As noções, por um lado, estão relacionadas às origens do projeto participativo e, por outro, são constitutivos do projeto neoliberal de nível global, suscitando um encontro de perspectivas com sentidos diferentes, mas uso de mesma nomenclatura.

Sendo assim, no presente trabalho, a partir de Dagnino (2004), buscou-se apresentar o que a autora chamou de *confluência perversa*, fatores ocorridos no panorama da redemocratização do país, no qual embates e conflitos se constituíram em função do uso dos termos de relevância para o citado processo, no qual os termos sociedade civil, participação e cidadania, foram apresentados nas perspectivas dos dois projetos, porém assumindo diferentes sentidos e funções. Na *participação cidadã* aspectos positivos emergiram a partir do enfoque feminista e dos estudos de gênero, no que tange ao discurso da igualdade de direitos. Este possibilitou, ao longo da história, que mecanismos de exclusão/inclusão fossem alimentados no campo da cidadania. O enfoque feminista introduziu novas perspectivas de análise que, relacionadas aos termos sexo/gênero/raça/etnia e classe social, possibilitaram a ampliação do entendimento de questões que coíbiam o desenvolvimento da cidadania (PRÁ, 2001).

A participação feminina na composição da agenda política de diferentes sociedades possibilitou mudanças nos sistemas políticos e jurídicos no mundo do trabalho, nas perspectivas educacionais, de saúde, nos âmbitos internacional, nacional, regional e local, incluindo direitos humanos na formulação das políticas públicas. Segundo García e Gomáriz (2000), tais articulações resultaram positivamente na alteração do perfil das mulheres latinoamericanas que, ao final dos anos 90, já se enquadravam em índices reduzidos de fecundidade; taxas de aumento da expectativa de vida e participação no mercado de trabalho. Tais mudanças percebidas no perfil da mulher latinoamericana apontam positivamente para o aumento das capacidades simbólicas, relacionadas à cidadania substantiva (*Apud* PRÁ, 2001).

A análise da problemática da cidadania de gênero deve ser tomada a partir da dinâmica da participação das mulheres no espaço público e na trajetória percorrida por elas, da esfera social à institucional e estatal, analisando também a ação política delas e o potencial das mesmas na intervenção e transformação de suas realidades. Um fator negativo referente às assimetrias de gênero é o campo das decisões políticas. Este apresenta uma expressiva participação masculina em detrimento da feminina, sinalizando que a equidade ainda está distante. Os estudos abordando a faceta política das mulheres nos apontam que as intervenções, via participação de mulheres na agenda pública, encontram-se vinculadas às mulheres participantes de movimentos sociais, organismos governamentais e não governamentais (PRÁ, 2001).

A fragilidade da representação feminina nos espaços de decisão política é visto como um dos fenômenos mais negativos dos últimos tempos e a autora cita apontamentos de Baquero (1999), acerca do modelo de Estado paternalista, calcado em

uma cultura política de matriz autoritária, direcionando as ações e as direções políticas, fomentando as práticas clientelistas, as trocas de favores e o domínio do indivíduo sobre a sociedade, reduzindo assim a circulação de lideranças. Neste debate, também Holanda (1977) ressalta que a configuração social elitista e excludente como a brasileira corrobora para que as demandas de direitos, igualdade, participação e cidadania encontram ressonância nas esferas de poder, possibilitando que a estrutura desigual exclua significativos segmentos populacionais da distribuição de riqueza e poder, ou seja, reforçando a exclusão política. Segundo Baquero (1999), tal exclusão se traduz *num déficit da soberania popular*. O processo de exclusão social, à medida que é mantido, passa a impedir a entrada dos novos sujeitos na esfera política e, com isto, fortalece a manutenção do padrão clientelista que ainda hoje caracteriza a prática política e configura a cidadania na sociedade brasileira. Tal prática cria barreiras para o ingresso de mulheres na esfera pública, espaços de poder e de decisão. Este fato se confirma nos baixos índices de participação feminina nas esferas de poder e de decisão política (Apud PRÁ, 2001).

Os avanços obtidos pelas mulheres no exercício da cidadania no âmbito da política ainda é muito frágil, embora sejam inegáveis os avanços obtidos pelas mulheres em áreas como o trabalho e educação, fator que favorece a interlocução com o Estado. Os estudos desenvolvidos pela Comissão Econômica Para a América Latina (1999) apontam que as ações desenvolvidas por organismos institucionais de defesa da mulher, organizações não governamentais e movimentos sociais de mulheres estão utilizando de múltiplas estratégias, visando a incorporar o enfoque de gênero em todos os aspectos do desenho das políticas públicas, adotando enfoques transdisciplinares, intersetoriais e participativos para a obtenção de resultados e formulação futura de novos desafios (Apud PRÁ, 2001).

Prá (2001) aponta como aspecto positivo as possibilidades de mobilização existentes em uma sociedade por meio das instituições de mulher e organizações sociais, por elas potencializarem uma maior ingerência das mulheres como agentes de *empoderamento* no sentido formal e no substantivo. Já as políticas públicas afirmativas propõem acesso e garantia de vagas às mulheres nas esferas culturais, laborativas, educativas, políticas. No plano substantivo do *empoderamento* cidadão, encontram-se as medidas que dinamizam o desenvolvimento de programas de formação, sensibilizando para as perspectivas de gênero e práticas associativas, cooperativistas e participativas entre as mulheres, em especial as de grupos vulneráveis em um atendimento individual ou coletivo. Outro aspecto positivo apontado pela autora é o fato de a ação articulada

dos mecanismos institucionais com os grupos sociais organizados podem eventualmente contribuir, gerando *capital social* em uma perspectiva dupla, que pode resgatar a cidadania para a sociedade civil e também resgatar a sociedade para o Estado.

### 3.2.7 A participação e ação coletiva

O termo *participação*, na concepção de Gohn (2005), abarca um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, gerando novos valores e uma cultura política nova, uma participação que leve à mudança e transformação, tornando o grupo responsável por sua história, ou seja, que passe a decidir sobre questões que lhe dizem respeito. O sentido da participação é o rumo, é a orientação que conduz os desdobramentos e os significados são aprendidos e apreendidos, são socializados, são identificados, confirmados e testemunhados por aquele que se defronta com o outro. Em uma ação social, o sentido da participação de indivíduo ou grupo repousa na busca de referenciais culturais e políticos acumulados por personagens em sua experiência de vida nos valores resgatados, herdados e transmitidos pelo ambiente em que viveu ou vive, por meio da memória pessoal sobre a cultura das instituições de que participou ou participa. Os significados produzem processos identitários, individuais e coletivos.

González (2001) aborda a *ação* governamental relacionada à retomada do processo eleitoral livre e continuado no Brasil, dezesseis anos, pós-fim da ditadura militar e ressalta que o sistema eleitoral *pode funcionar mal, mas funciona*. As eleições ocorrem a cada quatro anos, com resultados acatados e respeitados, por todos os participantes, sugerindo numa definição mínima de que estamos em uma democracia.

Com isto emergem questionamentos sobre a influência dos cidadãos nas diversas esferas governamentais e nas políticas por elas adotadas e dois mecanismos são identificados pelo autor, na regulação das escolhas públicas, sendo eles: o acordo mútuo estabelecido por meio de relações de confiança e a decisão realizada por um organismo externo, o Estado. E o autor ressalta que, no Brasil, devido ao regime presidencial, a sansão dos cidadãos contra um mau governante vem a *posteriori* e é muito limitada. Tais fatores favorecem a ocorrência de uma crescente preocupação com o controle das ações governamentais e a eficiência da ação do poder público no que diz respeito aos recursos públicos destinados a investimentos e tal fator fortalece a importância de se ter mecanismos de controle sobre as políticas públicas e também que propicie uma maior aproximação dos orçamentos públicos de um valor real.

Os fatores discutidos nos parágrafos acima deram um novo relevo a velhos temas debatidos nas ciências políticas e destacamos: a) o problema da escolha social e mecanismos institucionais, que promovam transformar preferências individuais em decisões coletivas; b) que a ação coletiva, ou seja, mobilização dos cidadãos não seja somente na definição de suas proposições, mas também na participação da criação dos resultados desejados e que estes incorporem aspectos relativos às crenças e relações sociais (GONZÁLEZ, 2001).

Para Guerra (2006), a ação coletiva foi profundamente transformada pela complexidade das formas de organização social, influenciadas pelos interesses corporativos, pela multiculturalidade, pela fragmentação crescente dos poderes do Estado, pelo mercado e pela sociedade civil. O dinamismo das mudanças afetou o sistema social e daí a necessidade de administrar a complexidade, transformando, as regras de gestão, antes autoritárias, em decisões, escolhas e políticas capazes de reduzir a incerteza do sistema, uma vez que ela afeta de forma incontrolável a vida das pessoas.

As sociedades complexas requerem uma crescente autonomia dos grupos e indivíduos que a compõem e, para isto, estes devem ser estimulados a desenvolver habilidades formais de aprendizagem e ação. Sendo assim, o confronto e a mediação de interesses, que antes eram realizados de forma autoritária, passam a ser realizados de forma inovadora por meio de agentes públicos, via sistemas de intercâmbio de informações e negociações, nas relações políticas (MELUCCI, 2001).

A inovação pode viabilizar a interação e a cooperação programadas para se atingir determinados objetivos. E nesta abordagem as políticas públicas podem atuar como um *sistema de cooperação* em matéria de ação pública (GAUDIM e NOVARINA, 1997 *apud* GUERRA, 2006).

A concepção de gestão da esfera pública, com a participação dos atores econômicos e sociais reconhece que o projeto de mudança social empreende energias positivas para que a mudança ocorra nos atores envolvidos, transformando a vida social em múltiplos ecossistemas que coexistem em rede, todos participando no desenvolvimento em redes, e estas permitem a associação dos atores sociais e econômicos. Estas formas de gestão são frutos da incapacidade pública de se custear os bens e serviços, havendo assim a necessidade de se aproximar dos mecanismos de gestão pública, a rapidez e a flexibilidade que atenda aos processos de mudança (GUERRA, 2006).

Dáí a necessidade de se instituir novas formas de pensar e agir alinhando o espaço público construído, ao apropriado conforme o interesse e lógica de ação dos

inúmeros atores econômicos e sociais, que ora orientam a mudança social. Daí a governança<sup>25</sup>, um conceito que abarcará as formas de evolução da ação pública nos sistemas políticos de democracia madura e este conceito, abarca os seguintes desafios: a gestão da complexidade, a necessidade da eficácia e a legitimidade das decisões (GUERRA, 2006).

Segundo a autora, as melhorias nas formas de trabalho da ação pública se deram por meio dos métodos de planejamento e gestão estratégica, com procedimentos mais ou menos formalizados em conhecimentos científicos e técnicos, objetivando a obtenção das melhorias necessárias. Sendo assim, os complexos sistemas de governo alinhados aos aspectos territoriais, sociais e econômicos trazem novos elementos às seguintes dimensões: a ampliação do campo dos atores e das formas de organizações no desenvolvimento e implementação das políticas; a ampliação das relações e problemáticas na gestão da coisa pública e o alargamento e novas oportunidades de envolvimento informal na ação pública.

Assim, as novas formas de ação previstas pelas políticas públicas passam pelo aprofundamento da complexidade e da dinâmica das mudanças, alinhando-as à necessidade econômica de rentabilidade de recursos e à necessidade política de se garantir a legitimidade pública. Com isto, espaços de ação e organização coletiva se afirmam, emergindo uma nova face no Estado em plena mutação (GUERRA, 2006).

Com a quebra do monopólio das decisões políticas, a descentralização, a crise econômica, a exigência de transparência e eficácia da administração pública emerge uma multiplicidade de parceiros do setor público e privado, que passaram a expressar interesses coletivos, modificando profundamente as formas de fazer política. Nas novas estruturas estabelecidas, múltiplos atores passam a fazer parte da dinâmica das ações de organizações, em que relações de força e conflitos de interesses guiam os comportamentos, numa racionalidade insuficiente para a compreensão e entendimento da complexidade das interações entre os atores, num jogo estratégico em meio o reconhecimento da sua heterogeneidade, da heterogeneidade dos seus projetos e a existência de interesses contraditórios. Abre-se, com isso, a necessidade de analisar as dinâmicas de associação entre atores, num contexto de planejamento territorial (GUERRA, 2006).

---

<sup>25</sup> Governança é um termo decorrente da tradução do francês e do inglês, mas nos dias atuais não existem nestas línguas, a não ser na discussão científica do novo contexto referenciando as novas formas de governo, com a participação política. Já em Portugal a palavra existe no dicionário e expressa as novas formas de exercer o governo da nação, com a participação de atores econômicos e sociais (GUERRA, 2006).

Numa perspectiva que analisa o ator e o sistema, Guerra (2006) apresenta considerações de diversos autores. Há concepções que traduzem o ator como um ou mais porta-vozes, podendo ele ser uma pessoa, um grupo de pessoas, uma organização ou uma instituição. Para muitos outros autores, os *atores* se diferem dos *agentes*, pelo fato de os atores serem tomados como elementos produtores de uma sociedade, pois representam um projeto de uma sociedade e, na interação entre eles, ocorre uma relação entre dois atores desiguais. O ator traz consigo um projeto de sociedade imerso em uma rede de relações sociais desiguais, na qual um ator exerce a ação e o outro sofre a ação. Sendo assim, nesta definição a autora citou Touraine (1984), pelo fato de ele atribuir duas qualidades a este ator coletivo, uma é o fato de o ator coletivo trazer consigo um projeto de sociedade e estar imerso em uma rede de relações desiguais, em uma relação na qual o ator e o sistema tornam-se uma constante na teoria do ator social, sem uma referência aos sistemas de ação, que possa explicar a complexidade do ator e suas relações com o campo social em que se situa, tornando os movimentos contemporâneos incompreensíveis. Nas estruturas de parceria relacionada a projetos de desenvolvimento local, onde grupos sociais representam interesses coletivos, tornando-se *atores institucionais*, relacionados a uma diversidade de atores, representações, de interesses, de diferentes raízes territoriais.

Na definição de Melluci (2001), colocar o problema da formação do ator coletivo significa reconhecer o que empiricamente se chama de movimento e, ao atribuir a este uma unidade essencial, esta se vinculará ao resultado de processos sociais heterogêneos. No contexto da ação coletiva pode haver uma enorme diversidade de lógicas sociais, sendo fundamental descobrir o sentido da ação social, para que seja possível entender a lógica social de um movimento concreto, portador de significados múltiplos e, na maioria das vezes, contraditórios. A ação coletiva permite o alargamento dos processos de aprendizagem, de socialização e de comunicação, via desenvolvimento da capacidade de transformar as sociedades humanas, pela capacidade de aprendizagem e reflexão, levantando novas potencialidades e também novos conflitos.

O planejamento estratégico atua como um método sistemático para gerir a mudança. Ele corresponde à racionalização instrumental da ação pública. As novas formas de governança estão ligadas às mudanças culturais e ao entendimento da realidade dos novos tempos, num processo interativo, pensamento e ação. As novas formas de governo se traduzem na elaboração das políticas públicas que permitem a emergência de novas lideranças e novas formas de fazer, além de buscar a construção de

novas formas de regulação da ação a partir da participação alargada dos indivíduos e da renovação da gestão pública tradicional (GUERRA, 2006).

### 3.2.8 *Gênero, equidade social e política pública no Brasil contemporâneo*

A autora Prá (2001) nos aponta que a articulação das mulheres na esfera pública possibilitou a instituição de mecanismos de defesa dos direitos da mulher e à instituição do recorte de gênero na elaboração das políticas públicas. Segundo a citada autora, a atuação do Movimento Feminista, pós-anos 60 foi decisiva no processo de redemocratização do Brasil e a inserção das mulheres nas agendas e pautas governamentais, nas políticas públicas, dentre outros, destaca-se a criação dos conselhos de direitos; delegacias de atendimento à mulher e, enfim, diversas entidades sociais atuando em prol das mulheres.

No campo acadêmico, as pesquisas e estudos sobre a mulher e gênero, o trabalho da Bancada Feminina do Congresso Nacional e o de várias outras instituições se constituíram como agentes de interlocução com Estado e mediadores no diálogo entre Estado e sociedade, exercendo uma pressão nos órgãos legislativo, executivo e judiciário para elaboração e implementação de projetos, que atendam às reivindicações das mulheres no âmbito das políticas públicas, com enfoque em gênero.

As estratégias de pressão adotadas, quando da elaboração da Constituição Federal de 88, resultaram na ação de sensibilização e divulgação aos deputados, senadores e ministros de Estado a respeito das discriminações e desigualdades da condição feminina, possibilitando a inclusão das reivindicações das mulheres nas propostas de elaboração da nova constituição (PRÁ, 2001). O trabalho conjunto e produtivo de organizações do movimento de mulheres, Conselho Nacional de Direitos da Mulher, Bancada Feminina e parlamentares envolvidos e comprometidos com as questões da cidadania das mulheres, igualdade de direitos e de oportunidades entre mulheres e homens na sociedade brasileira, possibilitaram a interlocução com o Legislativo. Com isto, ocorreu a introdução de algumas propostas dos movimentos de mulheres na agenda do Congresso Nacional e a aprovação de várias leis com enfoque em proposições que contemplem as mulheres e as questões de gênero.

Nos tempos atuais, devido às perspectivas de mudanças, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, agora é possível tramitar proposições em favor das mulheres e com vistas às perspectivas de gênero em diversas áreas: saúde, violência

doméstica, trabalho, educação, discriminação sexual, enfim, projetos que visam oportunizar, dentre diversas reivindicações, a igualdade de gênero nos diversos espaços de poder.

### 3.2.9 *As políticas públicas no Brasil contemporâneo*

Nesta etapa do estudo buscou-se primeiramente apresentar as origens do conceito política pública, as múltiplas facetas do conceito conforme nos aponta a literatura internacional, dando sequência ao debate abordou-se a evolução das políticas públicas brasileiras direcionadas para o campo, não perdendo de vista o processo de mudanças e a instituição das novas perspectivas orientadas pela redemocratização política brasileira.

Para Bonnal et al. (2011), definir as políticas públicas tem que se levar em conta os desafios tão diversificados e complexos que envolvem a participação dos múltiplos atores privados, associativos e públicos, elementos estes, que conformam uma nova arquitetura da ação pública e os autores ressaltam que a legitimação da agricultora familiar como ator sociopolítico organizado ao lado da agricultura patronal e organizacional, e o reconhecimento das especificidades socioterritoriais sinalizou como no meio rural esta evolução foi particularmente significativa e concreta.

Segundo os pesquisadores acima, no Brasil como em outras democracias nacionais, as políticas públicas foram organizadas a partir de um contexto de diversificação e de fragmentação da ação pública e esses fatores influenciaram para que o significado da noção de política pública fosse desenvolvido em uma situação marcada pela reformatação do papel do Estado. Com isto, o debate atual sobre a definição de política pública ficou estruturado em torno do grau de centralidade do Estado no processo de construção da ação pública e da importância dada à racionalidade substantiva, neste processo.

Bonnal et al. (2011) destacam os estudos desenvolvidos por Muller (2004) na análise da origem da noção de políticas públicas e do posicionamento deste pesquisador, opondo-se às concepções norteamericanas e europeias. Segundo este pesquisador, nos anos 1950, nos Estados Unidos, foi criada a noção de política pública, inserida no conceito de *government*, evidenciando o pragmatismo do conceito vinculado à formação de interesses conduzindo a implementação de políticas eficientes e correspondente aos objetivos definidos de maneira que não haja desperdício do dinheiro dos cidadãos, um

enforque na ação racional do governo (*policies*), numa lógica na qual a política pública é entendida como um programa projetado com metas, valores e práticas<sup>26</sup>.

Muller (2004) ressalta ainda que, na Europa, o conceito de política pública é contrário ao norteamericano, prevalecendo a tradição fundamentada nas concepções de Hegel e Weber, tomando o Estado como uma instituição que transcende a sociedade e domina os atores da sociedade civil e do setor privado. A perspectiva europeia formulada por Thoenig contraria a concepção anterior, por ela trazer a noção de política pública como uma intervenção do poder público, com autoridade e legitimidade governamental sobre os aspectos específicos da sociedade ou do território. Nesta é ressaltado o caráter legal do poder do Estado, segundo o autor uma violência legal. Outra formulação europeia da noção de política pública foi elaborada por Jobert e Muller (1987), na qual a trajetória de ação visa resolver um problema da sociedade.

A conceituação recente de políticas públicas está relacionada a uma ação complexa, dentro de uma lógica de sociedade cada vez mais *ingovernável* devido à multiplicidade de atores organizados, à diversificação dos fóruns e lugares de interação Estado-Sociedade, as crescentes interações multiníveis, inclusive as de nível internacional, na conformação dos problemas de sociedade. Massardier (2003), nesta acepção, identificou uma política pública com base na existência de alguns aspectos peculiares da ação pública como orçamento, normas jurídicas e instituições especializadas; práticas de intervenção dentro de um setor social ou econômico; ou projeto coletivo construído via atores diversificados como indivíduos, empresas, associações; ou grupos de atores como os movimentos sociais; ou a pressão das organizações internacionais. Nesta perspectiva a centralidade do Estado no processo de elaboração das políticas é questionada, ocorrendo à redução do papel do Estado, junto com a complexidade crescente do processo de elaboração das políticas. Com isto, Lascoume e Le Galès (2007) questionaram a própria denominação *políticas públicas* e propuseram a sua substituição pela noção de *ação pública*, porque, segundo eles, esta seria mais adequada à pluralidade de atores envolvidos (*Apud* BONNAL et al., 2011).

Para Bonnal et al. (2011), ao se analisar uma política pública, deve-se considerar o seu tempo e, dentro de que trajetória de ação esta se encontra inserida, ressaltando, ainda, que esta traz em sua gênese as marcas do tempo longo ou tempo

---

<sup>26</sup> Laswell e Kaplan (1970) são os autores norteamericanos, citados no debate da definição da noção e origem da política pública (MULLER, 2004*apud* BONNAL et al., 2011).

curto. No tempo longo<sup>27</sup>, as decisões e as ações atuais são limitadas e adequadas por instituições permanentes e originárias de decisões tomadas no passado e, o conjunto de regras, normas e valores estruturam o comportamento individual ou coletivo, favorecendo a compreensão dos impactos das políticas públicas, quando analisadas e estudadas. No tempo curto, as políticas públicas, de modo frequente, são adaptadas e incrementadas mediante a mudança de alguns de seus componentes, podendo essas mudanças repetitivas, transformarem o conteúdo e até o objetivo da política pública (LINDBLOM, 2009/1957 e 1979).

Bonnal et al. (2011) apontam outro contexto relevante na atual de análise das políticas públicas, acima descrito. É a do enfoque cognitivo, e ressaltam que os autores, inscritos nessa corrente, bastante heterogênea, têm como ponto convergência a atribuição de um papel destacado as ideias no processo de construção das políticas públicas. Tais ideias são fundadas em valores, crenças e normas organizadas, conformando matrizes cognitivas mobilizadas pelos diversos atores implicados no processo de elaboração da política pública para tomarem suas decisões. Esses atores definem suas estratégias de negociação para resolver problemas da sociedade a partir de bases formuladas conforme uma representação do seu entorno e, sendo assim, para Muller (2004), as políticas públicas devem ser analisadas como os processos mediante os quais são elaboradas as representações de uma sociedade para entender e agir sobre a realidade tal como é percebida. (MULLER, 2004 *apud* BONNAL, et al. 2011)

No Brasil contemporâneo as perspectivas de mudanças advindas do processo democratizante influenciaram em um novo desenho para as políticas públicas, e com isto, estas passaram a ser formuladas a partir de um enfoque *local*, favorecendo, assim, a incorporação das perspectivas sociais, culturais, econômicas e institucionais, numa lógica territorial, possibilitando a composição do espaço rural brasileiro, além de tornar o município o *locus* da implementação, da gestão e da fiscalização da política pública (HESPANHOL, 2008).

Tomando a política pública como uma ferramenta que viabiliza o desenvolvimento de indivíduos e grupos, no caso especial deste estudo, as mulheres, vale ressaltar, com base em Prá (2001), que o resultado da mobilização das mulheres ampliou a sua interlocução com o Estado, institucionalizando demandas importantes, aumentando as possibilidades de mudanças na realidade social de muitas mulheres, via oportunidade de uma maior participação feminina, na esfera pública e privada em

---

<sup>27</sup> Os autores North (1990), Mahoney (2001), Pierson; Skocpol (2002) elaboraram o conceito acerca do tempo longo (*Apud* Bonnal et al. (2011)).

múltiplas perspectivas: culturais, sociais, políticas e econômicas. Tudo isto deve influenciar em diversos processos, dentre eles o da elaboração e da implementação das políticas públicas.

No processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para o meio rural eram destinadas aos setores mais capitalizados, com objetivo de equilibrar a balança comercial do país. Com isto, o setor da produção familiar não foi contemplado, nesta perspectiva, ficando à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo no crédito rural, os preços mínimos e o seguro da produção e, em meados de 1990, estes foram percebidos no âmbito da política pública, muito burocrática e imprecisa, naquela época.

Segundo Mattei (2010) a diversidade social rural se explicitou politicamente com expressão durante o processo constituinte entre 1986 e 1988, quando os movimentos sociais rurais e suas diversas formas de representação passaram a integrar os debates constituintes, influenciando a agenda de políticas de desenvolvimento rural para o país e um conjunto de medidas específicas para atender os diversos segmentos de trabalhadores rurais.

As intervenções políticas se orientaram em dois campos de ações que foram decisivos para que temas agrários importantes voltassem à agenda pública do país, rompendo com o longo processo de exclusão social decorrente do modelo de desenvolvimento rural brasileiro ancorado na propriedade latifundiária das terras e no incentivo à monocultura. Este modelo revelou duas faces perversas, uma delas vinculada à violência praticada contra trabalhadores rurais pelos grandes proprietários de terras, além de um elevado número de assassinatos de lideranças dos trabalhadores e a outra faceta ficou relacionada ao grande número de famílias de agricultores familiares que, devido à modernização da agricultura, foram forçados a abandonar o meio rural em busca de novas formas de vida em áreas urbanas e/ou migrar para outras regiões em busca de sua reprodução social (MATTEI, 2010).

O autor destaca que nos últimos anos da década de 1980, ocorreu um expressivo aumento dos conflitos - e confrontos rurais - e destaca, neste contexto, o caso particular da luta pela reforma agrária intensificada pelo Governo da *Nova República*, composto por representações das forças mais conservadoras, que operaram junto ao programa de reforma agrária, inviabilizando qualquer iniciativa governamental e potencializando, ainda mais, o êxodo rural e os conflitos agrários. A ineficácia do Governo nas questões agrárias aglutinou mais gente à luta pela reforma agrária e assim a partir de 1985 o MST, inicialmente com uma configuração regional, ganha capilaridade nacional e, nas

lutas e reivindicações agrárias, torna-se o principal interlocutor no país, fazendo com que tais questões permanecessem na agenda pública como prioridade nacional.

Na área da produção agrícola, no processo constituinte, grandes representações sindicais de trabalhadores rurais introduziram na agenda de debates duas reivindicações, uma delas foi uma política específica para agricultores familiares e a outra foi à instituição de mecanismos legais e institucionais de proteção aos trabalhadores rurais, por meio da principal reivindicação, a assinatura da carteira de trabalho por parte dos empregadores rurais. Tais mudanças em favor do agricultor familiar e trabalhador rural buscavam corrigir os prejuízos a eles legados, quando da *modernização agrícola*, período no qual os instrumentos de política agrícola beneficiaram somente uma pequena parte dos produtores rurais, em sua maioria, médios ou grandes proprietários de terras, de significação econômica e política, junto ao poder político dominante. No que tange às relações de trabalho rurais, no Brasil do final do século XX, ainda persistiam relações trabalhistas próximas às relações escravocratas e os trabalhadores rurais tinham seus direitos básicos elementares assegurados, ainda que estes tenham sido instituídos legalmente desde a década de 1940 (MATTEI, 2010).

A promulgação da Constituição de 1988 possibilitou um reordenamento do Estado brasileiro possibilitando a descentralização das ações estatais e, com isto, mecanismos de gestão social das políticas públicas foram introduzidos, com vistas a democratizar o acesso dos beneficiários aos recursos públicos. Tais fatores possibilitaram o aumento crescente dos conselhos gestores, tanto de políticas setoriais como de políticas gerais de desenvolvimentos nas esferas federal, estadual e municipal. A década de 1990 iniciou com grandes desafios para os trabalhadores rurais e a partir de 1991, foram organizadas as primeiras jornadas nacionais de lutas dos trabalhadores rurais, na busca pela construção de uma pauta comum entre aos governos nos âmbitos federal, estadual e municipal, além destas grandes mobilizações terem servido de ferramentas para sensibilizar a sociedade acerca dos problemas rurais (MATTEI, 2010).

O autor ressalta ainda que, nas mudanças dos rumos das políticas de desenvolvimento rural ocorridas na década de 1990, os movimentos sindicais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais e Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) passaram a direcionar as reivindicações e lutas dos agricultores familiares, e o autor destaca a relevância dos movimentos sociais, na aquisição dos direitos previdenciários a partir de 1993. No campo da política agrícola o Governo Federal atendeu às reivindicações dos trabalhadores rurais, permitindo o acesso aos

recursos oferecidos pelo sistema nacional de crédito rural aos agricultores familiares, maior segmento da agricultura brasileira, porém frágil de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários, com a criação de PROVAP, em 1994, operando com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e esta agência deu origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)<sup>28</sup>, institucionalizado em 1996, buscando atender velhas reivindicações dos trabalhadores rurais. O PRONAF inaugurou uma nova perspectiva, porque legitimou uma nova categoria social: os agricultores familiares e implementou, no ano de 1996, ações relativas ao crédito e custeio e suas ações foram ampliadas para as áreas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, captação e pesquisa. E a partir de 1997 este programa ganhou maior dimensão e passou a operar em todo o território nacional, destacando-se por inaugurar as novas perspectivas democratizantes para atender aos agricultores familiares. Dando sequência à discussão, prosseguiu-se, com a política pública democratizante contemporânea, o Programa de Aquisição de Alimento.

### 3.2.10 *O PAA no Brasil contemporâneo*

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, PAA, faz parte do universo de análise deste trabalho de pesquisa e trata de uma política pública nacional de segurança alimentar e nutricional, na qual o Governo Federal compra de agricultores e produtores, seus produtos alimentares.

O PAA é uma política pública contemporânea que resultou de uma confluência entre dois debates importantes da década de 1990 no Brasil, a discussão da segurança alimentar e nutricional, um debate que se ampliou ao final da década de 1980 e se alongou e encontrou espaço no governo Lula a partir de 2003 e o debate do reconhecimento da agricultura familiar. Trata-se de uma política governamental que partiu de uma concepção intersetorial da segurança alimentar e nutricional, integrando as demandas de acesso aos alimentos e as necessidades de mercado para os produtos da agricultura familiar, uma vez que o citado programa adquire os alimentos dos agricultores familiares com dispensa de licitação e os repassa aos programas públicos e

---

<sup>28</sup> O PRONAF foi desenvolvido a partir do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), criado no governo Itamar Franco, em 1994, que atendia agricultores familiares e operava com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O PRONAF foi institucionalizado pelo Decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28 de julho de 1996 (MATTEI, 2010).

organizações sociais que atendem pessoas com dificuldade de acesso ao alimento ou em situação de risco alimentar (GRISA et al., 2009).

O PAA iniciou-se como uma das ações do Projeto Fome Zero e foi implantado com o objetivo de garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; contribuir para a formação de estoques estratégicos; promover a inclusão social no campo, por meio da agricultura familiar. O citado programa, no ano de 2006 passou a ter dotação orçamentária própria no Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA. Trata-se de um programa gerenciado por um Grupo Gestor, que define seu funcionamento e sua operacionalização. Para participar do programa, o agricultor deve ser identificado como Agricultor Familiar ou Acampado<sup>29</sup>. Os gestores executores do PAA são os estados, municípios e a CONAB. Os gestores locais são as organizações de agricultores familiares, cooperativas, associações, sindicatos e além das entidades da rede socioassistencial. O acompanhamento das ações e controle social do PAA é de responsabilidade conjunta das esferas federal, estadual e municipal, com a sociedade e suas representações colegiadas.

O PAA é uma política pública fruto das reivindicações dos movimentos, redes sociais, enfim, da dinâmica do processo de redemocratização política. Trata-se de uma política pública com duas importantes perspectivas: o desenvolvimento da agricultura familiar a partir da comercialização e escoamento de seus produtos, fatores que podem possibilitar melhorias para as unidades familiares e as comunidades rurais e garantia de alimentos a um número elevado de pessoas em condições de insegurança alimentar, melhorando a qualidade e quantidade da alimentação.

---

<sup>29</sup> A qualificação é comprovada pela Declaração de Aptidão do PRONAF-DAP ou pela Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos – DAPAA. A maioria dos Agricultores Familiares obtém a DAP junto a instituições autorizadas, como entidades oficiais de assistência técnica e extensão rural ou Federações e Confederações de Agricultores, por meio dos sindicatos.

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na presente pesquisa<sup>30</sup> buscou-se investigar a mulher das comunidades rurais via as próprias agricultoras ou membros de sua unidade familiar. O trabalho partiu de um aprofundamento teórico nas Ciências Sociais, Ciência Política e Sociologia Rural, que nortearam as diretrizes da presente dissertação. Buscou-se, nos estudos e pesquisas de diversos autores, o entendimento e a apreensão de conceitos e teorias com a finalidade de se compreender os modos de vida das mulheres das comunidades rurais, bem como suas ações são por ele influenciadas, na vida em sociedade, nas perspectivas sociais, políticas, econômicas e culturais.

Para que fosse realizada a verificação empírica, foi feito, *a priori*, um trabalho de definição de variáveis, relacionadas aos fenômenos a serem observados nesta pesquisa. Considerando que na pesquisa social muitos conceitos ou variáveis utilizados nos levantamentos sociais são empíricos, por exemplo: a idade, o nível de escolaridade e os rendimentos, enquanto existem outros fatos ou fenômenos, não são passíveis de observação imediata e nem tampouco de mensuração, cabendo ao pesquisador, nestes casos, operacionalizar essas variáveis, tornando-as passíveis de observação empírica e de mensurações. Por exemplo, as variáveis que envolvem múltiplas dimensões, como as perspectivas econômicas, educacionais e ocupacionais, a partir dos indicadores, possibilita-se a medição, estabelecendo assim o valor da variável (GIL, 1991).

A investigação desta pesquisa, com foco no problema apresentado, foi desenvolvida com base na metodologia da pesquisa social e utilizou-se de questionários e entrevistas como instrumentos de coleta de dados e estes ao final da realização da pesquisa de campo, receberam tratamento estatístico. Assim, a investigação científica se deu por meio de métodos fundamentados em bases lógicas e técnicas.

As ciências empíricas tratam de fatos e processos; portanto, elas necessitam de experimentação ou de observação para confirmar suas conjecturas. A Sociologia se classifica nesta perspectiva; portanto, ela é tomada aqui como uma ciência empírica, classificada no grupo das ciências humanas e trata das manifestações e construções humanas, tais como: sentimentos, ideologias, normas etc.; enfim, estuda o comportamento humano (GIL, 1991). O método utilizado no estudo é o método sociológico, baseado nas diretrizes do método observacional, com procedimentos de

---

<sup>30</sup> Segundo conceito elaborado por Gil (1991), a palavra *pesquisa* provém do espanhol e tem o sentido de indagação ou busca minuciosa para averiguação da realidade. O citado autor define a pesquisa científica, como um processo na obtenção de respostas para problemas, mediante a utilização de procedimentos científicos (p. 36)

natureza sensorial, onde o *ver e escutar* constitui o método fundamental da investigação nas ciências empíricas. Este método, sendo cuidadosamente planejado e realizado com controle e rigidez, conduz a resultados quase tão precisos quanto aqueles obtidos mediante experimentação (GIL, 1991).

Sendo assim, a *modalidade de investigação sociológica* foi à escolhida para responder as questões desta pesquisa que envolve relações de gênero, relações de poder e participação na política pública do PAA, buscando compreender se a participação da mulher na política pública influencia as relações de poder, estabelecidas entre homens e mulheres, nos espaços públicos e privados, das cinco comunidades rurais barbacenenses, objeto deste estudo. A fim de analisar o objeto desta pesquisa, a nossa primeira fonte de informações e apoio foi à equipe da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Barbacena, na pessoa da Coordenadora da Diretoria de Apoio à Agricultura Familiar e sua equipe. No prosseguir do trabalho, estratégias de abordagem e interação foram estabelecidas, dentre elas ressaltamos o contato inicial com algum membro da associação local, para explicarmos os objetivos da pesquisa e a sua relevância e, com isto, o citado membro local tornou-se um facilitador, fornecendo orientações acerca do(as) agricultores(as), da localização dos mesmos. Houve comunidade que, nos primeiros dias de pesquisa, o membro da associação até nos acompanhou. Sendo assim, deu-se início a investigação nas comunidades rurais: Costas da Mantiqueira, Pombal, Senhora das Dores, Campestre e Palmital dos Carvalhos, todas pertencentes ao município de Barbacena-MG.

Esta pesquisa teve como unidade de análise a família rural, focando-se, prioritariamente na mulher agricultora. A fonte secundária que norteou a pesquisa foi a *Proposta de Participação – Doação Simultânea do PAA*, homologada no ano de 2010, documento pertencente aos diversos relatórios da Secretaria de Agricultura de Barbacena, relacionado também junto à Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB, sediada em Belo Horizonte-MG. A pesquisa de *survey*<sup>31</sup> foi o método escolhido para desenvolvimento deste estudo. Para Babbie (2005), esta modalidade de pesquisa trata de um método que permite exame de uma amostra da população, sendo também caracterizada pela sua relevância no uso vantajoso de análise de muitos temas sociais de forma eficaz.

---

<sup>31</sup> Segundo Babbie (2005), a pesquisa se *survey* foi utilizada por Max Weber, um dos fundadores da sociologia moderna, em um estudo comparativo entre protestantes e católicos, mas foi aprimorada neste século pelos pesquisadores americanos.

A *pesquisa de survey* se refere a um tipo particular de pesquisa social empírica; porém existem muitos tipos de *survey* e vários desenhos básicos podem ser abarcados nele, com os seguintes objetivos, descrição, explicação e exploração. Estes podem ser atingidos de acordo com o interesse do estudo. A lógica da amostragem do *survey*, quando usada para estudar um segmento ou parcela, uma amostra, de uma população permite estimativas sobre a natureza da população total, da qual foi à amostra selecionada. O autor ressalta que a amostragem se torna necessária devido ao tempo e custo (BABBIE, 2005). Para alcançarmos o objetivo desta pesquisa, investigar a participação da mulher na política pública e como esta influencia as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres, nos espaços públicos e privados das comunidades rurais foi escolhido o tipo de desenho de pesquisa *survey* interseccional, devido à caracterização abaixo:

Num *survey interseccional* dados são colhidos, num certo momento, de uma amostra selecionada para descrever alguma população maior, na mesma ocasião. Tal *survey* pode ser usado não só para descrever, mas também para determinar relações entre as variáveis na época do estudo (BABBIE, 2005, p. 101).

Com isso, este desenho de pesquisa atende as perspectivas do estudo empreendido, por permitir um maior detalhamento das questões familiares do indivíduo ou grupo analisado no citado trabalho, bem como uma análise das suas particularidades, crenças, costumes, enfim legados que moldam as atitudes sociais, políticas e econômicas, os modos de vida das citadas famílias e comunidades rurais, que determinam as ações de mulheres e homens, nas comunidades rurais de Barbacena. Na sequência deste trabalho, adotou-se a *amostragem não probabilística*, tendo em vista que as comunidades rurais, objeto do estudo, se encontram em uma ampla região rural, com uma parte significativa de propriedades rurais em localidades remotas, suscitando desta forma a existência de questões desafiadoras para a pesquisadora, como a grande dificuldade de se localizar alguns agricultores. Também vale ressaltar que algumas propriedades rurais ficam localizadas, para além do rio e com o período das chuvas, a cheia do rio, estas ficam isoladas, sendo possível o acesso somente via motocicletas cross e caminhonetas e o carro da pesquisadora era um Gol 2011, motor 1.0. Depois de várias tentativas de acesso a tais localidades, somente com o cessar das chuvas, em meados de últimos dias do mês de abril foi possível chegar a estas residências. Conforme o exposto, estas foram às razões que inviabilizaram a utilização da

amostragem probabilística. Abaixo seguem considerações de Babbie (2005). “Apesar da superioridade dos métodos de amostragem probabilística na pesquisa *survey*, às vezes usam-se métodos não probabilísticos em seu lugar, em geral em situações em que a amostragem probabilística seria dispendiosa demais” (BABBIE, 2005, p. 152-153).

Os instrumentos de coleta de dados utilizados no presente trabalho de pesquisa foram questionários e entrevistas, semi-estruturadas, com perguntas abertas e fechadas e estes foram aplicados face-a-face. Buscou-se, na elaboração dos questionários, traduzir os objetivos específicos da pesquisa em questão, sendo que a descrição destes três questionários segue abaixo: O Questionário I, destinado às mulheres agricultoras que participam do PAA ou às mulheres agricultoras que trabalham junto ao esposo ou companheiro que participam do PAA. Participaram desta modalidade da pesquisa sessenta e sete mulheres. Este questionário foi organizado em seis etapas, sendo a primeira etapa um rol de perguntas que traduzem a identificação e dados pessoais da entrevistada. Com rol de dez perguntas que remetem a detalhes que identificam a pessoa entrevistada: nome, endereço, estado civil, tempo de residência, naturalidade da entrevistada, religião, idade, sexo, escolaridade e profissão.

A segunda etapa, referente à composição familiar, ou seja, todos os que residem na propriedade rural, buscando identificá-los pelo grau de parentesco, idade, escolaridade, ocupação e renda. A terceira etapa, referente ao perfil social e político da entrevistada, buscando apreender como se dá a participação. Etapa composta por treze perguntas, relacionadas à participação da mulher em sindicatos, associações, partido político, cargos do poder público, como se dá as diversas formas de participação na vida em comunidade, referenciando participação feminina. A quarta etapa, informações relacionadas à autonomia, realizada por meio de doze perguntas, buscando traduzir como se dá a tomada de decisões na unidade familiar: na administração da renda, no planejamento familiar, na educação dos filhos, na autonomia ao sair de casa, na contribuição feminina nos âmbitos privado e público; perguntas buscando apreender o que é importante para a mulher e que fator impulsiona a mulher a decidir os assuntos relativos à sua própria vida e a questão que trata da violência doméstica.

A quinta etapa refere-se ao perfil econômico da mulher e da unidade familiar. Etapa composta por oito perguntas, sendo uma delas desdobrada em mais quatro perguntas interrelacionadas. As perguntas referem-se à renda pessoal, renda familiar, acesso às políticas públicas, opinião sobre as políticas públicas, bens móveis e imóveis, benefícios previdenciários e a divisão sexual do trabalho na unidade familiar. E a etapa seis, uma questão aberta composta por dez itens, sendo que nesta a entrevistada deveria

optar por três itens, os quais ela considera mais relevantes no seu dia a dia, na vida em família e em comunidade. As questões estão relacionadas a trabalho fora do lar e renda, participação em atividades religiosas, participação em organizações tipo associação, sindicato, etc., conta em banco, utilização de crédito do governo, ter moto ou carro, lazer, realizar melhorias na casa, poder de compra de bens para a mulher e filhos.

O Questionário II é destinado aos agricultores que participavam do PAA. O citado questionário alcançou homens casados ou em união estável com mulheres que os apoiam na agricultura e homens solteiros apoiados por suas mães e/ou irmãs agricultoras. Participaram desta modalidade da pesquisa trinta e dois homens. Este questionário foi organizado em seis etapas. A primeira etapa: um rol de perguntas que traduziriam a identificação e dados pessoais, ou seja, o perfil pessoal do entrevistado. Esta parte foi composta por dez perguntas de ordem pessoal: nome, endereço, estado civil, tempo de residência, naturalidade do entrevistado, religião, idade, sexo, escolaridade e profissão. A segunda etapa, referente à composição familiar, ou seja, todos que residem na propriedade rural, buscando identificá-los pelo grau de parentesco, idade, escolaridade, ocupação e renda. A terceira etapa, referente ao perfil social e político das mulheres das comunidades rurais sob o olhar do entrevistado, buscando apreender como se dá a participação das mulheres na vida em comunidade e a opinião, ou seja, o posicionamento masculino sobre a citada participação. Esta etapa foi composta por onze perguntas, relacionadas à participação em sindicatos, associações, partido político, cargos do poder público, como se dão as diversas formas de participação na vida em comunidade, referenciando a participação feminina e masculina. A quarta etapa consta de informações relacionadas à autonomia, realizada por meio de onze perguntas, buscando compreender a partir do olhar masculino, como se dá a tomada de decisões na unidade familiar: na administração da renda, no planejamento familiar, na educação dos filhos, a liberdade da mulher para sair de casa, informações sobre a colaboração masculina nos trabalhos do lar, a contribuição da mulher nos âmbitos privado e público, perguntas buscando apreender o que é importante para a mulher e que fator impulsiona a mulher a decidir os assuntos relativos à sua própria vida, além de perguntas sobre a violência doméstica.

A quinta etapa refere-se ao perfil econômico do entrevistado e sua unidade familiar. Etapa composta por oito perguntas, sendo uma delas desdobrada em mais quatro perguntas interrelacionadas. As perguntas referem-se à renda pessoal, familiar, acesso às políticas públicas, opinião sobre as políticas públicas, bens móveis e imóveis, benefícios previdenciários e a divisão sexual do trabalho na unidade familiar. E a etapa

seis, uma questão aberta composta por dez itens, sendo que nesta o entrevistado deveria optar por três itens, que ele considerasse mais relevantes para a melhoria de vida das mulheres nas comunidades rurais, no seu dia-a-dia, na vida em família e em comunidade. As questões estão relacionadas ao trabalho fora do lar e renda, à participação em atividades religiosas, à participação em organizações do tipo associação, sindicato, etc., conta em banco, utilização de crédito do governo, ter moto ou carro, lazer, realizar melhorias na casa, poder de compra de bens para a mulher e filhos.

O Questionário III foi composto somente com perguntas abertas, sendo que este foi destinado aos extensionistas que atuam em atividades laborativas relacionadas aos(as) agricultores(as) que participam do PAA. O questionário destinado aos extensionistas não pertence à população amostral do estudo e este foi aplicado com o objetivo de expandirmos o debate sobre a política pública do PAA, buscando trazer novos olhares para o estudo em questão. Os entrevistados extensionistas que participaram desta pesquisa foram aqueles que colaboraram com os trabalhos desenvolvidos pela pesquisadora ao longo do processo de investigação, totalizando cinco extensionistas, sendo quatro do poder público municipal e um do SINTER. Na elaboração deste questionário buscou-se perceber o olhar do profissional que lida com a política pública do PAA, bem como com as organizações e os próprios agricultores(as) familiares, objetivando, por meio desta vivência, apreender como os profissionais percebem as perspectivas de mudanças na vida em sociedade nas comunidades rurais após a implementação das políticas públicas modernas e direcionadas para o campo, como o PAA. Este questionário foi estruturado em cinco etapas.

A primeira etapa foi destinada à identificação e dados pessoais do extensionista, ou seja, ao perfil pessoal do(a) entrevistado(a) Esta parte foi composta por dez perguntas referentes a nome, instituição de trabalho, perspectiva na qual o extensionista vem atuando na instituição ou já atuou, estado civil, tempo de instituição, sexo, formação profissional, cargo ocupado na instituição e a contribuição da instituição para a agricultura familiar. A segunda etapa, com quatro perguntas referentes ao perfil social político do(a) entrevistado(a) sobre participação das mulheres em sindicatos, associações, partidos políticos e cargos do poder público. A terceira etapa, referente a perspectivas relacionadas à autonomia, composta por quatro questões que versam sobre as relações estabelecidas entre homens e mulheres nos dias de hoje nas relações familiares, na unidade produtiva, como a mulher participa da vida em comunidade e a violência na vida em família no meio rural. A quarta etapa, composta por uma questão

relacionada ao acesso a direitos previdenciários. A quinta etapa relacionada às políticas públicas, composta por sete perguntas referente: a percepção do(a) entrevistado(a) sobre as influências da participação dos agricultores(as) na política pública nas relações familiares e entre homens e mulheres, como os extensionistas percebem as políticas públicas e como eles percebem a política pública do PAA.

#### 4.1 Definição da amostragem<sup>32</sup>

A opção deste trabalho foi pela *amostragem não probabilística* e o tipo da amostragem escolhido foi à “amostragem por acessibilidade, que pode ser aplicada em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão, e o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso” (GIL, 1991, p. 83). Para definição da amostra que represente com credibilidade as características da população<sup>33</sup> desta pesquisa, utilizou-se a fórmula da proporção finita<sup>34</sup>, apresentada por Gil (1991):

$$n = \frac{y^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2(N-1) + y^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde:

n= tamanho da amostra  
 Y= nível de confiança escolhido  
 p= percentagem com a qual o fenômeno se verifica  
 q= percentagem complementar  
 N= tamanho da população  
 e<sup>2</sup>= erro máximo permitido

Para identificarmos a população desta pesquisa, efetuamos o cálculo baseado no número de agricultores(as) participantes na Proposta de Participação – Doação Simultânea do PAA, homologada no ano de 2010, que totalizaram 271 (duzentos e setenta e um) agricultores(as), dados adquiridos segundo os relatórios da Secretaria de Agricultura de Barbacena. Esta proposta foi formada por cinco associações de agricultores(as) de cinco comunidades rurais distintas, conforme demonstramos a seguir:

<sup>32</sup> A amostragem trata do processo de seleção e escolha dos elementos de uma população, para se construir uma amostra. Ela permite menores custos, maior rapidez nos trabalhos da pesquisa, além de poder mostrar com maior amplitude a relação dos dados obtidos e proporcionar resultados mais exatos que a contagem total (GIL, 1991).

<sup>33</sup> O conceito de população ou universo refere-se ao conjunto definido de elementos do qual serão retiradas as amostras (GIL, 1991).

<sup>34</sup> A proporção finita é usada quando a população a ser pesquisada não é tão numerosa, caso ela ultrapasse mais de 100.000 elementos, a fórmula a ser usada passa a ser a da população infinita (GIL, 1991).

<b>Comunidades Rurais</b>	<b>Agricultoras</b>	<b>Agricultores</b>	<b>Total</b>
Costas da Mantiqueira	18	93	111
Pombal	07	52	59
Senhora das Dores	05	34	39
Campestre	01	17	18
Palmital dos Carvalhos	15	29	44
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>225</b>	<b>271</b>

Tabela 1 - Agricultores(as) homologados em 2010 a participarem do PAA

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura de Barbacena, 2011.

Os cálculos foram elaborados com base na metodologia proposta por Gil (1991)<sup>35</sup> e as diretrizes propostas para os citados cálculos foram as seguintes: a população pesquisada 271 agricultores(as), o nível de confiança 99%, o erro máximo permitido 4% e a percentagem com a qual o fenômeno se verifica 50%.

Logo:

$$n = \frac{(1)^2 \cdot (50) \cdot (50) \cdot (271)}{(4)^2 (271-1) + (1)^2 \cdot (50) \cdot (50)} = 99,34$$

Após conformação dos dados na fórmula e a realização do cálculo, o resultado obtido foi  $n=99,34$ . Sendo assim, a população definida foi de 99 (noventa e nove) agricultores(as). Uma vez definida a população a ser pesquisada, procedeu-se aos trabalhos de entrevistas nas cinco comunidades rurais que compõem e integraram o presente estudo. O apoio da coordenadora da Divisão de Apoio à Agricultura Familiar e Economia Solidária e sua equipe, além do apoio do Secretário da Agricultura de Barbacena, foi fundamental para a realização desta pesquisa de campo<sup>36</sup>.

A equipe de servidores da Secretaria da Agricultura de Barbacena, especialmente do setor Divisão de Apoio à Economia Solidária e Agricultura Familiar já desenvolvia desde o início da gestão 2009/2012, diversos trabalhos em parceria com o IF SudesteMG - campus Barbacena. Esta relação favoreceu a aproximação entre a

<sup>35</sup> Os cálculos desta pesquisa foram realizados com base na metodologia apresentada no livro *Técnicas de Pesquisa em Economia* de Gil (1991).

<sup>36</sup> Segundo Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, de descobrir novos fenômenos ou relações entre eles.

pesquisadora e os profissionais dos setores do poder público local, citados acima, que cooperaram amplamente com os trabalhos da pesquisa em questão, favorecendo o acesso às informações e aos dados detalhados do PAA via relatórios e documentos. Outro apoio importante que facilitou e dinamizou o trabalho desta pesquisa, foi dado especificamente pelo Secretário da Agricultura, que disponibilizou um técnico administrativo para conduzir o veículo da pesquisadora, durante o transcorrer da pesquisa de campo.

Nos primeiros dias de pesquisa, assim se configurou a equipe de trabalho: a pesquisadora, a extensionista e o condutor do veículo. Nesta etapa do trabalho o apoio da extensionista foi fundamental, uma vez que ela apoiava a pesquisadora de todas as maneiras, fornecendo orientações diversas sobre o modo de vida dos(as) agricultores(as), como chegar as localidades rurais, além de favorecer a aproximação e o engajamento entre a pesquisadora, os membros das associações e das famílias rurais das localidades, objeto do estudo.

A extensionista, ao aproximar e envolver a pesquisadora e os agricultores, ressaltou a importância da pesquisa científica que aborda as questões rurais, tanto para o fortalecimento da agricultura local, como para a valorização de homens e mulheres das comunidades rurais. Outro fator que influenciou na acolhida da pesquisadora foi o fato de ela ser aluna da UFV e servidora do Instituto Federal de Barbacena. A pesquisadora, uma vez de posse da cópia da Proposta de Participação do PAA, documento que orientou a identificação dos agricultores, iniciou as duas primeiras visitas às comunidades rurais, Costa da Mantiqueira e Pombal, acompanhada dos colegas do poder municipal e assim a pesquisadora realizou os seis questionários pré-teste<sup>37</sup>.

A fim de reduzir o tempo e os custos, adotou-se a seguinte estratégia, organizar e dividir a pesquisa por localidades, de acordo com a perspectiva utilizada pelos próprios agricultores pesquisados, que localizam as propriedades rurais utilizando o mapeamento relacionado às antigas propriedades que deram origem as comunidades hoje existentes, antes fazendas e sítios, como a *Fazenda das Abóboras*, o *Sítio Quebra Cuia*, a *Grota da Pedra*, a *Fazenda dos Cristais* e estas propriedades foram fracionadas mantendo se os nomes de origem, porém tornando-se lugarejos, nos quais encontramos um agregado de pequenas propriedades rurais.

---

<sup>37</sup> Depois de redigido, o questionário precisa ser testado antes de sua utilização definitiva, aplicando-se alguns exemplares em uma pequena população escolhida, com o objetivo de pós-análise evidenciar falhas, inconsistências, linguagem inacessível etc. (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Outra estratégia também utilizada durante a execução dos trabalhos da pesquisa foi adotar o horário de início dos trabalhos diários após as 12 horas, com término previsto para o início da noite, às 18 horas, devido o fato da necessidade de direcionar a pesquisa ao público feminino, sem interferir muito na rotina das famílias rurais. Também foi adotada uma prática de controle diário da pesquisa de campo, por meio de relatório diário, composto pelo desempenho da pesquisa, registro dos fatos relevantes ocorridos, o tempo destinado diariamente e a quilometragem percorrida. Ao final dos trabalhos foram percorridos 1.262,9 (um mil, duzentos e sessenta e dois quilômetros), durante vinte e seis dias, com quilometragem máxima percorrida de 73,4 km, mínima percorrida de 30,8km e quilometragem média percorrida de 48,5 km.

Na organização do aporte logístico da pesquisa, além dos questionários, à máquina fotográfica e o gravador foram ferramentas importantes, para a elaboração do relatório diário dos trabalhos realizados no campo. O citado relatório foi composto de entrevistas gravadas e fotos, que formaram um banco de dados que influenciou positivamente na qualidade dos relatos da pesquisa de campo.

#### **4.2 Processamento dos dados da pesquisa**

O presente trabalho de pesquisa caracterizou-se pela abordagem descritiva-explicativa e, por meio de procedimentos de amostragem, utilizou-se a técnica de coleta de dados, questionários semi-estruturados, ou seja, compostos por questões abertas e fechadas, que foram aplicados nas unidades familiares das(os) agricultoras(es) que participam do PAA. Após a coleta de dados, via aplicação dos 99 questionários, deu-se prosseguimento aos trabalhos, partindo-se para a análise e interpretação dos dados e os trabalhos prosseguiram com o estabelecimento das categorias e codificação. O QUESTIONÁRIO I, destinado às agricultoras, foi o primeiro a ser analisado, sendo composto por 47 questões, dentre elas sendo 15 questões abertas, que tiveram suas respostas codificadas antes da análise. Na próxima etapa os trabalhos prosseguiram com o QUESTIONÁRIO II, destinados aos agricultores, composto por 43 questões, dentre elas sendo 15 questões abertas. As tabelas de codificação dos questionários modelo I e II estão a partir da página 129 do Apêndice deste estudo. E o QUESTIONÁRIO III, elaborado com 26 questões, sendo 10 perguntas abertas e estes foram elaborados somente com a finalidade complementar no estudo, com o objetivo de enriquecer o estudo e auxiliar na compreensão dos fatos.

Os trabalhos de processamento dos dados da pesquisa findaram com o processamento das respostas obtidas nos questionários I e II, no *software SPSS (Statistical Package for Social Sciences)*, versão 15.0, no qual as informações foram processadas e favoreceram uma visão total dos resultados da pesquisa, por meio de tabelas e gráficos, que orientaram a análise descritiva. Deu-se sequência aos trabalhos deste estudo com a interpretação dos dados da pesquisa, relacionando-os entre si, os dados empíricos e a teoria. Os dados empíricos foram obtidos por meio da pesquisa social de *survey*, realizada com o objetivo de descrever e explicar os fatos sociais, ocorridos nas comunidades rurais de Barbacena-MG, com foco na relação estabelecida entre as agricultoras e a política pública do PAA.

A metodologia empreendida na citada pesquisa permitiu a operacionalização dos dados, via análise das variáveis e as associações entre elas estabelecidas. Para Gil (1991) *a ideia básica nos estudos explicativos é a existência de relações entre variáveis* (GIL, 1991, p. 130). Sendo assim, os trabalhos prosseguiram confrontando a hipótese teórica e a hipótese empírica para com isto, se obter a confirmação ou refutação da hipótese teórica pela hipótese empírica. As hipóteses propostas neste estudo foram relacionadas a duas perspectivas: a primeira hipotiza que a mulher, que se socializou em uma sociedade rural, marcada por uma cultura política com poder de mando patriarcal, centralizado em duas famílias locais, traz como legado, a permanência de uma postura passiva e de recebedora, mesmo quando da participação de políticas públicas modernas como o PAA; a segunda hipótese relaciona a política pública do PAA ao empoderamento das agricultoras que dele participam, uma vez que tal política pública possibilita o desenvolvimento de suas habilidades, para além da esfera do privado, possibilitando a ampliação da inserção social, dessas mulheres na esfera pública.

Buscando identificar as possíveis interrelações entre as variáveis, nas perspectivas teóricas e conceituais apresentadas nesta dissertação, segue, na próxima página, um quadro relacionando às perspectivas teórico-conceituais, as perspectivas empíricas e as variáveis aplicadas neste estudo, para análise dos dados.

Quadro 2: Variáveis utilizadas para analisar o empoderamento das agricultoras

TEORIAS E CONCEITOS	EMPÍRICO	VARIÁVEIS
Participação	Empoderamento Político	- Participação em organizações - Atuação em organizações
Autonomia	Empoderamento Privado	- Poder de decisão no âmbito familiar <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tomada de decisões</li> <li>• Participação na educação dos filhos</li> </ul> - Poder de decisão no uso de recursos - Planejamento familiar - Controle contraceptivo - Violência doméstica - Percepção da importância da mulher <ul style="list-style-type: none"> <li>• na unidade familiar</li> <li>• na comunidade</li> </ul>
Capital Social	Empoderamento Social	- Acesso à informação - Acesso às políticas públicas - Acesso à educação - Sentir-se valorizada/auto-estima - A religião/valores para interesse coletivo - Melhoria da condição de vida
Fator Econômico	Empoderamento Econômico	- Renda própria - Bens móveis e imóveis - Acesso aos benefícios previdenciários - Acesso às políticas públicas

Fonte: As dimensões de empoderamento elaboradas a partir de Sen (2004), Deere e León (2005), Romano e Antunes (2002), Horochovski e Meirelles (2007), Gohn (2004), Macedo Filho e Regino (2011), Yannoulas (2001), Fernández e Barrientos (2000), Jussara Prá (2001).

Na análise dos dados foram utilizados quadros demonstrativos, gráficos e fotos como instrumentos estratégicos, para melhor interpretar os dados obtidos na pesquisa de campo. Os instrumentos de coleta de dados, questionário feminino (Q I) e questionário masculino (Q II) e o questionário dos extensionistas (Q III), além dos dados relativos ao diário de campo da pesquisadora foram analisados seguindo três parâmetros:

- Análise de ordem comparativa, estabelecida entre os questionários femininos (Q I) e questionários masculinos (Q II);
- Análise, em separado, de questões abordadas de forma peculiar, somente nos questionários respondidos pelas agricultoras (Q I);

- Análise do somatório dos questionários aplicados, tanto das agricultoras (Q I), quanto dos agricultores (Q II), quando as questões de ambos os questionários eram idênticas ou similares.

## 5. AS POSSIBILIDADES DE EMPODERAMENTO DA MULHER NO CAMPO

### 5.1 O Empoderamento Privado

A *dimensão privada* do empoderamento é concebida, neste estudo, como sendo composta pelas variáveis: estado civil; escolaridade; poder de decisão da mulher nas tomadas de decisões familiares; violência doméstica e participação da mulher na comunidade. Na *dimensão econômica* foram trabalhadas as abordagens relacionadas à tomada de decisão no uso dos recursos, renda própria, renda familiar, bens móveis, bens imóveis, recebimentos de benefícios previdenciários e bens sociais.

Os conceitos e teorias de Sen (2004) nortearam o debate acerca do *empoderamento* privado, uma vez que este teórico relacionou o desenvolvimento e as dimensões do poder do indivíduo à expansão das suas liberdades substantivas e às instrumentais. Para o autor, o desenvolvimento do indivíduo e o aumento da sua capacidade nas tomadas de decisões sobre assuntos do seu próprio interesse possibilitam o rompimento com as condições que o tornam incapaz, subordinado e privado do seu bem-estar. As citadas condições subjugariam o indivíduo, reduzem seu poder e a sua capacidade nas tomadas de decisões de seus próprios assuntos. Com isto, o combate a estas iniquidades se dará somente com o aumento da capacidade deste e, assim, o estabelecimento da sua condição de agente. Para Sen (2004), o desenvolvimento da capacidade do indivíduo se vincularia às oportunidades sociais, como serviços de educação e saúde, que promoveriam a participação econômica deste e, quando adequadas a ele, viabiliza que se torne capaz de influenciar no seu próprio destino e ajudar os outros.

O autor toma a *liberdade* do indivíduo como uma variável impulsionadora do seu desenvolvimento, por esta promover seu bem-estar. Tal variável, uma vez correlacionada à variável *renda*, possibilita que ocorra o seu desenvolvimento desejável. Portanto, as variáveis *liberdade* e *renda* dinamizam a vida do indivíduo e promovem o seu desenvolvimento pessoal, ou seja, o seu *empoderamento*. Segundo Zorzi (2008), a

política pública, tem um potencial de criar uma realidade nova e, com isto, desenvolver a condição de agente do indivíduo, aumentando sua capacidade humana e sua liberdade substantiva promovendo o que Sen (2004) nomeou como *liberdades instrumentais*.

Segundo Sen (2004), as liberdades instrumentais se apresentariam em termos de: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e a segurança protetora. Variáveis que, uma vez combinadas umas com as outras, poderiam influenciar e garantir a liberdade humana em geral, além de desencadear um processo de desenvolvimento pessoal do indivíduo e ele, por meio da liberdade e da oportunidade de viver com os valores que lhe são significativos, pode ocasionalmente compartilhá-los com a sociedade e assim contribuir para o bem-estar de todos e em especial o de sua família (ZORZI, 2008, p. 28).

### 5.1.1 A condição de vida das agricultoras barbacenenses

A agricultura familiar e sua forma de produção se confundem com a organização da família, ambas fundadas em uma rígida divisão sexual e geracional do trabalho, legando às mulheres atividades vinculadas ao âmbito doméstico e da reprodução da família, enquanto que, aos homens, competem os espaços ditos *produtivos*, aqueles vinculados à geração de renda. Sob a lógica das “necessidades” da família, as mulheres se mantêm trabalhando em todas as tarefas da propriedade, mas com comprometimento da sua autonomia pessoal e financeira. Com isto, as mulheres agricultoras são a maioria entre os membros não remunerados das famílias rurais, segundo as estatísticas (SILIPRANDI E CINTRÃO, 2011, p. 2 e 3). Os dados levantados na presente pesquisa confirmam a mesma situação constatada pelas pesquisadoras supracitadas, conforme pode ser observado a seguir.

<b>Modo de vida das mulheres na comunidade (Q I)</b>	Mulher	%Mulher
Atividades na lavoura e no lar	63	94%
Atividades na lavoura, no lar e o artesanato	1	1,5%
Trabalho esporádico na lavoura	3	4,5%
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>100%</b>

Tabela 2 - Caracterização do modo de vida das agricultoras nas comunidades pesquisadas (QI).

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

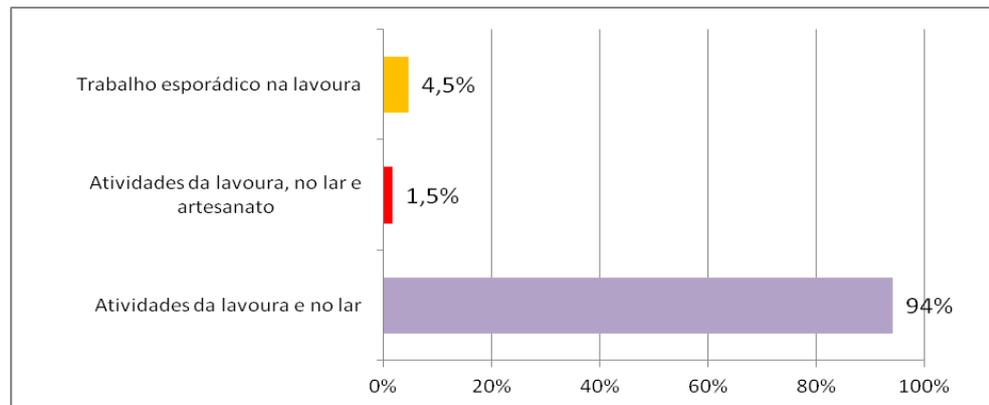


Gráfico 1 - Caracterização do modo de vida das mulheres na comunidade (Q I).  
Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

<b>QUEM ATUA NAS ATIVIDADES DO PLANTIO</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>	<b>Homem</b>	<b>%</b>
Mulheres	3	5%	12	37,5%
Homem	9	13%	20	62,5%
Mulheres e homens	55	82%	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>100%</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

Tabela 3 - Quem trabalha nas atividades de plantio.  
Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

<b>QUEM ATUA NAS ATIVIDADES DA COLHEITA</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>	<b>Homem</b>	<b>%</b>
Mulheres (1)	2	3%	1	3%
Homem (2)	3	5%	6	19%
Mulheres e homens (3)	62	92%	25	78%
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>100%</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

Tabela 4 - Quem trabalha nas atividades da colheita.  
Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

<b>QUEM ATUA NAS ATIVIDADES DA VENDA</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>	<b>Homem</b>	<b>%</b>
Mulheres (1)	2	3%	1	3%
Homem (2)	56	84%	30	94%
Mulheres e homens (3)	9	13%	1	3%
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>100%</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

Tabela 5 - Quem trabalha nas atividades da venda.  
Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

<b>QUEM ATUA NAS ATIVIDADES DA GESTÃO</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>	<b>Homem</b>	<b>%</b>
Mulheres (1)	1	1,5%	24	75%
Homem (2)	34	50,5%	0	0%
Mulheres e homens (3)	32	48%	8	25%
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>100%</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

Tabela 6 - Quem trabalha nas atividades da gestão da propriedade rural.  
Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Os dados da pesquisa apontaram que o plantio e a colheita se constituíam em atividades realizadas de forma conjunta por mulheres e homens, embora os homens não o admitissem na mesma percentagem que as mulheres. Já a atividade de venda dos produtos e gestão da propriedade era realizada pelos homens, segundo 84% das mulheres e 94% dos homens. Este aspecto social das comunidades rurais barbacenenses foi observado também na pesquisa elaborada por Siliprandi e Cintrão (2011). Segundo elas, as agricultoras têm dificuldades de se inserir nas atividades de comercialização devido às marcas culturais relativas às atribuições de gênero. Com base nas considerações e estudos das autoras, concluímos que a não participação das agricultoras nas atividades de comercialização é um fator negativo para elas, uma vez que tais atividades possibilitariam a obtenção de renda, além de favorecer a inserção destas no âmbito público.

As atividades de vendas melhoram a sociabilidade e a autoestima, favorecem a vivência de novas experiências e um caminhar no sentido da busca de sua autonomia econômica. As experiências de oportunidade de microcrédito e vendas concedidas às mulheres fortalecem a sua condição de agente, por possibilitar, por meio do envolvimento em assuntos sociais e econômicos, maior recurso para o planejamento familiar (SEN, 2004). A gestão dos recursos financeiros da propriedade sendo realizada de forma compartilhada, por mulheres e homens, poderia se constituir em um fator positivo para as agricultoras, por representarem uma possibilidade de aquisição de poder por parte destas.

Nos depoimentos acerca de como era a vida das mulheres nas comunidades rurais de Barbacena, a maioria das agricultoras responderam que trabalham no lar e na lavoura, pois esta é a única opção que elas têm para que obtenham algum ganho ou renda, uma vez que estudaram pouco e a falta de escolaridade para elas se constituiria em um fator limitante para o exercício de outras atividades. Os depoimentos das agricultoras ilustram as peculiaridades que caracterizam o seu cotidiano:

*A vida das mulheres aqui na roça é de muito trabalho para ajudar os maridos na lavoura, sem estudo e com dificuldades de arrumar um serviço fora da agricultura esta é a nossa única opção (entrevistada 2, 40 anos, casada).*

*As mulheres da roça que não estudaram têm que trabalhar na lavoura para ajudar os maridos e ter alguma renda e, com isso, tentar dar uma vida melhor para os filhos (entrevistada 21, 51 anos, casada).*

Os questionários respondidos pelos agricultores mostram que, segundo eles, somente 16% das mulheres *atuam* na lavoura, enquanto que, no questionário respondido pelas agricultoras este percentual foi de 94% (Tabela 2 e Gráfico 1), evidenciando assim, que não há por parte deles um reconhecimento das tarefas por elas realizadas, como sendo *trabalho*.

<b>Modo de vida das mulheres na comunidade (Q II)</b>	Homem	%
Trabalha somente no lar	17	53%
Trabalha na lavoura e no lar	5	16%
A participação no PAA melhorou a vida das mulheres	10	31%
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

Tabela 7 - Caracterização do modo de vida das mulheres na comunidade (Q II).

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

As divergências entre as opiniões masculinas e femininas, acerca do trabalho realizado pelas mulheres sinalizaram o não reconhecimento destas atividades como trabalho. Nestas contradições destacamos também na Tabela acima, o fato de que 31% dos entrevistados afirmaram que a participação no PAA, a qual envolve atividades agrícolas, melhorou a vida das agricultoras e reforçando esta perspectiva na discussão, seguem abaixo os depoimentos dos agricultores, nos quais eles mencionam o trabalho das mulheres nas atividades da agricultura:

*As mulheres mais jovens estão buscando trabalho fora da agricultura. Minha esposa trabalha no comércio, mas as mulheres que não estudaram têm que ficar mesmo é na roça (entrevistado 24, 25 anos, solteiro).*

*Minha mãe sempre ajudou meu pai na lavoura, mas minha esposa é da nova geração, estudou e trabalha fora, no comércio, na cidade (entrevistado 27, 32 anos, solteiro).*

Portanto, nesta perspectiva os dados apontaram com clareza o não reconhecimento por parte dos agricultores das atividades executadas pelas mulheres como trabalho.

Os estudos de Strapasolas (2004) também evidenciaram que o acesso à educação influenciava profundamente as relações matrimoniais no mundo rural, pelas oportunidades profissionais que abriam. As mulheres, quando estudavam, começavam a preferir namorar rapazes da cidade, a fim de se afastarem do meio rural, onde suas oportunidades de vidas eram mínimas (STRAPASOLAS, 2004, p. 259). Para os agricultores, a vida da mulher estaria circunscrita ao âmbito doméstico, o que as moças passam a rejeitar. Tal situação fica evidenciada pelas respostas dos agricultores acerca do que teria melhorado na vida das mulheres com a venda de produtos para o PAA: para 31% dos agricultores, a venda para o PAA melhorou a vida das mulheres, uma vez que “circulou mais dinheiro possibilitando a aquisição de eletrodomésticos e outros equipamentos, que tornaram mais fácil o seu dia-a-dia”. Mas há de se ressaltar que, nesta perspectiva também, podemos perceber as influências do projeto neoliberal global e sua estratégia de estímulo ao consumo, definindo as prioridades da população. Esta abordagem foi desenvolvida nesta dissertação, no capítulo 2, a partir dos estudos desenvolvidos por Dagnino (2004), quando a autora apresenta o debate sobre a *confluência perversa*.

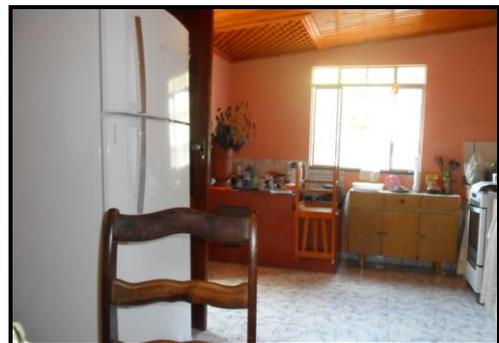




Figura 7 - Foto da cozinha da residência de agricultoras entrevistadas na pesquisa.

Fonte: Acervo de fotos da pesquisa de campo da autora (2012).

Para Stropasolas (2004), a vida no campo seria mais atraente para os rapazes do que para as moças, uma vez que eles podem herdar a terra ou ter apoio para levar adiante as atividades produtivas, podendo elaborar projetos de vida, que são alternativas válidas em relação à emigração para a cidade. Para as moças, entretanto, uma vida como esposa de agricultor não apresenta aspirações a se alcançar. (STROPASOLAS, 2004). Deixar a residência paterna, no campo, é tido pelas moças, atualmente, como o caminho mais curto para a independência econômica e para a autonomia sobre a própria vida. (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999). A literatura acerca do *casamento* aponta que as moças estão se deslocando para os centros urbanos e optando pela busca de independência, de renda e emprego fora da agricultura. Ao analisar os dados da pesquisa de campo, constata-se ser altíssimo o percentual de agricultores solteiros em Barbacena-MG.

<b>Agricultores solteiros (Q II)</b>	<b>Homem</b>
Faixa etária de 18 a 30 anos	50%
Faixa etária acima de 31 anos	50%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Tabela 8 - Agricultores solteiros (Q II).

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Mendras (1976) apud Camarano e Abramovay (1999: 18), apresenta uma fundamentação teórica para este fenômeno: “[...] são as mulheres que partem mais rapidamente e em maior número, pois os homens ficam retidos por seu ofício e sua unidade produtiva, enquanto as mulheres são mais atraídas pelas atividades terciárias urbanas” (apud CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999, p. 18).

Bourdieu (1962), em *El baile de los solteros* também chamou atenção para este fenômeno da *solteirice dos filhos primogênitos* em função da forte migração das

mulheres para a cidade, após a Segunda-Guerra Mundial, na França. A solterice dos primogênitos, que permaneciam no campo, por serem os sucessores preferenciais na gestão da propriedade rural, ainda teria sido mais agravada pelo descompasso entre os costumes de arranjar um bom casamento entre famílias de posse face às transformações da sociedade moderna, que tornaram a terra muito cara e o pagamento de dote por parte da moça exorbitante. Para os jovens rurais a alternativa de partir para a cidade foi assim reforçada principalmente pelas moças que, através dos trabalhos lá exercidos, passam a rejeitar o casamento e a vida social ligada à agricultura. Embora o casamento continue a ser importante, sobretudo para as mulheres, o estudo obteve posição de destaque para ambos os sexos.

<b>Fatores importantes para as agricultoras (questão 36-QI e questão 31-Q II)</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>	<b>Homem</b>	<b>%</b>
Casamento (1)	34	51%	14	44%
Escolaridade (2)	17	25%	9	28%
Renda própria e adquirir bens (3)	13	19,5%	9	28%
Outros (4)	1	1,5%	0	0%
Casamento e renda (5)	2	3%	0	0%
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>100%</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

Tabela 9 - Fatores importantes para a vida das agricultoras.  
Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Os depoimentos acerca do significado da *escolaridade* evidenciam tal importância:

*O estudo hoje está na frente de tudo, até na lavoura ele é muito necessário (entrevistado 46, 40 anos, casado).*

*O estudo abre todas as possibilidades (entrevistado 40, 37 anos, casado).*

*Conhecimento nunca é demais. Ter uma mulher culta é bom (entrevistado 16, 38 anos, casado).*

*As mulheres de hoje são mais espertas, estão estudando e ganhando dinheiro, não são bobas como a gente que depende do marido (entrevistada 19, 51 anos, casada).*

*A vida na agricultura é muito difícil, faço de tudo para os meus filhos para que eles tenham uma vida menos dura que a minha e espero que eles trabalhem fora da agricultura (entrevistada 11, 38 anos, casada).*

*A falta de estudo torna a pessoa ninguém. Trabalho na lavoura com o meu marido, meu filho e minha nora, não tenho tempo*

*de ir a lugar nenhum, quase não saio de casa e não participo de nada na comunidade, acho muito difícil a vida aqui, há muita falta de dinheiro (entrevistada 08, 44 anos, casada).*

*Me casei cedo e mudei para esta comunidade bem rural e distante. Assim parei os meus estudos, mas hoje estou cursando o EJA na Escola Estadual de Senhora das Dores e tenho a pretensão de cursar uma faculdade, de preferência aquelas de fim de semana (entrevistada 49, 33 anos, casada).*

*A melhor alternativa para mim foi casar, as casas aqui são longe da escola, isso torna muito difícil estudar principalmente à noite, pela escuridão e lonjura. Meu sonho é estudar mais, fazer o ensino médio, mas não tenho como ir à aula a noite, eu não sei guiar o carro e nem a moto (entrevistada 28, 21 anos, casada).*

*Sempre morei nesta comunidade rural e desde nova, trabalho na lavoura. Gosto do trabalho, mas já estou sem saúde e não aguento mais o trabalho pesado da agricultura, mas graças a Deus minha filha fez faculdade e trabalha em Barbacena. Esta é a minha satisfação eu tenho muita mágoa por não ter tido oportunidade de estudar (entrevistada 37, 53 anos, casada).*

*Sempre morei aqui e sempre trabalhei na agricultura junto à família. Mas mesmo assim as mais jovens estão optando por estudar e trabalhar na cidade. Tenho duas sobrinhas que fizeram faculdade, ganham bem, tem plano de saúde e ainda assim moram também nesta comunidade rural (entrevistada 44, 50 anos, casada).*

Em pesquisa desenvolvida na região oeste de Santa Catarina, Stropasolas (2004) com base em depoimentos, concluiu que as moças, ao saírem para estudar nas cidades, não regressam mais às comunidades rurais e, com isto, fazem opção pelos estudos e passam a recusar o casamento com os filhos de agricultores, por eles representarem para elas a continuidade da condição social da mulher na agricultura e a condição vivida por suas mães. O autor percebeu também nesta pesquisa que as moças possuíam maior escolaridade que os rapazes, que, na sua maioria, projetavam o futuro na agricultura, enquanto que elas, refletindo o seu descontentamento pelo meio rural, sonhavam com a vida da cidade (STROPASOLAS, 2004). As comunidades rurais de Barbacena analisadas neste estudo apresentaram um resultado contrário ao da pesquisa de Stropasolas (2004). Os dados da pesquisa de campo mostraram que os homens estudaram mais que as mulheres.

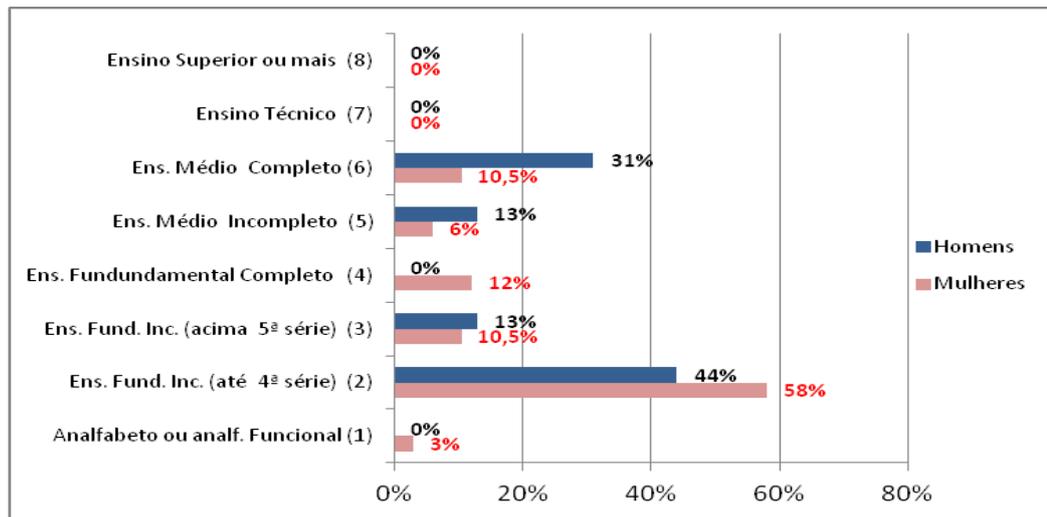


Gráfico 2 - Níveis de escolaridade, valores relativos.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Segundo depoimento de várias agricultoras, o que as impediu de continuar seus estudos foi o difícil acesso às escolas, que ofertam o ensino fundamental e médio para adultos, somente no horário noturno. A consequência deste fator redundou em desvantagem de escolaridade para elas, diante dos homens, que em sua grande maioria são habilitados para guiarem carros e motos e elas, não. Com isto a dificuldade de elas se deslocarem à noite é fortalecida, além de reforçada a dependência delas dos homens, também no que tange aos deslocamentos da propriedade rural.

Sendo assim, a condição de agente que poderia ser facilitada pelo acesso à educação fica comprometida. Segundo Sen (2004), a educação amplia os horizontes das mulheres em múltiplos aspectos: nos seus conhecimentos acerca da fecundidade, no planejamento familiar, na redução da taxa de mortalidade, além do que o uso social da leitura e da escrita possibilita a compreensão e a interpretação de documentos, e também o acesso à informação escrita via jornais, informativos, dentre outros.

### 5.1.2 Tomada de decisões junto à família em âmbito geral e poder de decisão na educação dos filhos

Quanto à tomada de decisão sobressaiu-se o compartilhamento conjunto entre homem e mulher. Contudo, a autonomia na tomada de decisão foi maior por parte dos homens, apesar da porcentagem de mulheres que manifestaram autonomia relativa ou completa na tomada de decisão tenha ficado muito próxima: 37,5% dos homens pediam esporadicamente opinião, contra 31,3% das mulheres que manifestaram autonomia

relativa ou plena. Ou seja, sobressai-se a cultura da valorização do grupo familiar sobre o indivíduo.

<b>TOMADA DE DECISÕES EM FAMÍLIA</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>	<b>Homem</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>
Não pede opinião	1	0,10%	0	0	1
Sempre pede opinião	46	68,6%	20	62,5%	66
Às vezes pede opinião	17	25,4%	12	37,5%	26
Nunca pede opinião	4	5,9%	0	0	4
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>100%</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>	<b>99</b>

Tabela 10 - Tomada de decisões junto à família em âmbito geral.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Algumas falas exemplificam esta situação:

*Tudo aqui em casa é no consenso, o meu marido me pede opinião e eu também a ele (entrevistada 94, 48 anos, casada).*

*Sempre há consenso, nunca um age sem ouvir o outro (entrevistada 91, 31 anos, casada).*

*Sempre peço opinião ao meu marido e para os meus pais e eles também me pedem opinião (entrevistada 73, 25 anos, casada).*

*Sempre peço opinião ao marido e, às vezes, ou quase sempre ele me pede opinião também (entrevistada 51, 37 anos, casada).*

*Sempre o casal pede opinião um ao outro (entrevistado 56, 42 anos, união consensual).*

*Na tomada de decisão existe sempre o diálogo (entrevistado 77, 37 anos, casado).*

No que diz respeito às opiniões relativas ao *que era considerado como mais importante para a mulher decidir sobre a própria vida*, os dados da pesquisa mostraram que 45% das mulheres consideravam que *trabalhar fora*, 45% seria decisivo para o alcance desta condição. Trabalhar fora, segundo as agricultoras, possibilitaria ter a sua própria renda, sair de casa, ter independência pessoal e poder tomar decisões sobre coisas relativas de seu interesse.

<b>FATOR QUE POSSIBILITA QUE A MULHER DECIDA SUA PRÓPRIA VIDA</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>	<b>Homem</b>	<b>%</b>
Ser solteira	25	37%	18	56%
Não ter filhos	8	12%	3	9,5%
Trabalhar fora	30	45%	11	34,5%
Outros	4	6%	0	0
<b>Total</b>	67	100%	32	100%

Tabela 11 - Fator que possibilita que a mulher decida a sua própria vida.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Quando comparamos a opinião de homens e mulheres acerca dos fatores que influenciariam a mulher a poder decidir sobre a própria vida, os homens destacaram a condição de solteira da mulher, enquanto elas destacaram trabalhar fora como sendo mais significativo para a sua autonomia. Há de se ressaltar que a opinião dos homens vinculando o poder da mulher decidir sua própria vida a condição de ser solteira, sugere que a mulher ao casar-se perde sua autonomia. Já no que diz respeito ao compartilhamento de atribuições relativas aos cuidados com os filhos, que poderiam contribuir para a maior liberdade da mulher, se constatou que um percentual muito pequeno reconhecia poder contar com o companheiro para cuidar dos filhos *quando elas precisam se ausentar*. Já segundo a percepção dos homens, um percentual bem maior afirmou que cuidavam dos filhos, quando a mulher precisava sair, 25%.

<b>QUANDO A MULHER PRECISA SE AUSENTAR QUEM CUIDA DOS FILHOS</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>	<b>Homem</b>	<b>%</b>
Marido	5	7,5%	8	25%
Vão com a mãe	19	28%	6	19%
Ficam com parentes ou vizinhos	40	60%	7	22%
Não se aplica	3	4,5%	11	34%
<b>Total</b>	67	100%	32	100%

Tabela 12 - Quando a mulher precisa se ausentar porque cuida dos filhos.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Mesmo que em termos de retórica, 100% dos homens entrevistados afirmaram que *os homens deveriam apoiar as esposas nas atividades do lar e no cuidado com os filhos*. Este fato não ocorre na prática e conforme nos aponta os dados da pesquisa, tabela 12, quando a mulher precisa se ausentar, segundo elas, somente 7,5% dos homens ficam com os filhos e na opinião dos homens somente 25%. Esses percentuais nos revelam que o cuidado com os filhos é de responsabilidade das mães e quando estas se ausentam os parentes ou vizinhos assumem o cuidado com as crianças.

<b>EDUCAÇÃO DOS FILHOS</b>	<b>Mulher</b>	<b>Homem</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
Conjuntamente pelo casal	63	32	95	96%
A mulher	4	0	4	4%
<b>Total</b>	67	32	99	100%

Tabela 13 - Poder de decisão na educação dos filhos.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Segundo Costa (2011), as decisões compartilhadas e consensuais expressam uma forma de empoderamento privado. “processo de empoderamento da mulher traz à tona uma nova concepção de poder, assumindo formas democráticas, construindo novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas” (COSTA, 2011, p. 9).

Para Sen (2004), na vida em família mulheres e homens têm interesses congruentes e conflitantes e a tomada de decisões tende a assumir o formato de uma busca de cooperação, por meio de uma solução ajustada, para se chegar a um acordo, onde ambos os lados podem ganhar (SEN, 2004). Portanto, no que diz respeito às variáveis: tomada de decisão junto à família e poder de decisão na educação dos filhos, os dados nos apontaram a existência de decisões compartilhadas.

### 5.1.3 *Controle contraceptivo*

Para Sen (2004), nas liberdades substantivas do indivíduo encontram-se a liberdade e o processo de escolha, e conseqüentemente nestas, o controle do próprio corpo, da sexualidade e da reprodução. O autor ressalta ainda, que as taxas de fecundidade tendem a declinar quando as mulheres obtêm mais poder. Estudos elaborados por ele evidenciaram que a educação e o emprego feminino são fatores importantes na redução das taxas de fecundidade. Segundo pesquisa desenvolvida por Stropasolas (2004), há uma correlação entre maior escolaridade e casamento tardio, por parte das mulheres. As mulheres que estudam acabam casando-se com mais idade do que as que não estudam ou frequentam menos anos de escola; têm menos filhos e usam mais os métodos anticoncepcionais.

Na pesquisa realizada na zona rural em Barbacena, MG, a média de filhos encontrada foi de 1,6 por família e esta média sugere que por parte das mulheres ocorre o uso de método contraceptivo e de planejamento familiar. Há de se ressaltar que os

dados da pesquisa acerca das comunidades rurais barbacenenses estudadas contrariam a perspectiva apontada pelo autor acima, uma vez que estas possuem baixa escolaridade e se casaram com menos idade.

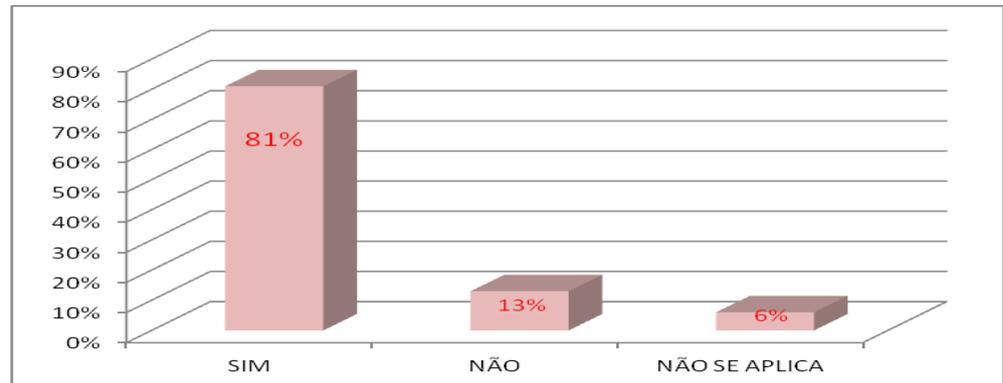


Gráfico 3 - Planejamento familiar-uso de método contraceptivo, valor em percentual.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Segundo Coelho et al. (2000), historicamente a instituição da postura pró-natalista no Brasil chegou nos anos de 1960, sob influências dos movimentos de caráter malthusiano com origens nos países europeus e nos Estados Unidos. Estes movimentos tinham como princípios a associação da miséria ao crescimento populacional. Os autores ressaltam que, em meados de 1960, os países ricos, especialmente os Estados Unidos, dominavam os países pobres, mantendo-os sob sua dependência e, com isto, pressionaram os governos do Terceiro Mundo para adotarem uma política de população, inspirados nas ideias de Malthus<sup>38</sup>. Somente no final da década de 70, os Movimentos de Mulheres e Feministas passaram a defender a regulação da fecundidade como direito de cidadania, reivindicando o controle sobre o corpo e contestando os interesses controlistas. Em 1983, as reivindicações feministas nesta perspectiva foram atendidas oficialmente através Programa de Assistência Integral da Saúde da Mulher (PAISM), em seu sub-programa planejamento familiar.

<sup>38</sup> Economista e religioso inglês (1766-1834), autor da teoria sobre a defasagem entre o crescimento populacional e o da produção (PEREIRA e ÁVILA, 2011). Segundo Coelho *et al* (2000), havia nos anos de 1960 a cultura de que os países ricos tinham estabilidade no crescimento populacional e os países pobres uma explosão populacional, atribuindo a esta a responsabilidade pela fome, pela pobreza, pela degradação do meio ambiente e era fomentada assim a ideia de redução do crescimento populacional como principal prioridade para os planos de desenvolvimento.

<b>PLANEJAMENTO FAMILIAR</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
SIM	56,0%	73%
NÃO	9,5%	22%
NÃO SE APLICA	34,5%	5%
<b>Total</b>	67	100%
*QII - 18 homens opinaram que apoiam a esposa no planejamento familiar (62,5%)		

Tabela 14 - *Planejamento familiar*, questão 26 questionário feminino.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Segundo Pereira e Ávila (2011), a partir de estudos e pesquisas junto aos gestores de saúde, o planejamento familiar no Brasil ainda não é prioridade e as políticas públicas de saúde da mulher também não são executadas em sua totalidade na maioria dos municípios brasileiros. A prevalência do uso da pílula anticoncepcional e da laqueadura de trompas pelas mulheres indicam que o planejamento familiar, ainda advém do estrito controle médico e de grandes laboratórios e interesses que não são da própria mulher e ressaltam ainda que, quando ocorrem informações sobre planejamento familiar, estas são, em sua maioria, direcionadas para populações femininas, excluindo de alguma forma os homens. O Programa de Assistência Integral da Saúde da Mulher (PAISM) e a Lei do Planejamento Familiar têm se mantido no âmbito teórico, embora suas diretrizes e princípios sejam considerados avançados. Na esfera da Estratégia da Saúde da Família se verifica que a saúde da mulher faz parte das ações programáticas, mas essa cobertura ainda é insuficiente no território brasileiro. A redução drástica da natalidade no Brasil apresenta uma assimetria: entre as mulheres com maior renda e escolaridade, a média de filhos se encontra das taxas de reposição, de menos de dois filhos por mulher, na outra ponta, as mulheres com menor escolaridade e renda se mantém entre 5 a 6 filhos por mulher.

Pereira e Ávila (2011), ao fazerem uma reflexão sobre como aconteceu à redução de natalidade no Brasil, ressaltam que, a partir de dados do IBGE (2006), em quatro décadas a média de filhos caiu de seis para dois filhos por mulher. Essa redução drástica, que se iniciou nos anos 1960 com o advento da pílula anticoncepcional, pode ter sido condicionada a inúmeros fatores como a inserção da mulher no mercado de trabalho, a dupla jornada de trabalho, dificuldade de sustentar uma prole numerosa, falta de creches para deixar os filhos e não especificamente à autonomia da mulher.

Os dados da pesquisa apontaram que métodos contraceptivos mais utilizados pelas agricultoras são: ligadura (39%), pílula anticoncepcional (28%), preservativos (6%). Também revelaram ainda que, tendo em vista que as agricultoras pesquisadas possuem baixa escolaridade e chegaram ao casamento muito jovens, esses fatores

sugerem que as políticas públicas de saúde ou o acesso à saúde terceirizada vem sendo possível para as agricultoras barbacenenses, tomando em consideração a média de filhos nas famílias entrevistadas neste estudo.

#### 5.1.4 *Nível de violência doméstica*

Um importante documento contra a discriminação e violência contra as mulheres, segundo Carmo e Moura (2010), foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, sendo este fruto do longo processo de luta da mulher pelo reconhecimento na sociedade de seus direitos. O Estado brasileiro manteve-se com uma legislação atrasada em relação a muitos países capitalistas ocidentais, inclusive da América Latina, até avançado o século XX. Neste contexto o Estatuto da Mulher Casada, efeitos da Lei 4.121/1962, que representava de forma legal e jurídica o casamento e as relações patrimoniais, e este representava a perspectiva de atraso, tendo em vista que nessa época, em pleno auge da industrialização brasileira e mesmo a mulher ocupando um lugar de destaque no mercado de trabalho, a ela não cabia plenos direitos e a relação de submissão e poder com o marido era muito forte e a lei sustentava a relação de hierarquia e permitia ao homem manter a imagem e a conduta de superioridade e poderio sobre a vida da mulher. O citado estatuto normatizou direitos de homens e mulheres, baseado no Compêndio do Vaticano II e em normas patriarcais, mantendo a mulher em uma posição desfavorável, tomando-a como *uma colaboradora e substituta eventual do marido*, classificando-a como relativamente incapaz e quando ocorriam divergências de ponto de vista prevalecia sempre à decisão masculina.

Os dados da pesquisa apontaram que somente 04 entrevistadas afirmaram terem sofrido violência doméstica, tendo três delas idade superior a 60 anos, mas apenas 6% afirmaram ser a violência coisa do passado. Todavia, esta parece ser uma questão repudiada pelas mulheres, em virtude de 90% das entrevistadas terem respondido que denunciariam caso vissem uma mulher sofrendo violência.

<b>SOFRERAM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (Q 1)</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>
SIM (duas denunciaram as agressões)	4	6%
NÃO	63	94%
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>100%</b>

Tabela 15 - Opinião das mulheres acerca da *violência doméstica*.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

<b>OPINIÃO SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA</b>	<b>Homem</b>	<b>%</b>
Coisa do passado	2	6%
Uma violência que precisa acabar	30	94%
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

Tabela 16 - Opinião dos homens acerca da *violência doméstica*.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Carmo e Moura (2010), ainda na abordagem da violência doméstica, apresentaram reflexões acerca do ciclo da violência doméstica, um tema recorrente no debate de diversos atores sociais, nos mais diversos meios de comunicação e por entidades que trabalham com esse tipo de situação de violência. Os autores citam alguns estudos relevantes para o entendimento da violência doméstica. Fraga (2002) aponta para o fato de que a violência doméstica funciona como um dispositivo que acompanha o homem desde os primórdios da história e esta vem sendo praticada como uma necessidade incontrolável pela sobrevivência a situações que não oferecem em absoluto, qualquer possibilidade de saída, a não ser a violência em si. Para Rocha (2007), normalmente a violência acontece no âmbito familiar, onde as relações são constituídas com pessoas conhecidas, em locais nos quais deveria existir cumplicidade, harmonia, paz, são os mesmos onde cresce expressivamente a violência doméstica. Almeida (2007), evidencia em seus estudos o fato de a violência de gênero trazer em sua gênese toda situação que se reflete em um quadro de desigualdades sociais e econômicas. Para a autora esta se estabelece em uma demonstração de força e de poder, em que ocorre a efetiva supremacia corporal do homem. A autora toma a violência de gênero como fruto de uma construção social que demarca espaços de poder, privilegiando os homens e oprimindo as mulheres. A violência se manifesta no corpo e no psicológico da mulher que, além de sofrer a brutalidade, é também dominada e humilhada, e estes embates produzem graves resultados e danos para sua saúde física e psicológica. Nesta perspectiva a violência doméstica funciona como algo espacializado e próprio da esfera privada e da dimensão da vida social, em uma noção que historicamente contrapõe ao

público, ao político e independente do sujeito, do objeto ou do vetor. Sousa (2008)<sup>39</sup> considera que a violência doméstica em maior escala envolve relações familiares e o espaço doméstico, caracterizando-se como uma questão relativa estritamente à esfera da vida privada, um ambiente recoberto por ideologias que tomam a família como uma instituição natural, sagrada, na qual se desenvolvem apenas relações de afeto, carinho, amor e proteção, a ser preservada pela sociedade.

A violência doméstica se estabelece para além do âmbito privado, além de encontrar-se relacionada à violência de gênero, ao quadro de desigualdades de gênero e ao conjunto que integra as desigualdades estruturais produzidas e reproduzidas nas relações sociais, portanto ela é “um abuso de poder executado por pais, responsáveis pela criança ou adolescente, pelo marido/companheiro sobre a mulher, também sofrida por idosos, estando associada à violência de gênero” (CARMO e MOURA, 2010, p. 4).

Para Saffioti (1994)<sup>40</sup>, a violência doméstica é produto de um fenômeno transversal à sociedade, ignorando fronteiras de classe social, embora esta seja mais frequente nas camadas subprivilegiadas de distribuição de renda nacional, seu aparecimento às delegacias de policiais para a apresentação de queixa é maciço em relação às demais. A violência de gênero é também conhecida como violência *contra a mulher, doméstica* ou *sexual*. Em decorrência da violência, a mulher acaba em uma situação de subordinação, sendo *obrigada* a ceder ao agressor de violência, considerando que a sua relação com o agressor é de total dependência na maioria das vezes financeira e emocional, o que a faz viver em constante situação de violência. A autora ressalta ainda que o contexto que envolve a mulher - família, condições socioeconômicas, perfil do agressor, etc. -, deve ser analisado para o entendimento da violência doméstica, sendo que esta pode funcionar como um sistema circular, denominado ciclo da violência, que ocorre em três etapas: a *tensão*, que é mais psicológica e intimidativa; a *explosão*, quando ocorre a violência doméstica propriamente dita e a *reconciliação*, fase na qual ocorre o recomeço do relacionamento e da renovação das promessas. Segundo os autores, muitas vezes fica difícil entender como a mulher se mantém no ciclo da violência e para romper este ciclo muitas necessitam de ajuda de agentes externos.

Carmo e Moura (2010) ressaltam ainda que as dificuldades do cotidiano, como a falta de emprego, baixa escolaridade, dependência financeira, alcoolismo e drogas são

---

<sup>39</sup>. SOUSA, M. C. de. O papel da mulher nos novos arranjos sociais da família brasileira: o desafio de garantir direitos. Mini curso do CRESS 7º região.

<sup>40</sup> SAFFIOTI, H. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. In: Mulher brasileira é assim. R.J: NIPAS: Rosa dos tempos; Brasília: UNICEF, 1994.

fatores que contribuem para o momento da agressão, entre outros fatores. Muitas mulheres ficam marcadas para o resto da vida com a aquisição de doenças de fundo emocional e nervoso e outras vivem infelizes para o resto da vida, conformadas com sua condição de vida, outras têm o pensamento muito tradicional e acha que não deve deixar o marido a não ser que o mesmo tome a decisão de deixar o lar.

#### *5.1.5 A percepção acerca da contribuição da mulher na família e na comunidade*

A *percepção* envolve processos mentais relacionados à memória, podendo estes influenciar a interpretação dos dados percebidos. Sendo assim, nesta etapa do debate, a teoria das representações sociais oferece subsídios para compreendermos as práticas coletivas no sentido mais amplo e também com especial ênfase nas questões de gênero.

Na teoria das representações sociais, os estudos desenvolvidos por Moscovici<sup>41</sup> buscaram explicar os fenômenos ligados à percepção, uma vez que este pesquisador apresentou um grande potencial para desenvolver o figurativo e o simbólico, nos aspectos dos fenômenos construídos no campo dos saberes sociais, trazendo à tona a dimensão dos afetos além do fato de que, quando sujeitos sociais se empenham em entender e dar sentido ao mundo, eles o fazem com emoção (GUARESCHI e JOVCHELOVITCH, 1995; MEDRADO, 1996 *apud* MIRANDA, 2006).

A preocupação com explicações para os fenômenos do domínio do simbólico, somadas às noções de consciência e de imaginário são fenômenos sociais estudados e explicados nas noções de representação e memória social. Estas abordagens no mundo das pesquisas ganharam maior significação na Psicologia Social, a partir dos anos 80, embora estas tenham suas raízes na Sociologia de Durkheim. Em Moscovici a Representação Social ganha uma teorização, e o aprofundamento em Jodelet apresentou uma nova teorização, passando esta a servir de ferramenta para diversos campos, como a saúde, a educação, a didática, o meio ambiente, devido às representações sociais apresentarem propostas teóricas diversificadas (ARRUDA, 2002).

---

<sup>41</sup> O romeno naturalizado francês Serge Moscovici, nasceu em 1928. Sua obra é importante para a psicologia, seu campo de formação e atuação e também para a história e as ciências sociais e seus trabalhos e sua teoria das representações sociais (TRS) têm influenciado ao longo das últimas quatro décadas pesquisadores tanto na Europa como nas Américas, incluindo o Brasil (OLIVEIRA, 2004).

Os mecanismos que estabelecem as representações sociais têm origens no imaginário das pessoas, mas afetam as situações concretas por elas vivenciadas. Por isso, acredita-se que as representações sociais seriam um dos vários processos sociais que constituem a diferenciação de gênero, sendo essa constituição constantemente construída e reconstituída (LOURO, 2000 *apud* MIRANDA, 2006).

Em *As representações sociais: um domínio em expansão*, Jodelet (2001) apontou a importância de estarmos informados sobre o mundo à nossa volta e nos situarmos nele, um mundo de objetos, pessoas, acontecimentos, ideias que devem ser compartilhadas uns com os outros, para que se dê a compreensão e o enfrentamento dos fatos. O papel da representação está na realidade do dia a dia e é por meio das interpretações que ocorrem as tomadas de decisões e o posicionamento frente a elas. Na representação circulam discursos por meio de palavras, mensagens, imagens vindas e condutas em organizações materiais e espaciais, como a mídia. A autora ressalta que a representação pode vitimar socialmente indivíduo(s) por meio de crenças arcaicas e preconceitos oriundos de valores simbólicos, favorecendo a exclusão da alteridade.

Na perspectiva do saber do senso comum, a representação social se legitima, enquanto objeto de estudo, pela sua significação na vida social e a possibilidade deste na elucidação dos processos cognitivos e das interações sociais, uma vez que ela orienta, organiza condutas e a comunicação social, a difusão, desenvolvimento individual e coletivo; expressão de grupos; transformações sociais, dentre outros. A representação expressa indivíduos ou grupos por meio da definição específica ao objeto por ela representado, ela é uma modalidade de conhecimento prático, orientada para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo. As formas de conhecimentos estão nos elementos cognitivos, como imagens, conceitos, categorias, teorias, ainda que não se reduzam aos componentes cognitivos (JODELET, 1985 *apud* SPINK, 1993).

Jodelet (2001) ressalta que, para Moscovi, a representação social é uma reconstrução do objeto, expressiva do sujeito, por provocar uma defasagem relacionada ao seu referente, em função de valores e códigos coletivos, implicações pessoais, engajamento pessoal dos indivíduos produzindo efeitos ao nível dos conteúdos representativos como distorções, suplementações e subtrações. As distorções ocorrem quando há transformações na qualidade do objeto e a exemplo disto, o autor cita uma dissonância cognitiva: na categoria denominada *mulheres*, elaborada pela categoria dominante *homens*, ocorrendo um traço redutor, desqualificando a imagem apresentada pela mídia. A suplementação se dá, quando ocorrem atributos e conotações que não são

próprias do objeto representado, em que a projeção sobre o outro serve para restaurá-lo. A exemplo disso, citar as florestas, desqualificando a cidade. E finalizando, a subtração, quando ocorre a supressão de atributos pertencentes ao objeto, produzindo efeitos repressivos das normas sociais.

Douglas (1986), a partir de Moscovici, aponta a representação como uma matéria concreta, observável, que pode ser reconstruída por parte, pelo pesquisador. No campo estruturado, tal autor atua como no núcleo estruturante, norteando o estudo, por duas orientações: a análise dimensional, colhida por métodos e esta se constitui de imagens, crenças, valores, elementos culturais e outros; e a partilha que serve de afirmação simbólica de uma unidade e de uma pertença. Pensar a cognição como algo social expande os caminhos para a pesquisa, uma vez que os processos cognitivos levam ao entendimento de como “pensam as instituições e como o processo cognitivo individual depende das instituições sociais” (DOUGLAS, 1986 *apud* JODELET, 2001, p. 40).

A representação, nos últimos vinte anos, vem se ampliando no âmbito das pesquisas, devido a sua multiplicação, nos objetos representados e tomados como temas de pesquisa. A partir da delimitação de certos aspectos e fenômenos representativos, sua abordagem e métodos, que se diversificam e são propostos sob os diversos ângulos, a dinâmica das representações, vêm impulsionando-os pela diversidade, pela invenção e pelo desafio da complexidade, na riqueza das significações contidas no objeto (JODELET, 2001).

<b>INTERPRETAÇÃO DO PONTO DE VISTA DOS HOMENS E DAS MULHERES ACERCA DA CONTRIBUIÇÃO DA MULHER NA VIDA EM FAMÍLIA</b>		%		%	
	<b>Mulher</b>		<b>Homem</b>		<b>Total</b>
Nenhuma contribuição	1		0		1
Uma pequena contribuição	7		3		10
Uma grande contribuição	59	88%	29	90,6%	88
<b>Total</b>	67		32		99

Tabela 17 - A contribuição da mulher na vida em família.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Depoimentos dos agricultores:

*Uma grande contribuição tem hora que acho que as mulheres trabalham mais que os homens (entrevistado 18, 44 anos casado).*

*As mulheres da comunidade são trabalhadoras e participam junto com os maridos e dão uma grande contribuição (entrevistado 35, 46 anos, casado).*

*As mulheres todo dinheiro que ganha compra coisas pra casa, brinquedo pras crianças e tudo que o marido não dá (entrevistado 63, 61 anos, união consensual).*

*Minha mãe é claro que ela sempre deu uma grande contribuição, ela é tudo pra nós, é uma grande mulher (entrevistado 89, 36 anos, solteiro).*

*É uma grande contribuição, as mulheres ajuda mesmo trabalhando fora, no caso da minha mulher ela ajuda na plantação, quando tem tempo (entrevistado 98, 39 anos, casado).*

#### Depoimentos das agricultoras acerca da sua contribuição para a família:

*Eu dou uma grande contribuição para família por educar meu filho conviver bem com meu marido e estar ao seu lado nos momentos difíceis também (entrevistada 73, 25 anos, casada).*

*Grande contribuição por que estou sempre presente e empenhando por eles (entrevistada 68, 35 anos, casada).*

*Sempre dou uma grande contribuição por que tudo que faço é pensando neles (entrevistada 66, 42 anos, casada).*

*Dou uma grande contribuição pra vê se fica melhor (entrevistada 52, 30 anos, casada).*

*É uma grande contribuição por que trabalhei muito antes de casar e continuo até hoje (entrevistada 32, 45 anos, casada).*

#### Depoimentos de um extensionista acerca da contribuição da mulher e sua valorização na família:

*Ao olhar o grupo familiar hoje, as relações estão melhorando muito por conta da própria mulher, que já hoje busca seu lugar, ainda existe muito homem autoritário, mas as mulheres participam das decisões relacionadas aos filhos, decidem coisas sobre si próprias e estão avançando na qualificação por que são mais interessadas e elas são tão importantes que se tirar a esposa do grupo familiar, tanto rural quanto urbano, o grupo desaba (entrevistado 4, 48 anos, casado).*

<b>A CONTRIBUIÇÃO DA MULHER NA COMUNIDADE</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Total</b>
Sim, as mulheres contribuem para a comunidade	59	32	91
Não, as mulheres não contribuem para a comunidade	6	0	6
Não responderam	2	0	2
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>32</b>	<b>99</b>

Tabela 18 - A contribuição da mulher na comunidade.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

*Sim as mulheres contribuem para a comunidade. Tem os grupos de mulheres que estão fazendo artesanato, ajuda a família e a comunidade (entrevistada 94, 48 anos, casada).*

*As mulheres ajudam através da Igreja, da Associação, elas organizam festas (entrevistada 3, 38 anos, casada).*

*De vez em quando as mulheres fazem trabalhos em grupo e umas auxiliam as outras, isto funciona muito no trabalho da lavoura, na colheita (entrevistada 17, 43 anos, casada).*

As teorias das Representações Coletivas serviram de aporte para o entendimento da *percepção*, ou seja, do sentimento que envolve a importância e o real papel da mulher sob o olhar das mesmas e dos homens das comunidades rurais pesquisadas.

O reconhecimento da contribuição das mulheres para suas famílias e a comunidade local são sentimentos que estão contidos nos processos e nas dinâmicas social e psíquica dos grupos e estas interações se relacionam com os elementos afetivos, mentais e sociais integrando-os à cognição e à linguagem, por meio da comunicação (JODELET, 2001).

Também nos estudos propostos por Backzo (1985), este reconhecimento pode ser entendido, a partir da chegada de novos pontos de vista nas comunidades rurais, conforme nos aponta os dados da pesquisa e estes são entendidos, segundo este autor, na ideia de se criar um “contra-imaginário, arma de combate, mas também instrumento de educação destinado a inculcar no espírito do povo novos valores e novos modelos formadores” (BACKZO, 1985, p. 301).

A sociabilidade é uma perspectiva que pode promover a melhoria da autoestima das mulheres e, com isto, elas podem obter reconhecimento junto à família, valorização e trocas de experiências, mudanças de relevância que podem até redundar

em uma maior presença de mulheres na vida pública (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011).

Para Jodelet (2001) a sociabilidade encontra-se nos fenômenos cognitivos, por envolver pertença dos indivíduos com as implicações afetivas e normativas, a interiorização de experiências, práticas, modelos de condutas; características de construção, criatividade e autonomia; a representação e os fenômenos representativos estão na dimensão social.

#### 5.1.6 A dimensão econômica do empoderamento

Neste estudo buscamos trabalhar as abordagens relacionadas à tomada de decisão no uso dos recursos financeiros da unidade familiar, relacionados à renda própria, à renda familiar, aos bens móveis e imóveis, aos recebimentos de benefícios previdenciários (aposentadoria, licença-maternidade, licença-saúde) e aos benefícios sociais (Bolsa família).

<b>DECISÃO NO USO DOS RECURSOS</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
Marido	16	23,9%	9	28,1%	25
Esposa	4	6,0%	2	6,3%	6
Conjuntamente	47	70,1%	21	65,6%	68
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>100%</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>	<b>99</b>

Tabela 19 - Decisão no uso dos recursos.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Para Sen (2004), desenvolver o potencial feminino para auferir renda dentro ou fora do lar torna-se uma condição positiva que fortalece sua voz ativa e a sua condição de agente, desdobrando-se em independência e ganho de poder, corroborando para a prosperidade da família, além de tornar a mulher menos dependente de outros.

Segundo os dados da pesquisa na tabela e gráfico acima, 68,7% das agricultoras e agricultores responderam que a decisão no uso dos recursos é realizada conjuntamente em sua família. Estes não se conformam com os dados obtidos nas questões da tabela 6, que indaga acerca de quem atua nas atividades da gestão na propriedade, nas respostas femininas somente 1,5% admitiram participar da gestão da propriedade, para 50,5% a gestão é realizada por homens e somente 48% afirmaram

participar conjuntamente com os esposos da gestão da propriedade e nas respostas masculinas 75% deles responderam que a gestão é realizada pelas mulheres.

Prosseguiu-se com a abordagem da renda pessoal, apresentada na tabela e gráfico que seguem abaixo e os dados apontaram que 78% das agricultoras afirmaram não receber renda alguma ou receber uma renda inferior a um salário mínimo e neste percentual 40% dele abarca as agricultoras que afirmaram não possuir renda alguma. Considerando os dados apresentados na Tabela 2, deste estudo, que apontam que 94% das agricultoras responderam que atuavam nas atividades do lar e da lavoura. O confronto dos dados apresentados nas Tabelas 2 e 20 remetem ao fato de que a execução do trabalho na lavoura e na propriedade rural, pelas mulheres é em 40% sem nenhuma remuneração, evidenciando com isto, a resistência das raízes patriarcais nas comunidades rurais barbacenenses, com a manutenção da boa parte das agricultoras executando atividades na forma de ajuda, atividades estas executadas nos espaços domésticos, e com isto, emergiu uma confluência com a alusão feita por Saffioti (1992) acerca de que no meio rural persistem os códigos de comportamento da sociedade patriarcal, com a reclusão das mulheres no âmbito doméstico. Vale ressaltar o controle masculino do trabalho das mulheres e o acesso restrito delas, junto aos recursos econômicos e sociais e ao poder político resultam em uma distribuição muito desigual dos recursos entre os sexos, além de estes serem fatores característicos das influências patriarcais (*Apud* COSTA, 2011).

<b>RENDA PESSOAL</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>
Nenhuma (1)	27	40%	0	0
Menos de 1 salário mínimo	26	38%	10	31%
1 Salário mínimo	13	19%	18	57%
Entre 1 e 2 salários mínimos	1	1%	2	6%
Entre 2 e 3 salários mínimos	0	0	2	6%
Entre 3 e 4 salários mínimos	0	0	0	0
Acima de 5 salários mínimos	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>100</b>	<b>32</b>	<b>100</b>

Tabela 20 - Renda pessoal dos pesquisados. Salário mínimo vigente: R\$ 622,00.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

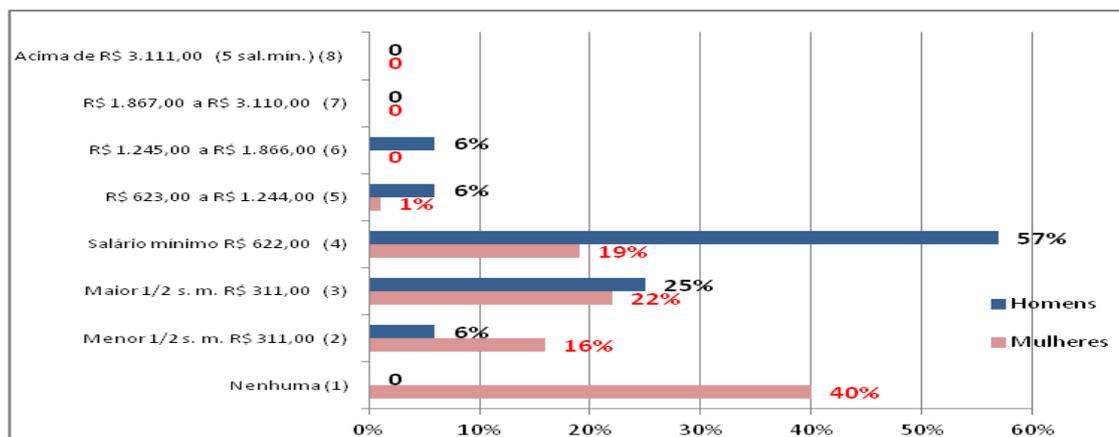


Gráfico 4 - Renda pessoal dos pesquisados.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Ao se indagar às mulheres sobre os fatores que poderiam auxiliar na melhora das suas condições de vida, trabalhar fora e ter sua renda, se destacou:

*Todas as opções são importantes o casamento, a escolaridade e a mais importante é a mulher ter renda, mesmo ela tendo um casamento bom, pra ela não ficar dependendo do marido (entrevistada 10, 32 anos, casada).*

*Ter renda própria e poder adquirir bens é bom é aí que nós ficamos independentes (entrevistada 55, 63 anos, casada).*

*Trabalhar fora e ter renda própria dá autonomia às mulheres (entrevistado 67, 35 anos, casada).*

*A renda é muito importante não só pra mulher, mas pra toda família (entrevistado 83, 47 anos, casado).*

*A gente trabalhar fora e ter o dinheiro da gente, ter nossa renda é coisa melhor que tem é não depender de ninguém (entrevistada 08, 44 anos, casada).*

*Acho que ajuda por que a mulher vai ter seu trabalho valorizado e seu dinheirinho ao final do mês (entrevistada 38, 25 anos, casada).*

*A mulher que trabalha consegue dar o de melhor para os filhos (entrevistada 60, 36 anos, casada).*

*A mulher trabalha fora é mais respeitada e mais livre (entrevistada 61, 38 anos, casada).*

*Ela pode comprar o que precisa sem precisar do dinheiro do homem (entrevistada 65, 55 anos, casada).*

Segundo os agricultores:

*A mulher que trabalha só em casa fica muito dependente do marido e trabalhar fora ela fica independente e ainda ajuda o marido (entrevistado 89, 36 anos, solteiro).*

*Trabalhar fora de casa ajuda bem às vezes eu estou sem dinheiro ela me ajuda (entrevistado 98, 39 anos, casado).*

*Do mesmo jeito que o homem sai a mulher também tem o direito, e às vezes consegue fora do lar um trabalho que promove a mulher. Vejo minha irmã que trabalha fora e agora está fazendo faculdade de Farmácia, além de trabalhar no Laboratório de Análises Clínicas (entrevistado 97, 27 anos, solteiro).*

No que diz respeito à renda, 85% das famílias afirmaram ter uma renda entre 1 e 3 salários mínimos, conforme dados obtidos na tabela abaixo.

<b>RENDA FAMILIAR</b>	<b>Somatório</b>	<b>%</b>
Menor do que 1 Salário mínimo	6	6%
1 Salário mínimo R\$ 622,00	21	21,5%
Entre 1 e 2 salários mínimos	24	24%
Entre 2 e 3 salários mínimos	39	39,5 %
Entre 3 e 4 salários mínimos	6	6%
Acima de 5 salários mínimos	3	3%
<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>100%</b>

Tabela 21 - Renda familiar das(os) agricultoras(es), salário mínimo vigente em outubro 2012, R\$ 622,00.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

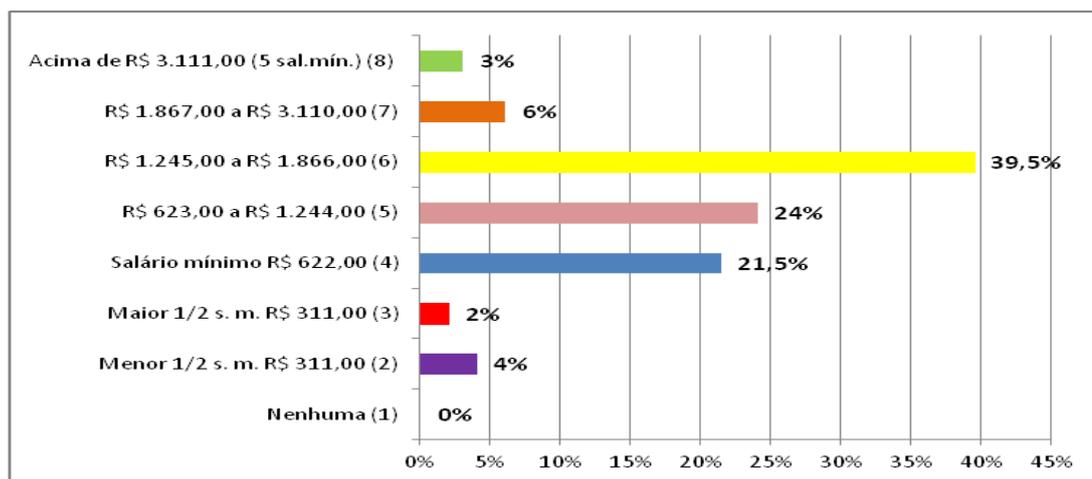


Gráfico 5 - Renda familiar das(os) agricultoras(es).

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

<b>USO DA RENDA FAMILIAR</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Somatório</b>	<b>%</b>
Só dá pagar as contas e cuidar dos filhos	19	6	25	25%
Da para comprar coisas para a casa e a família	48	26	74	75%
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>32</b>	<b>99</b>	<b>100%</b>

Tabela 22 - Como é usada a renda familiar das(os) agricultoras(es) pesquisados.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

75% dos agricultores usam seus recursos para comprar coisas para casa e família. Os dados coletados sugerem a participação conjunta da família nas decisões relativas ao uso dos recursos econômicos. Considerando que as residências pesquisadas possuem um relativo conforto, com diversos eletrodomésticos, equipamentos, internet, dentre outros, isto sugere que a aquisição de bens e produtos, se traduz em uma forma de aplicação muito valorizada pela família, além de revelar a importância da mulher frente a estes gastos, visto que a casa, tradicionalmente, está sob a sua *gerência*.

### 5.1.7 Acesso a bens móveis

A questão da renda está diretamente ligada ao acesso a bens, considerando que, na perspectiva da renda das agricultoras entrevistadas, 40% destas não possuem renda alguma e 38% delas se encontram em uma faixa de rendimentos inferior a um salário mínimo e, ainda que, 94% destas agricultoras tenham informado, em etapa anterior da pesquisa, que trabalham na lavoura e no lar. Com isto, ficou evidente a falta de poder econômico pessoal destas agricultoras, além de apontar o quanto o trabalho qualificado como ajuda e sem remuneração impactou a vida econômica delas.

<b>BENS MÓVEIS PESSOAIS</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>
Nenhum	54	80,6%	2	6,3%
Motocicleta	5	7,5%	6	19%
Automóvel	7	10,5%	7	22%
Caminhão	0	0	1	3%
Trator	0	0	2	6,3%
Microtrator	0	0	1	3%
Automóvel e moto (7)	0	0	5	15,6%
Automóvel e caminhão (8)	0	0	2	6,3%
Automóvel e trator (9)	1	1,4%	4	12,5%
Moto, automóvel e trator (10)	0	0	1	3%
Moto, automóvel, caminhão e trator (11)	0	0	1	3%
<b>TOTAL</b>	67	100%	32	100%

Tabela 23: Bens móveis das(os) agricultoras(es).

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Os dados da pesquisa mostram que 80,6% das agricultoras não possuem nenhum bem móvel próprio, seu, o que aponta para o seu uso enquanto um bem da família.

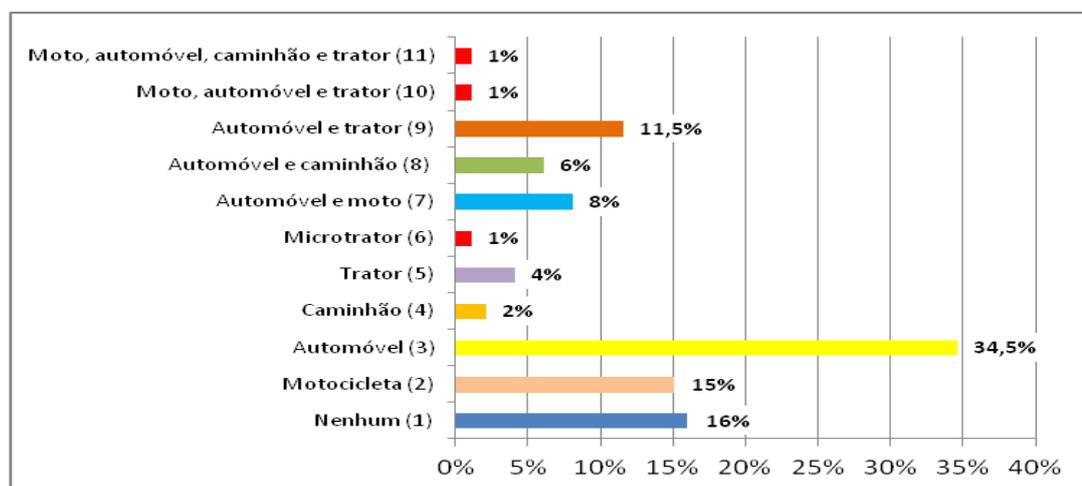


Gráfico 6 - Bens móveis das famílias das(os) agricultoras(es).

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

O gráfico 6 apontou que os bens móveis eram concebidos como sendo da família. Assim, as mulheres os utilizariam segundo as suas necessidades, mas sem terem plena autonomia para tal.

#### 5.1.8 Acesso a bens imóveis

Os estudos como os de Deere e León (2002) apontam que a posse de terras e bens em geral por parte das mulheres seria um importante elemento constitutivo de empoderamento econômico. Segundo as autoras “a posse de bens, mesmo por parte de uma mulher pobre, expande o leque de atividades geradoras de renda em que ela pode se envolver o que aumentaria as suas opções de estratégias disponíveis” (DEERE e LÉON, 2002, p. 40).

<b>BENS IMÓVEIS</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>
Nenhum	49	73%
Casa	9	13,5%
Apartamento	1	1,5%
Terras	2	3%
Casa e terras	6	9%
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>100%</b>

Tabela 24 - Bens imóveis das(os) agricultoras(es).

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

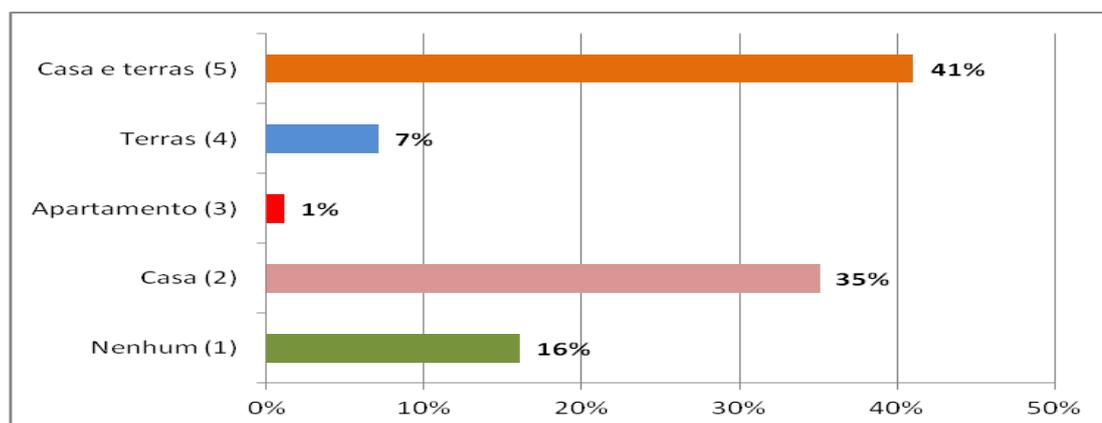


Gráfico 7 - Bens imóveis da família das(os) agricultoras(es).

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Até algumas décadas atrás, em muitos países latino-americanos, os bens do casal eram controlados pelo marido, até mesmo os bens e ganhos que a esposa trazia para o casamento. Com isto, a mulher casada<sup>42</sup> possuía uma autonomia muito limitada, não assinando contratos, nem administrando negócios, nem trabalhando fora do lar, sem o consentimento do marido (DEERE e LÉON, 2002).

As autoras ressaltam ainda que a renda controlada pela mulher tende a ser direcionada para a família, enquanto que a controlada pelo homem ela tende a ser direcionada, além da família, para também atender alguns gastos pessoais. Elas citaram em seus estudos, que segundo Agarwal (1994), a posse e o controle da terra aumentariam as possibilidades produtivas da mulher e a probabilidade de esta ter acesso a crédito, suporte técnico e informação (AGARWAL, 1994 *apud* DEERE e LÉON, 2002).

Segundo Deere e Léon (2002), dentre os vários estudos acerca de posse de terras e sucessão familiar nas propriedades rurais, percebeu-se a exclusão das mulheres. Sendo assim, este fator tem correlação com os dados desta pesquisa, Tabela 24, acima apresentada, os quais apontam para o fato de 73% das agricultoras não possuírem bens imóveis, que são categorizados como bens da família. As perspectivas relacionadas ao poder econômico, especialmente à aquisição de bens móveis e imóveis, nesta pesquisa, apontam para as práticas sociais que colocam as mulheres em desvantagens diante dos homens. Elas expressam também o quanto estas práticas foram naturalizadas no município estudado e como estas fortalecem ainda, a existência das ações patriarcais.

<sup>42</sup> Estatuto da Mulher Casada: efeitos da Lei 4.121/ 1962, que representava de forma legal e jurídica o casamento e as relações patrimoniais, o citado estatuto normatizou direitos de homens e mulheres, baseado no Compêndio do Vaticano II e em normas patriarcais, mantendo a mulher em uma posição desfavorável, tomando-a como *uma colaboradora e substituta eventual do marido*, classificando-a como relativamente incapaz, prevalecendo à decisão masculina (CARMO e MOURA, 2010).

### 5.1.9 Recebimento de benefícios sociais e benefícios previdenciários

Os benefícios sociais de integração de renda e previdenciários sinalizam as mudanças governamentais, que especialmente podem melhorar a condição econômica das mulheres citadinas ou rurais. Já as políticas públicas direcionadas para o campo, conforme os dados desta pesquisa têm impactado positivamente no cotidiano das mulheres, embora, nas comunidades rurais barbacenenses, a participação feminina vem ocorrendo, em grande maioria, de forma indireta, com a titularidade em favor do esposo. Vale ressaltar que a titularidade no recebimento do Programa Bolsa Família em favor das mulheres e a ampliação dos benefícios previdenciários às mulheres rurais expressam uma possibilidade material, mais claramente delineada de empoderamento individual para elas.

Conforme a Tabela 25, abaixo, as políticas públicas mais acessadas pelos agricultores e agricultoras participantes desta pesquisa foram o PAA e o Bolsa Família.

<b>ACESSO A POLÍTICA PÚBLICA</b>	<b>Mulher</b>	<b>Homem</b>	<b>Somatório</b>	<b>%</b>
PAA (1)	67	32	99	50,5%
Bolsa Família (2)	42	10	52	26,5%
PNAE (3)	4	7	11	6%
PRONAF (4)	20	13	33	17%
<b>TOTAL</b>	<b>133</b>	<b>62</b>	<b>195</b>	<b>100%</b>

Tabela 25 - Acesso a política pública por modalidade pelas agricultoras e agricultores.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

#### 5.1.9.1 O PAA e as mulheres das comunidades rurais de Barbacena

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, segundo Siliprandi e Cintrão (2011), se refere a uma política pública direcionada para o campo, que possui como característica distintiva em face de outros, a possibilidade de maior participação das mulheres nas modalidades de Compra Direta com Doação Simultânea, a qual apresenta uma grande diversidade de produtos, oportunizando as mulheres ofertarem aqueles vinculados a sua prática de cultivo. As referidas autoras ressaltam que, tradicionalmente, os produtos cultivados pelas mulheres não eram colocados à venda, o que começou a ser mudado com as modalidades do PAA, as quais,

[...] vêm propiciando a criação de um mercado *institucional*, com preços justos, para os produtos tradicionalmente vinculados à esfera feminina, ao *autoconsumo*, à *subsistência* e ao *quintal*, cultivados em áreas próximas a casa [...] o PAA cria (ou recria) formas de escoamento para produtos que estavam à margem dos mercados hegemônicos, que estavam sendo deixados de produzir por muitas famílias (SILIPANDI e CINTRÃO, 2011, p. 11-12).

Para estas pesquisadoras, o PAA é uma política pública que se relaciona de maneira diferenciada das demais no que tange às mulheres agricultoras, uma vez que tal política pública se caracteriza por incentivar uma maior participação feminina em suas modalidades de compras. Atentando para tal fator, buscamos nesta pesquisa avaliar os processos de mudanças oriundos da participação dos agricultores das comunidades rurais barbacenenses nesta política pública, investigando as possibilidades de empoderamento das agricultoras para além dos espaços domésticos. Partiu-se, assim, nesta pesquisa, da premissa de que a política pública do PAA favoreceria o *empoderamento* das agricultoras barbacenenses, que dele participavam, por possibilitarem a sua inserção social no âmbito público.

Conforme análise para 94% das agricultoras barbacenenses pesquisadas (Tabela 2), o trabalho na lavoura junto ao esposo se constitui uma decorrência *natural* da vida, na qual estas repetem as suas mães e avós, que também não estudaram e ficaram circunscritas a reproduzir o aprendido com os mais velhos. Vale ressaltar que 40% destas mesmas agricultoras não possuem renda alguma e 38% uma renda inferior ao salário mínimo vigente no período da pesquisa. Tais fatores nos levam a crer que o trabalho da maioria destas agricultoras é qualificado como ajuda, um trabalho sem remuneração.

Agricultoras(es) por Associação	Cadastrados na homologação do ano de 2010					
	Mulheres		Homens		Total	
Comunidades Rurais de Barbacena	Qt	%	Qt	%	Qt	%
Costas da Mantiqueira	18	16%	93	84%	111	100
Pombal	7	12%	52	88%	59	100
Senhora das Dores	5	13%	34	87%	39	100
Campestre	1	6%	17	94%	18	100
Palmital dos Carvalhos	15	34%	29	66%	44	100
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>17%</b>	<b>225</b>	<b>83%</b>	<b>271</b>	<b>100</b>

Tabela 26 - Perfil Agricultoras e Agricultores participantes do PAA- 2010.

Fonte: Cadastro de Homologação do PAA, 2010 (PMB/Conab).

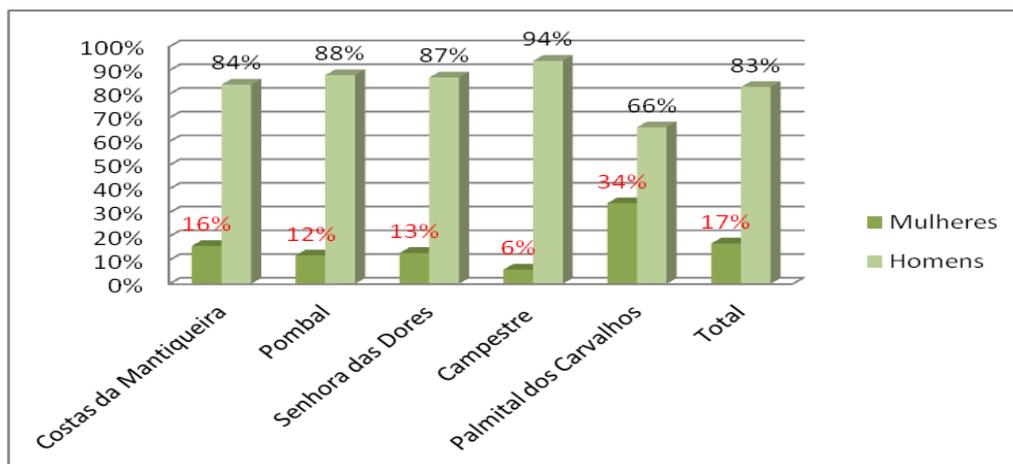


Gráfico 8 - Perfil das(os) Agricultoras(es) participantes do PAA 2010, valores relativos. Fonte: Cadastro de Homologação do PAA, 2010 (PMB/Conab).

O aprofundamento teórico empreendido nesta dissertação nos revelou que o trabalho visto como ajuda e sem remuneração compromete a autonomia e o empoderamento da mulher (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011). No caso das comunidades rurais barbacenenses estudadas, evidenciou-se a presença de práticas sociais patriarcais as quais colocam as mulheres em desvantagens, diante dos homens, favorecendo a exclusão das mesmas das atividades de comercialização e do âmbito público, sinalizando a existência de práticas patriarcais, ainda em tempos atuais, naturalizadas e enraizadas nas comunidades rurais barbacenenses pesquisadas.

O reduzido percentual de agricultoras barbacenenses participante do PAA 2010 (Tabela 26) evidencia que elas permanecem na sua condição de *mulher de agricultor*, participando do PAA de forma indireta. Esta situação aproxima esta pesquisa da elaborada em nível nacional por Siliprandi e Cintrão (2011)<sup>43</sup>, na qual as pesquisadoras relatam a expressiva participação indireta das mulheres no PAA, devido ao fato de as agricultoras terem dificuldades de se inserir nas atividades de comercialização, uma vez que estas priorizam as atividades voltadas para a vida doméstica, no âmbito privado.

No município de Barbacena, o PAA vem se ampliando a cada ano devido ao trabalho conjunto realizado entre Secretaria da Agricultura de Barbacena, EMATER e SINTER, que atuam junto às organizações associativas e cooperativadas rurais. A venda para o PAA no município atende principalmente à modalidade de Doação Simultânea,

<sup>43</sup> Siliprandi e Cintrão desenvolveram, nos anos de 2009 e 2010, uma pesquisa nacional acerca da participação das mulheres no PAA em todo território nacional, exceto nos territórios de cidadania, por solicitação da CONAB, no Programa de Apoio às Organizações Produtivas de Mulheres. O Programa Territórios de Cidadania do Governo Federal, segundo a Rede de Tecnologia Social, atende municípios com população abaixo de 50 mil habitantes, em situação de pobreza, baixo dinamismo econômico e alta concentração de agricultores familiares.

com sua diversificada produção de olerícolas e frutas. Segundo os dados da pesquisa, o PAA vem melhorando a renda das famílias rurais estudadas, fortalecendo e ampliando a participação dos agricultores nas associações e cooperativas e, com isto, segundo eles, vem ocorrendo, nas reuniões mensais, uma maior participação de agricultores e agricultoras, ampliando a sociabilidade entre eles e o estabelecimento de novas dinâmicas.

#### 5.1.9.2 O Bolsa Família

A política pública de transferência de renda, Bolsa Família (Tabela 25), se destacou como a segunda política pública mais acessada pelas agricultoras pesquisadas, depois do próprio PAA. Dentre as metas governamentais a serem alcançadas via políticas públicas contemporâneas como o Programa Bolsa Família e o benefício da aposentadoria rural, encontram-se a redução da disparidade entre os sexos. Com isto, o acesso direto a recursos monetários possibilita uma autonomia relativa às mulheres.

O Programa Bolsa-Família “transcende o nível puramente monetário refletindo-se nas possibilidades de expressão e direito a voz na sociedade, abrindo caminho para o reconhecimento dos direitos de cidadania das mulheres” (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011, p. 16).

O sentido emancipatório do benefício da Bolsa-Família se traduz pela titularidade deste, concedida às mulheres, uma vez que os estudos e pesquisas apontam que as mulheres priorizam os gastos com a família, aumentando o seu poder de decisão na família (REGO, 2008; PEREIRA et al., 2008 *apud* SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011, p. 16).

A política pública Bolsa Família veio para unificar todos os benefícios sociais, *Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás*, a fim de possibilitar a agilidade e desburocratização, criando facilidades no recebimento do benefício social. O BF trata-se de uma política pública que traz em seu bojo a possibilidade de alívio imediato da pobreza e reforça o acesso a condições de direitos básicos no âmbito da educação, saúde e assistência social (MOREIRA, 2010, p. 5).

Tendo em vista que a política pública de integração de renda Bolsa Família tem sua titularidade destinada ao público feminino, com isto, este pode vir a se tornar uma ferramenta importante na promoção do empoderamento da mulher, para além do âmbito privado, uma vez que este favorece que a mulher tenha contato com o mundo externo ao

lar, além também de este aumentar sua capacidade econômica e seu poder de decisão e de compra.

#### 5.1.9.3 O acesso à aposentadoria rural por parte da mulher

As agricultoras idosas foram beneficiadas com o recebimento da aposentadoria rural, uma vez que este benefício trouxe significativas mudanças para as mesmas, que ao longo de suas vidas acumularam uma série de desvantagens como: a dupla jornada de trabalho, discriminação salarial e/ou trabalho sem remuneração, além de entrarem mais cedo e permanecerem mais tempo ocupadas nas atividades rurais. A instituição da aposentadoria rural possibilitou também mudanças nas relações entre as gerações, levando à revalorização das pessoas idosas, que no momento anterior à sua existência viviam na condição de dependentes dos companheiros, filhos ou de outros parentes em idade ativa, sendo até percebidas como contribuindo para o empobrecimento do domicílio rural a que pertenciam. O direito à aposentadoria para as mulheres rurais, ganha uma dimensão especial, considerando, que elas quase nunca receberam remuneração pelos trabalhos realizados ao longo da vida, sendo assim, tal benefício referendou o reconhecimento das mulheres rurais como cidadãs e trabalhadoras (ANDRADE SILVA, 2000 *apud* HERÉDIA e CINTRÃO, 2006).

O acesso ao benefício da Previdência Social foi concedido aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, tanto aos assalariados como aos agricultores familiares, pela Lei 11.718, datada de 20/06/2008, sancionada pelo Presidente Lula. A obtenção dos direitos previdenciários pelos agricultores e agricultoras ficou condicionada à obtenção das informações e ao apoio junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais<sup>44</sup>, instituição autorizada pelo governo, para atuar junto aos agricultores, oferecendo subsídios, orientações e aportes técnicos, àqueles que estão a ele vinculados. Os benefícios previdenciários para os idosos se colocam em termos da aposentadoria por tempo de serviço, a aposentadoria por invalidez, o auxílio-doença, o auxílio-acidente de trabalho, o salário maternidade e o salário família (FETAEMG, 2009).

---

<sup>44</sup> Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais vinculados à FETAEMG e CONTAG atuam junto aos agricultores e organizações rurais fornecendo orientações, apoio técnico, capacitações, ações direcionadas em diversos âmbitos e também nas abordagens do acesso aos direitos previdenciários.

RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO	Mulher	%	Homem	%	Somatório	%
Aposentadoria	10	15%	2	6%	12	12%
Licença-maternidade	18	27%	0	0%	18	18%
Pensão do INSS	1	1,5%	0	0	1	1%
Auxílio-doença	11	16%	8	25%	19	19,5%
Auxílio-doença e licença-maternidade	1	1,5%	0	0	1	1%
Nenhum	26	39%	22	69%	48	48,5%
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>100%</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>	<b>99</b>	<b>100%</b>

Tabela 27 - Recebimento de benefício previdenciário pelas(os) agricultoras(es).  
Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

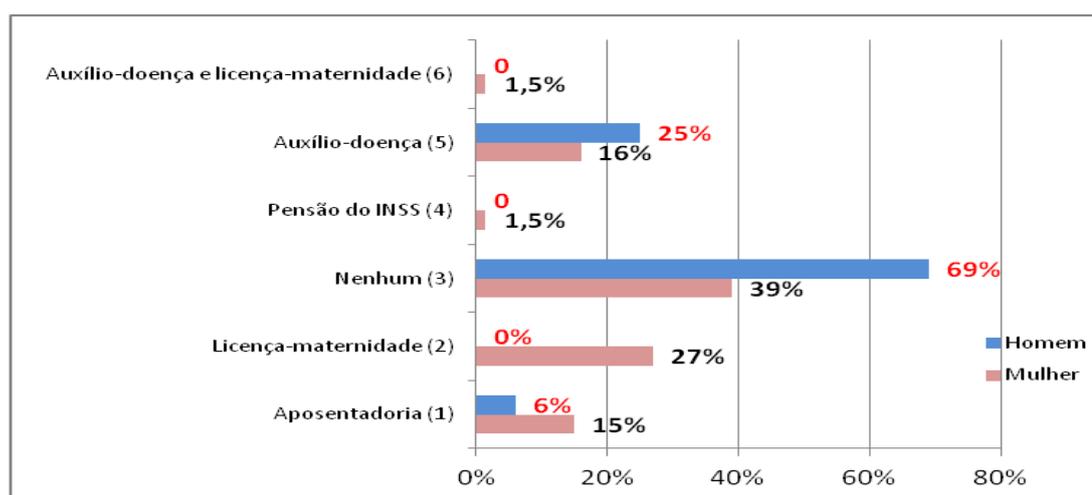


Gráfico 9 - Recebimento de benefício previdenciário pelas(os) agricultoras(es).  
Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

A Tabela 27 e o Gráfico 9 demonstra que as agricultoras estão tendo acesso a mais benefícios previdenciários que os agricultores. O somatório dos percentuais femininos de acesso aos benefícios previdenciários foi da ordem de 61%<sup>45</sup> e por parte dos homens foram de 31%<sup>46</sup>. Assim, podemos perceber que os benefícios previdenciários e as políticas públicas do governo se constituem nos maiores vetores de empoderamento individual das mulheres que vivem no campo. O acesso ao salário maternidade, por exemplo, se dá por 120 dias, nos quais estas ficam afastadas das atividades laborativas por causa do parto. O auxílio-doença trata-se de um benefício devido ao segurado que fica incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade

<sup>45</sup> Percentual obtido pelo somatório dos seguintes benefícios acessados pelas agricultoras conforme tabela 27 e o gráfico 8: aposentadoria 15%, licença-maternidade 27%; pensão do INSS 1,5%, auxílio doença 16% e auxílio doença e salário maternidade 1,5%, perfazendo um total de 61%.

<sup>46</sup> Percentual obtido pelo somatório dos seguintes benefícios acessados pelos agricultores conforme tabela 27 e o gráfico 8: aposentadoria 6% e auxílio doença 25% e auxílio doença, perfazendo um total de 31%.

habitual, por motivo de doença ou decorrente de acidente de qualquer causa ou natureza, uma vez cumpridas as condições previstas em lei (FETAEMG, 2009).

Segundo Brumer (2004), os benefícios previdenciários como aposentadoria, auxílio-doença e salário maternidade se constituem em ferramentas que podem favorecer a redução da migração feminina das regiões rurais para as cidades, uma vez que estes sinalizam novas possibilidades de vida para as mulheres rurais. Os benefícios sociais e previdenciários podem favorecer o aumento do poder por parte das mulheres, bem como a sua maior independência e emancipação social.

## 5.2 O empoderamento público

O *empoderamento* público foi trabalhado no marco teórico desta pesquisa voltado para a dimensão *social e política*. Tal dimensão foi elaborada a partir das seguintes variáveis: participação em instituições de representação coletiva; tipo de organizações em que se participa e níveis de participação. Sendo assim, a participação constitui-se em um elemento estruturante nesta etapa do estudo em questão e conforme Mattei (2010), “a participação é uma importante forma de fortalecimento das comunidades locais (...) a participação e tomada de decisões se torna um dos pré-requisitos para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento não excludente e sustentável” (MATTEI, 2010, p. 28 e 29).

Nas perspectivas desta dissertação, o *empoderamento* público se deu em uma concepção mais coletivista do *empoderamento*, relacionando-o ao processo de crescimento do indivíduo e dos grupos via desenvolvimento das capacidades geradoras destes. Os estudos sinalizam que o capital social, o acesso à informação e o despertar da percepção dos indivíduos e grupos por meio de práticas coletivas e trocas de experiências tornaram-se ferramentas relevantes para a aquisição dos direitos de cidadania por partes destes. Essas ferramentas facilitaram o desenvolvimento da capacidade destes indivíduos e grupos no uso dos recursos econômicos, sociais, políticos e culturais com responsabilidade nos espaços públicos, além de participarem das ações do Estado nas pautas relacionadas aos assuntos de seus interesses e da comunidade local (GOHN, 2004; HOROCHOVISKI e MEIRELLES, 2007; MACEDO FILHO e REGINO, 2011; ANTUNES e ROMANO, 2002; YANNOULAS, 2001; FERNÁNDEZ e BARRIENTOS, 2002; PRÁ, 2001).

Na abordagem do *empoderamento* público, as mulheres das comunidades rurais barbacenenses - assunto do interesse deste estudo - foram analisadas nas dimensões da cidadania substantiva, investigando nesta as possibilidades de ampliação da participação destas mulheres na esfera pública. Na *dimensão social e política* do *empoderamento* público buscou-se, nas relações individuais e coletivas oriundas dos dados da pesquisa de campo, analisar as questões relacionadas à prática participativa, à associatividade, ao exercício de direitos e às obrigações individuais e coletivas na vida em comunidade, o acesso a decisões políticas, à voz pública das agricultoras barbacenenses. Tal vinculação dos indivíduos à esfera do público dependeria, também, da forma como se configuram as políticas públicas, se mais democráticas e estimuladoras da participação popular, ou mais diretivas e assistencialistas.

Segundo Mattei (2010), somente em meados dos anos 90 emergiu uma preocupação com as políticas públicas para o mundo rural, com novos espaços institucionais, nas esferas estatais e públicas como formas privilegiadas de tornar as decisões mais inclusivas, democráticas e efetivas; buscando mudanças nos processos anteriormente utilizados, fundados em práticas institucionais tradicionais, baseadas em métodos autoritários, paternalistas e excludentes, implicando em novas formas de relacionamento entre agentes públicos e privados, por meio da interação entre Estado e sociedade civil. E com isto, junto à questão da institucionalidade aparece a questão da gestão social, envolvendo neste processo mecanismos de partilha do poder de decisão entre Estado e sociedade sobre a definição e a implantação de políticas públicas.

Para Mattei (2010), nos fatores limitantes na implementação das políticas públicas direcionadas para o rural destacam-se a falta de capacitação e a falta de acesso às informações das autoridades locais, somadas às tradições clientelísticas e autoritárias, são grande barreiras para o avanço democrático, nas administrações públicas e a gestão democrática das políticas públicas. O autor ressalta o quanto é difícil de serem exercitadas as políticas públicas, devido ao acúmulo de demandas por serviços e melhorias reprimidas e os recursos humanos e financeiros escassos, fatores que desafiam as administrações governamentais na sua capacidade política de interlocução e negociação.

As políticas públicas contemporâneas buscam transformar a realidade dos indivíduos e grupos, a partir de uma abordagem participativa, tornando interesses diversos em unidade social. Com isto, estabelecem condições para que as pessoas produzam conhecimentos sobre seus assuntos e os agentes externos aos governos mudam seus papéis, passando a exercer a função de criadores de condições favoráveis a

discussão, à participação e à tomada de decisões de forma mais democrática (MATTEI, 2010).

Segundo Hespanhol (2008), as políticas públicas direcionadas para o meio rural brasileiro pós-anos 90 sofreram influências europeias que promoveram mudanças nas suas concepções, estruturas e formas de implementação, valorizando o local como referência territorial e as diferenças regionais, antes vistas como negativas passaram a ser reconhecidas como características positivas a serem preservadas e valorizadas. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) sinalizou as novas perspectivas e este contemplou o crédito rural para custeio e investimento, trouxe em seu bojo a preocupação territorial, por meio da linha PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais (HESPANHOL, 2008).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído em 2003, juntamente com o Programa Bolsa Família. O PAA, uma ação da política agrária e de segurança alimentar, promove e assegura o acesso aos alimentos em termos de quantidade, qualidade e regularidade a pessoas em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional e, ao mesmo tempo, gera renda e trabalho no campo por meio da aquisição direta de alimentos produzidos pelos agricultores do município e a participação neste está condicionada aos critérios estabelecidos para os grupos do PRONAF (A, B, C e D) e, preferencialmente, estarem organizados em cooperativas, associações ou grupos de interesse informais com, no mínimo, cinco agricultores (HESPANHOL, 2008).

O PAA apresenta arranjos institucionais que possibilitam a geração de capital social, uma vez que o desenvolvimento desta política pública se dá por meio de relações sociais no interior das comunidades e se reflete nas relações familiares, nas organizações religiosas, nas associações e cooperativas; enfim, todas elas são *fontes* de capital social. As modalidades do PAA: *Compra para Doação Simultânea* e *Compra Direta Local da Agricultura Familiar* envolvem um vasto conjunto de atores da esfera pública e da sociedade civil e, segundo estudos, quanto maior a consolidação entre os atores envolvidos melhor será a efetivação dos resultados do PAA (GRISA et al., 2009). Segundo os dados da pesquisa o PAA favoreceu uma ampliação da sociabilidade e uma maior interação no interior das comunidades rurais barbacenenses pesquisadas. A participação nesta política pública vem incentivando uma maior participação de agricultores e agricultoras nas reuniões associativas, com isto, vem surgindo arranjos coletivos e articulações em parceria, como o frete do transporte dos produtos vendidos para atender à demanda da modalidade *Doação Simultânea*, este vem sendo realizado

de forma conjunta, todas as terças-feiras, quando os agricultores e agricultoras se juntam e entregam suas mercadorias em sua localidade, geralmente próximo ao núcleo Igreja e Escola, dividindo o frete do transporte semanal, diminuindo suas despesas e melhorando sua arrecadação. Há de se ressaltar que os produtos vendidos para a modalidade *Doação Simultânea/PAA* são encaminhados pelos agricultores, todas às terças-feiras, para um espaço logístico do IF Sudeste-MG/Barbacena, cedido para apoiar a execução do PAA, onde à equipe da Secretaria da Agricultura todas as quartas-feiras realizam a entrega dos produtos às entidades assistenciais, de filantropia, dentre outras, autorizadas via cadastro.

Na pesquisa realizada por Zimmermann e Ferreira (2008)<sup>47</sup>, eles observaram que a interação entre os atores locais nem sempre é harmoniosa, portanto existe a necessidade de uma participação mais ativa das prefeituras, sobretudo na modalidade *Compra para Doação Simultânea*, em que a logística do programa ainda é incipiente. Nesta perspectiva, a gestão do Município de Barbacena 2009/2012, como já apresentado no parágrafo anterior, equalizou os problemas, numa parceria entre a Secretaria da Agricultura e o IF Sudeste-MG, sendo que este cedeu duas salas, no Núcleo de Agricultura, para favorecer a execução, ou seja, recepção e depois à distribuição dos produtos as instituições e entidades beneficiárias.

Segundo Grisa et al., 2009, nos municípios em que existem movimentos sociais organizados e uma tradição de diálogo democrático entre as administrações e os órgãos públicos são mais dinâmicos e fortalecidos, na citada política pública, ressaltando-se que envolvimento dos sindicatos, associações e extensionistas dinamizam o PAA, promovem o reconhecimento e o fortalecimento das organizações representativas da agricultura familiar, além de incitar o surgimento de novas organizações.

As Teorias das Representações Sociais nortearam as análises dos dados da pesquisa, nesta etapa que se segue, considerando que os fatos sociais analisados encontram-se relacionados à percepção dos atores agricultoras, agricultores e extensionistas acerca das políticas públicas e do PAA. A citada teoria nesta dissertação foi apresentada anteriormente no item 4.1.5, quando da interpretação da percepção das agricultoras e os agricultores acerca da relevância da mulher no lar e na comunidade.

---

<sup>47</sup> ZIMMERMANN, S.A.; FERREIRA, A.P. El programa de adquisición de alimentos de la agricultura familiar em Mirandiba-PE. In: SCOTTO, G. **Aun hay tiempo para el sol**: pobrezas rurales y programas sociales. Rio de Janeiro:Actionaid, 2008, citado nos estudos de Grisa *et al*, 2009.

Para análise nesta etapa do estudo utilizou-se os mecanismos que estabelecem as representações sociais, sendo estes originários do imaginário dos extensionistas, agricultoras e agricultores, para com isto, compreendermos, no convívio destes, as interrelações que afetam as situações concretas por eles vivenciadas.

Segundo Jodelet (2001) é de grande relevância para o indivíduo este se situar no mundo e estar informado sobre este mundo a sua volta, um mundo de objetos, pessoas, acontecimentos, ideias que devem ser compartilhadas com os outros, para que se dê a compreensão e o enfrentamento dos fatos e com isto, ocorrerem as tomadas de decisões e o posicionamento frente a elas. Na representação circulam discursos por meio de palavras, mensagens, imagens vindas e condutas em organizações materiais e espaciais.

A mesma autora ressaltou que a representação expressa indivíduos ou grupos por meio da definição específica ao objeto por ela representado, ela é uma modalidade de conhecimento prático, orientada para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo. As formas de conhecimentos estão nos elementos cognitivos, como imagens, conceitos, categorias, teorias, ainda que não se reduzam aos componentes cognitivos (JODELET, 1985 *apud* SPINK, 1993).

A Tabela 28, que segue abaixo, traz para o debate os dados referentes à percepção das agricultoras e agricultores pesquisados sobre as políticas públicas.

<b>A PERCEPÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PELAS AGRICULTORAS E AGRICULTORES PESQUISADOS</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>	<b>Homem</b>	<b>%</b>
É uma ajuda do governo, é uma obrigação do governo e gera oportunidades de crescimento para as pessoas (1)	3	5%	1	3%
-É uma ajuda do governo, gera oportunidades de crescimento para as pessoas e melhora a vida da comunidade (2)	60	89%	27	84,5%
-É uma ajuda do governo, é uma obrigação do governo e deixa as pessoas acomodadas (3)	1	1,5%	3	9,5%
-Deixa as pessoas acomodadas, gera oportunidades de crescimento e melhora a vida da comunidade (4)	2	3%	1	3%
-É uma obrigação do governo, gera oportunidade de crescimento e melhora a vida da comunidade (5)	1	1,5%	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>100%</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

Tabela 28 - A percepção sobre as políticas públicas pelas agricultoras e agricultores pesquisados.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Os dados da pesquisa apresentados na Tabela 28 apontaram que os agricultores já percebem as características positivas das políticas públicas modernas direcionadas

para o campo. Sendo assim, para 89% das agricultoras e 84,5% dos agricultores, as políticas públicas são uma ajuda<sup>48</sup> do governo, e que geram oportunidades de crescimento para as pessoas e melhoram a vida da comunidade. Segue abaixo depoimento de agricultoras apontando como estas percebem as políticas públicas:

*A vida da mulher que vive na roça continua difícil, embora as políticas do governo tenham reduzido um pouco as dificuldades (entrevistada 45, 33anos, casada).*

*As mulheres hoje são mais participativas, mas muitos homens da roça ainda são ignorantes e dominadores. Vê as políticas públicas e as leis já favorecem as mulheres hoje em dia e a participação nossa nelas melhora a visão que os homens têm de nós mulheres (entrevistada 61, 38 anos, casada).*

Os depoimentos acima sinalizam que as agricultoras barbacenenses que participam das políticas públicas contemporâneas já se percebem como elemento importante para suas famílias e esposos, além de já reconhecerem que estas reduzem suas dificuldades.

O debate abordando as políticas públicas para o meio rural, especialmente o PAA, prosseguiu com opiniões dos extensionistas e nesta etapa, buscou-se apreender como estas políticas podem influenciar as relações entre sexos, em âmbito geral:

*As políticas públicas influenciam sim nas relações entre homens e mulheres e a gente vê o salto de qualidade na vida dos agricultores pós 2004, por meio da melhoria nas residências, no padrão de vidas deles (entrevistada 1, 54 anos, união estável).*

*Nós vimos, desde o início, as políticas públicas melhorando o campo por começar pela casa, equipamentos que facilitam a vida de todos da família, internet, computador, telefones fixos e móveis, máquinas de lavar, geladeira, enfim tudo que facilita a vida das mulheres. E eu acredito que com o aumento da cota do PNAE, muitas mulheres vão se tornar ativas e poderão colocar seus artesanatos de culinária a venda (entrevistada 2, 57 anos, casada).*

*As políticas públicas para o campo atuais são o caminho para a redução das diferenças entre homem e mulher, por elas fortalecerem as unidades familiares e releva o papel da mulher na prosperidade da família (entrevistada 3, 37 anos, divorciada).*

*O PRONAF, o PAA vem influenciando de forma positiva na relação entre agricultores e agricultoras, trazendo as mulheres para os processos decisórios em família, vem tirando a batuta de centralizador das mãos dos homens (entrevistado 4, 48 anos, casado).*

---

<sup>48</sup> O termo ajuda nesta abordagem assume o sentido de assistência, utilizado no questionário para aproximar da linguagem utilizada pelos próprios agricultores.

*As políticas públicas modernas são positivas, por permitir a inserção das mulheres também em suas ações, elas melhoram a vida das famílias rurais, o acesso a serviços e produtos, melhoram as relações em âmbito geral (entrevistado 5, 46 anos, casado).*

As políticas públicas modernas como o PAA valorizam os produtos rurais, uma vez que elas pagam os melhores preços de mercado. Com isto, elas promovem melhorias no seio das famílias rurais barbacenenses, aumentando a renda familiar, o poder de compra dos agricultores, o acesso a serviços e produtos. Segundo os extensionistas, nesta dinâmica, os agricultores estão priorizando o conforto e a comodidade no interior das suas propriedades, fatores que redundam em qualidade de vida para toda a família. A participação nas políticas públicas possibilita também uma maior aproximação entre sexos, influenciando os processos decisórios em família, sendo as agricultoras agora requeridas, solicitadas e incluídas, neste. Portanto os extensionistas entrevistados percebem que as políticas públicas modernas são de relevância nos processos de redução das desigualdades entre homens e mulheres.

Os extensionistas ressaltaram que no rol das políticas públicas modernas, em termos gerais, as direcionadas para o campo, vêm sendo as de grande relevância nos tempos atuais para as agricultoras e agricultores barbacenenses e somente o Pronaf Mulher, ainda não deslanchou nas comunidades rurais de Barbacena e nenhum deles tem conhecimento acerca da participação de alguma agricultora barbacenense em tal política pública.

Prosseguindo com a análise dos dados, abaixo seguem os depoimentos dos extensionistas acerca das políticas públicas:

*Vejo que as políticas públicas para o meio rural, ainda se encontram em processo de construção e somente em 2004, ela passou a ser vista pelo governo (entrevistada 1, 54 anos, união estável).*

*As políticas públicas rurais precisam melhor e se adequar a realidade do agricultor, é muita burocracia e por isso acontece muita demora nos processos (entrevistado 4, 48 anos, casado).*

*As políticas públicas para o campo tem que ser melhoradas e aperfeiçoadas. Para Barbacena avançar, creio eu que o Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável e a elaboração de um orçamento adequado para a Secretaria Municipal de Agricultura promoverá o atendimento das demandas locais. A agricultura é de significação para o PIB do município (entrevistado 5, 46 anos, casado).*

Para os extensionistas as políticas públicas direcionadas para o campo precisam ser aperfeiçoadas para melhor atender a vocação e as peculiaridades de cada município

e ressaltaram ainda, para a necessidade de redução da burocracia e uma maior ampliação do orçamento e serviços do município, no atendimento das demandas das comunidades rurais.

Nesta etapa, via os depoimentos dos extensionistas rurais, buscou-se apreender quais as sugestões que estes fariam ao governo em relação às atuais políticas públicas rurais:

*Eu faria uma capacitação para os agricultores familiares a respeito da qualidade dos produtos e controle dos agrotóxicos (entrevistada 1, 54 anos, união estável).*

*Estimular que os que pararam seus estudos voltassem a estudar e melhorar e ampliar o atendimento de saúde no campo (entrevistada 2, 57 anos, casada).*

*A minha sugestão é que a mulher tivesse uma DAP independente da DAP do esposo, para que elas pudessem comercializar e ter seu próprio dinheiro (entrevistado 3, 37 anos, divorciada).*

*O governo deveria reduzir a burocracia, tornar a liberação do recurso adequada à localidade e região, respeitando o calendário agrícola delas e além de fazer audiências públicas regionais e locais toda a vez que fosse implementar ou fazer alguma mudança nas políticas públicas (entrevistada 4, 48 anos, casado).*

*A minha sugestão é que as câmaras setoriais deveriam ser fortalecidas, para que tenham maior poder de decisão e também que o MDA e o MAPA trabalhassem mais conjuntamente para definir as diretrizes e os programas de forma conjunta (entrevistado 5, 46 anos, casado).*

*Há um equívoco do governo por não fazer uma carta de aptidão separada para o homem e outra para a mulher, se isto ocorresse facilitaria bastante para as mulheres (entrevistada 1, 54 anos, união estável).*

*Vejo muito os homens se beneficiando de todas as políticas públicas e as mulheres sempre em segundo plano (entrevistada 2, 57 anos, casada).*

*O marido participa plenamente e a mulher timidamente, num limite pequeno que o marido permite (entrevistada 3, 37 anos, divorciada).*

*Acho que tanto homens como mulheres rurais participam pouco e também das esferas de decisão e dos conselhos, mas algumas melhoras foram conseguidas pelo labor das mulheres, como o aumento da cota do PNAE, reivindicação da última Marcha das Margaridas (entrevistado 4, 48 anos, casado).*

*Hoje vejo que a maioria das políticas públicas para o meio rural já não fazem distinção entre sexos, elas tem possibilitado a*

*redução das desigualdades entre homem e mulher e a valorização da mulher (entrevistado 5, 46 anos, casado).*

Nas sugestões dadas pelos extensionistas, destacamos a sugestão de uma carta de aptidão para as mulheres separada da do homem, para com isto, a mulher deixar o segundo plano e passar a participar em condições de igualdade e esta sugestão atende as perspectivas deste estudo, *o empoderamento da mulher rural*.

Abaixo, abordou-se a forma como os extensionistas percebem o PAA:

*É uma política pública estruturante que está caminhando e seria necessário que os agricultores participem mais e também dos simpósios, seminários e plenárias, para avançar mais (entrevistada 1, 54 anos, união estável).*

*O PAA para mim ainda é uma política masculinizada, na zona rural barbacenense, mesmo a cota quando no nome das mulheres ela é direcionada e gerenciada pelo homem a mulher entra com o nome e o trabalho, na hora do dinheiro ela fica de fora (entrevistada 2, 57 anos, casada).*

*O PAA é uma política positiva que pode melhor com a aprovação mais rápida dos projetos e também com uma maior rapidez na liberação dos recursos, hoje ela é uma política pública muito burocrática que às vezes dá prejuízos aos agricultores por isto (entrevistada 3, 37 anos, divorciada).*

*O PAA é uma política diferente ela elimina a figura do atravessador, forçou o encontro de homens e mulheres nas reuniões das associações, melhorou a sociabilidade, o trabalho em conjunto e que os agricultores reflitam sobre sua produção (entrevistado 4, 48 anos, casado).*

*O PAA de Barbacena avançou e continua avançando pelo apoio e trabalho desenvolvido pelo município, por meio de seminário, capacitações e assistência junto às associações de agricultores na gestão desta política pública (entrevistado 5, 46 anos, casado).*

Os fatores positivos do PAA destacados dos depoimentos dos extensionistas são: a) a eliminação da figura do atravessador, perspectiva em que os indivíduos ou empresas adquiram os produtos rurais a baixos preços, aumentando sua margem de lucro e gerando prejuízos aos agricultores; b) a melhoria da sociabilidade e trabalho conjunto, fatores geradores do capital social para os agricultores e a comunidade local; c) a cumplicidade existente entre os profissionais dos setores do poder público com as entidades associativas das comunidades rurais e agricultores, por meio das ações de qualificação que orientam os agricultores na gestão do PAA (este fator vem ao encontro do que Zimmermann e Ferreira (2008) apontaram e denominaram como diálogo democrático entre os atores do poder local com os indivíduos e grupos das comunidades rurais, fator que fortalece e dinamiza a ação do PAA).

Nos fatores negativos apontados pelos extensionistas destacamos a tímida participação dos agricultores e agricultoras nas ações de capacitações que visam favorecer uma melhor utilização do PAA e a burocracia que atrasa a liberação dos recursos destinados aos agricultores, gerando prejuízos aos mesmos. Esta perspectiva se aproxima do fator apontado por Mattei (2010) que relacionou a falta de recursos humanos ou de profissionais qualificados, juntamente com a escassez de recursos financeiros, fatores que desafiam as administrações governamentais na sua capacidade política de interlocução e negociação nas diversas ações públicas.

Tomando como referência, nas pesquisas de Siliprandi e Cintrão (2011), o fato de que para elas o PAA é uma política pública que se relaciona de maneira diferente com as mulheres, segundo o depoimento da extensionista 2, acima destacado, nas comunidades rurais barbacenenses, o PAA ainda é uma política pública masculinizada, mesmo a cota sendo em nome da mulher, a gestão do recurso é do esposo. Com isto, destacamos o fator negativo relacionado ao legado patriarcal, que influencia as relações sociais das comunidades rurais barbacenenses, reduzindo a autonomia e dificultando o empoderamento das agricultoras.

As análises que se seguem abordaram a percepção dos extensionistas acerca das influências da política pública do PAA na vida dos agricultores:

*Os agricultores se preocupam com a questão da produção, mas o PAA é uma política pública confusa e burocrática, com grande demora na liberação das verbas e isto, muitas vezes causa perda na lavoura (entrevistada 1, 54 anos, união estável).*

*O que vejo é que a vida dos agricultores melhorou muito em todos os aspectos com a política pública do PAA, agora eles trabalham associados, desenvolvem atividades em grupo, as políticas públicas forçaram uma maior participação da vida social da comunidade, como as missas, as reuniões de associações, os encontros com o poder público (entrevistada 2, 57 anos, casada).*

*Acho que a política pública do PAA foi ótima para os agricultores, hoje eles têm seu carro, sua moto, estão melhorando suas casas, tem utensílios no lar e a vida mudou muito no geral a única coisa que eles precisam agora é de lazer (entrevistada 3, 37 anos, divorciada).*

*O PAA foi à salvação da lavoura, naquela oportunidade que ele foi implantado muitos estavam deixando a lavoura para trabalhar em outras atividades (entrevistado 4, 48 anos, casado).*

*O PAA melhorou a renda, melhorou o escoamento dos produtos e a comercialização com preços definidos, diminuindo os*

*riscos e em alguns casos favoreceu a aproximação dos agricultores (entrevistado 5, 46 anos, casado).*

Destacamos como aspecto limitante do PAA, segundo os extensionistas, a burocracia e a demora na liberação das verbas, que redundam em prejuízos para os agricultores; como aspectos positivos, o favorecimento do trabalho em grupo; a ampliação da participação das agricultoras e agricultores na vida social da localidade; a melhoria na renda das famílias rurais favorecendo a aquisição de bens, o conforto, a comodidade e a redução da migração dos agricultores para as cidades.

### 5.2.1 A percepção acerca da participação da mulher nos sindicatos rurais em Barbacena

O conceito de participação elaborado por Pimbert e Pretty (2000), *apud* BRAGA, 2012, relaciona o termo aos diferentes níveis de envolvimento dos atores, desde o simples repasse de informações, até as experiências de automobilização, nas quais os agentes locais agem sem interferências de agentes externos e espontaneamente assumem a responsabilidade na condução de determinadas ações (PIMBERT e PRETTY, 2000 *apud* BRAGA, 2012).

Pretty (1996) apresentou duas visões distintas sobre a participação, sendo uma aquela que relaciona o termo ao aumento da eficiência das pessoas nas decisões conjuntas, em que as pessoas, ao concordarem, assumem uma posição ativa na implementação das decisões. A outra considera que a participação é um direito elementar, em que o principal objetivo é a mobilização para ações coletivas, fortalecimento e construção institucional. A tipologia da participação desenvolvida pelo citado autor abarca sete tipos de participação: a *manipulada*, quando há representantes nas comissões oficiais e estes não têm poder; a *passiva*, quando há apenas comunicação do que já foi decidido; a *consulta*, quando os indivíduos são consultados via questionário ou outros mecanismos de coleta controlados pelos agentes externos; *incentivos materiais*, quando os indivíduos contribuem com o trabalho em troca de alimento, dinheiro e outras; *funcional*, em que a participação é vista por agências externas com metas a atingir e objetivos pré-determinados; *interativa*, quando as pessoas participam conjuntamente do desenvolvimento do plano de ação, formação ou fortalecimento de instituições locais. Nesta relação a interação entre indivíduos dos grupos favorece que estes assumam o controle e as decisões locais e, com isto, passam a participar da gestão dos recursos usados nas diversas ações, inclusive naquelas que lhes

dizem respeito; *mobilização própria*, quando a participação das pessoas independe de instituições externas e contribui para manter o controle sobre a aplicação dos recursos.

Segundo Pretty (1996), as quatro primeiras perspectivas de participação: *manipulada*, *passiva*, *consulta* e *incentivos materiais* são modalidades de não participação, uma vez que estas não promovem o desenvolvimento pessoal e nem grupal e a participação funcional, interativa e a mobilização própria são formas de participação positivas para os indivíduos e grupos.

A tipologia da participação desenvolvida por Pretty (1996) favoreceu a visão da participação em duas perspectivas distintas: uma delas ficou relacionada ao aumento da eficiência das políticas públicas relacionadas ao ativismo das pessoas, na sua implementação e a outra visão considera a participação um direito básico, cujo objetivo principal é a mobilização para ações coletivas e para o fortalecimento e construção de mecanismos institucionais (PRETTY, 1996 *apud* MATTEI, 2010).

Deu-se sequência ao debate com a abordagem dos sindicatos rurais, instituições que atuam como um agente externo à comunidade rural. Com isto, os sindicatos se aproximam das instituições que assumem um papel educativo de mediador, que auxilia a comunidade rural, favorecendo o desenvolvimento das habilidades e capacidades dos indivíduos para identificar, compreender e buscar soluções apropriadas para seus problemas no âmbito dos direitos sociais e trabalhistas (MATTEI, 2010).

A análise dos dados referentes à participação feminina em sindicatos foi estabelecida a partir das tabelas abaixo apresentadas:

<b>A PERCEPÇÃO ACERCA DA PARTICIPAÇÃO FEMININA EM SINDICATOS</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>	<b>Homem</b>	<b>%</b>
SIM	65	97%	31	97%
NÃO	2	3%	1	3%
<b>TOTAL</b>	67	100%	32	100%

Tabela 29 - A percepção acerca da participação feminina em sindicatos pelos pesquisados.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

<b>A REAL PARTICIPAÇÃO DAS ENTREVISTADAS EM SINDICATOS</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>
SIM (1)	50	75%
NÃO (2)	17	25%
<b>TOTAL</b>	67	100%

Tabela 30 - A real participação das entrevistadas em sindicatos.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Ao comparamos as tabelas acima, elaboradas a partir de questões acerca da percepção e da participação real das agricultoras barbacenenses pesquisadas nos sindicatos rurais - SINTER e Sindicato do Produtor Rural de Barbacena -, concluímos que a visão da participação das agricultoras, por elas próprias e pelos agricultores, foi bem maior que a participação sindical de fato.

Amorim (2012) apontou a partir de sua pesquisa, que os sindicatos rurais representam para as agricultoras e trabalhadoras rurais um fórum de acesso aos direitos previdenciários, ampliando as perspectivas de cidadania para estas trabalhadoras, uma vez que ele é tido como a instituição que apoia, orienta e organiza os documentos dos agricultores e trabalhadores do campo juntos aos órgãos governamentais, para obtenção dos direitos previdenciários.

O significado dos sindicatos rurais, uma instituição de representação social para os indivíduos das comunidades rurais, passa pelo entendimento destas pessoas, criando direta ou indiretamente, um contexto social da vida, produzindo objetos simbólicos que corporificam estruturas de conhecimento. Nestas diversas estruturas encontram-se também, às instituições e os sistemas sociais, como sendo objetos que formam uma realidade estruturada simbolicamente, que antecede a abordagem teórica do domínio destes mesmos objetos. E todo este conjunto de objetos que formam a realidade foi denominado por Habermas (1982) como *mundo-da-vida*, um contexto, segundo este autor, que é ao mesmo tempo totalidade e multiplicidade, é idealização e realização (HABERMAS, 1982 *apud* ARAGÃO, 1992).

Buscou-se explicar a divergência existente entre os dados relativos à percepção e a real participação feminina nos sindicatos rurais, nas Teorias das Representações Sociais. Segundo Jodelet (2001) os processos de formação da representação explicam sua estruturação, mais especificamente para a *objetivação*, o processo particularmente evidenciado por Moscovici, ilustrado e enriquecido por vários outros autores. Nesse processo, a objetivação, se divide em três fases: a construção seletiva, a esquematização estruturante e a naturalização, sendo que as duas primeiras estão ligadas à pertença social dos sujeitos, na escolha e organização dos elementos constitutivos da representação.

Segundo a autora, conteúdos e estrutura são infletidos por outro processo, denominado *ancoragem* que intervém ao longo do processo de formação das representações, assegurando sua incorporação social, o enraizamento da representação e seu objeto numa rede de significações, que dará coerência a eles, num trabalho de memória, onde o pensamento constituinte se estabelece com o pensamento constituído,

adicionando novidades, a esquemas antigos ou já conhecidos. A *ancoragem* instrumentaliza o saber, valorando-o enquanto função para interpretação. Já a *naturalização* das noções é que dá valor de realidades concretas, legíveis e utilizáveis na ação sobre o mundo e os outros. Com isto, podemos dizer que a percepção está ligada ao figurativo, ao simbólico, ao mudo das ideias e a participação real e concreta das agricultoras nos sindicatos ficou vinculada à realidade concreta, a objetivação, na fase da naturalização.

Para Jodelet (2001), estes processos generativos e funcionais permitem aproximação das representações em diferentes níveis de complexidade, desde os conceitos e categorias até as operações de pensamento, num caráter ao mesmo tempo concreto, mas também abstrato das representações e seus elementos, que têm um estatuto misto de fenômeno percebido e de conceito, de maneira que um objeto pode ser examinado em um conjunto de noções e também na vida real. Para a autora o modelo das representações sociais impulsiona a diversidade e a invenção, uma vez que este traz o desafio da complexidade.

A análise nesta etapa abordou a motivação para as agricultoras participarem em sindicatos e por que razão os homens apoiam a participação feminina em sindicatos.

<b>MOTIVAÇÃO PARA PARTICIPAREM (OU APOIAREM) A PARTICIPAÇÃO FEMININA EM SINDICATOS</b>	<b>Homem</b>	<b>%</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>
Acesso aos direitos previdenciários	18	57%	38	76%
Relação de parceria	2	6%	0	0%
A mulher se torna ativa	1	3%	0	0%
Os direitos são iguais para homens e mulheres	7	22%	0	0%
Acesso à informação	2	6%	6	12%
Segurança para a mulher	2	6%	0	0%
Perspectiva de luta em favor do agricultor	0	0%	6	12%
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>

Tabela 31 - Motivação da participação feminina em sindicatos e para obtenham apoio na participação.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

O apoio motivado pelos direitos previdenciários liderou as opiniões de agricultoras com 76% e de agricultores com 57%. A segunda opção masculina destacou-se com 22%, a opção relacionada à opinião voltada para a igualdade de direitos de participação entre sexos.

<b>RAZÕES FEMININAS PARA NÃO PARTICIPAREM DOS SINDICATOS</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>
Falta de interesse	2	12%
Não teve acesso aos benefícios	1	6%
Só o marido participa	1	6%
Por causa do excesso de burocracia	1	6%
Falta de oportunidade e contato com o sindicato	1	6%
Falta de dinheiro para pagar a taxa do sindicato	7	40%
Já se aposentou	2	12%
Já não trabalha mais com agricultura	2	12%
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>100%</b>

Tabela 32 - *Motivação das entrevistadas para não participarem dos sindicatos.*

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Conforme Tabela 32, acima apresentada, 40% das entrevistadas não são sindicalizadas, justificando tal condição em função da falta de dinheiro. Este fator se relaciona com o percentual apresentado nesta dissertação, quando da discussão da renda pessoal, na perspectiva do empoderamento privado e nesta abordagem 40% das agricultoras afirmaram não ter renda alguma. O não acesso aos recursos financeiros redonda em prejuízos às agricultoras pesquisadas, uma vez que estas trabalham sem remuneração, comprometendo, dentre outros fatores, também seus direitos previdenciários, haja vista que a falta de recurso financeiro das agricultoras se reflete na falta de sindicalização, fator que as coloca no rol de trabalhadoras rurais que não têm acesso às garantias previdenciárias, benefícios e aposentadoria.

Os dados, ora analisados, nesta abordagem trata da percepção das agricultoras acerca do apoio masculino à participação feminina em sindicatos e prosseguiu-se com os depoimentos dos extensionistas relacionados à participação das agricultoras pesquisadas em sindicatos.

<b>A OPINIÃO DAS AGRICULTORAS ACERCA DO APOIO MASCULINO À PARTICIPAÇÃO FEMININA EM SINDICATOS</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>
Sim, o esposo apoia a participação feminina em sindicatos rurais.	52	78%
Não, o esposo não apoia a participação feminina em sindicatos rurais.	6	9%
Não souberam responder a questão.	9	13%
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>100%</b>

Tabela 33 - A opinião das agricultoras acerca do apoio masculino à participação feminina em sindicatos.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Segundo dados apresentados na Tabela 33, 78% das agricultoras pesquisadas opinaram que os esposos apoiam a participação feminina em sindicatos.

Na perspectiva dos extensionistas, foi unânime a opinião de que a participação feminina em sindicatos precisava avançar, pois esta participação ainda é muito tímida.

*O sindicato é uma ferramenta de fundamental importância nas perspectivas dos benefícios e as agricultoras já percebem este fator. Em Barbacena as mulheres participam já faz tempo dos sindicatos e atuam na direção do SINTER em períodos alternados, já no Sindicato do Produtor Rural, a direção nunca foi ocupada por uma mulher nos 50 anos de existência deste sindicato, que é conservador e funciona com uma lógica de benefícios e nele não existe a visão da organização de grupos (entrevistada 1, 54 anos, união estável).*

*As agricultoras ainda são muito submissas. Temem em participar dos sindicatos e associações por causa de seus maridos e só avançam na participação na medida em que os maridos permitem (entrevistada 2, 57 anos, casada).*

*A participação das mulheres nos sindicatos ainda é pequena infelizmente e algumas agricultoras compõem à Comissão das Trabalhadoras Rurais. No movimento sindical existe um coronelismo masculino e há companheiros que ainda não aceitam a presença das mulheres (entrevistado 4, 48 anos, casado).*

Os dados apresentados abaixo, nas Tabelas 34 e 35, relacionados à participação feminina em associações rurais, organizações existentes nas comunidades objeto do estudo, a percepção de participação foi muito maior que a participação real. Tal fato se aproxima do apresentado anteriormente neste capítulo da dissertação, quando foi discutido à percepção e a participação em sindicatos rurais.

<b>A PERCEPÇÃO ACERCA DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER EM ASSOCIAÇÃO RURAL</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>	<b>Homem</b>	<b>%</b>
<b>SIM</b>	63	94%	32	100%
<b>NÃO</b>	4	6%	0	0%
<b>TOTAL</b>	67	100%	32	100%

Tabela 34 - A percepção acerca da participação feminina em associações rurais.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

<b>PARTICIPAÇÃO DA MULHER EM ASSOCIAÇÕES RURAIS</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>
SIM	39	58%
NÃO	23	34,5%
ÀS VEZES	5	7,5%
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>100%</b>

Tabela 35 - A participação feminina das entrevistadas em associações rurais.  
Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Os agricultores afirmaram, em sua grande maioria, apoiar a participação da mulher em organizações rurais associativas ou cooperativadas, mas, ainda assim, a participação das mulheres foi pouco expressiva se comparada a outras instituições de âmbito público, como as organizações religiosas. Os depoimentos dos extensionistas acerca da participação das mulheres nas associações e cooperativas rurais, abaixo apresentados, também apontam para a inexpressiva participação das mulheres nas reuniões das associações rurais.

*Estamos trabalhando desde 2004 a participação das mulheres, mas ela ainda é muito pequena na zona rural de Barbacena e, poucas delas vão às reuniões e participam delas de fato (entrevistada 1, 54 anos, união estável).*

*Vejo que as mulheres estão tomando consciência da sua capacidade e algumas já participam e desenvolvem atividades junto com os homens, mas o medo e a submissão que atrapalha o avanço delas (entrevistado 3, 37 anos, divorciada).*

Na sequência da análise, a Tabela 36 e o Gráfico 10, que seguem abaixo, abordaram a motivação das agricultoras para participarem das associações rurais. Elas opinaram em 67% que participaram das associações rurais com objetivo de acessarem aos direitos previdenciários e às políticas públicas e o percentual subsequente foi de 20,5% apontando que tal participação é motivada pelo acesso à informação. Na opinião expressa pelos agricultores em 34%, eles opinaram que a motivação das mulheres para participar das citadas instituições tem relações com a questão da igualdade de participação entre sexos, seguida de 31,5% que relacionam tal participação ao acesso aos direitos previdenciários e às políticas públicas.

<b>MOTIVAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO FEMININA EM ASSOCIAÇÕES OU OBTENÇÃO DE APOIO</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>	<b>Homem</b>	<b>%</b>
Acesso aos direitos previdenciários e políticas públicas	26	67%	10	31,5%
Acesso à informação	8	20,5%	6	19%
Espaço de socialização	1	2,5%	0	0
Não mencionou o motivo	2	5%	0	0
Ação política da associação: comercialização, participação nas políticas públicas, escoamento dos produtos	2	5%	0	0
Os direitos são iguais para homens e mulheres	0	0	11	34%
Pelo trabalho conjunto entre homens e mulheres	0	0	5	15,5%
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>100%</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

Tabela 36 - Motivação para participação das mulheres nas associações rurais e/ou comunitárias.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

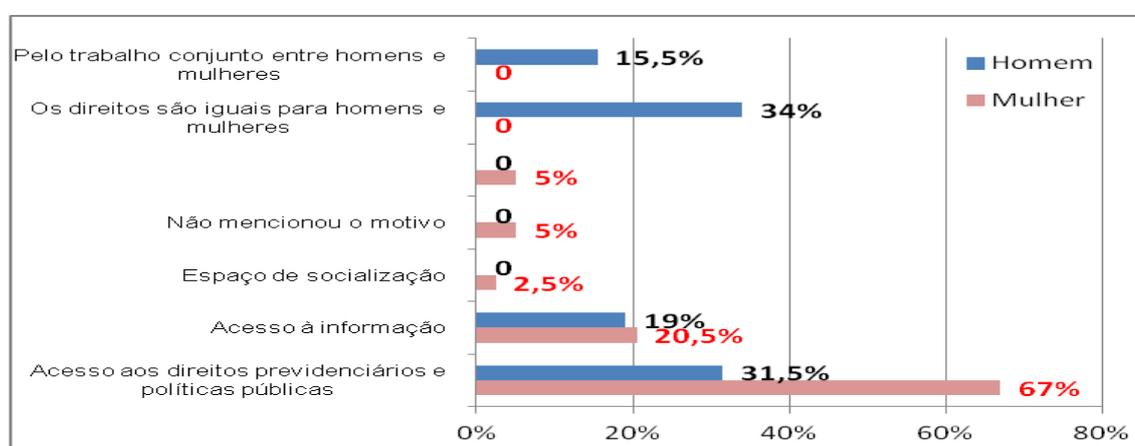


Gráfico 10 - Motivação da participação da mulher nas associações rurais e/ou comunitárias.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

As motivações elencadas para participação, segundo opiniões das agricultoras e dos agricultores, relacionadas ao acesso aos direitos previdenciários e às políticas públicas; a igualdade de direitos na participação e o acesso à informação são perspectivas de grande relevância no processo empreendido para se alcançar a cidadania de gênero e o empoderamento da mulher rural, uma vez que estas atuam como ferramentas que dinamizam e fortalecem a participação feminina.

A Tabela 37, abaixo, buscou apresentar para análise as razões pelas quais as agricultoras entrevistadas não participaram das associações rurais, sendo que as agricultoras não participantes de associações equivalem a 28 agricultoras pesquisadas, perfazendo 42% da população feminina estudada, que totaliza 67 agricultoras.

<b>RAZÕES DAS ENTREVISTADAS PARA NÃO PARTICIPAREM DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>
Falta de interesse (1)	3	11%
Apenas um dos cônjuges pode participar da associação (2)	1	3,5%
Quem participa é só o marido (3)	7	25%
Falta de tempo (4)	2	7%
Não vai por que reunião é à noite (5)	4	14,25%
Associação problemática (6)	2	7%
Residência remota	3	11%
A agricultora entrevistada não mencionou o motivo	4	14,25%
Reuniões masculinizadas	1	3,5%
Tem trabalho fora da agricultura	1	3,5%
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>100%</b>

Tabela 37 - Razões das entrevistadas para não participarem das associações e cooperativas rurais.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

O percentual de 25% foi o mais significativo dentre os demais relacionados à motivação para não participarem das reuniões das associações e, nesta perspectiva, as agricultoras apontaram que, quem participa das reuniões da associação, é somente o marido. Tal perspectiva nos remeteu a masculinização das reuniões das associações rurais, um fator que pode ter sido alimentado pelas raízes patriarcais, uma vez que a não participação das agricultoras às reuniões favorece que o espaço destas fique limitado ao âmbito doméstico.

A abordagem da próxima análise trata da questão relacionada à participação das agricultoras pesquisadas em partidos políticos e cargos do governo.

<b>A PERCEPÇÃO DE MULHERES E HOMENS ACERCA DA PARTICIPAÇÃO FEMININA EM PARTIDOS POLÍTICOS</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>	<b>Homem</b>	<b>%</b>
SIM - as agricultoras participam das questões político partidárias	12	18%	02	6%
NÃO - as agricultoras não participam das questões político partidárias	55	82%	30	94%
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>100%</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

Tabela 38 - A percepção de mulheres e homens acerca da participação da mulher em partidos políticos.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

<b>PARTICIPAÇÃO DAS ENTREVISTADAS EM PARTIDOS POLÍTICOS</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>
SIM - as agricultoras participam das questões político partidárias	5	7,5%
NÃO - as agricultoras não participam das questões político partidárias	62	92,5%
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>100%</b>

Tabela 39 - A participação das entrevistadas em partido político.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

As Tabelas 38 e 39, acima apresentadas, abordaram os percentuais referentes à não participação político-partidária por parte das agricultoras. Na perspectiva da percepção com percentuais, há 82% expressando a opinião das agricultoras e 94% expressando a opinião dos agricultores. A real não participação político-partidária expressa pelas próprias entrevistadas foi de 92,5%, portanto a percepção e a realidade da não participação nas perspectivas político-partidárias se aproximaram.

Segundo Baquero (2001), o fenômeno da pouca participação dos brasileiros na política, quase que restrita ao ato de votar, traduz o déficit de capital social típico de uma cultura política desafeta à participação, justificada pela falta de confiança interpessoal, além da falta de confiança nas instituições, favorecendo a manutenção de um sistema democrático permanentemente instável.

Conforme dados da Tabela 39, analisando especificamente o caso das mulheres agricultoras barbacenenses, percebemos que a cultura patriarcal reforçou o espaço doméstico, como sendo o seu espaço de direito, e com isto, tal fator contribuiu para este quadro de falta de engajamento político e somente 7,5% das agricultoras pesquisadas afirmaram ter participado de alguma ação político partidária, apoiando candidatos com expectativas de melhorias e obtenção de benefícios para a comunidade rural.

As razões para as agricultoras não participarem das questões político-partidárias, conforme Tabela 40 sinalizaram em 82% que a motivação encontra-se na falta de interesse por esta temática, seguida de 12% destas agricultoras que relacionaram a não participação à falta de confiança em políticos. Na opinião dos homens a não participação feminina em partidos políticos deve-se a falta de estudo com 37,5%, e com percentual de 19% duas perspectivas emergiram das opiniões: a falta de oportunidade e a rede de relacionamentos feminina restrita.

<b>RAZÕES PARA NÃO PARTICIPAÇÃO DAS ENTREVISTADAS EM PARTIDOS POLÍTICOS</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>	<b>Homem</b>	<b>%</b>
Falta de interesse	51	82%	3	9,5%
Falta de estudo	1	1,5%	12	37,5%
Não mencionou o motivo	1	1,5%	5	15%
Falta de oportunidade	2	3%	6	19%
Não confia em políticos	8	12%	0	0%
Não conhece ninguém	0	0%	6	19%
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	<b>100%</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

Tabela 40 - A participação das entrevistadas em partido político.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Tendo em vista que nossa cultura política foi marcada pelas ações do legado patriarcal e patrimonialista, instituindo um sistema, que por muitos anos, substituiu os direitos de cidadania básicos pela dívida e com isto, nossa cultura política tornou-se desafeta à participação, favorecendo a existência da desconfiança nos políticos e nas instituições. Portanto, no Brasil, desde sua gênese ocorreu a existência e a permanência de modelos políticos antidemocráticos, excludentes, que legitimaram o individualismo, a ausência de solidariedade comunitária, o clientelismo e a corrupção (SALES, 1994; BAQUERO, 2001).

Proseguiu-se o debate analisando a percepção acerca da participação feminina nos cargos do governo, pelas agricultoras e pelos agricultores e conforme a tabela 41, abaixo apresentada, os percentuais de percepção da citada não participação foi expresso em 82% pelas próprias agricultoras e em 94% pelos agricultores pesquisados.

<b>A PERCEPÇÃO DAS/DOS PESQUISADAS/OS ACERCA DA PARTICIPAÇÃO FEMININA EM CARGOS DO GOVERNO</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>	<b>Homem</b>	<b>%</b>
SIM	12	18%	02	6%
NÃO	55	82%	30	94%
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>100%</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

Tabela 41 - A percepção das/os pesquisadas/os acerca da participação feminina em cargos do governo.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

A não participação das agricultoras barbacenenses em cargos do governo, segundo dados da pesquisa, foi motivada por inúmeras razões, abaixo apresentadas no gráfico 11, conforme apontaram às opiniões das próprias agricultoras e dos agricultores.

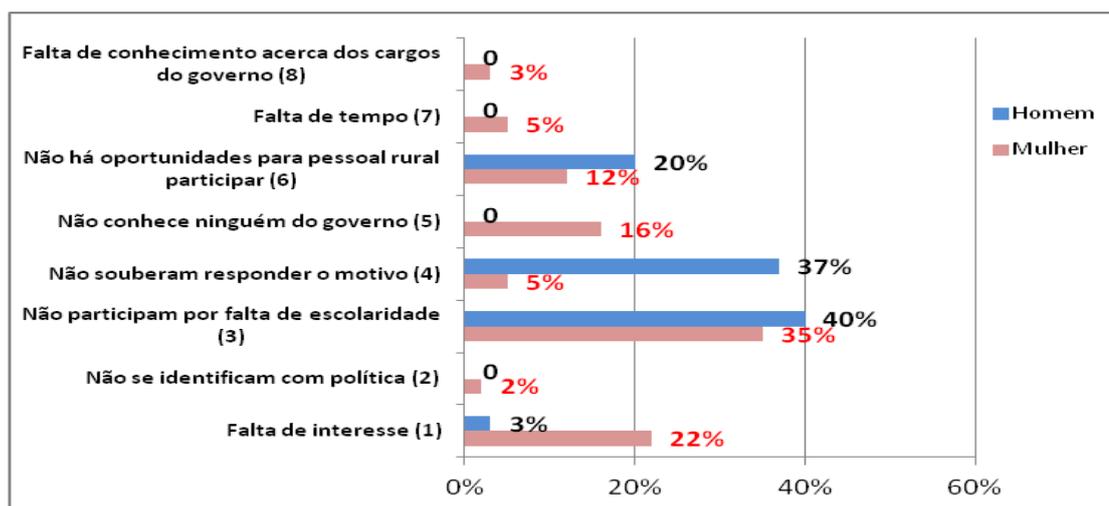


Gráfico 11 - Razões das entrevistadas para não participarem de cargo do governo.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

A motivação para não participação das agricultoras em cargos políticos que mais se destacou foi à falta da escolaridade, opinião apontada por 35% das mulheres e 40% dos homens. Nesta perspectiva a variável escolaridade foi tomada como um fator limitante para a participação das agricultoras nos citados cargos, sendo que este mesmo critério não é considerado impeditivo para a ocupação dos cargos públicos por parte dos homens e nem é percebido como impeditivo, o que nos remete ao fato de que resquícios da cultura patriarcal arraigada encontram-se também nas perspectivas dos cargos políticos, muitas vezes ocupados por homens pouco escolarizados, principalmente nas pequenas localidades.

Para entendermos o desinteresse das agricultoras nas questões ligadas à política partidária e a participação destas em cargos de gestão pública, buscou-se nos estudos de Schmidt (2001), acerca da baixa intensidade de capital social e socialização política dos jovens brasileiros e este pesquisador, com base em Putnam (1998), ressaltou que a organização social que se consolida por meio confiança e pela manutenção de relações cooperativas e recíprocas fica encolhida em sociedades muito desiguais. (SCHIMIDT, 2001).

Ao analisamos a forma como os entrevistados perceberam o ambiente existente para a participação dos indivíduos de ambos os sexos, nos diversos espaços de participação do âmbito público, sobressaíram-se as respostas, conforme Gráfico 12, que nas localidades rurais barbacenenses há igualdade de participação, justificando-se que as oportunidades estavam se tornando iguais entre os sexos e que a mulher dos dias de hoje está mais saída, mais participativa.

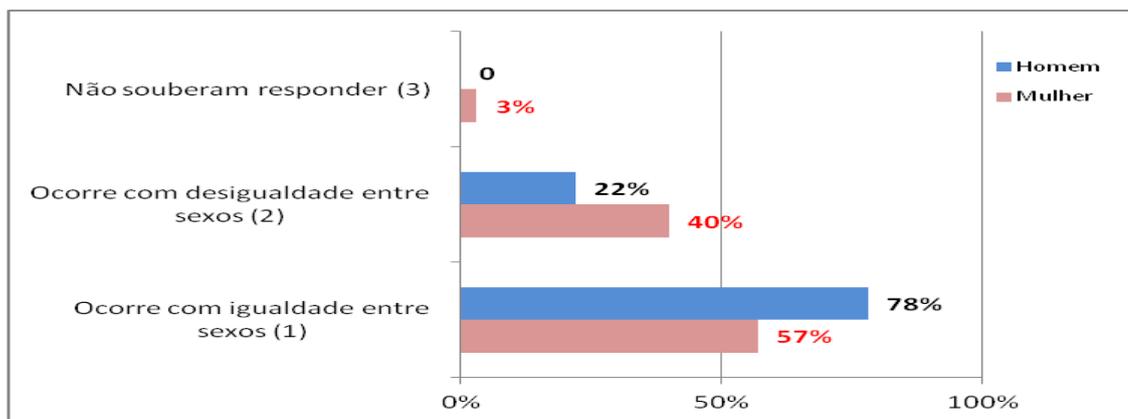


Gráfico 12 - Percepção da participação de homens e mulheres no âmbito público nas comunidades analisadas.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Ressaltarmos, a partir de análise pormenorizada dos dados desta pesquisa sobre participação, que nas múltiplas etapas deste estudo emergiu claramente, que ainda é muito tímida a participação das mulheres em alguns espaços de participação das comunidades rurais estudadas, como nas reuniões das associações, nas políticas públicas, etc., sendo assim, isto nos leva a crer que os aspectos percebidos, nesta abordagem não correspondem à realidade da participação feminina discutida e apresentada ao longo deste estudo.

O debate ora apresentado abordou os espaços públicos preferenciais de participação das agricultoras pesquisadas, no Gráfico 13 e Tabela 42, sendo as organizações religiosas a principal opção das agricultoras, tanto na percepção delas, quanto na dos agricultores.

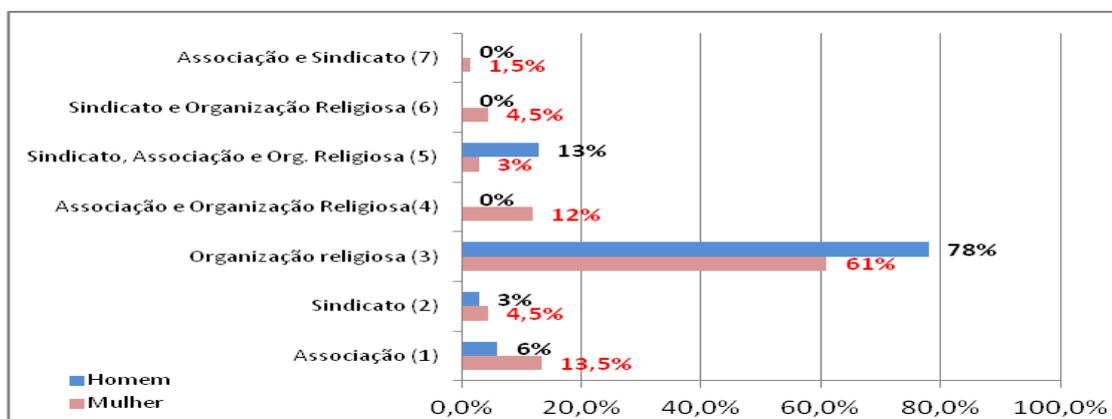


Gráfico 13 - Percepção acerca dos espaços públicos preferenciais de participação das agricultoras.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

<b>ESPAÇOS PÚBLICOS DE MAIOR PARTICIPAÇÃO DAS PESQUISADAS E ESPOSAS DOS PESQUISADOS</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>	<b>Homem</b>	<b>%</b>
Associação ou cooperativa rural	10	15%	3	12%
Sindicato	1	1,5%	0	0%
Organização religiosa	38	57%	16	64%
Associação e Organização Religiosa	12	18%	4	16%
Sindicato, Associação e Organização Religiosa	1	1,5%	0	0%
Não participa de nada	5	7%	2	8%
Associação e Sindicato	0	0%	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>100%</b>	<b>25<sup>49</sup></b>	<b>100%</b>

Tabela 42 - Espaços públicos de maior participação das pesquisadas e esposas dos pesquisados.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

A pesquisa desenvolvida por Oliveira (2011), em um pequeno município rural no Vale do Rio Doce, Minas Gerais, destacou a relevância do catolicismo na dinâmica da vida social das pessoas, principalmente, daquelas que residiam nas regiões ou comunidades remotas. Segundo o autor, até o século XIX o catolicismo foi uma das principais marcas identitárias no Brasil, uma vez que a Igreja Católica gozava de proteção do Estado para realizar a sua expansão institucional e se fazer presente em amplos territórios. Oliveira (2011) enfatizou o fato de no pós-século XX, a Igreja Católica passa por dificuldades em obter maior número de párocos e, diante deste desafio, lideranças leigas passaram a representar os padres e interesses eclesiais, sobretudo, em áreas mais distantes da sede da paróquia, como uma forma de suprir a carência destes, não deixando o catolicismo oficial ausente nos diversos espaços diocesanos. Com isto, emergiram os Movimentos de Educação de Base, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) dentre outros, promovendo ações como cursos, organizando as comunidades e formando as lideranças que atuavam nas mesmas.

Tal processo influenciou o contexto local das comunidades, formando lideranças que emergiram do processo de descentralização paroquial, e promovendo transformações sociais em nível local, para além dos propósitos religiosos, com a emergência de novos atores influentes e novos espaços de sociabilidade em nível local, que favoreceram o desenvolvimento da habilidade do exercício de liderança. Para Oliveira (2011), a religião e a política se encontram intimamente interrelacionadas nas práticas políticas no interior do país, ainda que, em 1889, quando da instauração do regime republicano no Brasil, tenha ocorrido legalmente à secularização, ou seja, a

<sup>49</sup> O total da população masculina de entrevistada foi de 32 agricultores, sendo 25 casados e 7 solteiros.

separação do Estado do Catolicismo, reservando a religião a esfera privada e íntima. Mas, para o autor, a secularização não ocorreu de forma linear, uma vez que os atores sociais se mostraram com capacidade de relacionar e vivenciar as duas instâncias: a religião e a política. Tal fator favorece que a religião esteja presente nos discursos e motivações para a representação política, em espaços públicos. Os estudos de Oliveira (2011) ressaltaram que a religião também é uma forma de participação pública que se reflete e se contextualiza nas ações da vida social. Com isto, podemos concluir que a participação das agricultoras nas múltiplas atividades religiosas da comunidade como reuniões da pastoral, festas, conselho eclesial e outras favoreceriam a sua de participação na esfera pública.

Os dados da pesquisa, apresentados no Gráfico 14, abaixo, trata dos espaços públicos de maior participação das agricultoras e dos agricultores nas comunidades rurais barbacenenses pesquisadas, sendo que o percentual mais representativo foi o de participação nas associações, abarcando 40% das respostas femininas e 47% das respostas dos agricultores.

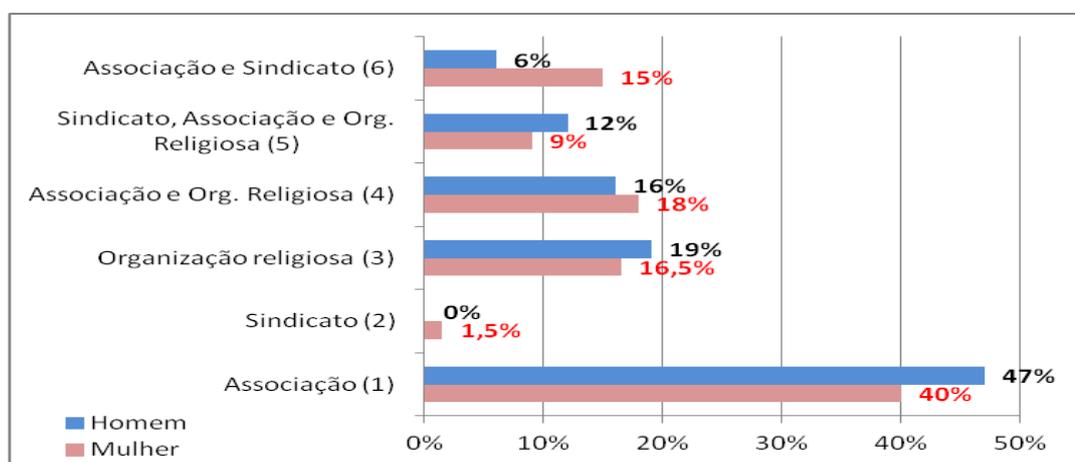


Gráfico 14 - Espaços públicos de maior participação dos agricultores.

Fonte: Dados da autora em pesquisa de campo (2012).

Tendo em vista a análise da participação preferencial das agricultoras, apresentada no Gráfico 12 e Tabela 42, e nesta perspectiva as organizações religiosas nas comunidades rurais barbacenenses pesquisadas se destacaram mais que as associações rurais.

Alguns autores, como Dagnino (1994), consideram que as associações assumem um caráter mais direcionado para o desenvolvimento pessoal e comunitário, com as novas perspectivas das políticas públicas contemporâneas. Com isto, as associações passaram a fazer parte das instituições que atuam em redes sociais, nas quais os sujeitos políticos, coletivos, múltiplos e heterogêneos estariam ligados de

forma autônoma a instituições coletivas, compartilhando os princípios básicos da participação popular, da cidadania e da construção democrática.

As associações, sindicatos, organizações religiosas são instituições, que se encontram no plano local, sendo assim, estas instituições tornam-se o ponto de partida para o processo de participação na sociedade. Elas são fonte do verdadeiro capital social no qual os indivíduos em rede tornam-se capazes de buscar a superação das dificuldades, por meio da participação ativa, pautada na experiência de cada cidadão que dela participa (GOHN, 2004).

Considera a pouca participação das agricultoras nas reuniões das associações rurais e nas políticas públicas direcionadas para o campo, e que estas, quando participam o fazem timidamente, numa participação pouco ativa, vinculada ao direito de participar.

Com isto, podemos dizer que a participação das agricultoras barbacenenses nas associações rurais, ainda não promoveu o aumento da eficiência delas para participarem das políticas públicas como o PAA e nem o seu ativismo político. Tendo em vista que as reuniões das associações são masculinizadas e nelas as agricultoras não têm voz pública, tais fatores apontam para a resistência das raízes patriarcais nas comunidades rurais pesquisadas e que estas ainda regem as relações entre sexos, até os tempos atuais, nas comunidades rurais barbacenenses pesquisadas.

A tímida participação feminina nos espaços públicos comunitários, como as associações das localidades rurais pesquisadas sinalizam que ainda que seja tímida a participação das agricultoras, esta pode ser relevante, uma vez que talvez seja o ponto de partida de todo uma perspectiva de mudanças, o início da instauração de novas práticas sociais nas comunidades rurais barbacenenses, apontando talvez, para o princípio do desenvolvimento das agricultoras, para além do âmbito privado, rumo à obtenção de sua autonomia e cidadania.

Finalizando assim, a análise dos dados desta pesquisa, formulou-se um quadro sintético, estabelecido a partir das questões que emergiram do debate teórico somada às questões analisadas da pesquisa empírica, para com isso apontarmos as possibilidades que poderiam ser alcançadas com a política pública do PAA e os limites que foram percebidos como impeditivos no processo do *empoderamento* das agricultoras barbacenenses pesquisadas.

Quadro 3: As possibilidades e os limites percebidos no processo de *empoderamento* das agricultoras barbacenenses, das comunidades rurais estudadas que participam do PAA<sup>50</sup>

PAA	
Possibilidades	Limites
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso ao PAA inserindo as agricultoras no âmbito público;</li> <li>• Acesso ao PAA inserindo as nas atividades de comercialização;</li> <li>• Participação da mulher nas associações e nos projetos da comunidade;</li> <li>• A renda do trabalho feminino possibilitando melhorias para unidade familiar;</li> <li>• Ampliação do poder de decisão feminino nas tomadas de decisões;</li> <li>• Valorização do trabalho e da participação feminina;</li> <li>• Melhoria das Condições de vida da Mulher e da família.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho considerado ajuda;</li> <li>• Dependência financeira das mulheres;</li> <li>• A falta de remuneração das mulheres</li> <li>• Jornada de trabalho ampliada das mulheres;</li> <li>• A falta de uma certidão de aptidão específica para as mulheres;</li> <li>• A falta de acesso à renda por parte das mulheres;</li> <li>• A não inserção das mulheres nas atividades de venda;</li> <li>• A manutenção da dicotomia <i>esfera produtiva versus esfera doméstica</i>;</li> <li>• A baixa escolaridade das mulheres;</li> <li>• A pequena participação das mulheres nas associações;</li> <li>• A pequena participação formal das mulheres no PAA.</li> </ul>

Fonte: Pesquisa empírica e pesquisa de campo (2012).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou analisar as possibilidades de empoderamento das mulheres que participavam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por se considerar que as práticas mercantis instituídas por este Programa do governo federal, bem como o reconhecimento por parte deste da condição da mulher produtora rural cadastrada possibilitariam a implementação de novos *habitus de gênero*, oportunizando

<sup>50</sup> O quadro de análise 3 foi adaptado do modelo utilizado por Zorzi (2008) quando a autora analisou o *empoderamento* das mulheres agricultoras de Ijuí-RS via acesso à política pública do Pronaf Mulher.

o empoderamento da mulher nos âmbitos público e privado. Duas hipóteses foram elaboradas para responder a questão desta pesquisa, que envolve o empoderamento da mulher agricultora promovido pela sua inserção econômica advinda da participação no PAA. A primeira hipótese se alicerçou na perspectiva de que a participação da mulher socializada em uma sociedade rural, marcada por uma cultura política com poder de mando centralizado, traria como consequência a lenta transformação da sua postura de submissão e passividade, mesmo mediante a sua participação em atividades de negociação e reconhecimento público da sua condição de produtora. Já a segunda hipótese afirmava que as possibilidades de empoderamento da mulher agricultora estariam relacionadas às oportunidades sociais, como serviços de educação, saúde, e participação econômica. Assim, o PAA se constituiria em uma forma de empoderamento público e privado para as mulheres que dele participavam, em virtude da ampliação da sua autonomia econômica e do maior domínio da sua condição de cidadã.

A perspectiva teórica do *empoderamento* individual vincula as dimensões do poder do indivíduo à expansão das suas liberdades substantivas, considerando que as mesmas, ao atuarem na capacidade do indivíduo, o tornam capaz de desenvolver a sua *condição de agente*. Já a concepção coletivista compreende o *empoderamento* como o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão, tendo os sujeitos poder de agenda nos temas que afetam suas vidas.

Ao considerar estas duas perspectivas de empoderamento, a individualista e a coletivista, percebemos que as agricultoras barbacenenses, apresentavam características de *empoderamento* em sua *dimensão privada*, relacionado a essas possibilidades: a) controle contraceptivo; tomadas de decisões familiares compartilhadas, tanto na questão da renda, quanto na educação dos filhos; b) baixo índice de violência doméstica; aspectos relacionados às políticas públicas de distribuição de renda e acesso ao recebimento dos benefícios previdenciários. No que diz respeito às variáveis: renda familiar, bens móveis e bens imóveis, estes foram sempre percebidos a partir da centralidade da família e não como algo do indivíduo. Assim, no que diz respeito ao empoderamento privado, o Estado se constituiu no maior promotor das condições de individualidade e independência da mulher, confrontando-se com as práticas patriarcais arraigadas nos costumes comungados por homens e mulheres das comunidades rurais de Barbacena.

Observou-se que a participação na política pública do PAA vem orientando mudanças no seio das famílias das comunidades rurais estudadas. À luz de algumas questões, ficou evidente que, no âmbito privado, esta política pública vem promovendo melhorias no modo de vida das mulheres e de toda a família, uma vez que a pesquisa empírica sinalizou que o PAA aumentou o poder econômico das famílias, dinamizando o escoamento e a venda dos produtos rurais. O fato de 75% da renda da família estar sendo utilizada para aquisição de bens para a casa e a família sugere a existência de decisões compartilhadas, oriundas do consenso cooperativo, conceito apresentado por Sen (2004), como expressão de um ganho expressivo de poder por parte das agricultoras, que opinam e participam do direcionamento da renda familiar. Os dados da pesquisa evidenciaram que as famílias rurais estudadas estavam adquirindo eletrodomésticos, equipamentos diversos, automóveis, motocicletas, tendo acesso à rede mundial de computadores, acesso à telefonia móvel, enfim estavam buscando novas formas de aquisição de bens voltados para a ampliação do conforto e do bem-estar da família.

Dos dados analisados referentes à variável escolaridade das agricultoras pesquisadas, evidenciou-se que 58% delas realizaram seus estudos até a antiga 4ª série primária e 39% delas estudaram para além desta série. Com isto elas possuem capacidade de compreensão e uso social da leitura e da escrita, que as permitem ler, escrever, compreender e interpretar documentos. Tal condição é uma importante ferramenta na obtenção da *condição de agente* da mulher, conforme apontou Sen (2004). Ressaltou-se ainda, nesta abordagem da análise, que algumas agricultoras manifestaram interesse em alcançar melhoras nas perspectivas educacionais, participando das políticas públicas de retomada dos estudos e ampliação da escolaridade.

No que diz respeito ao controle contraceptivo e ao planejamento familiar, estas foram variáveis que se destacaram em termos de indicadores de *empoderamento* privado das agricultoras barbacenenses, visto que 73% destas utilizaram técnicas de planejamento familiar, 81% usavam métodos contraceptivos, além da média de filhos por família ser de 1,6%. Quanto aos dados sobre a violência doméstica, estes apontaram que 90% delas denunciariam se vissem uma mulher sofrendo violência doméstica. Estes são fatores que evidenciam facetas de *empoderamento* das agricultoras segundo as concepções teóricas defendidas por Sen (2004). O controle contraceptivo, o planejamento familiar e o baixo nível de violência são ganhos de poder por parte das mulheres, obtidos por vias psicológicas, alicerçados no fortalecimento da autoestima e

da autoconfiança. Os dados apontaram que somente 6% (opinião masculina) e 16% (opinião feminina) das agricultoras pesquisadas atuam nas atividades de venda. Com isto, a autonomia destas agricultoras ficou comprometida, devido à não inserção delas nas atividades de cunho econômico. Para que as agricultoras avançassem nas questões econômicas seria necessário a implementação de uma cota específica, para as mulheres nas políticas públicas direcionadas para o campo, como o PAA e uma certidão de aptidão (DAP jurídica) em separado para a agricultora e outra para seu esposo. Sendo assim, em termos de empoderamento econômico, o recebimento dos benefícios previdenciários e sociais continuam se constituindo como as melhores oportunidades de renda individual das mulheres, embora não o seja quanto ao *empoderamento público*, analisado através das variáveis: participação em sindicatos, participação em organizações religiosas e políticas públicas.

Conforme os dados da pesquisa, as agricultoras barbacenenses opinaram que participam das organizações sindicais e associativas, mas tal participação mereceu ressalvas dos extensionistas rurais, que caracterizaram essa participação feminina das agricultoras como mais instrumental do que orgânica, ou seja, advindas de um sentimento de obrigatoriedade. Tal fator elencado, adicionado do fenômeno da masculinização das reuniões das associações e as agricultoras sem voz pública são fatores que evidenciam uma participação feminina denominada por Pretty (1996) de participação passiva, uma das modalidades de não participação, uma vez que esta não promove o desenvolvimento pessoal e nem grupal das agricultoras, elas participam pelo direito de participar, mas não possuem a liberdade substantiva, nesta participação.

As agricultoras perceberam que a participação nas associações favoreceu o acesso feminino às políticas públicas voltadas para o campo, além do acesso aos benefícios previdenciários. A participação das agricultoras nas organizações sindicais se deu em um percentual de 75% e expressam um ganho de poder por parte das mulheres das comunidades rurais barbacenenses, uma vez que, por meio desta participação, elas podem acessar e obter direitos previdenciários. As organizações religiosas se destacaram como sendo as de maior participação e a participação preferencial das agricultoras pesquisadas no *espaço público próximo*. Esta perspectiva de participação fortalece o *capital social* dos indivíduos que dela participam, mas ainda se mantém em nível de proximidade e com vínculos muito orgânicos, com base na vizinhança e no parentesco.

A hipótese I desta dissertação foi comprovada, uma vez que identificamos a resistência da cultura patriarcal, no trabalho das agricultoras pesquisadas vistos como

ajuda e não trabalho, sendo que as citadas agricultoras não possuem nenhum controle, ou mesmo acesso aos recursos financeiros, oriundos da comercialização dos seus produtos.

A hipótese II foi refutada uma vez que as análises das perspectivas do empoderamento público apontaram que este não foi alcançado, pelas agricultoras barbacenenses pesquisadas.

Concluindo este trabalho destacamos que a política pública do PAA tem alcançado seus objetivos no que tange à melhoria da vida de mulheres e homens das comunidades rurais, dinamizando o escoamento e venda dos produtos, bem como valorizando com preços de mercado estes produtos. Nas perspectivas do gênero, o PAA contribui para a melhoria da vida das agricultoras por meio do acesso à renda e a sua inserção dos produtos produzidos pelas mulheres em suas modalidades, especialmente na Modalidade de Doação Simultânea. Nas comunidades rurais de Barbacena, a participação no PAA dinamizou a vida social nas comunidades rurais, com reuniões, troca de informações, desenvolveu os vínculos e sentimentos de cooperação entre agricultores e agricultoras na organização e entrega de seus produtos, para atender à demanda de venda para PAA, aproximando os extensionistas das localidades rurais e seus habitantes na execução da citada política pública. Contudo, o PAA pode melhorar e avançar mais, ampliando as cotas de participação das mulheres, reduzindo os prazos de pagamento dos produtos fornecidos pelos agricultores, atentando para as peculiaridades das localidades e, principalmente, incentivando uma maior participação feminina nas suas diversas modalidades, concedendo a elas uma cota específica e independente da cota concedida ao esposo. Com isto, o PAA pode fortalecer a busca pela equidade de gênero, oportunizando a igualdade de participação, entre homens e mulheres e, assim, valorizar e reconhecer o real potencial das mulheres rurais dentro da agricultura familiar.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, João Henrique Catraio Monteiro. 60 Anos de “Coronelismo, enxada e voto”: a contribuição da obra e do autor. **Voxjuris**. v. 2, n. 1, Rio de Janeiro, 2009, p. 415-418.
- ALMEIDA, Suely Souza. *Violência de Gênero e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- AMORIM, Érika Oliveira. **A filiação sindical da mulher rural: fator de empoderamento?** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.
- ANTUNES, Marta. O caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. *In*: ANTUNES, Marta e ROMANO, Jorge O. **O Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2002, p. 5-20.
- ARRUDA, Ângela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 117, p. 127-147, nov. 2002.
- BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2005.
- BACKZO, B. *Imaginação Social*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. (Enciclopédia Einaudi).
- BAQUERO, Marcello. Alcances e limites do capital social na construção democrática. **In Reiventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/UFRGS/Conselho Nacional de Direitos da Mulher, 2001”a”, p. 19-49.
- \_\_\_\_\_. Capital Social na América Latina. **In Reiventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/UFRGS/Conselho Nacional de Direitos da Mulher, 2001 “b”, p. 50-70.
- \_\_\_\_\_. Cultura Política Participativa e Desconsolidação Democrática, reflexões sobre o Brasil Contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, nº. 15, v. 4, p. 98-104, 2001 “c”.
- BARBACENA. Disponível em <[http://www.bqdigital.net/index\\_barbacena.html](http://www.bqdigital.net/index_barbacena.html)>, acesso em 5 de dez. de 2011.
- \_\_\_\_\_. Disponível em <<http://www.barbacena.mg.gov.br/dados.pdf>>, acesso em 25 de ago. de 2012.
- BYNUM, Caroline Walker. **Fast, Feast, and Flesh: The Religious Significance of Food to Medieval Women**. Representation, 11 ed, 1985, p. 1-25.
- BLOOM, Allan. **The Closing of the American Mind**. New York: Simon and Schuster, 1987.

BONNAL, Philippe e KATO, Karina. O Processo Contemporâneo de Territorialização de Políticas e Ações Públicas no Meio Rural Brasileiro. In **Políticas Públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. (Orgs) MIRANDA, Carlos e TIBURCIO, Breno. Brasília: IICA, 2011, p. 61-81.

BONNAL, Philippe; DELGADO, Nelson Giordano e CAZELLA, Ademir Antonio. Subsídios Metodológicos ao Estudo do Desenvolvimento Territorial Rural. In **Políticas Públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. (Orgs) MIRANDA, Carlos e TIBURCIO, Breno. Brasília: IICA, 2011, p. 35-60.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 9ª ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 “a”.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

\_\_\_\_\_. **A gênese dos conceitos de habitus e de campo**. In: *O poder simbólico*. Lisboa, 1989. p. 59-73.

\_\_\_\_\_. Célibat et condition paysanne. In: **Études Rurales**, n.5-6, p.32-135, avril/sept 1962.

\_\_\_\_\_. **Esboço de uma teoria da prática — precedido de três estudos sobre etnologia Cabila**. Oeiras: Celta, 2002.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 14ª ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 “b”.

BRANCO, Adélia de Melo e VEINSENER, Semira Adler. Gênero, Globalização no Vale do São Francisco. **Trabalho em discussão**, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, nº 116, set. 2001.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos-PAA**, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003.

BRASIL. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: o Brasil inteiro colhe os resultados, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

BRASIL. **Lei 11.340**. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm) >, acesso em 10 de setembro de 2012.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura familiar: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 12, nº 1, p. 205-227, jan-abr. 2004.

CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo. **Exôdo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro-RJ: IPEA, p. 1-28, 1999.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. **Revista Pós Ciências Sociais**. v. 8 n. 15 São Luis/MA, 2011.

CARIA, Telmo Humberto Lapa. O conceito de prática em Bourdieu e a pesquisa em educação. **Revista Educação e Realidade**, UFRGS, Porto Alegre/RS, v. 28, n. 1, 2003. Disponível em <[http://home.utad.pt/~tcaria/actividades\\_interesses/bourdieu\\_brasil.pdf](http://home.utad.pt/~tcaria/actividades_interesses/bourdieu_brasil.pdf)>.

CARMO, Perla Cristina da Costa Santos do Carmo e MOURA, Fernanda Gomes de Andrade de. **Violência Doméstica: a difícil decisão de romper ou não com esse ciclo. Fazendo Gênero 9**, 23 a 26 de agosto de 2010.

CARVALHO, Horácio Martins de (Org). **Sementes: patrimônio dos povos a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

\_\_\_\_\_. **O campesinato no século XXI**. Perspectivas e contrariedades do campesinato brasileiro. Petrópolis: São Paulo: Vozes, 2005.

COELHO, Edméia de Almeida Cardoso et al. O planejamento familiar no Brasil no contexto das políticas públicas. **Rev. Esc. Enf. USP**, v.34, n.1, p. 37-44, mar. 2000.

COLLIN, Françoise. “Diferença e diferendo: a questão das mulheres na filosofia”. In: DUBBY, George; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991. v. 5: O século XX. p. 315-350.

CONTE, Isaura Isabel e FERNANDES, Simoni Antunes. Mulheres Camponesas e o Acesso a Políticas Públicas. **Ágora**, Salgueiro-PE, v. 5, n. 1, p. 81-95, ago. 2010.

COSTA. Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Disponível em: <[www.agende.org.br/.../Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf-similares](http://www.agende.org.br/.../Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf-similares)>, acesso em 23 de junho de 2011.

COSTA, Delaine Martins. Ampliação da participação feminina no governo local: um trabalho de Sísifo? **Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung**. São Paulo, n. 30, p. 35-54, 1998.

DADOS Educacionais da PNAD 2011. **O GLOBO Online**, Rio de Janeiro, 21 set. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/educacao/pnad-192-milhoes-de-brasileiros-tem-menos-de-um-ano-de-estudo-6160749#ixzz27Da5Mdkx>>. Acesso em: 21 de set. 2012.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade Civil, participação e cidadania, de que estamos falando? Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización. Caracas: **FACES**, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.

\_\_\_\_\_. “Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania”. DAGNINO, Evelina. (org.) **Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 103-115, 1994.

DAVIS, Natalie Zemon. **Society and**:Stanfrd University Press, 1975. p. 124-151.

DEERE, Carmen Diana e LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da Mulher: Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. 1ª ed. Porto Alegre-RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

DURKHEIM, Émile e MAUSS, Marcel. “Algumas Formas Primitivas de Classificação Contribuição para o estudo das representações coletivas” In: **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1ª ed. S.A., p. 399-455, 2001.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, **Empoderamento de mulheres. Avaliação das disparidades globais de gênero**. Genebra, 2005.

FENÁNDEZ, Patricia Provostes e BARRIENTOS, Alejandra Váldez. Democratización de la gestión municipal y ciudadanía de la mujeres: sistematización de experiencias innovadoras. Paper n. 22. **Biblioteca de Ideas**. Instituto Internacional de Gobernabilidad, 2000. ([www.iigov.org](http://www.iigov.org)).

FETAEMG. **Capacitação sobre Legislação Previdenciária Aplicada aos Segurados Especiais e Assalariados Rurais**. Belo Horizonte, mai, 2009. Disponível em <[www.fetaemg.org.br/.../cartilha\\_previdencia\\_apres...Similar](http://www.fetaemg.org.br/.../cartilha_previdencia_apres...Similar)>, acesso em 04 de outubro de 2012.

FISHKIN, James S. **Justice, Equal Opportunity, and the Family**. New Haven: Yale University Press, 1983.

FRAGA, Paulo Denisar. Violência: Forma de dilaceramento do ser social. In: Serviço Social e Sociedade n° 70, Ano XXIII, São Paulo: Cortez, 2002.

FRIEDMANN, John (1996). **Empowerment**: uma política de desenvolvimento alternativo. Celta: Oeiras.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projeto de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 5ª ed. 2010.

\_\_\_\_\_. **Técnica de Pesquisa em Economia**. São Paulo: Atlas, 2ª ed. 1991.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas públicas. **Revista Saúde e sociedade**, São Paulo, v.13, n ° 2, mai-ago, 2004, p. 20-31.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. Movimentos Sociais e na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.16, n ° 47, mai-ago, 2011, p. 333-353.

\_\_\_\_\_. **Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Capital social, ação coletiva e orçamento participativo. **In Reiventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/UFRGS/ Conselho Nacional de Direitos da Mulher, 2001, p. 150-172.

GOVERNO DE MINAS GERAIS, SEE, SIMAVE, **Boletim Pedagógico PROALFA, 2008**. Disponível em <[http://www.simave.caedufjf.net/repositorio/simave/pdf/proalfa/BOLETIM\\_PEDAGOGICO\\_PROALFA\\_2008.pdf](http://www.simave.caedufjf.net/repositorio/simave/pdf/proalfa/BOLETIM_PEDAGOGICO_PROALFA_2008.pdf)>, acesso em 05 de novembro de 2011.

GIULANI, Paolla Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. IN: PRIORE, Mary Del. **Histórias das mulheres no Brasil** (Org). São Paulo. Editora Contexto, 2004.

GRISA, Cátia, SCHIMITT, Cláudia J., MATTEI, Lauro F., MALUF, Renato S., LEITE, Sérgio P. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Perspectiva: apontamentos e questões para o debate.** SEMINÁRIO TEMÁTICO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA). Action Brasil. Juazeiro-BA, 24 e 25 de ago. 2009. Disponível em <[http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa\\_AABR-OPPA\\_Texto\\_PAA\\_versao\\_livro.pdf](http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-OPPA_Texto_PAA_versao_livro.pdf)>.

GREEN, Philip. **Retrieving Democracy: In Search of Civic Equality.** Totowa, NJ: Rowman and Allanheld, 1985.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Participação e Acção Colectiva: Interesses, Conflitos e Consensos.** Estoril, Portugal:Principia, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de e CINTRÃO, Rosângela Pessa. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA**, UNESP, Presidente Prudente-SP, ano 9, nº 8, pp.1-128 jan/jun. 2006.

HERNÁNDEZ, Carmem Osorio. **Movimentos de Mulheres e Políticas para Agricultura Familiar: Políticas para Mulheres Rurais ou com perspectiva de Gênero?** Rio Grande do Sul, CNPAT, Embrapa.Br, 2006. Disponível em <[http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab\\_Format\\_PDF/67.pdf](http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/67.pdf)>

HESPANHOL, Rosângela Ap. de M. Mudanças de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia Y Ciencias Sociales.** Barcelona: Universidad de Barcelona, ago 2008, vol. XII, n. 270 (79).

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi e MEIRELLES, Gieselle. Problematizando o conceito de empoderamento. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**, UFSC, Florianópolis, Brasil. 2007. p. 485-506.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=310560#>>, acesso em 10 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO FEDERAL DE ENSINO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MG. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais 2009/2013.** Juiz de Fora: IF SUDESTE-MG, 2009.

JODELET, Denise. (Org.) **Representações Sociais: um domínio em expansão**". In: *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: um tratamento conceitual.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1910.

LAMAS, Marta. La antropología feminista y la categoría de género. **Nueva Antropología**, 8 (30). México. CONACYT. UAM Iztapalapa, p. 173-198, 1996.

- LEITE, Sérgio Pereira *et al.* **Políticas Públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil.** (Orgs) MIRANDA, Carlos e TIBURCIO, Breno. Brasília: IICA, 2011.
- LIMA, Terezinha Moreira. Movimentos Sociais e Políticas Públicas. In: **Mulher, gênero e políticas públicas.** Maranhão, UFMA/Salvador:Redor, 1999. p. 15-28.
- LINDBLOM, Charles E. (2009). *Mudding through 1* : a ciência da decisão incremental. In: F. G. Heidemann & J. F. Salm. **Políticas públicas e desenvolvimento. Bases epistemológicas e modelos de análise.** Brasília: Ed. UnB. Tradução do artigo em inglês: *The science of Mudding Through* de 1957.
- \_\_\_\_\_. (2009). *Mudding through 2* : a ubiqüidade da decisão incremental. In: F. G. Heidemann & J. F. Salm. **Políticas públicas e desenvolvimento. Bases epistemológicas e modelos de análise.** Brasília: Ed. UnB. Tradução do artigo em inglês: *Still Mudding, Not Yet Through* de 1979.
- LISBOA, Teresa Kleba. O Empodeamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. **Fazendo Gênero, 8.** Florianópolis, de 25 a 28 de agosto, 2008.
- MACEDO FILHO, Renato e REGINO, Fabiane Alves. O empoderamento das mulheres do sertão: uma experiência de associativismo e desenvolvimento rural. **Revista de Ciências Agro-Ambientais,** Alta Floresta, v.5, n.1, p.95- 103, 2007.
- MARCONI, Maria de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 7ª ed, 2010.
- MASSENA, Nestor. **Barbacena, a terra e o homem.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.
- MATTEI, Lauro. **Pronaf 10 anos: Mapa da Produção Acadêmica.** Brasília: MDA, 2006.
- \_\_\_\_\_. Participação, institucionalidade e Gestão Social de Políticas. In: \_\_\_\_\_. **Institucionalidade e Protagonismo Político: Os 10 Anos do Condraf.** Brasília-DF: Supernova, 2010, p. 19-36.
- MELUCCI, Albert. **A invenção do Presente: Movimentos Sociais nas Sociedades Complexas.** Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2001.
- MIRANDA, Líliliana Carneiro de. **A percepção da mulher no mercado de trabalho: emprego, carreira ou vocação.** 111 p. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdades Ibmecc, Rio de Janeiro, 2006.
- MOLINEUX, Maxine. **Movimento de mulheres.** In: OUTHWAITE, W. y BOTTOMORE T. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro, 1996. 493-496 p.
- MORAIS, Clodomir Santos de. **Elementos de Teoria da Organização.** Brasília: Lattermund, 1997.
- MOREIRA, Nathália Carvalho. **Progama Bolsa Família e o empoderamento das mulheres em Minas Gerais.** Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**. 8 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**. Florianópolis. UFSC. nº16, mai/ago, 2008, p. 305-332.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. Religião e participação política: considerações sobre um pequeno município brasileiro, **e-cadernos CES**, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Lisboa, nº 13, 2011, p. 36-63.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de Oliveira. **Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo. Vol.19, no.55, Jun. 2004, p. 180-186.

PALUDO, Conceição (Org.) **Mulheres, resistência e luta**: em defesa da vida. São Leopoldo: CEBI, 2009.

PEREIRA, Antonio Luis Correa e ÁVILA, Maria Antonieta Nunes de. Planejamento Familiar no Brasil – uma análise crítica. **Revista de Saúde Sexual e Reprodutiva. BCS**: Rio de Janeiro, nº 53, jun/ago. 2011. Disponível <<http://WWW.aads.org.br/revista/agosto11.html>>.

PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **História da Cidadania**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PRIORE, Mary Del. **Histórias das mulheres no Brasil** (Org). São Paulo. Editora Contexto, 2004.

PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. *In Reiventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/UFRGS/ Conselho Nacional de Direitos da Mulher, 2001, p. 173-208.

PRATES, Antônio A. P., CARVALHAES, Flávio A. O. e ALVES SILVA, Braúlio F. Capital Social e Redes Sociais: conceitos redundantes ou complementares?. *In: AGUIAR, Neuma (Org.). Desigualdades Sociais, redes de sociabilidade e participação política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, p. 47-58.

PRETTY, Jules N. Participation, learning and sustainability: emerging challenge for agricultural development. **Social Change**, v.26, n.1, 1996, p.7-33.

PRIORE, Mary Del. **Histórias das mulheres no Brasil** (Org). São Paulo. Ed. Contexto, 2004.

RAWLS John. **A Theory of Justice**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1971. [*Uma teoria da justiça*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes. 2002].

REIS, Elisa Pereira. **Mudança e continuidade na política rural brasileira**. *Dados* 31(2), Rio de Janeiro, 1988.

\_\_\_\_\_. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 1, n. 2, 1988. p. 187-203.

ROCHA, L. M. L. N. Políticas públicas, violência doméstica e a relação público/privado. In: **Casasabrigo: no enfrentamento da violência de gênero**. São Paulo, Veras Editora, 2007 (série temas:6).

ROMANO, Jorge O. E ANTUNES, Marta. Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate à pobreza. In: **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil. Rio de Janeiro, 2002, p. 5-9.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. NIPAS, Brasília, DF: UNICEF, 1994, p. 151-186.

SALES, Teresa. Caminhos da Cidadania, comentários adicionais. **RBCS**, São Paulo: EDUSP, nº 25, ano 9, jun. 1994 “a”, p.48-51.

\_\_\_\_\_. Raízes da Desigualdade Social na Cultura Política Brasileira. **RBCS**, São Paulo: EDUSP, nº 25, ano 9, jun. 1994 “b”, p. 26-37.

SANDEL, Michael J. **Liberalism and the Limits of Justice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SCOTT, Joan Wallach. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis.” **American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 3ª ed., 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 4ª ed., 2004.

SEN, Gita e GROWN, Caren. **Desarrollo, crisis y enfoques alternativos: perspectivas para la mujer en el Tercer Mundo**, México: El Colegio de México, PIEM, 1988.

SHIMIDT, João Pedro. Equilíbrio de baixa intensidade: capital social e socialização política dos jovens brasileiros na virada do século. In **Reiventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/UFRGS/Conselho Nacional de Direitos da Mulher, 2001, p. 119-149.

SILIPRANDI, Emma e CINTRÃO, Rosângela. **As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de alimentos (PAA)**. IICA.NEAD.MDA. Disponível em < [http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/artigos-2010/Artigo\\_025.pdf](http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/artigos-2010/Artigo_025.pdf) >, acesso em 05 de outubro de 2011.

SILVA, Maria Aparecida Moraes da. De colona a bóia fria. IN: PRIORE, Mary Del. **Histórias das Mulheres no Brasil** (Org). São Paulo. Editora Contexto, 2004.

SPINK Mary Jane P. O Conceito de Representação Social. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 9 (3), p. 300-308, jul/set, 1993.

SOUZA, Adriana de. **A dominação masculina: apontamentos a partir de Pierre Bourdieu**. Disponível em < [www.metodista.br/.../a-dominacao-masculina-apontamentos-a-partir-de-pierre-bourdieu](http://www.metodista.br/.../a-dominacao-masculina-apontamentos-a-partir-de-pierre-bourdieu)>, acesso em 05 de maio de 2011.

SOUZA, Terezinha Ferreira de, SILVA, Josué da Costa e SOUZA, Sheila Ximenes de. A invisibilidade da mulher camponesa: **Fazendo Gênero 8:Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto 2008.

SPEYER, Anne Marie. **Educação e Campesinato**. Uma educação para o homem do melhor rural. São Paulo: Loyola, 1983.

STROPASOLAS. Valmir Luiz. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 253-267, janeiro-abril, 2004.

WEBER, Max. Conceitos Sociológicos Fundamentais, *In: Economia e Sociedade*. Brasília-DF: UnB, Vol. 1, 1991 “a”, p. 3-35.

\_\_\_\_\_. Os tipos de dominação, *In: Economia e Sociedade*. Brasília-DF: UnB, Vol. 1, 1991 “b”, p. 139-198.

\_\_\_\_\_. Sociologia da Dominação, *In: Economia e Sociedade*. Brasília-DF: UnB, Vol. 2, 1999, p. 187-287.

WALZER, Michael L. **Spheres of Justice**. New York: Basic Books, 1983. *In: Esferas da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

YANNOULAS, Sílvia C. Notas para integração de gênero na Educação Profissional. In VOGEL, Arno (org.) **Trabalhando com a diversidade Planfor: raça/cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais**. São Paulo: UNESP; Brasília:FLACSO do Brasil, 2001, p. 69-105.

WEINSTEIN, W. L. The Private and the Free: A Conceptual Inquiry. *In: PENNOCK, J. Roland, and CHAPMAN, John W. (eds.). Privacy: Nomos XIII*. New York: Atherton, 1971. p. 32-35.

ZIMMERMANN, Silvia A.; FERREIRA, Ana Paula Lopes. El Programa de Adquisición de Alimentos de la Agricultura Familiar en Mirandiba-Pe. In: SCOTTO, Gabriela (org.). **Aun hay tiempo para el sol. Pobrezas rurales y programas sociales. Brasil, Venezuela, Guatemala: una mirada desde lo local**. Rio de Janeiro: ActionAid, 2008. p.28 - 64.

ZORZI, Analiza. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras familiares ao PRONAF Mulher em Ijuí – RS**. 137p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

## 8 Apêndice



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS-CEPH

*Campus Universitário – Divisão de Saúde - Viçosa, MG - 36570-000 - Telefone: (31) 3899-3783*

Of. Ref. Nº 016/2012/CEPH

Viçosa, 2 de abril de 2012

Prezada Professora:

Cientificamos V. S<sup>a</sup>. de que o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, em sua 1<sup>a</sup> Reunião de 2012, realizada nesta data, analisou e aprovou, sob o aspecto ético, o projeto intitulado *A relação da mulher com as políticas públicas direcionadas para o campo: o caso do PAA em Barbacena-MG*.

Atenciosamente,

Professora Patrícia Aurélio Del Nero

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos-CEPH  
Presidente

À Professora  
Ana Louise de Carvalho Fiúza  
Departamento de Economia Rural

/rhs.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

**Pesquisa: A relação da mulher com as políticas públicas direcionadas para o campo: o caso do PAA em Barbacena-MG**

A responsável por esta pesquisa é a mestrande, **Vilma Maria Azevedo**, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Louise de Carvalho Fiúza.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_, li e/ou ouvi os esclarecimentos dados sobre o estudo do qual participarei. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

Voluntário (Entrevistado) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Coordenador da Pesquisa)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

<b>PESQUISA: - A relação da mulher com as políticas públicas direcionadas para o campo: o caso do PAA em Barbacena-MG</b>
<b>QUESTIONÁRIO I</b>
ENTREVISTA ____/2012
<b>ASSOCIAÇÃO -</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO E DADOS PESSOAIS - PERFIL DA ENTREVISTADA</b>
<b>NOME:</b>
<b>ENDEREÇO:</b>
<b>TEMPO DE RESIDÊNCIA:</b>
<b>NATURAL DE:</b>
<b>RELIGIÃO:</b>
<b>IDADE:</b>
<b>SEXO:</b>
<b>ESCOLARIDADE:</b>
<b>PROFISSÃO:</b>
<b>COMPOSIÇÃO FAMILIAR - TODOS QUE RESIDEM NA PROPRIEDADE</b>
<b>GRAU DE PARENTESCO:</b>
<b>IDADE:</b>
<b>ESCOLARIDADE:</b>
<b>OCUPAÇÃO:</b>
<b>RENDA:</b>
<b>GRAU DE PARENTESCO:</b>
<b>IDADE:</b>
<b>ESCOLARIDADE:</b>
<b>OCUPAÇÃO:</b>
<b>RENDA:</b>
<b>GRAU DE PARENTESCO:</b>
<b>IDADE:</b>
<b>ESCOLARIDADE:</b>
<b>OCUPAÇÃO:</b>
<b>RENDA:</b>
<b>GRAU DE PARENTESCO:</b>
<b>IDADE:</b>
<b>ESCOLARIDADE:</b>
<b>OCUPAÇÃO:</b>
<b>RENDA:</b>

Pesquisadora Vilma e Orientadora profa. Ana Louise

<b>PESQUISA: - A relação da mulher com as políticas públicas direcionadas para o campo: o caso do PAA em Barbacena-MG</b>
<b>QUESTIONÁRIO I</b>
<b>ENTREVISTA ____/2012</b>
<b>GRAU DE PARENTESCO:</b>
<b>IDADE:</b>
<b>ESCOLARIDADE:</b>
<b>OCUPAÇÃO:</b>
<b>RENDA:</b>
<b>GRAU DE PARENTESCO:</b>
<b>IDADE:</b>
<b>ESCOLARIDADE:</b>
<b>OCUPAÇÃO:</b>
<b>RENDA:</b>
<b>PERFIL SOCIAL/POLÍTICO DA ENTREVISTADA - DADOS SOBRE PARTICIPAÇÃO</b>
<i>Pergunta 11 - Como é a vida das mulheres aqui na comunidade? Tem mulheres que participam de sindicatos aqui na comunidade?</i>
<i>Pergunta 12 - Você participa? (Por que sim ou por que não?)</i>
<i>Pergunta 13 - O seu companheiro/marido apoia? (Por que sim ou por que não?)</i>
<i>Pergunta 14 - E de Associação de Produtores Rurais ou Cooperativa Agrícola, tem mulher que participa?</i>
<i>Pergunta 15 - Você participa? (Por que sim ou por que não?)</i>
<i>Pergunta 16 - E de partido político, tem mulher daqui que participa?</i>
<i>Pergunta 17 - Você participa? (Por que sim ou por que não?)</i>

<b>PESQUISA: - A relação da mulher com as políticas públicas direcionadas para o campo: o caso do PAA em Barbacena-MG</b>
<b>QUESTIONÁRIO I</b>
<b>ENTREVISTA ___/2012</b>
<i>Pergunta 18 - E de cargos do governo, tem mulher aqui que participa? (Por que sim ou por que não?)</i>
<i>Pergunta 19 - As mulheres e os homens participam da mesma forma da Igreja, da Associação de Produtores, do Sindicato, do Partido Político? Como assim?</i>
<i>Pergunta 20 - Do que as mulheres mais participam aqui na comunidade?</i>
<i>Pergunta 21 - E você, do que mais participa aqui na comunidade?</i>
<i>Pergunta 22 - Do que os homens mais participam aqui na comunidade?</i>
<i>Pergunta 23 - E o companheiro/marido, do que ele mais participa aqui na comunidade?</i>
<b>INFORMAÇÕES RELACIONADAS À AUTONOMIA</b>
<i>Pergunta 24 - Como Você costuma tomar suas decisões?</i>
<i>Pergunta 25 - Quem administra a renda em sua família?</i>
<i>Pergunta 26 - Você planejou o nascimento dos seus filhos? Quantos filhos queria ter? Explique:</i>
<i>Pergunta 27 - Você utiliza algum método contraceptivo?</i>

<b>PESQUISA: - A relação da mulher com as políticas públicas direcionadas para o campo: o caso do PAA em Barbacena-MG</b>
<b>QUESTIONÁRIO I</b>
<b>ENTREVISTA ___/2012</b>
<i>Pergunta 28 - Você já sofreu violência doméstica?</i>
<i>Pergunta 29 - Você denunciou as agressões?</i>
<i>Pergunta 30 - Se você alguma mulher sofrendo violência doméstica você denuncia?</i>
<i>Pergunta31 - Por que você não denunciou?</i>
<i>Pergunta 32 - Como você acha que a mulher deve agir na educação dos filhos? E o homem? Explique:</i>
<i>Pergunta 33 - Quando Você sai de casa o(s) seu(s) filho(s):</i>
<i>Pergunta 34 - Como você vê a sua contribuição para sua família ter uma vida melhor? Explique:</i>
<i>Pergunta 35 - E na sua comunidade, as mulheres contribuem de alguma forma? E você?</i>
<i>Pergunta 36 - O que você acredita que é mais importante para uma mulher? Explique:</i>
<i>Pergunta 37 - Para você o que é mais importante para uma mulher decidir sua própria vida?</i>

<b>PESQUISA: - A relação da mulher com as políticas públicas direcionadas para o campo: o caso do PAA em Barbacena-MG</b>
<b>QUESTIONÁRIO I</b>
<b>ENTREVISTA ___/2012</b>
<b>PERFIL ECONÔMICO</b>
<i>Pergunta 38 - Renda pessoal:</i>
<i>Pergunta 39 - Renda familiar:</i>
<i>Pergunta 40 - Já acessou alguma política pública do Governo:</i>
<i>Pergunta 41 - O que você acha destas políticas do Governo (Bolsa Família, PRONAF, PAA, etc)?</i>
<i>Pergunta 42 - Que tipo de bens móveis você possui? Que tipo de bens móveis possui a sua família?</i>
<i>Pergunta 43 - Que tipo de bens imóveis você possui? Que tipo de bens imóveis possui a sua família?</i>
<i>Pergunta 44 - Já recebeu algum benefício previdenciário?</i>
<i>Pergunta 45 - Como é usada a renda pessoal ou familiar?</i>
<i>Pergunta 46 - Quem trabalha nas seguintes atividades na propriedade rural?</i>
<b>46.1) Plantio -</b>
<b>46.1) Plantio -</b>
<b>46.2) Colheita -</b>
<b>46.2) Colheita -</b>
<b>46.3) Venda -</b>
<b>46.3) Venda -</b>
<b>46.4) Gestão -</b>
<b>46.4) Gestão -</b>

<b>PESQUISA: - A relação da mulher com as políticas públicas direcionadas para o campo: o caso do PAA em Barbacena-MG</b>
<b>QUESTIONÁRIO I</b>
<b>ENTREVISTA ____/2012</b>
<i>Pergunta 47 - Quais os fatores que podem auxiliar na melhoria das condições de vida das mulheres, que vivem nas comunidades rurais? Escolha as três que considera mais importante:</i>

Pesquisadora Vilma e Orientadora profa. Ana Louise

página 6

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

<b>PESQUISA: - A relação da mulher com as políticas públicas direcionadas para o campo: o caso do PAA em Barbacena-MG</b>
<b>QUESTIONÁRIO II</b>
<b>ENTREVISTA ___/2012</b>
<b>ASSOCIAÇÃO -</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO E DADOS PESSOAIS - PERFIL DO ENTREVISTADO</b>
<b>NOME:</b>
<b>ENDEREÇO:</b>
<b>TEMPO DE RESIDÊNCIA:</b>
<b>NATURAL DE:</b>
<b>RELIGIÃO:</b>
<b>IDADE:</b>
<b>SEXO:</b>
<b>ESCOLARIDADE:</b>
<b>PROFISSÃO:</b>
<b>COMPOSIÇÃO FAMILIAR - TODOS QUE RESIDEM NA PROPRIEDADE</b>
<b>GRAU DE PARENTESCO:</b>
<b>IDADE:</b>
<b>ESCOLARIDADE:</b>
<b>OCUPAÇÃO:</b>
<b>RENDA:</b>
<b>GRAU DE PARENTESCO:</b>
<b>IDADE:</b>
<b>ESCOLARIDADE:</b>
<b>OCUPAÇÃO:</b>
<b>RENDA:</b>
<b>GRAU DE PARENTESCO:</b>
<b>IDADE:</b>
<b>ESCOLARIDADE:</b>
<b>OCUPAÇÃO:</b>
<b>RENDA:</b>
<b>GRAU DE PARENTESCO:</b>
<b>IDADE:</b>
<b>ESCOLARIDADE:</b>
<b>OCUPAÇÃO:</b>
<b>RENDA:</b>

Pesquisadora Vilma e Orientadora profa. Ana Louise

<b>PESQUISA: - A relação da mulher com as políticas públicas direcionadas para o campo: o caso do PAA em Barbacena-MG</b>
<b>QUESTIONÁRIO II</b>
<b>ENTREVISTA ____/2012</b>
<b>GRAU DE PARENTESCO:</b>
<b>IDADE:</b>
<b>ESCOLARIDADE:</b>
<b>OCUPAÇÃO:</b>
<b>RENDA:</b>
<b>GRAU DE PARENTESCO:</b>
<b>IDADE:</b>
<b>ESCOLARIDADE:</b>
<b>OCUPAÇÃO:</b>
<b>RENDA:</b>
<b>PERFIL SOCIAL/POLÍTICO DA ENTREVISTADA - DADOS SOBRE PARTICIPAÇÃO</b>
<i>Pergunta 11 - Como é a vida das mulheres aqui na comunidade? Tem mulheres que participam de sindicatos aqui na comunidade?</i>
<i>Pergunta 12 - O que você acha da participação das mulheres em sindicatos? (Como assim ?)</i>
<i>Pergunta 13 - E de Associação de Produtores Rurais ou Cooperativa Agrícola, tem mulher que participa?</i>
<i>Pergunta 14 - O que você acha da participação das mulheres em Associações ou Cooperativas Agrícolas? (Como assim ?)</i>
<i>Pergunta 15 - E de partido político, tem mulher daqui que participa?</i>
<i>Pergunta 16 - E de cargo do governo, tem mulher daqui que participa? Por sim ou por que não?</i>
<i>Pergunta 17 - As mulheres e os homens participam da mesma forma da Igreja, da Associação de Produtores, do Sindicato, do Partido Político? (Como assim?)</i>

<b>PESQUISA: - A relação da mulher com as políticas públicas direcionadas para o campo: o caso do PAA em Barbacena-MG</b>
<b>QUESTIONÁRIO II</b>
<b>ENTREVISTA ___/2012</b>
<i>Pergunta 18 - Do que as mulheres mais participam aqui na comunidade?</i>
<i>Pergunta 19 - E a sua companheira do que ela mais participa aqui na comunidade?</i>
<i>Pergunta 20 - Do que os homens mais participam aqui na comunidade?</i>
<i>Pergunta 21 - E você, do que mais participa aqui na comunidade?</i>
<b>INFORMAÇÕES RELACIONADAS À AUTONOMIA</b>
<i>Pergunta 22 - Como as mulheres da comunidade costumam tomar as suas decisões?</i>
<i>Pergunta 23 - Quem administra a renda em sua família?</i>
<i>Pergunta 24 - Sua esposa planejou conjuntamente o nascimento dos seus filhos? Explique:</i>
<i>Pergunta 25 - Qual sua opinião sobre a violência doméstica?</i>
<i>Pergunta 26 - Como é que a mulher deve agir na educação dos filhos? E o homem?</i>
<i>Pergunta 27 - Você acha que os maridos devem colaborar com as mulheres nas atividades do lar e cuidado com o(s) filho(s)?</i>
<i>Pergunta 28 - Você acha que as mulheres podem contribuir para a melhoria da comunidade em que vivem?</i>

<b>PESQUISA: - A relação da mulher com as políticas públicas direcionadas para o campo: o caso do PAA em Barbacena-MG</b>
<b>QUESTIONÁRIO II</b>
<b>ENTREVISTA ____/2012</b>
<i>Pergunta 29 - Como você vê a contribuição das mulheres para a melhoria da comunidade em que vivem?</i>
<i>Pergunta 30 - Quando sua companheira sai de casa o(s) seu(s) filho(s)?</i>
<i>Pergunta31 - O que você acredita que é mais importante para uma mulher?</i>
<i>Pergunta 32 - Para você o que é mais importante para uma mulher decidir a própria vida?</i>
<b>PERFIL ECONÔMICO</b>
<i>Pergunta 33 - Renda pessoal:</i>
<i>Pergunta 34 - Renda familiar:</i>
<i>Pergunta 35 - Que tipo de bens móveis você possui?</i>
<i>Pergunta 36 - Que tipo de bens imóveis você possui?</i>
<i>Pergunta 37 - Já acessou alguma política do governo?</i>
<i>Pergunta 38 - Já recebeu algum benefício previdenciário?</i>
<i>Pergunta 39 - O que você acha destas políticas do governo (Bolsa Família, PRONAF, PAA, etc)?</i>

<b>PESQUISA: - A relação da mulher com as políticas públicas direcionadas para o campo: o caso do PAA em Barbacena-MG</b>
<b>QUESTIONÁRIO II</b>
<b>ENTREVISTA ____/2012</b>
<i>Pergunta 40 - Como é usada a renda pessoal ou familiar?</i>
<i>Pergunta 41 - Quem trabalha nas seguintes atividades na propriedade rural?</i>
<b>41.1) Plantio -</b>
<b>41.1) Plantio -</b>
<b>41.2) Colheita -</b>
<b>41.2) Colheita -</b>
<b>41.3) Venda -</b>
<b>41.3) Venda -</b>
<b>41.4) Gestão -</b>
<b>41.4) Gestão -</b>
<i>Pergunta 42 - Quais os fatores que podem auxiliar na melhoria das condições de vida das mulheres, que vivem nas comunidades rurais? Escolha as três que considera mais importante:</i>

Pesquisadora Vilma e Orientadora profa. Ana Louise

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

**Pesquisa: A relação da mulher com as políticas públicas  
direcionadas para o campo: o caso do PAA em Barbacena-MG**

**QUESTIONÁRIO III**

**IDENTIFICAÇÃO E DADOS PESSOAIS – PERFIL DO(A) ENTREVISTADO(A)**

1) NOME:	
2) INSTITUIÇÃO EXTENSIONISTA:	
3) EM QUAL PERSPECTIVA VOCÊ VÊM ATUANDO EM SUA INSTITUIÇÃO E/OU SETOR:	
4) ESTADO CIVIL:	6) IDADE:
5) TEMPO DE SERVIÇO NA INSTITUIÇÃO:	7) SEXO: ( )Mas ( ) Fem
8) FORMAÇÃO PROFISSIONAL/ESCOLARIDADE:	
9) CARGO NA ENTIDADE:	

**Questão 10**

Qual a contribuição da instituição a qual o(a) Senhor(a) está vinculado para o(a) agricultor(a) familiar?
---

**PERFIL SOCIAL POLÍTICO DA(O) ENTREVISTADA(O) SOBRE  
PARTICIPAÇÃO**

**Questão 11**

Como o Senhor(a) observa o processo de participação das mulheres em sindicatos?
---

**Questão 12**

Como o Senhor(a) observa o processo de participação das mulheres em Associações ou Cooperativas Agrícolas?
--

## PERSPECTIVAS RELACIONADAS À AUTONOMIA

### Questão 13

Como o Senhor(a) observa o processo de participação das mulheres em Partidos Políticos com vistas a serem eleitas para assumirem Cargos do Poder Público ou apoiando candidatos?

### Questão 14

14) Como o(a) Senhor(a) observa o processo de participação das mulheres em Cargos do Poder Público, sejam eles eletivos ou cargos comissionados?

### Questão 15

15.1- Como o(a) Senhor(a) observa a relação entre Homens e Mulheres na família hoje em dia?

15.1- O(A) Senhor (a) percebe alguma influência do trabalho da mulher para as relações familiares?

### Questão 16

Como o (a) Senhor (a) percebe a contribuição da agricultora para a família e a unidade produtiva?

### Questão 17

17.1) E no que diz respeito à vida da comunidade, a mulher participa?

17.2) Como?

### Questão 18

O(A) Senhor(a) observa violência na vida em família no meio rural?

## PERSPECTIVAS RELACIONADAS AOS DIREITOS

### Questão 19

Com base no cotidiano de suas atividades junto aos (às) agricultores(as) o(a) Senhor(a) acredita que as mulheres e homens estão usufruindo, de forma igualitária, dos direitos e benefícios da Seguridade Social? Quais os benefícios mais acessados nos tempos atuais (favor assinalar):

( ) aposentadoria ( ) licença-maternidade ( ) pensão do INSS ( ) auxílio doença

Explique:

**PESPECTIVAS RELACIONADAS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS****Questão 20**

20.1) O(A) Senhor(a) acredita que as políticas públicas direcionadas para o campo, podem influenciar as relações entre mulheres e homens que vivem no campo, nas comunidades rurais de Barbacena, que tem como atividade principal a agricultura?  
20.2) De que forma?

**Questão 21**

Quais são as políticas públicas voltadas para agricultores?

**Questão 22**

O(A) Senhor(a) considera estas políticas adequadas?

**Questão 23**

Fariam alguma sugestão ao governo?

**Questão 24**

Como as mulheres e os homens participam delas?

**Questão 25**

E a política do PAA tem algum aspecto diferente em relação às demais?

**Questão 26**

Como esta política do PAA influencia a vida dos(as) agricultores(as)?